



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL - PPGPS



MOISÉS SANTOS DE MENEZES

**A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA EM SERGIPE E O SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O
PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E
SEXUAIS PARA COM A POPULAÇÃO LGBT**

São Cristóvão

2017

MOISÉS SANTOS DE MENEZES

**A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA EM SERGIPE E O SERVIÇO SOCIAL:
ENTRE O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS E SEXUAIS PARA COM A POPULAÇÃO LGBT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe – PPGPS – UFS, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva.

São Cristóvão

2017

BANCA EXAMINADORA

Dissertação do discente Moisés Santos de Menezes, Intitulada: **“A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA EM SERGIPE E O SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEXUAIS PARA COM A POPULAÇÃO LGBT”**.

Aprovada em 16 de fevereiro de 2017 pela banca examinadora constituída pelos/as professores/as doutores/as.

Prof. Dr^o. Joilson Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr^o. Elder Cerqueira Santos (Membro interno)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr^o. Marco José de Oliveira Duarte (Membro externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que de forma direta ou indireta confiaram, apostaram e fizeram parte de todo esse processo de formação acadêmica e profissional, aqueles que costumeiramente são chamados de AMIGOS, possuindo o papel de ANJOS. E a todos aqueles que sentem em seus corpos condenados pela ignorância social as dores e marcas da violência homofóbica em suas vidas, a todas as vítimas, desejo que esse trabalho contribua para o reconhecimento e respeito da diversidade sexual e de gênero na sociedade.

AGRADECIMENTOS¹

A todos aqueles que diante dos imensos desafios, dificuldades e tempestades dessa vida nunca mediram esforços para demonstrar seu carinho, amizade e dedicação para comigo.

A todos aqueles que independentemente de estarmos em um leito de hospital ou na mais bela festa se fizeram firmes, presentes e disseram com um sorriso nos lábios: Ainda viveremos dias melhores...

A todos aqueles que em meio às dificuldades econômicas nunca mediram esforços para dividir seus singelos e poucos centavos só para sentir o prazer de estarmos juntos.

A todos aqueles que quando a dor física ou emocional apertava sempre encontrava um jeito de dizer em suas atitudes: vai passar, você não está sozinho!

A todos aqueles que em meio aos meus próprios descréditos e incertezas não cansaram de dizer: eu tenho certeza que você vai decolar para longe.

A todos aqueles que me seguraram quando as minhas pernas não conseguiam tocar o chão com firmeza ou quando a ansiedade, o medo e as angústias me faziam querer desistir.

A todos aqueles que hoje estão longe fisicamente e que muitas vezes não entenderam ou compreenderam a importância da concretização desse sonho. Suas contribuições foram importantes por me fazerem conhecer meu potencial de superação e força.

A todos aqueles que cederam um pouco do seu tempo, experiências e vivência para contribuir com a construção desse trabalho. Grato pela dedicação, carinho e amizade.

A todos aqueles que me orientaram me corrigiram e me ensinaram a aprender com meus erros, durante todo processo de construção desse trabalho. Tenho certeza de que não conseguiria sem vocês!

A todas as vítimas da violência homofóbica, motivo, razão e protagonistas dessa pesquisa, desejo que as marcas da violência sejam retraçadas com a certeza de um mundo com mais equidade e justiça. Na luta pelo reconhecimento e respeito da diversidade sexual e de gênero.

A todos aqueles que sabem tanto da sua importância em minha existência e do amor que carrego pelos mesmos que se sentem contemplados nessas simples frases de agradecimentos sem ao menos citar seus nomes, MEU MUITO OBRIGADO! Não tenho dúvida de que sem vocês seria impossível alcançarmos esse sonho, os nomes de cada um estão tatuados no meu coração. Eternamente grato aos ANJOS – AMIGOS!

¹ Essa Pesquisa teve financiamento de bolsa de estudos pela Comissão de Aperfeiçoamento de pessoal do Nível Superior - CAPES, a qual agradecemos profundamente pelo incentivo e apoio financeiro.

ÉPIGRAFE

E a gente vai à luta e conhece a dor.
**CONSIDERAMOS JUSTA TODA FORMA
DE AMOR** (Lulu Santos).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays Travestis e Transexuais

ADHONS - Associação de Defesa Homossexual de Sergipe

B.O - Boletim de Ocorrência

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCH - Centro de Prevenção e Combate à Homofobia

CDH/ONU - Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CEMO - Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT

CERCONVIRH - Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CID - Classificação Internacional de Doenças

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DAGV - Delegacia de Grupos Vulneráveis

DCE/UFS - Diretório Central dos Estudantes, da Universidade Federal de Sergipe

DDH - Disque Defesa Homossexual

DOU - Diário Oficial da União

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FPA - Fundação Perseu Abramo

FSS/UERJ - Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

GDS - Grupo Dialogay de Sergipe

GGB - Grupo Gay da Bahia

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GLT - Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis
GT - Grupos de Trabalhos
GTP - Grupo de Trabalho e Pesquisa
HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT - Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais
MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social
MGL - Movimento de Gays e Lésbicas
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro
OIT- Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PLC- Projeto de Lei Constitucional
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
RLS - Fundação Alemã Rosa Luxemburgo Stiftung
SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEASDH - Secretaria Estadual de Assistência e Direitos Humanos
SSP/SE - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe
SUS - Sistema Único de Saúde
T – LOVERS - Homens que se relacionam com travestis
TRANS - Travestis, Transexuais (Transgêneros)
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNIDAS - Associação de Travestis de Aracaju
WAS – World Association for Sexology

RESUMO

A Violência Homofóbica é um fenômeno complexo e bastante comum na sociedade contemporânea. Tal realidade é constantemente alimentada pelos processos da revitimização, subnotificação e impunidade no trato com a homofobia. Todo esse contexto encontra-se frequentemente presente durante o atendimento profissional da população LGBT nos diversos órgãos de proteção e promoção aos seus direitos humanos e sexuais. A presente situação torna-se um desafio para o Serviço Social por ser uma profissão que busca a viabilização de direitos para todos os seus usuários, sendo as demandas da diversidade sexual e gênero problemáticas que perpassam por todos espaços sócio-ocupacionais necessitando de um atendimento humanizado capaz de viabilizar direitos e não revitimizar esses sujeitos. Buscando compreender melhor esse contexto o presente estudo tem por objetivo analisar as percepções dos profissionais de Serviço Social em relação ao atendimento da categoria profissional nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT no estado de Sergipe. A pesquisa foi realizada com 10 (dez) assistentes sociais que atenderam LGBT vítimas de casos de violência homofóbica nas diversas políticas públicas do estado de Sergipe. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, e analisados através da técnica de análise de conteúdo. Entre os principais resultados revelou-se que os profissionais de Serviço Social não se encontram preparados e capacitados para atender as demandas da diversidade sexual e de gênero, por diversos fatores como: 1) a ausência e ou carência de debates sobre esse assunto no seu processo de formação acadêmica e profissional 2) presença do preconceito e discriminação fortemente apresentados nos discursos da categoria profissional 3) descompromisso ou desresponsabilização do Estado brasileiro no trato com a homofobia entre outras. Em detrimento desse contexto, o atendimento dos profissionais de Serviço Social para com as demandas da população LGBT tem caminhado mais para o campo da revitimização do que da viabilização de seus direitos humanos e sexuais, cenário que reforça uma tendência conservadora e fundamentalista da categoria profissional, contraditória ao seu Projeto Ético-Político. Desta feita, observou-se a urgente necessidade de se debater temáticas sobre a diversidade sexual e de gênero dentro do Serviço Social, além de se realizar novos estudos sobre o assunto aqui em pauta, bem como promover ações de prevenção e sensibilização dos assistentes sociais em relação ao enfrentamento da violência homofóbica como uma das expressões da questão social a qual a todos compete combater.

Palavras-chave: Violência homofóbica. Serviço Social. Revitimização. LGBT.

ABSTRACT

Homophobic violence is a complex and quite common phenomenon in contemporary society. Such reality is constantly fueled by the processes of revictimization, underreporting and impunity in dealing with homophobia. All this context is frequently present during the professional care of the LGBT population in the various organs of protection and promotion of their human and sexual rights. The present situation becomes a challenge for the Social Service because it is a profession that seeks the viability of Rights for all its users, being the demands of sexual diversity and gender problematic that permeate all social spaces needing a humanized service capable of enabling and not revitalizing these subjects. In order to better understand this context, the present study aims to analyze the perceptions of Social Service professionals regarding the care of the professional category in cases of homophobic violence against the LGBT population in Sergipe. The research was carried out with 10 (ten) social workers who attended LGBT victims of cases of homophobic violence in the various public policies in Sergipe. The data were collected through a semi-structured interview script, and analyzed through the content analysis technique. Among the main results, it has been shown that Social Service professionals are not prepared and able to meet the demands of sexual and gender diversity, due to several factors such as: 1) the absence and / or lack of debates about this issue in their process Of academic and professional formation 2) presence of prejudice and discrimination strongly presented in the discourses of these subjects 3) disengagement or lack of accountability of the Brazilian State in dealing with homophobia among others. To the detriment of this context, the attention of social service professionals to the demands of the LGBT population has been more focused on the field of revictimization than on the viability of their human and sexual rights, a scenario that reinforces a conservative and fundamentalist tendency of the professional category, Contradictory to its Ethical-Political Project. Therefore, this research made it clear an urgent need to discuss themes on sexual and gender diversity within Social Work, as well as to carry out new studies on the subject matter in this area, as well as to promote prevention and awareness-raising activities for social workers in Relation to the confrontation of homophobic violence as one of the expressions of the social issue to which everyone is entitled to fight.

Keywords: Homophobic violence. Social service. Revitalization. LGBT.

Sumário

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO 1: HOMOFOBIA..... | 22 |
| 1.1 Homofobia: conceitos e dilemas..... | 25 |
| 1.2 Homofobia: tipos e formas de existir e suas consequências..... | 31 |
| 1.3 Heterossexismo, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória..... | 38 |
| 1.4 A perpetração da violência homofóbica a partir do “armário” | 41 |
| 1.5 Discriminação homofóbica..... | 45 |
| CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA..... | 48 |
| 2.1 A realidade da violência homofóbica no Brasil..... | 53 |
| 2.2 Casos de homofobia: subnotificação, revitimização e impunidade..... | 57 |
| 2.3 O Cenário da Homofobia no Estado de Sergipe..... | 67 |
| CAPÍTULO 3: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SEXUAIS: ENTRE A NEGAÇÃO DO SER E O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO... 74 | |
| 3.1 A construção dos Direitos Humanos | 74 |
| 3.2 Os Direitos Sexuais como Direitos Humanos | 80 |
| 3.3 Movimento LGBT no Brasil e Políticas Públicas no combate à homofobia..... | 90 |
| 3.4 Ações e iniciativas contra a homofobia..... | 93 |
| 3.5 Legislações e políticas públicas contra a homofobia em Sergipe..... | 104 |
| CAPÍTULO 4: SERVIÇO SOCIAL E HOMOFOBIA: ANALISANDO CONCEITOS E PRÁTICAS | 108 |
| 4.1 Breve Histórico da Profissão | 109 |
| 4.2 Novos Posicionamentos e Redirecionamento de Ações da Profissão | 113 |
| 4.3 Novos e Velhos Desafios Profissionais: entre os avanços teóricos e o retrocesso conservador..... | 124 |
| 4.4 A Atuação Profissional na Luta pelo Combate a Homofobia | 129 |
| 4.5 Instrumentos de atuação do Serviço Social: meios de viabilizar negligenciar, violar ou reafirmar direitos. | 135 |
| CAPÍTULO 5: MÉTODO | 141 |
| 5.1 Objetivos..... | 141 |
| 5.1.1 Objetivo geral..... | 141 |
| 5.1.2 Objetivos específicos:..... | 141 |
| 5.2 Tipo de Pesquisa..... | 141 |
| 5.3 Local e Participantes..... | 142 |
| 5.4 Instrumento | 144 |

| | |
|--|------------|
| 5.5 Procedimentos | 144 |
| 5.6 Análise dos Dados | 145 |
| 5.7 Procedimentos Éticos | 148 |
| CAPÍTULO 6: RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 152 |
| 6.1 Diversidade Sexual e de Gênero | 150 |
| 6.1.1 Impressões e Conceitos Sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero..... | 150 |
| 6.1.2 Conceitos Sobre a População LGBT e a Homofobia..... | 153 |
| 6.2 Violência Homofóbica..... | 161 |
| 6.2.1 Vulnerabilidades e Especificidades da População LGBT..... | 161 |
| 6.2.2. Subnotificação e Revitimização..... | 170 |
| 6.2.3 Impunidade..... | 176 |
| 6.3 Direitos Humanos e Direitos Sexuais: Avanços e Retrocessos..... | 182 |
| 6.3.1. Conceitos e Dilemas..... | 182 |
| 6.3.2 Proteção e Promoção..... | 187 |
| 6.4 Serviço Social e Atendimento..... | 195 |
| 6.4.1 Formação Acadêmica e Profissional..... | 195 |
| 6.4.2 Atendimento à População LGBT..... | 205 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 214 |
| REFERÊNCIAS | 218 |
| APÊNDICES..... | 236 |
| TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 237 |
| INSTRUMENTO DE PESQUISA..... | 238 |

INTRODUÇÃO

A diversidade sexual e de gênero e suas múltiplas formas de expressões afetivo-sexuais em diversos momentos da história da humanidade foram alvo de críticas, discussões e divisões de opinião entre os sujeitos sociais. Em uma sociedade movida pela divisão de classes e hierarquias sociais, onde determinado grupo se coloca sobre o outro de forma a definir padrões a serem seguidos e respeitados, tratando de maneira diferente e desigual todos aqueles/as que ameaçam a ordem social preestabelecida, é comum presenciarmos atos repressores e violentos contra os sujeitos reconhecidos como “desviantes”, “destoantes” e “dissidentes” de tal ordem, buscando corrigi-los e adequá-los aos padrões normativos.

A sexualidade humana também foi enquadrada em normas sociais. Por um lado, se define um padrão de vivência afetiva e sexual fundamentado na heterossexualidade, ou seja, o envolvimento de sujeitos de sexo e gêneros opostos, e por outro se inferioriza as formas e maneiras de sexualidades que diferem desse padrão construído socialmente, a exemplo das orientações sexuais e/ou identidades de gêneros que se distanciam destas normas como a homossexualidade, a bissexualidade e as identidades trans.

Um fato que não pode ser negado é que a heterossexualidade, a homossexualidade e as identidades trans se fazem presentes na sociedade, independentemente das maneiras que são vistas ou interpretadas. De acordo com Oliveira (2013) a homossexualidade é um fenômeno real e presente em todos os povos, raças e nações, nas culturas mais laicas, nas mais rigorosas e doutrinárias. Borrillo (2010) afirma que a heterossexualidade e a homossexualidade, mesmo sendo tipos de sexualidades existentes em todo o contexto histórico da humanidade, são vistas de diferentes maneiras: a heterossexualidade, assim, é tida como modelo central de sexualidade a ser seguido, tornando-se referência para qualquer outra sexualidade, nega a presença da homossexualidade como forma de orientação afetiva e sexual a ser vivenciada.

Em relação a este contexto, enquanto a heterossexualidade era naturalizada, as explicações para a homossexualidade se davam a partir das teorias biológicas e religiosas, colocando este fenômeno no quadro das patologias e na condenação desta prática como pecado (SANTOS; SOUZA, 2011).

Souza (2013) explica que durante a história da humanidade a compreensão da homossexualidade pode ser dividida em quatro concepções e momentos históricos, a saber: a visão da homossexualidade como pecado, fundamentada nas concepções religiosas; como crime, tendo punições severas e desumanas; logo após como doença, fruto do próprio termo “homossexualismo”, criado por um médico em 1869, apoiado por uma legislação e pela

psicologia; (este contexto não foge da visão das identidades trans que até o exato momento é reconhecida como um transtorno mental ou melhor “ uma disforia de gênero” conforme CID de nº 10 da *American Psychiatric Association*), e por último a homossexualidade é vista sob uma concepção neutra, impactada pelos movimentos feministas da década de 60 reconhecida socialmente de maneira positivas quanto negativas, só podendo ser compreendida dentro de um cenário social e cultural.

Todo este processo tenta levar as vivências afetivossexuais que diferem dos padrões heterossexuais na sociedade a uma desnaturalização destas formas de vivenciar a sexualidade em detrimento da naturalização da heterossexualidade. Ou seja, para gays o termo genérico de homofobia, para as lésbicas como desdobramento do primeiro termo lesbofobia, para os/as bissexuais bifobia, para as travestis, travestifobia e para os homens e mulheres transexuais, transfobia, apesar de que na literatura internacional o termo transfobia é usado para essas duas últimas categorias identitárias, expressa como população trans.

Portanto, nesta pesquisa adota-se o conceito de homofobia de forma abrangente, englobando os preconceitos e discriminações perpetrados contra todos os sujeitos que vivenciam sua sexualidade rompendo as normas heterossexuais. Isto é, o conceito de homofobia analisado neste estudo diz respeito a todas as violências movidas pelos preconceitos e discriminações praticados às formas e expressões das sexualidades que diferem do padrão heteronormativo (BORRILLO, 2009).

É importante ressaltar que o fenômeno da homofobia está presente em todos os ambientes e espaços de convivência social, devendo ser tratado como uma das expressões da questão social, logo diz respeito a todos combatê-la. Uma das primeiras instituições que comete ações homofóbicas contra LGBT é a família, buscando ensinar suas crianças a se comportarem conforme os padrões heterossexuais, utilizando-se de medidas corretivas e repressoras contra as expressões de sexualidade que diferem das normas preestabelecidas socialmente e fundamentadas na condição biológica (genital) dos sujeitos (PRATA, 2008). Porém, não é apenas na família que este fenômeno acontece. A homofobia se faz presente nas ruas, na mídia, nas instituições religiosas, nas instituições onde as políticas públicas são implementadas, a exemplo das unidades públicas e privadas de saúde dos centros municipais de assistência social, abrigos, conselhos tutelares, poder judiciário, prisões, escolas, universidades, empresas, ONGs, delegacias, entre outras (ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, entendemos que a homofobia se apresenta como uma maneira de reprodução de desigualdade e exclusões sociais repassadas cotidianamente, através da violência direta e indireta direcionadas a todos os sujeitos que diferem dos padrões heterossexuais de

sexualidade, ou na ausência do reconhecimento deste fenômeno pela sociedade, poder público e instituições em geral, utilizando-se do ocultamento e da omissão deste debate como forma de tornar invisível tal violência, retirando a necessidade de combatê-la.

Diante deste processo de combate ou enfrentamento do preconceito e da discriminação homofóbica, tem-se a necessidade de localizar os discursos da população em geral e dos profissionais que trabalham com este público, pois tais discursos muitas vezes reproduzem as relações de poder socialmente estabelecidas, reforçando estereótipos e caricaturas que auxiliam na perpetuação das ações preconceituosas e discriminatórias contra a população LGBT (DUARTE, 2011).

Dessa maneira, entende-se que estudos como este podem contribuir no processo de análise dos discursos dos profissionais, especificamente, aqui, enfoca-se a categoria de assistentes sociais, em particular no atendimento aos casos de violência homofóbica para com a população LGBT, analisando todo processo de atendimento, encaminhamento e resolubilidade destes casos, compreendendo o papel da profissão, suas possibilidades, instrumentos de atuação profissional, condições de trabalho, formas e modos com que o Serviço Social busca viabilizar os direitos humanos para estes sujeitos.

Este tipo de estudo ainda se apresenta de forma lacunar, ou mesmo escassa na literatura brasileira e em seu campo de análise e levantamento de dados, no estado de Sergipe, essa realidade não é diferente. A ausência de pesquisas com o propósito de trabalhar a violência homofóbica considerando principalmente todo processo de atendimento a esses casos noticiados aos órgãos de proteção aos direitos da população LGBT e aos órgãos estatais (articulando o papel do estado diante deste contexto) de certa forma pode contribuir para a omissão e ausência de reconhecimento deste debate diante da categoria profissional destacada acima, além de auxiliar no processo de falta de informações precisas que favoreçam práticas de atuação profissional viabilizadoras de direitos humanos e sexuais.

A ausência de estudos como este e a negação ou inexistência deste debate contribuem para a ocorrência de diversas práticas homofóbicas, seja na sociedade em geral, seja no próprio processo de atendimento de tal demanda pelos profissionais responsáveis e pelo Estado, causando aqui os três fatores que reforçam e patrocinam o preconceito e a discriminação homofóbica, ou seja, a subnotificação, a revitimização e a impunidade dos casos de homofobia.

Essa pesquisa faz-se necessária em decorrência das poucas produções acadêmicas sobre a temática. Tal situação também ocorre no contexto das reflexões científicas sobre a relação entre os casos de violência homofóbica e o Serviço Social, enquanto área habilitada a atuar profissionalmente nessa questão. Além disso, o caráter inovador da temática pode suscitar

inquietações e discussões de grande importância para a academia e para a sociedade, na medida em que o trabalho pretende analisar um problema social presente de forma obscura no cotidiano da sociedade contemporânea.

No que tange ao atendimento de LGBT em órgãos públicos, não é raro registrar casos de violação de direitos também nestes equipamentos, a partir da negação da identidade de gênero e orientação afetivossexual que se apresenta desde o acolhimento da pessoa LGBT ao acompanhamento e encaminhamento de suas demandas. Este contexto provoca um grande índice de subnotificações das violências vivenciadas por essa população, refletindo nela o sentimento de descrença na atuação do poder público frente a essas problemáticas. Devido à ausência de notificações há invisibilidade destas demandas, e, consequentemente, a ausência de proteção e trabalho contra este tipo de violência por parte do Estado, tornando-se um círculo vicioso, no qual se encontram a revitimização dos usuários de vítimas de homofobia (SILVA, 2015).

Analizando este contexto no que diz respeito à segurança pública, as cidadãs e os cidadãos LGBT que distanciam das concepções de papéis e performances de gênero/sexualidade/orientação sexual, estabelecidos como “convencionais”, “normais”, “saudáveis” ou “unicamente aceitáveis” para determinado sexo, em nosso país paira uma demasiada sensação de insegurança pública, uma vez que estes sujeitos tidos como de segunda ou de categoria inferior pelos seus modos de viver, representam uma “ameaça” à suposta ordem social estabelecida.

Nesse sentido, enquanto o sistema Judiciário, de Segurança Pública e o Estado brasileiro não estiverem devidamente capacitados – o seu quadro de pessoal – para compreenderem as diversas expressões de identidade de gêneros e de sexualidades, presentes na contemporaneidade, esses/as permanecerão com a sensação de não proteção pelo Estado, sentindo a ausência do direito fundamental de viver condignamente, permanecendo vítimas do preconceito e da discriminação (SILVA JÚNIOR, 2012).

1) Entendendo a grande necessidade de debater temas relacionados à sexualidade humana e às formas de preconceito e discriminações contra LGBT, a presente pesquisa possui como objetivo geral: Analisar as percepções dos profissionais de Serviço Social em relação ao atendimento da categoria profissional nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT no estado de Sergipe. E específicos: 1) Averiguar as percepções dos profissionais de Serviço Social sobre a diversidade sexual, gênero e homofobia; 2) Conhecer as especificidades do fenômeno da violência homofóbica atendidos pelos assistentes sociais no estado de Sergipe; 3) Verificar como os profissionais de Serviço Social compreende a relação entre os direitos

humanos e sexuais e o processo de enfrentamento da violência homofóbica; 4) Identificar e perceber as contribuições (e suas ausências) do Serviço Social no trato com a violência homofóbica.

Busca-se através desta pesquisa responder aos seguintes questionamentos: de que forma o estado de Sergipe tem respondido às demandas da violência homofóbica contra a população LGBT em seus órgãos de defesa aos Direitos Humanos? Como tem sido realizado o atendimento de profissionais do Serviço Social frente aos casos de violência homofóbica, atendidos pela categoria profissional? De que forma essas demandas têm aparecido no estado para o Serviço Social? Quais instrumentos de atuação profissionais são utilizados e de que forma os mesmos tem se apresentado diante desta demanda? Qual a compreensão do fenômeno da “violência homofóbica” para os assistentes sociais que atenderam a estes casos no estado de Sergipe? Tal atendimento tem reforçado o preconceito e a discriminação ou viabilizado Direitos Humanos e Sexuais a estes sujeitos? Quais contribuições o Serviço Social tem dado ao processo de enfrentamento da homofobia em Sergipe?

As análises relacionadas ao atendimento dos profissionais do Serviço Social frente aos casos de homofobia com LGBT, observando consequentemente a atuação do Estado em respeito a tal demanda, podem contribuir diretamente para entendermos melhor tal fenômeno e analisarmos quais são as medidas tomadas pelo poder público nas ações profissionais de assistentes sociais, neste processo de combate ao preconceito e à discriminação homofóbica.

Uma vez que utilizaremos em todo texto desta pesquisa os conceitos de sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, cabe conceituar brevemente conforme alguns autores as especificidades destas categorias. De acordo com Grossi (1995), essas quatro categorias são representadas da seguinte forma: o gênero refere-se à construção cultural e social coletiva dos atributos voltados à feminilidade e à masculinidade que culminam em papéis sociais diferenciados. Já o sexo é uma categoria que representa a diferenciação biológica entre machos e fêmeas, ou seja, homens e mulheres. A identidade de gênero¹ está diretamente ligada à localização do sujeito em relação a como ele se sente, situa-se ou se identifica no mundo com o gênero (seja masculino ou feminino) que melhor se enquadre a sua realidade. A sexualidade relacionada à “orientação sexual” dos sujeitos, define a atividade sexual experienciada pelos humanos, as dimensões sentimentais e a relação dos indivíduos com seus objetos de desejos

¹ A identidade de gênero refere-se a como nós nos reconhecemos dentro dos padrões estabelecidos socialmente: masculino e feminino. Ao nascermos somos identificados de acordo com o órgão genital, ao decorrer da vida podemos nos sentir adequados ou não a esse gênero. Quem sente que seu gênero de nascimento não está adequado a sua verdadeira identidade são pessoas trans (travestis, transexuais e outros transgêneros). Quem se sente adequado ao gênero de nascimento é cisgênero.

podendo se configurar na heterossexualidade (desejo, atração por pessoas de sexo ou gênero oposto), bissexualidade (desejo, atração por ambos os sexos e gêneros) homossexualidade (desejo, atração por pessoas do mesmo sexo ou gênero) assexualidade (não possui desejo nem atração por nenhum sexo ou gênero).

Ainda sobre gênero, Cassemiro (2015b) traz o conceito de gênero relacionado à construção cultural das características masculinas e femininas quando afirma que a feminilidade e a masculinidade são apreendidas culturalmente sendo também sociais, variáveis e históricas. Desta forma, para a autora o gênero é uma categoria vivida e imposta que leva à identificação de determinados sujeitos considerados enquanto pertencentes a um conjunto homogêneo. Sendo assim gênero passa a ser entendido como um construtor sociocultural que normatiza os componentes esperados por parte de homens e mulheres.

Reis (2014) complementa o conceito de gênero quando alega que se entende como “identidade de gênero” a experiência de gênero interna e individual pela qual determinada pessoa identifica-se como pertencente a um grupo específico, podendo ou não essa identificação conflitar com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. O autor ainda fala sobre o significado do termo “expressão de gênero”, que está relacionado à forma que o indivíduo se apresenta no meio social, ou seja, sua aparência, vestimentas, ações e comportamentos. Este fator pode estar diretamente ligado à sua identidade de gênero ou não.

De acordo com Genro et al. (2015), o conceito de gênero surge a partir do movimento feminista nos anos de 1970 se diferenciando de sexo, sendo este um produto da realidade social e não da anatomia dos corpos. A identidade de gênero para os autores está ligada à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, podendo ou não corresponder a sua genitália de nascimento. Já a identidade sexual ou orientação sexual é um conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais, se expressando pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo, podendo ser de caráter masculino ou feminino e, igual à identidade de gênero, não necessariamente acompanha ao órgão genital dos sujeitos.

Todas as concepções de identidade de gênero ou orientação sexual voltadas para um determinado padrão de vivência afetiva e sexual impostas socialmente são criticadas por Butler (2003) quando afirma que os sujeitos assumem muitas das vezes um papel agindo de acordo com ele na espécie de um teatro. Desta forma o sistema sexo, gênero e sexualidade não correspondem a uma realidade interna, mas a um fenômeno produzido e reproduzido continuamente, ou seja, o gênero é performativo, pelo que os sujeitos não são pertencentes a um determinado gênero desde sempre. Desde a sua concepção todos são conduzidos a aderir

um gênero condizente com seu sexo designado, para o macho acarreta-se o masculino e para a fêmea, o feminino.

Todo este contexto é analisado por Silva, Teixeira Filho e Santos (2013) quando afirma que a ausência do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero não atrelada às genitálias ou padrões de comportamentos sociais e individuais se faz presente por vivermos em uma sociedade heterossexual compulsória, na qual os indivíduos crescem vivenciando a heterossexualidade e apreendem a rejeitar erotismo dissidente e a dissidência de gênero.

Esta realidade se apresenta como uma das fortes características que alimentam a cada dia as situações de preconceitos, discriminação e violência contra LGBT, por serem sujeitos vistos e reconhecidos como “divergentes”, “incorretos” e fora da “normalidade” em relação a suas posturas e comportamentos afetivos e sexuais, consequentemente eles são vítimas de diversas ações desumanas e discriminatórias. Dentro deste contexto apresenta-se a imensurável importância de um atendimento profissional nos casos de violência homofóbica de modo que venha a criticar essas posturas e ações heteronormativas, trabalhando a valorização e reconhecimento de todas as identidades.

As grandes críticas e questões dos autores são justamente a construção e adaptações de formas e modos preestabelecidos socialmente para adequação dos sexos de acordo com determinado órgão genital, desconsiderando diversos outros fatores que muitas vezes se apresentam de forma mais pertinente e importante neste processo de autorreconhecimento individual e social entre os sujeitos.

Conforme Foucault (1997) a sexualidade a partir do século XVIII passou a ser considerada pela sociedade, sobretudo as de origem ocidental, como um dispositivo regulatório de práticas sexuais, de modo a organizar e controlar as relações sociais de forma binária distinguindo machos/fêmeas (sexo), masculino/feminino (gênero), estabelecendo desta forma uma inteligibilidade aos desejos e práticas sexuais.

A partir deste contexto os papéis de gêneros e vivência dos desejos afetivos e sexuais são interligados ao sexo de nascimento dos sujeitos, ou seja, uma pessoa que nasce com pênis é reconhecida como homem (masculino), devendo ter um desejo sexual orientado para alguém de sexo e gênero oposto do seu, possuindo uma prática sexual ativa. Desta forma o sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais estariam caminhando adequadamente à norma heterossexual. Porém, para a autora, gênero não pode se resumir como uma consequência da evolução biológica humana, mas uma produção da linguagem, ou seja, um ato simbólico de performatividade (BUTLER, 1993).

Os sujeitos são estimulados a se identificarem com um determinado modelo de conduta preexistente na sociedade destinado ao seu sexo biológico, sendo incitados a performarem os gêneros adequando seu comportamento ao sexo de nascimento. Tais performances criam oposições entre os sexos e gênero justificando o controle homofóbico, que surge como elemento natural de (re)produção da ficcional linearidade entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (BUTLER, 1993).

Os sujeitos que fogem dos padrões relacionados à identidade de gênero e/ou orientação sexual – demonstrando desejos, práticas afetivas e sexuais por pessoas do mesmo sexo ou gênero – ou possuindo comportamentos que aparentem ser ameaças aos padrões heterossexuais se apresentam como as principais vítimas da violência homofóbica. Toledo (2013) reafirma este contexto ao sinalizar que nesse processo podemos entender os indivíduos que fogem destas normas e padrões dissidentes como sujeitos que são constantemente estigmatizados, invisibilizados, agredidos, segregados, interditados, rejeitados ou excluídos. Dessa forma, buscaremos trabalhar todo este contexto perante o atendimento de profissionais de Serviço Social nos casos de violência homofóbica acontecidos no estado de Sergipe entre os anos de 2010 e 2015.

Para melhor compreender este fenômeno realizamos inicialmente uma análise teórica e pesquisa de campo sobre o assunto subdividida em 06 (seis) capítulos distintos subdivididos em duas partes: na primeira (capítulos teóricos) contamos com 4 capítulos que são: homofobia, violência homofóbica, Direitos Humanos e Direitos Sexuais, Serviço Social e Homofobia; já na segunda que se refere ao Método e pesquisa de campo contamos com 02 (dois) capítulos, Método (expõe objetivos, procedimentos, instrumentos, e demais itens relacionados a construção da pesquisa) e o outro (Resultados e Discussões) trata das análises dos dados.

Buscando explicitar melhor cada capítulo destacamos a seguir seus objetivos e estrutura: o primeiro capítulo (Homofobia), trata dos principais conceitos de estereótipo, preconceito, discriminação, violência e homofobia, analisando o fenômeno da homofobia pelo viés da discriminação como uma violência, uma vez que este estudo consiste em uma análise dos casos de violência já concretizados, notificados pelos sujeitos LGBT na busca de um atendimento que possa reparar os direitos negligenciados e violados, como ao mesmo tempo possa prevenir novas ações violentas e viabilizar direitos. Neste capítulo analisamos ainda, os principais conceitos de homofobia, sinalizando seus tipos, formas e modos de existir e se concretizar na sociedade, compreendendo os conceitos de heterossexismo, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, analisaremos também a perpetração da violência homofóbica

a partir do “armário” como um mecanismo que fragiliza e impõe a diversos sujeitos LGBT serem vítimas de inúmeras formas de discriminação homofóbica.

No segundo capítulo (Violência Homofóbica) trataremos da violência homofóbica, compreendendo como esta violência tem acontecido no Brasil e no mundo, observando as situações de subnotificação, revitimização e impunidade que constantemente acontecem quando nos retratamos aos casos de violência contra a população LGBT analisando seu cenário no estado de Sergipe.

No capítulo terceiro, intitulado Direitos Humanos e Direitos Sexuais; entre a negação do ser e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, realizaremos uma breve abordagem sobre a construção dos Direitos Humanos, bem como o reconhecimento dos direitos sexuais como Direitos Humanos, logo após será debatida a criação do movimento LGBT brasileiro (trazendo relatos da construção deste movimento na realidade sergipana), assim como a criação de ações em forma de legislações e políticas públicas que visam ao combate à homofobia em âmbito federal, estadual e municipal.

O quarto capítulo (Serviço Social e a homofobia), enfatizando-se um pouco da trajetória histórica da profissão, analisando os Código de Ética Profissional da categoria, o posicionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS) no enfrentamento às violências homofóbicas, analisam-se também os principais instrumentos utilizados pelos assistentes sociais em todo processo de atendimento, acompanhamento, encaminhamento e resolubilidade destes casos. Além disso, será realizada a abordagem das pesquisas no campo do Serviço Social sobre a temática aqui em foco e os desafios atuais da profissão no atendimento às demandas da população LGBT.

Por sua vez, o quinto capítulo denominado “Método” detalhará o tipo de pesquisa, amostragem, instrumentos, procedimentos, análise de dados e procedimento éticos do referido trabalho. No capítulo sexto apresentaremos os resultados e discussões das entrevistas semiestruturadas aplicadas a dez profissionais de Serviço Social que atenderam casos de violência homofóbica no estado de Sergipe entre os anos de 2010 e 2015 nas diversas políticas públicas. As análises dos dados foram realizadas como o método análise de conteúdo na modalidade categorial temática. Logo após temos as considerações finais, referências e apêndices da pesquisa.

CAPÍTULO 1: HOMOFOBIA

A história da sociedade é perpetrada pela luta incessante da construção, viabilização e garantia dos direitos humanos e sexuais. Todos os sujeitos sociais possuem especificidades, formas, modos, posturas e comportamentos diversificados, tal contexto provoca a construção de inúmeras concepções e posturas que são criadas para regulamentar a vida em sociedade.

Desde que nascemos somos criados em um contexto social que adota formas padronizadas de ser e agir. Nele estão contidos inúmeros conceitos e princípios de cunho religioso, político, cultural, social, dentre outros. Esta realidade normalmente se apresenta com mecanismos de limites e permissões relacionadas ao que pode ou não ser aceito e vivenciado pessoal e socialmente. Todas as áreas da vida dos sujeitos são cerceadas por concepções, isto é, formas enquadradas de ser e viver, a sexualidade humana também se insere nesse contexto. Ela se apresenta como um dos mecanismos que mais se investe no processo de padronização e aperfeiçoamento pessoal e social.

Em relação à vivência da sexualidade, o que define as regras na sociedade contemporânea ainda é a cultura heterossexual. Tal contexto busca qualificar este tipo de vivência afetiva e sexual desqualificando tudo que foge ao padrão, ou seja, todas as formas de se vivenciar a afetividade e a sexualidade humanas longe da heteronormatividade (BORRILLO, 2009) ainda se apresentam como alvo de diversas situações de preconceito e discriminação.

Para uma melhor compreensão do fenômeno da homofobia – objeto de estudo e análise aqui em pauta – faz-se necessário entender os conceitos de estereótipo, preconceito e discriminação. O conceito de estereótipo é entendido neste estudo como estruturas cognitivas, esquemas organizados a partir de conhecimentos, crenças e expectativas acerca de grupos humanos, sendo estas crenças socialmente partilhadas, aparentemente estruturadas e generalizadas na mente de um indivíduo sobre uma determinada categoria social, ou seja, são características descritivas atribuídas ou associadas às pessoas em razão da sua pertença categorial (FISKE; TAYLOR, 1984; GARDNER, 1994; NIEMANN et al., 1994; OAKES; HASLAM; TURNER, 1994; TECHIO, 2011).

Os estereótipos podem ser positivos, negativos ou neutros, apresentando-se com intensidades diferentes. Rodrigues, Assmar e Jablonski (1999) afirmam que eles são a base do preconceito, são generalizações a partir das similaridades percebidas de determinados sujeitos ou grupos. Portanto, são crenças atribuídas a determinados grupos ou indivíduos (consciente ou

inconscientemente), o que os caracteriza como um componente cognitivo do preconceito, ou seja, um componente pré-attitudinal.

Esses conceitos são reafirmados em Aronson, Wilson e Akert (2002) quando sinalizam que:

O estereótipo é uma generalização acerca de um grupo de pessoas, na qual características idênticas são atribuídas a praticamente todos os membros do grupo, sem levar em conta as variações reais entre eles. Uma vez formados, os estereótipos são resistentes à mudança baseada em novas informações (p. 294).

Nesse sentido, os fenômenos do preconceito e da discriminação estão estritamente ligados às questões dos estereótipos, já sinalizadas por Oliveira (2013) ao indicar que ambos produzem os estereótipos e os estigmas. Dessa forma, os estereótipos aparecem como generalizações de aspectos negativos que determinados indivíduos portam em relação à minoria. Este contexto provoca diversas situações complexas para os sujeitos, uma vez que para serem aceitos e respeitados devem assumir posturas que estejam condizentes com aquelas reconhecidas como adequadas.

Na homossexualidade como na bissexualidade e nas identidades trans esse fato se apresenta nas tão corriqueiras narrativas: “Todo gay é afeminado e promiscuo”, “Sapatão é sempre machuda”, “Toda travesti é barraqueira e prostituta”. Frases como essas são muito comuns na sociedade heteronormativa, elas são reflexos de estereótipos vinculados a conceitos preconceituosos e discriminatórios em relação à população LGBT.

Por preconceito entendemos, conforme Rios (2009) as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais ligadas a estas percepções. O preconceito se apresenta como um fenômeno único, com diversas manifestações, podendo ser racial, sexual, religioso, étnico etc.. Conforme o autor, uma das formas de enfrentamento do preconceito está justamente na educação, no convívio com outros indivíduos e grupos. Gomes e Castelluccio (2009) ao se reportarem ao preconceito, apresentam-no como uma ideia pré-concebida, um pré-julgamento, conceito formado sem um conhecimento aprofundado sobre determinada questão, podendo ser relacionado como “achismo” ou, cientificamente falando, “senso comum”.

O preconceito se apresenta em forma de autoritarismo social pertencente a uma sociedade doente, causado pela ausência de conhecimento do outro que é ou se apresenta como diferente. Tal fenômeno, para os autores, leva à discriminação, à marginalização e à violência, advindas de teorias que buscam defender, praticar e justificar a superioridade de determinados

indivíduos em relação a outros. Um exemplo claro é a justificativa da heterossexualidade como postura correta, natural a ser seguida, na qual tudo que difere dessa norma é considerado algo digno de ser corrigido ou tratado, a exemplo da vivência da bissexualidade, da homossexualidade e das identidades trans.

Allport (1954) define o preconceito como uma atitude hostil contra determinado grupo desvalorizado, por não se enquadrar nas normas sociais ou contra indivíduos que pertencem a este grupo, mas mantém posturas desfavoráveis. A discriminação já se configura como a expressão ou manifestação do preconceito, ou seja, é a materialização do fenômeno que envolve a exteriorização dos estereótipos e das distintas formas de preconceitos (FLEURY; TORRES, 2010).

Em relação à discriminação, Prata (2008) conceitua como uma conduta ou ato (ação ou omissão) que resulta em violação de direitos com base nos inúmeros fatores como sexo, orientação sexual, identidade de gênero etc. Rios (2009) apresenta a discriminação como a materialização do preconceito, através de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, que produzem violação de direitos individuais e coletivos, considerando-a um fenômeno que lesiona os direitos humanos de modo objetivo. Assim, seu enfrentamento exige a censura as suas manifestações intencionais e o cuidado de sua reprodução involuntária.

Este debate é retomado em Pereira (2004) ao afirmar que a discriminação é um comportamento ou um conjunto de ações programadas contra determinado grupo, baseado em julgamentos prévios sobre a natureza supostamente negativa dos membros desse grupo. O preconceito se apresenta como um desses julgamentos prévios de caráter negativo. E a estereotipagem aparece como o viés central na formação do preconceito, apresentando-se como características atribuídas às pessoas baseadas no seu pertencimento a um grupo social. Em suma, o preconceito e os estereótipos apresentam-se como as bases psicossociais que organizam os comportamentos discriminatórios.

Para Aronson, Wilson e Akert, (2002) estereótipo, preconceito e discriminação apresentam-se, na maioria das vezes, de forma interligada e codependentes, isto é, o preconceito é fruto de estereótipos e a discriminação é resultante de um tratamento injusto oriundo de atitudes preconceituosas, alimentado por crenças estereotipadas negativas de determinados sujeitos ou grupos vitimizados. Para melhor compreender tais fenômenos, Aronson, Wilson e Akert apontam que:

O preconceito é um fenômeno difuso presente em todas as sociedades no mundo. Os psicólogos sociais definem preconceito como uma atitude hostil ou negativa contra um grupo identificável de pessoas, baseada exclusivamente em sua pertença ao grupo. O estereótipo é o componente cognitivo da atitude

preconceituosa, definido como uma generalização do grupo, pela qual características idênticas são atribuídas a praticamente todos os seus membros. Discriminação é o componente comportamental da atitude preconceituosa, definido como ação negativa ou prejudicial injustificada contra membros de um grupo pelo simples fato de dele fazerem parte (2002, p. 321).

Nesse sentido, nas concepções de Prado e Machado (2008) o preconceito se instala a partir do momento em que a diferença grupal se institui na exclusividade que exige hierarquização, não permitindo um sentimento de comparação, uma vez que a simples existência de uma posição ameaça a soberania identitária de outra.

Em outras palavras, os autores afirmam que o preconceito é uma ação de simplificação da complexidade se manifestando no outro, de forma que este ato se baseie na diferença do próximo como fundamento principal para justificar a ausência de aceitação de determinado indivíduo ou grupo social.

Dessa forma, é possível afirmar que o preconceito e a discriminação andam em muitos momentos juntos. Uma ação discriminatória sempre vem agregada a preconceito, porém uma ação preconceituosa nem sempre produz situações discriminatórias. A homofobia se constitui com a efetivação desses dois fenômenos, motivada pela não aceitação da orientação sexual e/ou identidade de gênero que foge das normas heterossexuais. As ações discriminatórias de homofobia normalmente acontecem atreladas a situações de violência em suas diversas especificidades, sejam elas psicológicas, físicas, morais, sexuais, verbais, patrimoniais dentre outras.

Abordaremos a violência homofóbica de forma mais detalhada no capítulo 02 (dois), porém, antes de adentrar neste debate analisando seus conceitos, tipos, modos de existir e apresentar-se na vida da população LGBT, faz-se necessário entendermos o conceito de homofobia, suas formas, características além das consequências no dia a dia de todos os sujeitos que de forma direta ou indireta são considerados fora da heteronormatividade. A seguir, trataremos deste fenômeno, seus conceitos e dilemas.

1.1 Homofobia: conceitos e dilemas

A diversidade sexual e de gênero é composta pelas várias formas e expressões de vivências afetivossexuais dos seres humanos. Modos distintos de expressar afetos, desejos, formas de amar e ser amado são realidades dinâmicas, bastante debatidas na sociedade em geral. Tipos afetivos e sexuais diversos entram cotidianamente no debate acerca do que se normatiza

como permitido ou incorreto, abre-se então um leque de discussões sobre o que se pode ou não compartilhar diante das relações entre os sujeitos, o que deve ou não ser aceito, reconhecido ou consertado.

A sexualidade humana é marcada por este contexto de debates saturados de incertezas, no qual o corpo, o sexo, o desejo e a identidade são fatores que demandam várias discussões e formas distintas de vivenciar desejos, afetos, sentimentos e prazeres. Neste universo de diversidades, inúmeros discursos são levantados cotidianamente, porém muitos reforçam a intolerância, violência e o desrespeito às formas de vivência da sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais.

As inúmeras formas de preconceito e discriminação contra a população LGBT encontram-se em todos os lugares, meios e situações, seja de forma sutil ou expressa de maneira clara. Normalmente aparecem voltadas para os sujeitos que não se percebem dentro dos padrões da heterossexualidade em particular, evidenciando o princípio da superioridade de determinada categoria social em detrimento da outra, assim como a padronização de posturas e formas de enquadramento social, fundadas no entendimento da heterossexualidade como postura afetivassexual a ser seguida. Essas formas de preconceito e/ou discriminações contra a população LGBT são denominadas nesta pesquisa através do conceito de homofobia.

O termo homofobia é utilizado muitas vezes para caracterizar o ódio, a aversão, o medo irracional e/ou repulsa agressiva tanto aos homossexuais (gays, lésbicas), como aos bissexuais, às pessoas trans, às travestis, aos/às transexuais e aos transgêneros (LOURO, 2004). O termo homofobia, de acordo com Herek (1984), Blumenfeld (2004), Prado e Machado (2008), Borrillo (2010) e Oliveira (2013) e deriva do grego “homos” que quer dizer “o mesmo” e “phobikos”, que significa “ter medo e/ou aversão a”. Foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg, no ano de 1960, nos Estados Unidos, começou a aparecer em 1971, mas somente no final dos anos de 1990 começou a figurar nos dicionários europeus.

A homofobia descreve atitudes “antigays” e “antilésbicas”, medo irracional face às relações homoafetivas, incluindo consigo todas as formas de preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esses sentimentos, ou seja, se apresenta como uma forma de psicopatologia individual em um processo psicopatológico de subalternização, visando à manutenção da heteronormatividade, manifestada pela angústia de ver ameaçada a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual na sociedade. Estas circunstâncias podem apresentar-se através de vários gestos homofóbicos destinados, direta e indiretamente, a esta categoria, a exemplo de chacotas, expressões de nojo (cuspidas, gestos obscenos), por meio de agressões verbais (xingamentos, desqualificação), ou ainda através de violências físicas

(espancamentos e assassinatos), nas quais se percebe que a homofobia pode partir de pessoas do meio social onde se faz presente a homossexualidade ou do próprio homossexual para consigo mesmo (HEREK, 1984; BLUMENFELD 2004; PRADO e MACHADO, 2008 BORRILLO, 2010; OLIVEIRA, 2013).

Segundo a pesquisadora Mason (2002) a ideia de homofobia foi desenvolvida nos anos 1970 e seu uso inicial aludiu a um medo irracional da homossexualidade, especialmente o medo de aproximar-se de homossexuais. Esse medo, por sua vez, está alicerçado em um conjunto de crenças que tem como pano de fundo a desvalorização da homossexualidade combinada a uma supervalorização da heterossexualidade. Atualmente, a palavra homofobia busca dimensionar a truculência, muitas vezes diretamente associada a práticas violentas e/ou discriminatórias, que vitimam muitos homossexuais.

Destarte de acordo com Lionço e Diniz (2009, p. 52) a homofobia pode ser definida como “uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino”. Havendo várias expressões sociais sobre este fenômeno que partem desde os atos violentos de agressão física, restrição de direitos sociais até situações de imposição e exclusão às pessoas cujas práticas sexuais não são heterossexuais.

Rios (2009) compreende a homofobia como a rejeição ou a aversão ao homossexual ou à homossexualidade. Junqueira (2007) a define como um conjunto de emoções negativas que visam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas LGBT como também indivíduos cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade/feminilidade.

De acordo com Mott (2000), a homofobia é um fenômeno que causa medo, aversão, ódio, hostilidade e ou discriminação contra a homossexualidade. Borrillo (2009) trabalha o conceito enfatizando a homofobia como um fenômeno social e manifestação do sexismo, traduzidos em comportamentos desviantes dos papéis sociossexuais estabelecidos diretamente e ligados à violência de gênero. Prado e Junqueira (2011) defendem que com o passar dos tempos o termo homofobia perde seu caráter meramente psicopatologizante passando a ser utilizado para descrever preconceitos e discriminações contra a população LGBT, motivadas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A noção de homofobia, como vem sendo utilizada no contexto do movimento LGBT, representa todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todos (as) que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade. O referido termo também é utilizado para demonstrar diferentes modos de discriminação e outras violências contra prostitutas,

transexuais e bissexuais. A homofobia se apresenta como uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal, referindo-se a um prejulgamento e ignorância que se fundamentam em acreditar na supremacia da heterossexualidade (POCAHY; NARDI, 2007).

Para alguns estudiosos como Herek (2000), Junqueira (2015) e Colling e Nogueira (2015) o termo homofobia não se apresenta como incompleto em relação aos significados que devem ser representados pelo mesmo em relação ao fenômeno que busca nominar, pois esse termo carrega consigo fortes traços do discurso clínico e medicalizante que lhe deu originalidade, uma vez que este se encontra diretamente ligado a certas atitudes e emoções, com determinadas psicopatologias. O termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a um conjunto de emoções negativas relacionadas a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Emoções negativas como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo que se apresentam em alguns casos, como a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de pessoas que não se percebem como LGBT ou do próprio sujeito, que mesmo ao não se “assumir” perceber-se homossexual ou ser considerado pelos outros.

Desta maneira, a homofobia se apresenta no simples ato de se evitar homossexuais e quaisquer situações que sejam associáveis a este universo. O termo muitas vezes chega a ter uma carga semântica ulteriormente medicalizada, à medida que a própria homofobia é objetivada como “doença”.

Logan (1996) reafirma esta crítica ao mencionar que o termo homofobia encontra-se voltado a uma noção clínica, individual e não a um fenômeno ideológico que oculta a funcionalidade desse tipo de violência para quem o manifesta. O sujeito hostil a indivíduos da população LGBT não possui relações filosóficas comuns a fobias, não podendo desde então ser considerado um verdadeiro fóbico. Para Allport (1954) e Herek (2000) outro termo para nominar as atitudes negativas frente a um indivíduo conforme sua orientação sexual seria preconceito sexual.

É *mister* ressaltar que o termo homofobia foi utilizado inicialmente para significar a aversão ou medo de ser ou estar com um homossexual. Este termo, inicialmente de caráter psicólogo e medicalizador, surgiu possuindo um alcance limitado para análises sociais, uma vez que se referia a sentimentos individuais distintos e não às ações praticadas contra os sujeitos ou outros grupos sociais específicos. A amplitude que o termo ganhou com o passar dos tempos trouxe várias classificações para este fenômeno, tanto de forma terminológica quanto situacional.

Alguns estudiosos adotam posicionamentos diferentes em relação ao termo homofobia, entretanto, permanece a referência ao conjunto de emoções negativas, mas sem enfatizar exclusivamente aspectos de ordem psicológica, aqui esse conceito está associado a situações de mecanismos sociais relacionados ao preconceito e discriminação contra LGBT como um todo, enfatizando seus comportamentos, aparências e estilos de vida. A ênfase da abordagem aqui deixa de ser posta na “fobia”, em modelos explicativos centrados no indivíduo, passando a ser de reflexão crítica e denúncia contra comportamentos e situações abordadas nos seguintes campos: cultural, educacional, político, institucional, jurídico, sociológico e antropológico. Assim, a homofobia passa a ser vista como fator restritivo de direitos dos cidadãos, como impeditivo aos direitos humanos (JUNQUEIRA, 2007).

Ainda conforme o autor, a homofobia transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra LGBT. Ela diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, relações de poder, disposições e estruturas hierarquizantes, sistemas de crenças, representações, padrões relacionais e identitários, todos voltados à padronização e naturalização da heterossexualidade (JUNQUEIRA, 2007).

O termo passa a ser emblemático neste sentido e é, sem dúvida, um dos mais utilizados por diversas iniciativas governamentais para referenciar programas e projetos institucionais, como aqueles provenientes dos movimentos sociais. Para Nardi (2010) o termo tem definições e usos múltiplos, podendo significar medo, aversão, discriminação, preconceito etc., não se resumindo apenas às características que os definia como patologizante.

Devido aos avanços dos estudos em torno do contexto de violências contra a população LGBT, tornou-se necessário levar em consideração as especificidades destes sujeitos, ou seja, o movimento LGBT bem como pesquisadores/as e estudiosos começaram a adotar termos próprios para diferenciar os atos de “fobia” com base na orientação sexual e identidade de gênero a partir das categorias identitárias, dessa forma surgiram as expressões como lesbofobia e transfobia (LOURO, 2004).

A utilização destes novos termos diz respeito à necessidade de particularizar as realidades de vida dos sujeitos vítimas de tais violências e especificar a motivação dela decorrente da orientação sexual, identidade de gênero dos sujeitos ou ambos os fatores. Exemplos desses novos termos são: a lesbofobia que designa o ódio, aversão e medo irracional que se manifesta contra as mulheres homossexuais (lésbicas), a transfobia que diz respeito ao sentimento o qual provoca vários tipos de violações a integridade física ou psíquica das (os) transgêneros em geral, e especificamente as/os transexuais e a travestifobia, utilizada para as travestis (SILVA JUNIOR, 2012).

A utilização da variedade desses termos busca particularizar as inúmeras formas de preconceitos e discriminações contra toda população LGBT, pois cada sujeito que compõe a referida sigla possui especificidades que devem ser respeitadas, sendo estas constantemente violadas nas ações preconceituosas e discriminatórias praticadas contra estes sujeitos. A lesbofobia, por exemplo, conforme Junqueira (2010) é um termo utilizado para definir as ações preconceituosas e discriminatórias contra as lésbicas tendo em vista o processo de invisibilidade ao qual elas, geralmente, estão submetidas na sociedade. Tais sujeitos além de sofrerem violências decorrentes de sua orientação sexual, vivenciam violências decorrentes da sua identidade de gênero feminina.

A transfobia, por exemplo, é outro termo que particulariza as formas de violência cometidas contra transexuais decorrentes da sua identidade de gênero. Diferentemente dos homossexuais, a negação a um/uma transexual na utilização e o reconhecimento de seu nome social, por exemplo, é uma forma de violentar sua identidade de gênero, devendo essa situação ser levada em consideração como o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, outro exemplo emblemático.

Além de todos esses termos existem ainda a gayfobia, direcionado a homens (gays), LGBTfobia que se estende a toda categoria LGBT, e a homo(trans)fobia que diz respeito à orientação sexual homossexual (homo) e as identidades de gêneros trans (SILVA JUNIOR, 2012). Outro termo ainda é debatido dentro dos estudos acadêmicos e no interior do movimento LGBT, que diz respeito à LGBTTTIQfobia, que busca atender a todas as especificidades dos sujeitos que de forma direta ou indireta vivenciam experiências de preconceito ou discriminação relacionadas a sua orientação sexual ou identidade de gênero como as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexos e *Queer* (HEREK, 2004). O termo homofobia ainda é criticado por muitos estudiosos por invisibilizar as ações de violências e discriminações cometidas contra lésbicas e transgêneros (travestis e transexuais), para estes autores adequa-se mais o termo LGBTfobia (BRASIL, 2012).

É importante destacar o surgimento e utilização destas novas terminologias sobre as expressões de preconceito contra a população LGBT. Neste estudo será utilizado o termo homofobia para destacar todas as formas de preconceito e/ou discriminação contra LGBT e contra todos os sujeitos que vivenciam práticas afetivossexuais que diferem das heteronormatividades (BORRILLO, 2010; OLIVEIRA 2013).

Sendo assim, a adoção deste termo não significa a negação das particularidades dos demais sujeitos em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, mas apenas busca facilitar a compreensão para este estudo ao mesmo tempo em que estende a compreensão desse

fenômeno em relação aos aspectos afetivos e sexuais, entendendo a homofobia como uma violência que atinge não apenas as questões de orientação sexual, mas também aquelas relacionadas à identidade de gênero, seguindo os estudos realizados pelos diversos autores. Logo, a “homofobia” será empregada como termo guarda-chuva, entendida como “[...] uma guardiã das fronteiras sexuais (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino)” (BORRILLO, 2009, p. 18).

1.2 Homofobia: tipos e formas de existir e suas consequências

O preconceito homofóbico apresenta-se na sociedade de formas distintas podendo se destacar de maneira sutil ou flagrante (manifesta). Conforme Borrilo (2010) o preconceito homofóbico sutil apresenta-se como uma forma mais silenciada, velada, disfarçada, “mascarada” de expressar opiniões contrárias acerca de determinado sujeito ou grupo. Já o manifesto se caracteriza pela sua forma mais aberta de expressar atitudes negativas, incluindo a rejeição a certas posturas, assim como a modos de ser e agir de determinados sujeitos ou grupos. O autor ainda destaca algumas formas terminológicas para classificar o fenômeno da homofobia, ressaltando, através de conceitos distintos, particularidades que diferenciam formas nas quais ele se apresenta socialmente, tais como: local, contexto e especificidades que favoreçam a perpetração do preconceito homofóbico.

A homofobia pode apresentar-se como irracional e cognitiva ao englobar o medo, a aversão e a repulsa através de manifestação emotiva (psicológica) a sujeitos LGBT. São comportamentos advindos de um saber baseado em preconceito (social). A homofobia também surge de modo geral e específico, com o aparecimento do sexismo, enquanto modelo que versa sobre a discriminação às pessoas em detrimento de seu sexo (macho/fêmea) ou de seu gênero (masculino/feminino) (BORRILLO, 2010).

Dentro desta tipologia referente à homofobia, o autor ainda identifica e subdivide cinco formas diferentes, a exemplo da: 1) homofobia clínica, 2) antropológica 3) liberal, 4) “burocrática”: o stalinismo, e o 5) holocausto gay. A primeira surgiu no século XIX, com as pesquisas médicas e psiquiátricas; a segunda, antropológica, se reporta a pesquisas baseadas na corrente de pensamento evolucionista (Darwinismo Social) que desqualificou práticas, povos e culturas que não estivessem em acordo com os valores dominantes; a terceira acreditava ser essa orientação sexual resultado de uma escolha, desta forma, o sujeito homossexual poderia muito bem não optar por este tipo de tendência tida como errônea. A quarta, caracterizada pela

ação dos órgãos do Estado, a exemplo do stalinismo que defende o domínio absoluto de determinada liderança. E a quinta, a qual o autor se refere ao holocausto gay dos nazistas, em que defendendo uma ideologia que a homossexualidade era considerada as principais causas de declínios biológicos responsáveis por colocar em perigo a pureza racial, ameaçando o crescimento social da humanidade, foram condenados cerca de 500.000 homossexuais, todos foram mortos nas prisões, nas execuções sumárias, por suicídio ou por ocasião de tratamentos experimentais (BORRILO, 2010).

Em relação às formas e tipos de homofobia, Junqueira (2009) traz essa discussão apontando estudos realizados no campo da educação. Mesmo sendo análises realizadas no ambiente escolar, as contribuições são bastante pertinentes para quaisquer outros ambientes socioinstitucionais onde a homofobia se apresenta cotidianamente como a família e os órgãos de saúde, assistência social, segurança pública, dentre outros.

O autor busca trazer adoção de medidas contra a homofobia nas escolas, aplicando estratégias que são divididas em cinco distintas categorias, a saber: a negação, a hierarquização, o diversionismo, o apelo ao senso de oportunidade e a antecipação fatalista.

A negação pode ser literal, implícita ou interpretativa. A literal nega diretamente a importância do enfrentamento da homofobia, considerando-a algo que não se apresenta como um problema, não sendo assunto de políticas públicas. Há a negação até da existência de gays, lésbicas, travestis e transexuais no ambiente escolar, figurando um desprezo à temática. Enquanto a negação implícita resulta de implicações psicológicas, físicas, morais e políticas. Uma vez que se dá por meio de afirmações aparentemente justificáveis, como a realidade de outros países que não só perseguem, mas matam LGBT, pior que a realidade brasileira. Nesse ínterim, a homofobia no Brasil não seria algo tão preocupante como em outras realidades, abstendo-se da necessidade de arriscar-se no seu enfrentamento.

A negação interpretativa busca atribuir um significado ou um contorno diverso, questionando se os atos de violência contra a população LGBT foram motivados pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, se isto se configura mesmo como homofobia, procurando provas e dados concretos que reafirmem o que muitas das vezes é notório.

Já a hierarquização não nega a existência da homofobia, todavia, obriga a adiar seu enfrentamento, afirmando que existem problemas bem mais urgentes que esse, a exemplo da pobreza, a evasão escolar, o analfabetismo, o racismo, dentre outros.

O diversionismo aproxima-se da negação interpretativa, mas se distingue no ponto em que o interlocutor, ao admitir a homofobia, apresenta argumentos fantasiosos, discutindo esse fenômeno como pouco relevante e de extrema complexidade. Aqui a homofobia é tratada como

algo muito complexo, existindo uma despreparação da escola para trabalhar com a problemática, além de um desinteresse dos membros da instituição neste enfrentamento, restando atribuir o trabalho a outras instituições.

O apelo ao senso de oportunidade afirma que ainda é cedo para trabalhar com a questão da homofobia, componente cultural que não convém forçar uma mudança abrupta e extemporânea. A antecipação fatalista ressalta dimensões negativas das possíveis adoções de reconhecimento da diversidade e de crítica da homofobia. Existe aqui um apelo ao senso de oportunidade como se fosse em vão mover algum tipo de ação em relação ao enfrentamento da homofobia, considerando que todas as contribuições não fariam nenhuma diferença, pois, sempre foi desta forma e continuará sendo, prevendo que determinadas ações podem causar reações homofóbicas contra as quais ainda não existe uma preparação capaz de lidar com a situação.

Essa discussão se torna mais instigadora quando se afirma que a homofobia é uma manifestação sociocultural, não somente pessoal comparável ao racismo e ao antissemitismo em que algumas de suas características apresentam-se como o medo, o desprezo e a uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação à LGBT (BORRILLO, 2010).

Mais do que entender o conceito e modos como a homofobia se apresenta na contemporaneidade, é importante analisar suas consequências na vida de todos os sujeitos sociais que sofrem com esse tipo de violência. A homofobia viola uma série de direitos básicos, reconhecidos tanto pelos direitos humanos internacionais quanto pelos direitos constitucionais. Hardin (2000) e Castañeda (2007) apontam algumas consequências vivenciadas por LGBT que interiorizam aspectos da cultura heteronormativa, tais como: a negação de seus desejos afetivossexuais para si mesmo e para os outros e com esta negação a busca da mudança no que tange a sentir esses desejos (caso reconhecido como homofobia interiorizada). Da mesma forma acontece a busca constante de aceitabilidade nos ambientes onde esses sujeitos circulam, buscando destacar-se para se sentirem reconhecidos e aceitos como pessoas boas e valorosas, porém sentimentos de baixa autoestima; depressão; vergonha; raiva e diversos outros se fazem constante na vida destes sujeitos podendo trazer diversas consequências negativas para os mesmos como levar indivíduos ao suicídio.

O desprezo pelas pessoas LGBT “assumidas” ou as que exteriorizam de forma clara sua sexualidade dissidente dos padrões heteronormativos se apresenta para os autores como outro fenômeno consequente da homofobia, além da tentativa de se passar por heterossexual, ao casar-se com pessoa do sexo oposto visando à aprovação social ou na busca por uma certa “cura” de seus desejos homoafetivos. Outras questões pontuadas pelos autores referentes à

homofobia dizem respeito à facilidade que este público alvo tem de envolver-se em práticas sexuais perigosas, em outros componentes autodestrutivos e de riscos como a contração de DST/HIV-AIDS, a busca pelo celibato ou vocações religiosas como meio de abafar seus sentimentos, sem falar do consumo abusivo de substâncias como álcool, drogas, dentre outras (HARDIN, 2000; CASTAÑEDA, 2007).

É importante deixar claro nesse estudo que tais situações podem obter diversas outras raízes para existir e se concretizar, não necessariamente ser fruto das condições de preconceito e discriminação em relação à orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos LGBT. A busca pelo celibato (de forma a não possuir um caráter vocacional e comprometido com as doutrinas religiosas), a exposição a situações perigosas, o casamento “de fachada”, dentre outras questões pontuadas pelos autores acima podem possuir como causa principal e necessária prioritariamente a homofobia, porém também podem ser efeito de diversas outras questões que caminham juntas ou não com as situações de violência homofóbica.

Conforme os autores, o que deve ser compreendido não é o julgamento do fato exclusivamente como resposta de sinais de homofobia em suas diversas esferas, mas que a violência quando não combatida de forma direta e real coloca os sujeitos em contextos vulneráveis, abraçando diversas consequências negativas como as que foram expostas pelos estudiosos.

A homofobia é uma via de marginalizar, discriminar e estigmatizar a população LGBT, utilizando-se das diversas formas de violências. Suas consequências para a vida dos sujeitos dessa comunidade são inúmeras, a começar pelo baixo índice de escolarização, a dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, subempregos, a ausência de aceitação pessoal, social e familiar em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Consequentemente, todas essas situações causam angústia, medo e insegurança produzindo transtornos mentais de diversos tipos e a busca por saídas mais radicais, como a utilização de substâncias psicoativas, a dependência química, a automutilação ou até mesmo o suicídio e o assassinato daqueles que vivenciam sua sexualidade de forma diferente das normas heterossexuais (DUARTE, 2011).

As consequências da homofobia são debatidas e analisadas em diversas pesquisas acadêmicas. De acordo com os resultados é possível verificar quantos prejuízos atingem a vida de LGBT e de todos seus entes próximos. Uma pesquisa intitulada “O impacto da homofobia na saúde de adolescentes homossexuais”, realizada com indivíduos de idade entre 10 e 19 anos no município de Ribeirão Preto/SP, mostra que as várias formas de violência com caráter homofóbico acontecem no cotidiano, principalmente a violência psicológica, que perpassa por

todos os ambientes onde circula essa população, alcançando a família, a escola e a comunidade, o que provoca muito sofrimento, inclusive, tentativas de suicídio.

A pesquisa ainda demonstra que uma das grandes consequências da violência homofóbica são as influências destas ações na saúde mental dos adolescentes, esses atos contribuem para o surgimento de comportamentos depressivos, ideações, medos excessivos, ansiedade, dentre outros sintomas. Percebe-se a interferência direta da homofobia na ação e no pensar de quem a sofre, atingindo as questões de hábitos saudáveis e o autocuidado (NATARELLI; BRAGA; SILVA 2015).

Borrillo (2009) sinaliza que viver fora das normas heterossexuais tem sido um grande desafio para a população LGBT, pois o tratamento da homossexualidade, da bissexualidade e das identidades trans tem se remetido à ideia de pecado, doença ou crime que se materializa em agressões físicas e sexuais, discriminações no ambiente de trabalho e nos serviços públicos, realidade que contribui para a desigualdade de acesso a bens e direitos como educação e saúde.

Para o autor, a homofobia não se limita na constatação da diferença entre os sujeitos, ela move comportamentos, transformando os atos afetivos e sexuais das pessoas em crimes que carecem de punições condenatórias, nesse contexto, é possível identificar que a homofobia possui seu aspecto afetivo manifestado através da rejeição às pessoas não heterossexuais, enquanto seu aspecto cognitivo se apresenta na rejeição às não heterossexualidades como um fenômeno social, retirando o foco apenas do sujeito.

Além dos vários danos que a homofobia acarreta à população LGBT, outros dilemas ainda são pautas de discussões em relação à saúde, como a dificuldade e a violação nos seus direitos de acesso, principalmente a população de travestis e transexuais que requer uma atenção maior desses serviços devido ao seu processo hormonal e de resignação sexual (quando realizado).

Uma pesquisa intitulada “Os Serviços de Saúde e as Experiências de Travestis e Transexuais” que visou a conhecer os problemas de saúde vivenciados por travestis e transexuais residentes de Salvador – BA, a partir de relatos de experiências vivenciadas por pessoas trans, identificou várias situações de estigma e discriminação enfrentados cotidianamente ao buscar os serviços públicos de saúde. Entre as situações constatou-se a precariedade e a limitação da assistência, a exemplo do descaso do estado na garantia da medicação necessária e no acompanhamento, e ainda o desrespeito por parte dos profissionais de saúde para com esse público. Silva et al. (2015) alegam que existe uma necessidade de se ampliar o debate sobre as questões de gênero e diversidade sexual, a fim de sensibilizar os profissionais da área da saúde para o enfrentamento da homofobia em seus locais de trabalho.

É importante ressaltar que a ausência de um atendimento qualificado, capaz de respeitar os sujeitos em suas especificidades, não apenas no campo da saúde, mas em quaisquer políticas públicas, provoca diversas perdas e insatisfações nos sujeitos demandantes de tais serviços. Ao se retratar ao atendimento do público LGBT, a maioria dos autores reforça a necessidade de uma formação adequada da equipe técnica nos assuntos que dizem respeito à orientação sexual e ou à identidade de gênero dos sujeitos como mecanismo de melhoramento nesse processo. Muller e Knauth (2008) argumentam que o desrespeito de modo geral, provoca muitos problemas para a vida da população LGBT, como o constrangimento, a vergonha, e a resistência em ir a unidades das instituições de saúde, assistência, educação, segurança pública dentre outras.

A homofobia se apresenta de forma viva e real na vida da população LGBT, principalmente, quando constitutiva no discurso de ódio promovido na perspectiva religiosa de caráter fundamentalista, expressões do tipo: “Deus condena o pecado e não o pecador”, “ama-se o homossexual e não o homossexualismo” e/ou “homossexualismo é pecado e só Jesus cura”, apontam para o fortalecimento de condutas preconceituosas e discriminatórias contra a população LGBT. Ao debater esse assunto, muitos templos religiosos se transformam em verdadeiros tribunais de julgo e hospitais que prometem a cura e a libertação para as condutas homossexuais e das identidades trans. Isso está presente costumeiramente nas religiões de caráter cristão como forma de manter tanto a homossexualidade quanto as identidades trans no viés do pecado e na necessidade da mudança comportamental de determinados fiéis que possuem desejos por pessoas do mesmo sexo ou identidades de gênero destoantes da genitália biológica. A renúncia das práticas e vivências afetivas e sexuais desses sujeitos para essas instituições se travestem como condicionalidades necessárias para a sua “salvação”. Todo este contexto potencializa o preconceito e a discriminação no seio da família brasileira, uma vez que a religião possui uma imensurável influência no processo de formação, e vivência pessoal e social dos sujeitos.

Com o passar do tempo a homofobia ultrapassou todas as esferas da subjetividade humana, alcançando uma dimensão mais social e politizadora, tornou-se, ainda, um tipo de violência que se revela numa atitude de hostilidade contra os homossexuais e pessoas trans., portanto, a única condição para se tornar vulnerável a este tipo de violência é a demonstração de estereótipos sexuais e de gênero divergentes dos padrões heteronormativos (PRADO; MACHADO, 2008).

Uma das primeiras instituições que comete ações homofóbicas contra LGBT é a família, buscando ensinar suas crianças a se comportar conforme os padrões heterossexuais, utilizando-

se de medidas corretivas e repressoras contra as expressões de sexualidade que diferem das normas pré-estabelecidas socialmente e fundamentadas na condição biológica (genital) dos sujeitos. Porém, não é apenas na família que esse fenômeno acontece. Ele se faz presente nas ruas, na mídia, nas instituições religiosas, nas instituições onde as políticas públicas são implementadas, a exemplo das unidades públicas e privadas de saúde dos centros municipais de assistência social, abrigos, conselhos tutelares, poder judiciário, prisões, escolas, universidades, empresas, ONGs, delegacias, em locais diversos como bares, boates, ambientes domésticos, entre vizinhos e conhecidos ou desconhecidos, entre outras (SILVA, 2005; ALMEIDA, 2008; PRATA, 2008; MASIERO, 2013).

Tal realidade é muito presente no contexto familiar da população LGBT, mas apesar de essa ser a primeira instituição a receber o sujeito, ela não se encontra preparada pra aceitar e respeitar as formas de ser e viver que diferem dos padrões heterossexuais. Modesto (2008) traz essa realidade de forma bastante dura e presente nas famílias brasileiras, ao entrevistar mães de LGBT que não aceitam a orientação sexual e identidade de gênero de seus filhos e filhas alegando essas que preferem “ver seu filho morto, ao aceitar tal realidade”. A pesquisa em questão reafirma que a falta de apoio familiar nesses casos provoca diversas consequências psicológicas nos sujeitos, inclusive a tendência ao suicídio, a utilização de drogas e o sexo sem proteção como mecanismos de fuga desse contexto.

A universidade também é um ambiente onde a homofobia está presente, Souza e Pereira (2013) ao realizarem a pesquisa intitulada “Homofobia: manifestações implícitas e explícitas de preconceito e discriminação”, realizada com 60 estudantes universitários do curso de Direito, Ciências Contábeis e Ciências Biológicas, constataram que 50 participantes apresentaram homofobia implícita com níveis que apontam leve, moderada e severa¹, entre os homens (30 participantes) a homofobia se apresentou de forma mais severa que nas mulheres (30 participantes).

Outra pesquisa foi realizada por Santos e Santana (2015) intitulada: “adoção homoparental e preconceito: crenças de estudantes de Direito e Serviço Social”, com 132 estudantes, entre esses 67 do curso de Serviço Social e 65 de Direito de uma universidade federal pública. O resultado demonstrou que os estudantes pesquisados possuem pouco conhecimento no que concerne à orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos,

¹O conceito de homofobia implícita está voltado para as formas que este fenômeno se apresenta de maneira “omissa”, “disfarçada” nos discursos dos sujeitos, sendo leve quando não possui uma forte rejeição, moderada quando esse nível já se encontra mais elevado e de forma severa quando ela é gritante e bastante perceptível nas falas/posturas dos sujeitos participantes da pesquisa.

afetando diretamente o processo de viabilização de direitos que perpassam pelo atendimento destas categorias profissionais como a adoção (objeto da referida pesquisa). Na escala de preconceito, os estudantes do curso de Direito apresentaram um índice de preconceito maior que os de Serviço Social, porém, esta realidade também se faz bem presente na última categoria profissional, os estudantes de Direito. Os dados foram sinalizados conforme uma escala aplicada aos entrevistados na aplicação do instrumento de coleta de dados (estudantes de direito, 22, 80; Serviço Social 21, 65).

Essas pesquisas apenas confirmam tanto a forte e incontestável presença da homofobia nos diversos lugares e órgãos/instituições sociais, quanto demarca uma conjuntura que necessita constantemente de situações e ações de enfrentamento e combate. O preconceito homofóbico demanda ações de enfrentamento que impossibilitem a sua efetivação de forma discriminatória perante a sociedade, faz-se necessário ultrapassar o campo do mero debate teórico com ações que compactuem com o processo de combate na sociedade em geral.

Para melhor compreender o fenômeno da homofobia faz-se necessário entender alguns conceitos sobre heterossexismo, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, uma vez que a homofobia acontece a partir do momento em que a heterossexualidade é reconhecida como padrão a ser seguido, de modo a desqualificar as demais formas de vivências afetivas e sexuais.

1.3 Heterossexismo, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória

Cabe ressaltar neste estudo, portanto, os conceitos de heterossexismo, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória buscando entender as causas e consequências que tais modos de vivenciar as identidades e desejos afetivossexuais causam na sociedade contemporânea.

O heterossexismo prega uma lógica binária de gênero e sexualidade separando os indivíduos entre “homens e mulheres” conforme sua genitália e lhes impondo as formas padronizadas de vivência, construídas culturalmente como “naturais”. Para Herek (2004) o termo heterossexismo é utilizado de forma geral, como um sistema ideológico que nega e estigmatiza o comportamento, a identidade, o reconhecimento e a população LGBT, como sendo inferior a heterossexualidade. Assim tudo que não se configura como uma prática heterossexual é dominado por ações discriminatórias. A heterossexualidade apresenta-se como crença e norma “natural”, superior.

Leony (2006) explica que a terminologia heterossexismo é utilizada com a junção dos termos sexismo e racismo, visando a nomear uma opressão paralela que suprime os direitos de homossexuais. Em uma sociedade reconhecida como heterossexista, a heterossexualidade é a norma, pois o comportamento heterossexual é reconhecido como normal, inato e instintivo, não precisando ser ensinado ou apreendido, ou seja, o comportamento heterossexual é naturalizado e não assimilado ou adquirido.

Este conceito também é trabalhado por Borrillo (2001) ele traz o heterossexismo como a crença na hierarquia das sexualidades, colocando a heterossexualidade em um nível superior em relação às demais formas de sexualidade. Desta maneira, tudo que difere do padrão é definido como incompleto, acidental, perverso, levando à alcunha, muitas vezes, de patológico, criminoso, imoral e destruidor de civilizações. Em outra pesquisa do autor, o mesmo conceitua o heterossexismo como um sistema no qual uma sociedade organiza um determinado tratamento segregacionista segundo a orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos (BORRILLO, 2010).

Alguns autores retratam a heterossexualidade compulsória quando mostram que ela passa a ser considerada como única forma de sexualidade correta a ser seguida, em que sexo biológico, identidade de gênero e práticas sexuais tendem a seguir o mesmo viés do que se permite a partir do sexo (órgão genital) dos sujeitos (VECCHIATTI, 2012). Este debate também é defendido por Sanches (2011) quando alega que a sociedade deseja um comportamento da pessoa de acordo com o sexo com o qual foi registrada, porém, muitas vezes os sentimentos internos, suas psiquês não espelham essa realidade, isto se configura, para autora como o principal problema destes indivíduos, não a adequação da genitália, mas sim sua adequação ao mundo externo, à sociedade.

As diferenças entre os conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade se apresentam nas concepções de Colling e Nogueira (2014) pois, na primeira, o que é tido como normal em relação à sexualidade humana é ser heterossexual, ou seja, se sustenta a crença de que a heterossexualidade é um padrão da natureza. A segunda delimita que todas as pessoas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, independentemente se elas tenham práticas sexuais heterossexuais ou não. Desta maneira a heterossexualidade se apresenta para os autores não apenas como uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida em sociedade.

Kleaim e Ferreira (2014) afirmam que o sistema da heteronormatividade se sustenta através da naturalização da heterossexualidade em detrimento da patologização da homossexualidade, das travestilidades e das transexualidades. O gênero se apresenta conforme

os autores como uma arrojada “tecnologia social heteronormativa” constantemente operacionalizada pelas diversas instituições sociais (sejam elas médicas, psicológicas, linguísticas, domésticas e escolares), buscando a produção dos corpos, voltadas às disposições heterossexuais.

De acordo com Colling (2013) existe uma matriz heterossexual que exige uma linha coerente entre sexo - gênero - desejo - prática sexual, porém inúmeras pessoas não seguem essa norma, quanto mais o indivíduo foge dela, mais se coloca em risco de sofrer situações de violência, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer com que o sujeito “entre na linha”, ou seja, enquadre-se nos padrões heterossexuais. Warner (1993) destaca que por meio da heteronormatividade, a heterossexualidade é vivenciada como única possibilidade legítima e naturalizada de expressão identitária e sexual, enquanto a homossexualidade é considerada nesta lógica como um desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade e pecado.

Para Junqueira (2010) essa redução da homossexualidade como uma questão médica, psicológica ou pecaminosa, se apresenta como uma tentativa de impedir o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos, negando o direito aos homossexuais de serem reconhecidos e respeitados socialmente.

A família, a educação, a saúde, a segurança, a justiça, a mídia e diversas outras instituições e instrumentos de alcance social são responsáveis neste processo de naturalização e propagação da heterossexualidade como conduta afetiva e sexual correta e única a ser seguida (LOURO, 2004). Essa realidade só poderá ser alterada quando observarmos que a heterossexualidade não é natural, única e primordialmente a forma de sexualidade originária da sociedade, mas que ela, como as outras (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade), sempre esteve presente na vida dos sujeitos, independentemente da época, contexto sociocultural, econômico e político.

Como forma de crítica a estes debates se destaca a teoria *queer* ao questionar a naturalização da heterossexualidade e as explicações biologicistas e religiosas que colocavam respectivamente a homossexualidade no quadro das patologias, condenando esta prática como algo pecaminoso e digno de ser corrigido. A teoria *queer*, portanto rejeita a posição de um essencialismo sobre a identidade sexual. A utilização do termo *queer* marca uma resistência e uma proposital ironia à heteronormatividade (FURLANI, 2009).

A teoria *queer* é uma corrente de pensamento que se originou nos Estados Unidos na década de 1980, a partir de estudos gays, lésbicos e feministas. Sua construção obteve fortes influências do pensamento de Michael Foucault. Essa teoria diz respeito ao gênero que compreende a orientação sexual, a identidade de gênero ou o gênero do sujeito como resultante

de uma construção social, ela descarta a existência de papéis sexuais definidos biologicamente, ou seja, a proposição culturalista. Os adeptos a essa corrente teórica não adotam as classificações dos indivíduos em heterossexuais, homem, mulher, pois todas as identidades sexuais não são iguais.

Para a teoria *queer*, tomando como referência a obra paradigmática de Foucault (1997) o sistema sexo-gênero-desejo-práticas sexuais constituem a base em que se encontra direcionada às relações humanas, todas essas questões estão cercadas de normas que fortalecem um sistema heterossexual, ou seja, as relações são construídas e socialmente perpetradas em rótulos binários: macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual. Nesse contexto, surgem as normas e as regras que definem as práticas afetivas e sexuais consideradas normais e saudáveis.

Essa realidade muitas vezes é utilizada como justificativas para as situações de preconceito, discriminação e violência contra a população LGBT, inúmeros sujeitos autores das situações de violências e profissionais que possuem posturas homofóbicas tentam nortear sua atuação por meio da concepção de que existem rótulos binários a serem seguidos, desta forma o que não se encaixa nestes rótulos é digno de reações corretivas e que se adequem para o reconhecido como natural.

1.4 A perpetração da violência homofóbica a partir do “armário”

No Brasil a homossexualidade, bissexualidade e identidades trans em si não são criminalizadas, porém a discriminação contra a população LGBT criminaliza as vivências de orientação sexual e identidade de gênero que diferem das normas heterossexuais corriqueiramente. Possuir uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente das normas pré-estabelecidas socialmente não se apresenta como uma prova única e sentença condenatória para a castração, flagelação, ou condenação à morte de LGBT. Porém quando determinados sujeitos defendem posturas e comportamentos que simplificam a heterossexualidade como único modelo de vivência afetiva e sexual a serem seguidos esses criminalizam as posturas e comportamentos que diferem dos tais princípios.

O colocar-se “dentro do armário” muitas vezes contribui para estes sujeitos alimentarem em seu interior concepções homofóbicas, pois vários homossexuais vivenciam suas práticas em realidades ocultas e discretas e as negam para todos os demais sujeitos ao seu redor. Assim, o anonimato se apresenta como uma forma de proteção a eventuais agressões, pois a sociedade

naturalmente busca detectá-los para excluí-los. Uma vez que se desconhece a verdade em relação a seus desejos e práticas não se deve agir com diferença para com estes sujeitos, enquadrando-os nos padrões heteronormativos mesmos que de “fachada” (SELL, 2010).

O “sair do armário” representa a saída de determinado indivíduo da sua dimensão de isolamento em relação a sua sexualidade. Para Mota (2014) o ficar ou sair do “armário” depende do escrutínio de situações ou interesses que acompanham enormes custos sociais na nossa sociedade heterossexista.

Outrora Borrillo (2010) conceituou essas experiências de negação ou ocultação da homossexualidade como homofobia interiorizada. Essa se dá quando o ódio da sociedade contra os homossexuais configura-se como um ódio a si mesmo, fazendo com que os próprios sujeitos homossexuais não aceitem sua “orientação” ou “condição” e passem a ser seu próprio agressor. Dessa forma pode esta perseguição chegar a situações radicais, a exemplo das tentativas e efetivações de suicídios. Assim, sozinhos, eles sofrem o ostracismo associado à sua sexualidade. Nesse contexto, a ausência de apoio familiar e de pessoas que estão a sua volta se configura como uma situação muito comum nesses casos.

Ainda em relação ao anonimato e a vivência das experiências afetivas e sexuais homoeróticas de forma clandestina e longe dos “olhos” da sociedade, Oliveira (2013) alerta que essas situações ajudam a intensificar os casos de agressões físicas e assassinatos de homossexuais. O anonimato e o medo de serem “descobertos” servem para os impulsionarem a arriscar-se em situações perigosas, defendendo uma postura social longe de alvos preconceituosos e discriminatórios, uma vez que a reprovação por parte de amigos e familiares em tomar conhecimento sobre as especificidades sexuais de determinado sujeitos homoafetivos faz com que eles recorram às relações furtivas com desconhecidos na calada da noite; nos ermos, para assegurar o anonimato.

Desse modo, muitos LGBT “namoram” o perigo, utilizando este contexto como uma estratégia de proteção contra a maledicência pública, principalmente aqueles sujeitos que buscam a todo custo esconder a sua sexualidade e se submetem a programas casuais com desconhecidos (OLIVEIRA, 2013). Essa situação é muito presente nos casos de assassinatos de LGBT. Várias notícias divulgadas pela mídia demonstram claramente que inúmeros fatos de violência acontecem com esse público por se colocar em condições de vulnerabilidades com encontros em locais e com pessoas desconhecidas na calada da noite (DINIZ, 2014; OLIVEIRA, 2014).

Como forma de prevenir ações violentas contra a população LGBT, diante de suas práticas sexuais, tendo em vista que uma grande quantidade de assassinatos ocorre durante

encontros amorosos em locais e situações perigosas, o Grupo Gay da Bahia - GGB divulgou uma cartilha denominada *Gay Vivo Não Dorme Com Inimigo: Manual de Sobrevivência* na qual busca orientar toda a população LGBT, como não se colocar em situações de vulnerabilidade e violência, evitando, por exemplo, encontros em locais perigosos com desconhecidos.

Tal iniciativa é plausível, pois a prevenção apresenta-se como um fundamental caminho para inibir algumas situações de violência, porém faz-se necessário entender que a busca por ambientes que transmitam sigilo, no que tange ao segredo de determinadas práticas sexuais, não deixa de ser despertada também pela homofobia fortemente presente na sociedade. O medo da repressão, do preconceito e da discriminação, pode ser um dos motivos que encorajam tais sujeitos a buscarem lugares julgados como discretos e sigilosos. Essa realidade é bastante presente em cidades e municípios que não disponibilizam acesso a locais de uma melhor socialização entre o público LGBT.

Além destes fatores, a ocultação dos seus desejos e sentimentos guardados no chamado *armário* apresenta-se conforme Castañeda (2007) como uma causa de adoecimento físico e mental destes sujeitos. Logo, situações de depressão, ansiedade e somatização são comuns na vida destas pessoas. A autora afirma que quando um homossexual esconde sua vida afetiva dos outros, essa situação pode causar consequências nefastas em todos os campos de sua vida, este sujeito vive um contínuo processo de policiamento que o faz preso aos estereótipos heteronormativos, tal contexto afeta diretamente sua vida pessoal como suas relações sociais e profissionais.

Para Sedgwick (2007) a submissão ao armário é comum pela ausência de amparo, garantias e aceitação social. O autor sinaliza que se colocar nesta condição significa a busca pela não exposição de seus desejos e afetos como também atesta a prática subjetiva entre as oposições casa e rua, privado e público em todo um contexto heteronormativo, tomado pela violência simbólica fortemente caracterizada por homofobia.

A homofobia além de promover situações de negligência e violações de direitos humanos, também impossibilita tais sujeitos de vivenciarem oportunidades de crescimento pessoal, profissional e social. Uma prova disto é que inúmeros LGBT são relegados a serviços domésticos, nas cozinhas, em trabalhos escravos e em zonas de prostituição como saídas para o estado de miséria e esvaziamento no qual se encontram, indivíduos analfabetos, sem nenhuma qualificação para o mercado de trabalho, além do preconceito sofrido na tentativa de inserção profissional, por não se apresentar de forma costumeiramente correta e padronizada (OLIVEIRA, 2013).

O armário, conforme o termo utilizado por Guimarães (2009) refere-se ao comportamento omissivo e de não identificação com a homossexualidade daqueles sujeitos que possuem desejos e vivenciam práticas homoafetivas de forma clandestina e no anonimato, configurando-se como uma estratégia de autodefesa contra a violência a que possivelmente estariam vulneráveis, caso revelassem ou se admitissem como homossexual. A negação das vivências de práticas homoeróticas na busca pela reafirmação da heterossexualidade pode ser decisiva para estes sujeitos sentirem-se mais protegidos, assegurando menores riscos de sofrerem discriminações, porém, ao mesmo tempo, tornando-se reféns de si mesmos.

É necessário analisar que este fato não se explana a toda população LGBT, muitos possuem condições profissionais e sociais bastante conceituadas, com formação acadêmica e profissional ou ocupam cargos capazes de garantir seu sustento e de seus familiares, sem automaticamente se enquadrar no perfil associado acima. Porém, é inegável o fato de que o preconceito e a discriminação homofóbica quando praticados nas diversas fases da vida dos sujeitos LGBT, desde a família (provocando uma desestruturação familiar), até a escola (provocando evasão escolar devido ao mau desempenho estudantil, entre diversos outros problemas) e as demais instituições sociais apresentando-se de forma sutil ou manifesta são capazes de provocar inúmeras consequências negativas (SOUZA, SILVA, SANTOS, 2015). A busca pela ocultação dos próprios desejos e sentimentos homoafetivos aparece como um dispositivo de defesa em relação a este contexto.

Todavia, Borges e Meyer (2008) mostra outra visão acerca da exteriorização dos desejos, comportamentos e modos de viver que diferem das condutas heterossexuais. Eles afirmam que, no Brasil, a homofobia recebe um reforço cultural, não apenas para com os sujeitos que negam sua prática homoerótica perante a sociedade, como também para com os casais de pessoas do mesmo sexo e sujeitos que externam um comportamento distinto das normas de gênero pré-estabelecidas socialmente, quando sentem a necessidade de não exteriorizar seus sentimentos e afetos em público com receio das retaliações e violências. Tudo que é considerado masculino precisa estar presente no sujeito masculino e o feminino precisa fazer jus a sua postura, fora disto, tais sujeitos serão fortemente vigiados, discriminados e, certamente, sofrerão vários tipos de penalidades nos espaços sociais.

Apresenta-se então uma situação sem saída. A questão em debate não é o simples fato de assumir-se ou externar desejos e práticas afetivas e sexuais que diferem dos padrões heterossexuais como regra e condicionalidade fundamental para sofrer discriminações e violências diversas, mas a simples suspeita ou comprovação de tendências ou vivências homoeróticas e transexuais, que já são suficientes para enquadrar determinado sujeito em um

grupo distinto, estigmatizado e conseqüentemente vivenciar várias formas de preconceito e discriminação.

No campo do desejo afetivo e sexual que compete à orientação sexual é possível encontrar com frequência gays, lésbicas e bissexuais que não assumam ou exteriorizem sua orientação sexual claramente, porém este contexto é raramente encontrado nas questões que equivalem à identidade de gênero. As travestis e os/as transexuais dificilmente se resumiriam a atitudes e comportamentos cerceadores de sua personalidade e identidade, *o armário* não se apresenta aqui como uma saída para abafar, omitir, esconder ou negar sua identidade de gênero enquanto sujeito afetivo e sexual.

É *mister* enfatizar que os sujeitos os quais mais exteriorizam sua orientação sexual e ou identidade de gênero em suas diversas formas de se comportar, vestir, e se apresentar são os que mais se colocam em situações vulneráveis. As travestis e os/as transexuais são exemplos vivos desta realidade se destacando entre a população LGBT como um dos grupos mais vulneráveis, alvo de diversos preconceitos e discriminações, uma vez por assumir sua identidade de gênero de forma a visibilizar as suas características e comportamentos cis heterossexista.

Esta afirmação é analisada na pesquisa intitulada, *Diversidade sexual e de gênero e Homofobia no Brasil – Intolerância e Respeito às diferenças Sexuais*, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2010, em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) que contou com 2.014 entrevistas realizadas em 150 municípios brasileiros subdivididos dentre todos os hemisférios do país, mostrando que entre a população LGBT, 56% afirmam que esse grupo é tido como o mais discriminado e 25% da população geral afirma que este é o grupo que mais sofre discriminação. (VENTURI; BOKANY, 2011).

1.5 Discriminação Homofóbica

O conceito de discriminação aqui adotado foi desenvolvido na Convenção Internacional dos Direitos Sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial e na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Segundo estas normatizações, a discriminação se apresenta como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha o objetivo de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais em qualquer área da vida humana (PIMENTEL, 1979).

Para Rios (2009) a discriminação é fruto de medidas, decisões e práticas aparentemente neutras, advindas de justificativas e vontade de discriminar, seus resultados possuem impactos diferenciados perante diversos grupos fomentando preconceitos e estereótipos inadmissíveis. Em relação à discriminação homofóbica, o autor sinaliza a importância de se analisar a forte presença da cultura heterossexista na sociedade em que vivemos. Tal cultura de forma direta e intencional naturaliza a heterossexualidade, excluindo o reconhecimento das outras formas de experiências afetivas e sexuais que se diferenciem deste padrão. Fato este que fere diretamente o gozo ou o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais.

O enfrentamento da homofobia requer a consideração e o reconhecimento das singularidades de cada forma de vivência afetivossexual existente, logo após é necessário desenhar e empregar estratégias dirigidas tanto aos indivíduos quanto à coletividade, isso implica respostas jurídicas que trabalhem a repressão, reparação e prevenção da discriminação e das ações de violência contra este público alvo.

Rios (2008) define a discriminação de forma direta e indireta. Uma está associada à distinção, exclusão, restrição, ou preferência fundamentada em origem, raça, sexo, cor, idade entre outras, obtendo o propósito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo, ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos ou liberdades fundamentais. Já a outra é produzida em toda exclusão, distinção, restrição ou preferência que possua o efeito de anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em condições de igualdade de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais. Nesse caso, o que vai distinguir se determinado ato de discriminação é direto ou indireto é a intencionalidade, ou seja, na discriminação direta a violação do direito à igualdade ocorre de forma proposital, já na indireta essa violação ocorre por intermédio de práticas, requerimentos ou medidas neutras e não intencionais, porém causadoras de impactos prejudiciais.

A realidade do preconceito e da discriminação perpetrada contra a população LGBT se reflete em todas as partes do mundo. Fleury e Torres (2007) afirmam que os estudos em relação a este fenômeno, realizados em diversos países do mundo, comprovam sua presença de forma cada vez mais sutil, que se manifesta em determinado grupo majoritário para o qual são atribuídas características positivas e para os minoritários de forma negativa.

Faz-se necessário destacar a detenção de determinada postura de um grupo em relação a outro, parte de um processo de desumanização do grupo inferiorizado, ou seja, os negros, mulheres, homossexuais etc., por diversos momentos da vida foram reconhecidos como inferiores e desprezíveis comparados hierarquicamente, aos demais sujeitos sociais reconhecidos como corretos e superiores.

Para os autores, estudos sobre a população LGBT que visem o conhecimento das configurações geradoras de diversos comportamentos preconceituosos e discriminatórios contra esta população devem ser realizados cada vez mais pela psicologia social, uma vez que, além de existir uma escassez deste tipo de pesquisa no âmbito acadêmico, estudos com este foco auxiliam o processo de entendimento sobre quais mecanismos promovem a violência homofóbica, para que a partir de então seja possível propor intervenções que venham a diminuir, ou preferencialmente, eliminar estes conflitos intergrupais (FLEURY; TORRES, 2007).

A realidade da violência homofóbica se torna cada vez mais cruel e destrutiva quando ocorrida em suas diversas formas: psicológica, física, patrimonial, sexual, dentre outras, é reforçada e reafirmada nos órgãos públicos de proteção aos direitos humanos através dos servidores e responsáveis pelo processo de acolhimento, atendimento, encaminhamentos e resolubilidades destes casos.

Tendo a violência homofóbica como objeto de estudo aqui em destaque, analisaremos no próximo capítulo como este fenômeno se apresenta na vida da população LGBT, seus modos e formas, maneiras, características e consequências, analisando não apenas o processo inicial da situação de violência vivenciada por estes sujeitos, mas a reafirmação deste fenômeno nas diversas instituições sociais, quando a revitimização desta população se faz presente nos órgãos/instituições de defesa aos Direitos Humanos e Sexuais.

O fenômeno da violência homofóbica contra a população LGBT será abordado no capítulo a seguir de forma ampla e detalhada, analisando seu surgimento, formas que auxiliam a sua perpetuação e maneiras de combate e enfrentamento a este fenômeno, tal contexto terá também como foco de análise a realidade brasileira e sergipana - essa última por se tratar do campo de análise deste estudo -, dialogando com algumas realidades a título mundial, destacando para os leitores que a violência homofóbica é uma expressão da questão social fortemente presente em todas as partes do mundo, demandando inúmeras ações interventivas de combate e enfrentamento.

CAPITULO 2: VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

A violência é um fenômeno complexo presente em toda sociedade contemporânea. Conceituá-la torna-se um desafio, tendo em vista as suas multifaces e distintas formas de se fazer presente no cotidiano dos sujeitos. Celmer (2010) explica que: “A expressão violência tem origem na palavra latina *violentia* que significa ferocidade, arrebatamento, veemência; e no verbo “*violare*”, ultrajar, profanar, prejudicar, ferir” (CELMER, 2010, p. 73-74). Dentre as inúmeras conceituações existentes, Minayo (1994) afirma que a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial em que sua complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, afirmando que a noção de violência não faz parte da natureza humana, uma vez que a ela não possui raízes biológicas. Dessa maneira, sua compreensão leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das expressões sociais, apresentando-se nas formas morais, econômicas, psicológicas e institucionais.

Rocha (1996) conceitua violência sinalizando a sua capacidade de desrespeitar os direitos humanos dos sujeitos, causando danos significativos para toda a sociedade, conforme o autor:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (p. 10).

Dentre os conceitos de violência trabalhados por inúmeros pesquisadores de áreas distintas do conhecimento humano, adotamos estes por entendermos a violência como um fenômeno construído socialmente, que atinge diretamente as possibilidades de se vivenciar direitos humanos. A partir de então analisamos a violência homofóbica como uma forma presente e real de se vivenciar este processo de negligência e violação de direitos fundamentais, fenômeno este que se apresenta de diversas formas na sociedade.

Em relação aos tipos e modos de violência, Carvalho (2010) especifica quatro formas mais comuns, reportando-se em relação à violência física, psicológica, negligência e sexual. A violência física ocorre quando alguém através da força física com ou não a utilização de instrumentos cortantes, perfuradores, entre outros, causa lesões internas ou externas em outrem.

A psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento de determinado sujeito. Já a negligência se configura como a omissão de responsabilidade de determinado sujeito (normalmente que possua algum dever ou obrigação em relação a outro/os), para com demais sujeitos dependentes. E a violência sexual é toda ação na qual uma pessoa em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, com a utilização de força física, influência psicológica ou uso de armas ou substâncias que causam dependência.

Além dessas formas e modos de violência conceituados pelo autor, este fenômeno ainda possui algumas outras maneiras de se apresentar na sociedade, a exemplo da violência patrimonial que é um ato de violência que implica dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores materiais. A violência moral, que se destaca como uma ação destinada a caluniar, difamar, desqualificar ou injuriar a honra ou a reputação de determinado sujeito.

Entre os tipos de violência diversos autores costumeiramente buscam trabalhar duas formas específicas deste fenômeno: a violência psicológica e a simbólica. A psicológica se caracteriza como o ato ou ação de degradar ou controlar outra pessoa por meio de condutas de ameaça, humilhação, intimidação, isolamento, manipulação ou qualquer outra que prejudique a saúde psicológica, autodeterminação e pleno desenvolvimento de determinado sujeito. No que tange à violência simbólica essa é entendida como expressões de crenças historicamente construídas para fundamentar relações de dominação, neste processo os dominados se constituem parte essencial na reprodução das situações de opressão às quais são submetidos. Tal violência induz ao indivíduo se enxergar e avaliar o mundo conforme critérios e padrões estabelecidos por determinados sujeitos ou grupos distintos (BOURDIEU, 2007; BUSIN, 2008)

A violência homofóbica mesmo perpassando por todos estes modos e formas de violência, possui uma grande raiz na violência simbólica, na qual a padronização é posta em destaque como uma forma de vivência afetiva e sexual digna de ser seguida e respeitada, especificando os sujeitos que fogem desta norma como “refêns” deste processo de violência. De acordo com Rios (2007) a homofobia se manifesta por duas formas de violência: física e não física, a violência física atinge diretamente a integridade corporal dos sujeitos vitimados chegando muitas vezes ao homicídio. A não física consiste no não reconhecimento e na injúria; o não reconhecimento diz respeito à negação do valor ao modo de ser e viver de LGBT, criando condições para modos de tratamento degradante e insultuoso. Já a injúria está relacionada a esta

exclusão da esfera de direitos e impedimento da autonomia social e possibilidades de interação sobre estes sujeitos e a sociedade (RIOS, 2007).

Essa realidade é confirmada por Leony (2006) quando apresenta a homofobia em suas formas e modos distintos de aparecer na sociedade, desde a maior crueldade vivenciada nos assassinatos e suicídios até a utilização de termos estigmatizantes e pejorativos. Atualmente no Brasil, por exemplo, a forma comumente utilizada para ofender um homem é chamá-lo de homossexual, vulgarmente rotulado de “viado ou bicha”. Isso mostra que a homossexualidade ainda está ligada a uma visão negativa e desagradável, a partir do momento em que nomear alguém como “viado”, “bicha”, “mulherzinha” ou demais outros termos, faz referência às formas de vivências afetivossexuais que divergem da heterossexualidade como um sinônimo de algo indesejável e desprezível, caminhamos, portanto, em direção à naturalização da heterossexualidade em detrimento da desnaturalização da homossexualidade.

Mott (2006) traz uma outra realidade sobre a homofobia bastante pertinente, sinalizando que esse fenômeno não atinge apenas a população LGBT, mas também heterossexuais que apesar de não se identificarem como homossexuais, aparentam ou lhes são atribuídas características que fazem com que os perpetrados da violência os classifiquem como LGBT. Essa afirmação é confirmada no relatório de violência homofóbica no Brasil divulgado pela SDH/PR no ano de 2011, quando os dados dos casos de homofobia notificados também alertaram pra situações de violência homofóbica cometida contra os indivíduos que apesar de se autoidentificarem como heterossexuais e/ou cisgênero, foram vítimas deste tipo de violência por serem confundidos com LGBT ou possuir formas, modos e comportamentos reconhecidos como destoantes da heteronormatividade (BRASIL, 2012).

Em relação aos locais onde acontecem as várias formas de violência contra a população LGBT, conforme o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil de 2011, divulgado pela SDH/PR, entre as 6.809 denúncias, foram reportadas 18,65 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia, ou seja, a cada dia 4,69 pessoas foram vítimas deste tipo de violência da qual 5,5% aconteceram em instituições governamentais: escolas e universidades foram local de 3,9% das violações, instituições de saúde como hospitais foram palco de 0,9% das ocorrências, as instituições de segurança pública (delegacias, cadeias e presídios) correspondem a 0,7% das violações. Já em locais como igrejas, bares, boates, praias, rios, lagoas, terrenos baldios, construções abandonadas, banheiros públicos, postos, albergues, motéis, pousadas dentre outros foram notificadas 0,2% das violações, entre estas a violência

psicológica se destaca com o índice de 42, 5%, seguidas da discriminação, com 22, 3% e da violência física com 15, 9% dentre outras (BRASIL, 2012).

No que concerne aos dados de violações divulgadas pelo relatório, um fator de destaque para este estudo é justamente as violações de caráter institucional, dentre estas 2,4% do seu total destaca-se a homofobia institucional dentre suas formas, 35,5% se refere à recusa de atendimento, com 13,3% em relação à violência policial (BRASIL, 2012). O referido documento ainda argumenta que esse tipo de violência tende a revitimizar a população LGBT quando esta busca acessar a rede de apoio e acolhimento às vítimas de violência, manifestando-se nas mais diferentes esferas, a exemplo da segurança pública, dos órgãos de saúde, entre várias outras.

A realidade da violência homofóbica não se encontra presente apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo a exemplo da Croácia, Estônia, França, Alemanha, Berlim, Reino Unido, Estados Unidos dentre outros. Nesses países aconteceram nos últimos anos várias formas de ataques à população LGBT em inúmeros ambientes de circulação deste público como em festas organizadas pelo movimento LGBT, ações com casais em pontos de ônibus, casas particulares etc. Um outro fato bastante real nestes países é a proibição da realização de paradas LGBT partindo de líderes políticos e religiosos, além da insegurança destes eventos marcados pelos atos de violência com seus participantes em forma de ataques violentos como os acontecidos em países da Europa, a exemplo da Letônia Riga onde vários manifestantes antigays lançaram nos participantes da parada ovos e sacos de fezes como forma de protesto (HOMOPHOBIA, 2007).

As estatísticas dos casos de violência homofóbica em outros países também são assustadoras. Em Londres, por exemplo, foram registrados 1.294 casos no ano de 2005, estes números representam apenas uma simbólica amostragem do que de fato acontece com essa população em todas as partes do mundo, uma vez que cerca de 90% dos crimes de ódio homofóbico não são notificados, a suspeita do autor é que esses tipos de crimes subnotificados ocorram com mais frequência que a violência racial. A ausência de estatísticas sobre tais crimes com motivação homofóbica é um problema não apenas no Brasil, mas também na França, Alemanha e demais países. Os que fornecem melhor monitoramento em relação aos dados estatísticos dos casos de homofobia são o Canadá, a Suécia, os Estados Unidos e o Reino Unido. Dentre esses, apenas os Estados Unidos produzem estatísticas oficiais abrangentes a nível nacional (HOMOPHOBIA, 2007).

A homofobia se apresenta com diversas formas de violência podendo ser praticada tanto por outros indivíduos contra o sujeito “alvo da situação de violência” sendo este LGBT ou não, como do próprio sujeito consigo mesmo. Um exemplo vivo desta realidade é o suicídio de jovens LGBT, advindos de motivações homofóbicas, Gomes e Castelluccio (2009) demonstram essa realidade quando afirmam que, segundo estudos norte-americanos, um terço dos LGBT possui tendências suicidas antes dos 17 anos, aumentando o risco de suicídio destes jovens sete vezes mais que os heterossexuais por questões que competem a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Os autores ainda trazem como ambientes que favorecem essa conduta as atitudes homofóbicas dos amigos, professores e família, bem como a carência de locais onde essa população possa buscar apoio, o despreparo de profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública no atendimento a esta demanda causando revolta e situações de revitimização destes sujeitos, além dos fatores individuais como o desejo de não exteriorizar sua orientação sexual e identidade de gênero e o alto índice de conflitos psicológicos.

Conforme Junqueira (2009) e Souza (2015) a homofobia passa a ser vista como um verdadeiro fato de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, saúde, trabalho, segurança, aos direitos humanos em geral. Transcendendo tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e violência contra a população LGBT. A homofobia diz respeito a mecanismos e valores de exclusão, relações de poder, sistemas de crenças e representações voltados a naturalização de uma forma única e legítima de sexualidade centrada na heterossexualidade.

Desse modo, conforme Rios (2007):

A homofobia, como expressão discriminatória intensa e cotidiana, ocorre sempre que distinções, exclusões, restrições ou preferências anulam ou prejudicam o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública (p. 131).

A violência homofóbica se materializa de diversas formas, maneiras, modos, tipos e em várias situações, em todos os ambientes, locais e meios que possuam tanto sujeitos LGBT quanto indivíduos que tenham comportamentos ou estereótipos assemelhados a condicionalidades estigmatizadas. Colling e Nogueira (2014) demonstram que as violências física, psicológica, simbólica, dentre outras formas são bastante visíveis no Brasil em diversos casos de pessoas heterossexuais que foram violentadas por serem confundidas por

homossexuais ou apresentarem comportamentos que são reconhecidos como “inadequados” ou “anormais” aos padrões heterossexuais.

Destarte Borrillo (2010) indica que a violência e a discriminação ocorrem frequentemente perante a maior indiferença da população, pois cotidianamente são divulgados numerosos índices referentes a casos de violência contra a população LGBT, e não há por outro lado uma significância destes fatos. Além disso, ainda existe um grande número de países que não descriminalizaram a homossexualidade em que a maior parte dos casos é punida com detenção, flagelação e condenação à morte, a exemplo do Afeganistão, Irã, Mauritânia, Tchecônia e Sudão.

Em outras palavras, a homofobia para Leal e Carvalho (2008) não se apresenta como um sentimento que se limita ao medo de um determinado grupo ou pessoas, mas abarca quaisquer atitudes de caráter de rejeição que venham a negar outras formas de vivência amorosas e sexuais que não a heterossexual, monogâmica e reprodutivistas. Para os autores, esse tipo de rejeição faz florescer inúmeras atitudes de violência física e simbólicas, ações responsáveis por várias mortes, mutilações físicas e psicológicas de acordo com as constantes denúncias realizadas pelas entidades de defesa dos direitos de pessoas LGBT e de direitos humanos aos órgãos públicos.

2.1 A Realidade da Violência Homofóbica no Brasil

No Brasil é comum nos depararmos com diversos crimes relacionados à população LGBT, atos de violência e crueldade já se tornaram manchetes de jornais e notícias populares. Jesus (2003, p. 231) define um crime homofóbico como “toda espécie de agressão física, verbal ou psicológica contra a pessoa natural, em função da orientação homoerótica da vítima”. De acordo com Trevisan (2000) na década de 1980 e início dos anos 90, estes crimes contra LGBT em forma de assassinatos cresceram assustadoramente no país com índices bem significativos nas maiores das cidades brasileiras. Para Waiselfisz (2011) nos últimos 30 anos, o número de casos de assassinatos de homossexuais no Brasil ultrapassou a cifra de um milhão de vítimas.

A violência homofóbica perpassa por todos os modos e formas de violência seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial dentre outras. Esse tipo de violência tem sido bastante presente no mundo inteiro, e principalmente no Brasil que hoje lidera o ranking mundial entre os países que mais assassina LGBT no mundo (EUROPE, 2016; GGB, 2016). Dhnet (2010) informa que a cada duas semanas são mortos cinco LGBT no País. Este contexto demonstra

que nem nos países onde a prática homossexual é criminalizada, a saber, países islâmicos e africanos, e em nações onde os crimes de ódio são frequentes, a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra, ceifam-se tantas vidas LGBT como no Brasil, ou seja, nenhum outro país da América Latina possui tantos assassinatos a este público alvo como no Brasil.

Sobre os dados estatísticos referentes à violência homofóbica no Brasil o Grupo Gay da Bahia realiza um levantamento estatísticos dos casos de assassinatos e suicídios de LGBT no país, através da mídia com noticiais de jornais, internet e informações enviadas pelas ONGs LGBT de todo o Brasil, relacionados a assassinatos e suicídios de LGBT. De acordo com o relatório referente ao ano de 2015, no Brasil foram registradas 318 mortes de LGBT e sujeitos que apresentaram comportamentos ou posturas que divergem dos padrões heterossexuais, dentre essas 52% foram de gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais, 7% heterossexuais confundidos com gays e 1% amantes de travestis. Esses dados correspondem a uma morte em cada 27 horas no país (GGB, 2016).

A Transgender Europe (TGEU) também sinaliza dados preocupantes em relação às mortes das pessoas trans no mundo, destacando o Brasil como o país que mais executa mortes relacionadas a esses sujeitos. No ano de 2016, a TGEU publicou em sua página na internet uma atualização dos resultados do observatório de pessoas trans assassinadas no mundo, com um levantamento de 65 países, o estudo foi realizado entre 01 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2015, obtendo o total de 2.016 homicídios. Dentre as seis regiões do mundo que se destacaram com os maiores índices o Brasil se encontra em primeiro lugar com (802) casos, logo após vem o “México com (229), Colômbia (105), Venezuela (98) e Honduras (79) na América Central e do Sul; Estados Unidos (132) na América do Norte; Turquia (41) e Itália (33) na Europa; e Índia (54), Filipinas (40), e Paquistão (34) na Ásia” (EUROPE, 2016, p.1).

Outra fonte de dados estatísticos referentes às ações violentas contra LGBT no Brasil é quantificada através dos registros do Disque 100, da SDH/PR, Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, do Disque Saúde e da Ouvidoria do Sistema único de Saúde, além de e-mails e denúncias enviadas ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e à Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT.

Os dados competem não apenas a situações de assassinatos como também às várias outras formas de violência como a psicológica, patrimonial, dentre outras. O último relatório elaborado pela SDH/PR, divulgado em 2012, registrou o total de 3.084 denúncias de 9.982 violações de direitos humanos de caráter homofóbico, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em 2012 conforme o relatório, foram reportadas por dia 27,34 situações de violação

dos direitos humanos de caráter homofóbico, dessa forma, a cada dia, 13,29 pessoas foram vítimas deste tipo de violência. No ano de 2011 foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBT envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Em 2012 foram realizados 253.098 atendimentos via Disque 100, sendo 168.690 denúncias registradas 1,8% (3.017) destas denúncias se aludem a violações cometidas contra a população LGBT (BRASIL 2013; FONTES, 2014).

Em se tratando de violência homofóbica relacionados à orientação sexual e/ou identidade de gênero, não diferentemente que em outros estados da federação brasileira, em Sergipe é possível encontrar um número considerável destes acontecimentos. Conforme Oliveira (2013) entre os anos de 1980 e 2010, a taxa de assassinatos de LGBT no estado de Sergipe comparados aos demais estados brasileiros aumentou significativamente saindo de 23,3% do ano 2000 para 33,3% em 2010. Outro problema que o autor aponta é que dentre todos estes assassinatos apenas 39% dos mesmos os réus foram condenados, ou seja, a maioria ficou impune. “Assim, apenas 46% dos assassinos receberam penas entre 20 e 25 anos, enquanto 27% tiveram que cumprir penas entre 12 e 18 anos”, (OLIVEIRA, 2013, p.139-140). De acordo com o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil em 2012 da SDH/PR o índice de violências contra LGBT aumentou 342 % no Estado de Sergipe entre 2011 e 2012 com destaque para as violências físicas e psicológicas (BRASIL 2013; FONTES 2014).

A maioria dos dados estatísticos referentes aos casos de violência homofóbica se associa aos assassinatos e suicídios de LGBT, advindos mais das notícias da mídia do que de registros policiais oficiais, (LEAL; CARVALHO, 2008). Os dados referentes às várias outras formas de violência contra essa população caracterizados como homofóbicas ainda são pouco registrados no país (com exceção dos coletados pelo Disque 100). Um problema bastante presente quando falamos de casos de homofobia é a quantificação estatística por meio dos Boletins de Ocorrências – B.O, registrados nas delegacias e órgãos de Segurança Pública dos Estados Brasileiros. Simões e Facchini (2009) reafirmam tal informação ao assinalarem que o sistema policial em geral ainda não realiza o registro adequado de ocorrências contra a população LGBT (existem algumas exceções de iniciativas recentes e isoladas), este fato faz com que inexista a criação e manutenção de um banco de dados a respeito dessa realidade. O Estado brasileiro não registra em seus boletins de ocorrência e laudos cadavéricos as informações sobre a orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas, e a motivação do crime especificando como homofóbico, dificultando a identificação e a sistematização dos dados referentes a esse fenômeno (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com essa conjuntura, o Brasil possui apenas algumas ações pontuais que buscam garantir uma sistematização de dados aos casos de homofobia, a exemplo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro que no ano de 2009 incluiu um campo no boletim de ocorrência para este registro (OLIVEIRA, 2013). No ano de 2013, através da portaria de nº 4818, de 25/11/2013, o Estado do Pernambuco passou a identificar nos boletins de ocorrência os campos “nome social”, “orientação afetivo-sexual”, “identidade de gênero” e a “motivação homofóbica” (RECIFE, 2013).

A ausência de dados estatísticos sobre a população LGBT não atinge apenas as questões da violência, mas adentra diversos outros aspectos importantes como a quantidade de pessoas que alegam possuir identidade de gênero e orientação sexual diferentes da heterossexualidade, os índices de gays, lésbicas, travestis e transexuais brasileiros, dentre outros. De acordo com o relatório da SDH, a escassez de dados demográficos quanto à população LGBT no país ainda é suprida pelos órgãos públicos, atualmente apenas o último Censo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2010, informou dados referentes a quantidade de casais homoafetivos no Brasil, existindo cerca de 60.002 casais do mesmo sexo (BRASIL, 2012).

Em relação à ausência de dados estatísticos dos casos de homofobia no Brasil, Daniel Borriolo, em uma entrevista com Debora Diniz publicada no livro Notícias de Homofobia no Brasil, afirma que o governo brasileiro não está fazendo praticamente nada contra a homofobia, para o autor o fato de não haver dados estatísticos oficiais já expõe a banalização do tema, ou seja, a maneira como o Estado se omite não atuando sobre a questão da violência homofóbica. A forma que o Estado produz as estatísticas já é um tipo de discriminação. Desta maneira, o autor defende a importância de formar policiais e um sistema policial qualificado para lidar com as ocorrências de violência contra a comunidade LGBT, sendo necessária também a construção de uma política estatística relevante (BORRILO, 2014). Entende-se aqui estas medidas como iniciativas essenciais para iniciar um trabalho de quantificação estatística mais eficaz, porém não podendo ser adotadas como medidas únicas e satisfatórias nessa luta de enfrentamento da homofobia, uma vez que a ausência de dados estatísticos oficiais provoca várias implicações nesse processo, mas este problema não pode ser visto como a seta principal e única na busca pela resolubilidade da questão.

De acordo com Leal e Carvalho (2008) a ausência dos dados estatísticos deve ser vista a partir de um conjunto de políticas públicas referentes a esta população, que não possui seus direitos e garantias básicos assegurados. Tal contexto é bastante argumentado principalmente pela população Trans, que em muitos relatos acerca da busca por atendimentos na área da saúde, principalmente no momento em que tentam o acesso a direitos referentes ao seu processo

transexualizador, muitos destes indivíduos não possuem êxito em relação às respostas do Estado (apresentadas aqui no atendimento dos profissionais dos órgãos estatais), que alega não haver índices quantitativos necessários para justificar a oferta ou ampliação de tais serviços a esta população, ou seja, a ausência de dados estatísticos ajuda no processo de sua invisibilização.

Diante desta realidade os autores afirmam que é urgente a quantificação de dados sociodemográficos consolidados sobre a população LGBT brasileira sendo este o primeiro passo para que se tenha uma visibilidade do contingente populacional, a ausência destes dados dificulta o reconhecimento de direitos humanos e de cidadania para estes sujeitos. O reconhecimento da existência e demandas de forma direta ajudaria no combate à homofobia a partir de informações não especulativas sobre o alvo da violência motivada pelo simples ódio.

É importante frisar que no atendimento profissional com qualquer LGBT, todos os dados referentes às suas especificidades (resguardadas as questões de sigilo profissional) devem ser rigidamente documentados nos prontuários e documentos profissionais, tais informações, conseqüentemente, chegarão aos relatórios mensais e anuais institucionais apresentando-se como mais uma forma de pontuar estatisticamente a existência de demandas e a necessidade de atuação com este público.

Conforme os diversos autores estudados para a construção desta pesquisa, os casos de homofobia (notificados e subnotificados) possuem algumas particularidades que a diferenciam de vários outros tipos de violência contra as tidas minorias sociais como a violência contra a mulher, o negro, a criança e o adolescente entre outras. Algumas questões pertinentes a serem estudadas aqui em relação a esses casos são a revitimização, a subnotificação e a impunidade, detalhadas nos tópicos a seguir.

2.2 Casos de homofobia: subnotificação, revitimização e impunidade

Para a realização de um atendimento às vítimas de casos de homofobia, é primordial saber como eles se apresentam no dia a dia das instituições responsáveis por acolher, notificar, atender, acompanhar, encaminhar e resolver tais demandas. Além do problema em relação aos dados estatísticos sobre os casos de homofobia, existe ainda o grande índice de subnotificação, que é a ausência de denúncia sobre uma determinada violação de direito que o indivíduo (vítima) deixa de realizar nos órgãos estatais (OLIVEIRA, 2013).

O GGB, ao realizar o levantamento estatísticos dos casos de assassinatos e suicídios de LGBT no país através da mídia, com notícias de jornais, internet e informações enviadas pelas

ONGs LGBT de todo o Brasil, alega que a subnotificação destes crimes é um fato notório no país, uma vez que os índices de violência divulgados anualmente representam apenas a ponta de um *iceberg* de violência e sangue. Para a organização, a realidade ultrapassa as estimativas, sobretudo nos últimos anos quando policiais e delegados, sem provas, acabam descartando a presença de homofobia em muitos dos “homicídios” cometidos contra LGBT. Outro fator também frequente na análise dos crimes notificados é a impunidade dos culpados, que é tida aqui como uma forma de homofobia institucional, a impunidade também provoca outra questão muito comum nestes casos que é a revitimização desta população (GGB, 2015b).

Leony (2006) e Oliveira (2013) apontam que é bastante frequente existirem razões ligadas a inúmeras situações que alimentem o processo de subnotificações dos casos de homofobia entre estas destacam-se: 1) as razões ligadas a variáveis situacionais (proximidade entre a vítima e o delinquente, inexpressivamente do dano); 2) prevenção da privacidade ou temor da exposição; 3) a ineficácia das autoridades policiais (a crença que denunciar é inútil, incômodo e oneroso).

No primeiro item algumas questões são pontuadas pelos autores:

b) Os vínculos afetivos e familiares entre vítimas e sujeitos autores das situações de violência é um dos principais problemas que provocam a subnotificação destes casos (muitas situações de homofobia acontecem dentro do âmbito familiar entre pais, irmãos, tios, tias, avós etc., a relação afetiva e hierárquica muitas das vezes influenciam um bloqueio no processo de notificação destes casos);

c) A dependência financeira e emocional das vítimas (muitas destas apresentam-se em situações de dependência dos próprios sujeitos autores das situações de violência, seja ela de caráter financeiro ou emocional) delimita as ações das vítimas em notificar os casos de violência mantendo-as caladas e submissas a certas condições, pois, nesse caso, notificar seria uma forma de trair a confiança dos possíveis autores e quebrar o vínculo afetivo e financeiro dependente das vítimas;

d) As condições profissionais e de moradia; (várias vítimas de casos de homofobia são violentadas em locais de trabalho, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais são agredidos pelos sujeitos tidos como “patrões” ou “clientes” destes indivíduos, seja em empresas, órgãos públicos ou privados ou nas noites (contexto muito comum com LGBT profissionais do sexo), muitas situações de homofobia são perpetradas e ao mesmo tempo silenciadas tanto pelo receio de futuras e novas situações de violências das vítimas quanto pela necessidade de manter-se trabalhando ou residindo no respectivo lugar onde sucedeu a agressão.

Outro fator pertinente é a dificuldade de provas para comprovar que tais violências foram decorrentes da orientação sexual e ou identidade de gênero dos sujeitos LGBT, em muitos casos o que são colocados em exposição são diversos outros fatores alegados pelos possíveis autores das situações de violência quando suspeitos por provocar tais ações, como forma de “mascarar” seus atos discriminatórios contra as vítimas LGBT na tentativa de culpabilizá-las através de certas “desculpas” para não admitir suas posturas homofóbicas, como: a indisciplina no ambiente de trabalho; o corte de gastos necessários; possíveis situações de descuido e falta de compromisso com a instituição empregatícia entre outras. Muitas das vezes a postura da vítima LGBT é mais colocada em cheque e as condições de vida e trabalho em que ela se encontra do que a situação de violência vivenciada por ela, ou seja, diversos profissionais ao atender casos de violência homofóbica, chegam a culpabilizar a própria vítima, alegando que a razão do ato violento associa-se à exposição na noite e às condições de prostituição que alguns LGBT vivenciam. A postura destes profissionais além de vitimizar e levar a subnotificação destes casos de violência homofóbica, ignoram as condições de subsistência e a própria violência sofridas pelas vítimas, fazendo com que passem da condição de vítimas para réus (LEONY, 2006; OLIVEIRA, 2013).

É importante destacar, embora este não seja o foco desta pesquisa, que o mercado de trabalho para a população LGBT nem sempre se encontra tão acessível, pois além da comum e costumeira concorrência laboral existe o preconceito e a discriminação, principalmente com travestis e transexuais e sujeitos que exteriorizam de forma clara sua orientação sexual e ou identidade de gênero. Desta maneira o que muitas vezes sobra para tal população são condições e situações de trabalho mínimas e exploratórias, causando uma relação de dependência.

Sobre o segundo item, os autores relatam que o medo da exposição das vítimas ao denunciar uma situação de violência decorre da não aceitação ou recusa de exteriorizar sua sexualidade. Vários sujeitos LGBT ainda não se sentem seguros em relação à exposição de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, notificar alguma situação de violência é o mesmo que abrir as portas do “armário” e colocar-se em um determinado grupo mesmo que seja de forma pontual e momentânea, até porque a motivação dos fatos pode levar a deixar claro que tal sujeito vivencia ou possui suspeitas que experimentou situações afetivas e sexuais com sujeitos do mesmo sexo ou com identidade de gênero homoafetiva. Este fenômeno é relatado por Borrilo (2009) como homofobia interiorizada, nascida e internalizada dentro do próprio sujeito LGBT, isto bloqueia a autoexposição e a identificação como pertencente a este grupo, negando-lhes seus desejos e sentimentos (LEONY, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Em relação ao terceiro item: o descrédito na atuação dos órgãos do Estado diante destes casos é um fator bastante presente nos relatos de LGBT vítimas de ações homofóbicas conforme (LEONY, 2006). Outro fator muito presente que estimula a subnotificação dos casos de homofobia é o preconceito incutido em profissionais de segurança pública que muitas das vezes no exercício de suas atividades em delegacias de polícia, culpam as vítimas por terem sofridos tais violências mediante a seguinte afirmação: “pediu para ser hostilizada”, podendo evitar tal situação se não tivesse comportamentos e posturas que divergissem dos padrões heterossexuais (LEONY, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Em dados específicos, Leony (2006) aponta em uma pesquisa realizada com vítimas de casos de homofobia no estado de Sergipe que o medo das vítimas em relação aos sujeitos autores de situações de violências, se apresenta com 20,3% da motivação que fragiliza o registro das ocorrências, seguindo do medo da ridicularização ou discriminação pelos agentes de segurança pública” 19,5%. Outro fato levado em consideração é “o constrangimento e a vergonha” 15,4% ou o “descrédito em relação à atuação do judiciário” 10,6% no trabalho com esta demanda.

É possível perceber que a maioria dos fatos que auxiliam no processo de subnotificação e de revitimização dos casos de homofobia estão diretamente ligados ao processo de atendimento pelos profissionais servidores dos órgãos estatais de proteção aos direitos humanos. Isso evidencia a extrema importância e necessidade para toda população LGBT de uma atuação profissional capaz de atender suas demandas, além de garantir a prevenção, proteção e o reparo necessário para evitar novas situações homofóbicas.

Todas estas situações além de aumentar o índice de subnotificações dos casos de homofobia para com a população LGBT, tornam-se cada vez mais perigosas quando as próprias vítimas ao agirem assim não percebem que estão se vitimizando, negando-lhes possíveis oportunidades de buscar seus direitos negligenciados ou violados, potencializando de certa forma a ausência do Estado em buscar responder tais demandas. É importante destacar uma ação bastante significativa realizada pelo Reino Unido para superar o problema da subnotificação dos casos de violência contra a população LGBT. O país objetiva superar tal problemática com a ajuda da implantação do sistema de "notificação de terceiros", em que determinadas agências podem denunciar os crimes de ódio em nome das vítimas (HOMOPHOBIA, 2007). Este fato é instigante por demonstrar claramente o aspecto de responsabilidade social da homofobia, retirando o olhar particularizado que embute nos LGBT e seus familiares e amigos a grande responsabilidade de combater a homofobia, sendo esta questão uma responsabilidade de todos.

Sobre o processo de revitimização, Leony (2006) alega que pode acontecer tanto por profissionais que atuam, mas esquecem o sofrimento da vítima, não se importando com suas necessidades e expectativas, quanto pela vítima, ao ver ela própria colocada sob suspeita ou compelida a incentivar de alguma forma a eficiência policial, normalmente pelo pagamento de propinas. O autor ainda afirma que as entidades de defesa dos direitos dos homossexuais denunciam constantemente a revitimização secundária promovida pelos órgãos do estado. É *mister* ressaltar que os atendimentos prestados às vítimas de violência homofóbica, se não tiver como foco a viabilização dos direitos humanos, acabam vitimizando tais sujeitos de forma a negar-lhes novamente o direito a sua livre expressão afetiva e sexual, enfatizando a cultura heterossexista da sociedade contemporânea.

Este contexto é reafirmado na pesquisa de Santos e Moreira (2015) intitulada O caminho institucional para a entrada ou saída no armário: representações sociais de homossexuais sobre os cuidados prestados a sua saúde em serviços públicos e/ou privados nos municípios de Ilhéus e Itabuna-BA. A referente pesquisa foi realizada com mulheres e homens LGBT filiados e cadastrados nos grupos de defesa aos direitos desta população; EROS e HUMANOS, que frequentassem serviços públicos e/ou privados de atenção à saúde.

Os resultados do estudo demonstraram que todos os LGBT entrevistados apontaram o despreparo dos profissionais de saúde em atender suas necessidades pela compreensão dicotômica destes indivíduos no que diz respeito à sexualidade, perpetuando um cuidado despersonalizado, quando existe uma precarização do cuidado, este imbuído de pré-julgamentos e preconceitos que estigmatizam estes usuários dos serviços de saúde, vendo-os de forma vertical e estereotipada. A pesquisa concluiu que os serviços de saúde são estruturados de forma heteronormativa, segregando e despertando práticas discriminatórias, como a homofobia e o sexismo. Além do presente despreparo dos profissionais de saúde em relação ao conhecimento sobre identidade sexual e de gênero bem como o enraizamento e o reflexo da cultura normativa nas suas práticas em saúde (SANTOS; MOREIRA, 2015).

A área da saúde é muito requisitada quando falamos de situações de violência homofóbica, logo após o acolhimento dos órgãos de segurança pública as vítimas de situações de violência, caso seja visível a necessidade de um atendimento relacionado aos cuidados com a saúde, são encaminhadas a instituições hospitalares, ambulatoriais e de perícias (no caso de violência físicas, sexuais, dentre outras) para o reparo nas condições de saúde fragilizadas pelas situações de violências e realização do exame de corpo delito como uma forma também de registrar as condições de saúde da vítima diante das agressões sofridas.

Se o atendimento nestes órgãos reforçarem as práticas discriminatórias e violentas vivenciadas pelas vítimas, tais situações podem cooperar para o que chamamos aqui de revitimização e subnotificação dos casos de homofobia. É preciso entender que toda rede de proteção aos direitos humanos deve estar estritamente preparada para acolher, atender, e acompanhar a população LGBT, evitando a constante promoção e perpetuação das situações de violência homofóbica contra este público alvo.

Leony (2006) afirma que a maior parte dos fatos que auxiliam no processo de subnotificação e de revitimização dos casos de homofobia estão diretamente ligados ao processo de atendimento destes casos pelos profissionais servidores dos órgãos estatais de proteção aos direitos humanos. Desta maneira uma atuação profissional capaz de atender as demandas desta população além de garantir a prevenção, proteção e o reparo necessário para evitar novas situações homofóbicas é de extrema importância e necessidade para toda população LGBT.

Kirchoff (1990) destaca que este processo de revitimização acontece tanto no momento do atendimento quanto no decorrer do processo quando nos resultados dos julgamentos dos casos notificados (desfavorável às vítimas), isto diretamente contribui para a subnotificação. O autor alega ainda que um dos grandes desafios voltados para o atendimento das vítimas de casos de homofobia é justamente um atendimento que não foque apenas na denúncia em si como única demanda a ser respondida, mas um atendimento qualificado e preparado capaz de enxergar os sujeitos para além das situações de violência, reduzindo o sofrimento e garantindo a proteção destes sujeitos.

Em relação à impunidade dos casos de violência cometidos contra LGBT, Carrara e Viana (2001) fizeram um levantamento com 105 registros de ocorrência policial relacionados a homicídios de homossexuais que resultaram em 80 processos no poder judiciário. Deste total foram analisados 57 casos, as conclusões desta análise mostram claramente a realidade da impunidade no sistema judiciário criminal para esses processos. Desta forma, a homofobia se articula de maneira mais complexa e sutil afetando diretamente as representações de policiais, promotores, juízes e advogados em relação à homossexualidade. Um fator que os autores trazem em questão é o pensamento dos sujeitos julgadores dos casos em considerar que as vítimas (LGBT) contribuíram através de seu comportamento com uma “vida de risco” para a sua morte ou como reféns de uma “patologia”, tais representações acabam determinando o rumo das investigações e etapas dos processos mesmo em casos que o julgamento leve a condenação dos autores das situações de violências.

Silva (2005) afirma que a impunidade destes tipos de crimes serve para culpabilizar as vítimas da violência justificando o crime pelo que a pessoa, nestes casos os sujeitos (LGBT), são. Ou seja, o comportamento e as suas práticas sexuais se tornam motivos de justificativa para tamanhos atos de crueldade. Este fato muita das vezes amedronta a LGBT e a impede de testemunhar e denunciar situações de violência.

A impunidade dos casos de homofobia não se resume apenas às questões de sentenças dos casos que tramitam no poder judiciário brasileiro, Carrara e Viana (2004), Leal e Carvalho (2008) atestam que o “desprezo” pelos crimes de homofobia faz com que uma parcela muito significativa deles cheguem aos tribunais, muitos ficando restritos aos círculos familiares e/ou profissionais ou ainda com investigações dadas por encerradas pela polícia, que normalmente tem dificuldade de qualificar o crime ou alega a impossibilidade de determinar a autoria, nos casos de assassinatos ou violência física.

Tal realidade é comum no Brasil. Um estudo realizado por Carrara e Viana (2004) sobre a ambiguidade do pensamento homofóbico quando do julgamento de crimes contra homossexuais no Rio de Janeiro retrata este contexto. No artigo As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980, os autores analisam crimes contra homossexuais cometidos na capital carioca ao longo da década de 1980, concentrando-se naqueles classificados por eles como “crimes de lucro”, pois as vítimas tiveram também seus bens levados pelos assassinos. A seleção dos crimes para análise foi feita a partir de notícias em jornais, mas as representações do “homossexual”, com as implicações daí decorrentes para os trâmites policiais e judiciários foram levantadas em consultas aos arquivos da polícia e da justiça.

O resultado do referente estudo relatou que a maioria das sentenças destes casos foram movidas por uma visão preconceituosa e discriminatória de algumas autoridades ao julgar a orientação sexual das vítimas como uma condição de “fraqueza sexual e moral”, muitas vítimas foram consideradas “pederastas passivas”, fazendo com que seus assassinos, que em muitos casos concretizaram relações sexuais com as vítimas, não sejam vistos como homossexuais. A culpa destes sujeitos para alguns juízes está em tirar proveito de vítimas vistas em sua maioria, como dignos de pena. Uma vez que a sentença condena os criminosos, ela automaticamente atinge moralmente as vítimas apresentadas com adjetivos homofóbicos que não deixam dúvidas quanto à repulsa pelo “comportamento anormal” dos assassinados. Desta forma as sentenças são praticamente atos tomados por reveladoras situações de homofobia.

A pesquisa em destaque ainda mostra que os relatos policiais seguem na mesma linha, sendo comum também o silêncio de testemunhas sobre a orientação sexual ou identidade de

gênero das vítimas. Nesse sentido, o estudo conclui que ainda pesa com frequência, no imaginário homofóbico de juízes, advogados, promotores, policiais, investigadores, testemunhas o discurso homofóbicos para assegurar a inocência dos que estão no banco dos réus. As vítimas são transformadas em únicas e exclusivas culpadas por sua morte, devido ao seu comportamento desregrado e tidos como imorais e vergonhosos (CARRARA; VIANA, 2004).

O livro Notícias de homofobia no Brasil remonta uma análise de como os casos de homofobia divulgados a partir da mídia são vistos, retratados, lembrados e chegam até a mídia. O referido livro aborda uma pesquisa realizada durante seis meses do ano de 2013 em 600 jornais, revistas e blogs, apresentando um fabuloso desenho das denúncias de casos de violência contra a população LGBT no país. Os autores da obra ao analisarem o modelo em que as denúncias e notícias foram construídas e disponibilizadas na mídia fazem várias críticas, conforme os seguintes exemplos:

Primeiro - as narrativas não buscam a justiça pela escuta de quem fala de seu sofrimento (familiares, amigos, companheiros, ativistas LGBT), mas se restringem aos procedimentos de inquéritos, pelos quais se pretende compreender o fato a partir de provas, testemunhas, documentos e certos modos de interrogar. As vozes tomadas como importantes no esclarecimento dos fatos muitas das vezes são de delegados e policiais, fazendo com que as versões contadas se limitem ao conhecimento destes sujeitos.

Segundo - As notícias aparecem como clichês na vida na cidade, ou seja, o noticiário procura silenciar o problema como homofóbico, tratando o fato como um episódio de violência urbana, desconsiderando o processo de subalternização das vidas LGBT, havendo uma certa ausência de classificação de determinado fato como homofóbico. A homofobia passa a ser uma hipótese para o fato e não a causa dele. Desta forma a violência homofóbica aparece como episódios isolados e não como fenômeno social de sofrimento, de direitos humanos e objeto de demanda de políticas públicas.

Terceiro: As vítimas são identificadas na maioria das notícias pela sua orientação sexual ou identidade de gênero e não pelos seus nomes (“o travesti”, “a transexual”), como se a sua sexualidade fosse “a porta aberta” para a concretude dos crimes e não o preconceito e a discriminação dos autores das situações de violência contra esse público.

Quarto: A violência homofóbica apresenta-se na imprensa brasileira, na maioria das vezes, através dos casos de agressões físicas, espancamentos, homicídios ou latrocínios relacionados à sexualidade da vítima. Os casos de agressão psicológica e discriminação só passam a virar notícias quando acompanhados pela agressão física. Logo, para a imprensa, a

homofobia só merece o enfrentamento por meio de políticas públicas quando viola a integridade física.

Quinto: As notícias além de fazerem menção à sexualidade das vítimas como identificação prioritária da informação traz detalhes sobre o comportamento, vestimentas e condições que a vítima foi encontrada numa forma de demonstrar que suas posturas poderiam de forma direta ter provocado tal situação, ou seja, a homofobia é citada aqui como uma possibilidade entre as diversas razões que poderiam ser o motivo que causou a situação de violência, utiliza-se da ideia do homossexual promíscuo, descuidado ou ingênuo para justificar a ocorrência de determinado fato homofóbico (FONTES, 2014).

Nota-se que a dinâmica de construção das notícias apresentadas e divulgadas tende a revitimizar os próprios vitimados (neste caso LGBT), a mídia passa então a ser mais um instrumento de negação e violação de direitos humanos para esta população, reforçando uma cultura heteronormativa bastante desigual e desumana.

Entretanto, nem todo crime contra LGBT é necessariamente um crime homofóbico. Algumas situações são levadas em consideração para o discernimento dos fatos, a saber: a crueldade, a maneira como essas vítimas foram assassinadas e todo histórico, que desagua no ápice do acontecido e serve para discernir se determinado ato ocorreu por distintos fatores ou teve como foco principal a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima (OLIVEIRA, 2013). Os casos de assassinatos contra LGBT costumeiramente possuem um teor forte de crueldade e violência em sua consumação. Mortes por perfuração com objetos injetáveis e cortantes, espancamento, afogamento, carbonização e esquartejamento, mutilações, ou no simples gesto de empalar, ou seja, enfiar um pedaço de madeira no ânus da vítima, como alusão à reparação da honra são comuns nestes casos (OLIVEIRA, 2013).

Silva (2005) reafirma esta realidade quando relata que os crimes de ódio são marcados frequentemente pela crueldade de quem os pratica, utilizando-se de tortura com instrumentos mortíferos e sucessivos números de golpes. Rondon e Gumieri (2014, p. 89) definem crime homofóbico como [...] “um crime causado única e preponderantemente por uma interpretação depreciativa da vivência do gênero das vítimas e pelo julgamento de sua inadequação a uma ordem heterossexual” [...].

Em muitos casos de violência homofóbica, notificados através da DAGV e do CCH no Estado de Sergipe, a atuação do Serviço Social nestes casos em primeiro momento é direcionada a averiguação dos fatos, ou seja, o profissional busca identificar através de seus instrumentos de atuação (entrevistas, visitas domiciliares, institucionais, dentre outros), as razões, motivos e formas que aconteceram as ações de violência contra a vítima, a partir de

então é realizado o atendimento, acompanhamento e encaminhamento do caso. É importante entender que a averiguação dos fatos não pode se constituir como a única ou primordial demanda atendida pela equipe psicossocial dos órgãos de segurança pública do Estado, pois muitos casos de homofobia possuem por trás do fato denunciado diversas outras situações que denotam a violação de direitos humanos e necessitam de uma intervenção mais aprofundada dos profissionais responsável pela demanda.

Uma pesquisa realizada por Silva, Teixeira Filho e Santos (2013) intitulada Caracterização das vítimas de homofobia atendidas na clínica escola de psicologia analisou 15 prontuários de atendimentos de pacientes LGBT vítimas de homofobia feitos por estagiários do 4º e 5º ano do curso de psicologia no período de 2006 a 2011 realizados no Centro de Psicologia e Pesquisa, na Unesp-Campus de Assis – SP. Esse estudo detectou que seis destes LGBT sofreram agressões verbais e físicas, outras seis apenas verbais, os demais não identificaram o tipo de agressão vivida alegando não exteriorizar sua sexualidade para sua família e sociedade. Em relação aos autores das situações de violência 61% são parentes próximos (pai, mãe, irmãos, tios e primos). Entre os locais mais comuns para a realização destas agressões a escola e a força policial foram os mais citados pelas vítimas. Sobre a família, entre os 15 sujeitos da pesquisa 08 não aceitavam sua orientação sexual, os demais afirmaram que o desconhecimento dos pais serve como uma forma de proteção para as possíveis agressões vivenciadas caso eles saibam. Dois destes indivíduos já pensaram em suicídio como forma de fuga das situações de violência vivenciadas cotidianamente principalmente no âmbito familiar.

Em relação a estes dados é possível perceber a imensurável importância do atendimento e acompanhamento de uma equipe técnica psicossocial capacitada nos casos de homofobia. Em relação ao Serviço Social, Souza e Garcia (2014) afirmam que o assistente social é um profissional possuidor de uma formação que lhe permite compreender profundamente o ser social a partir das diversas modificações ocorridas na estrutura da sociedade, bem como, os impactos desta transformação. O profissional possui a capacidade de analisar os fatos de forma crítica, sem estabelecer um conformismo à ordem estabelecida pelas classes ou posturas dominantes, possuindo ainda a capacidade de criar formas de intervenção compatíveis com a situação contemporânea.

Voltaremos a debater sobre este assunto com mais detalhes no capítulo 04 (quatro) deste estudo, intitulado: Homofobia e Serviço Social, ao qual abordaremos de forma detalhada diversas questões sobre a homofobia, o processo de reconhecimento deste fenômeno enquanto demanda de intervenção profissional dos assistentes sociais, bem como a construção teórica e prática do Serviço Social enquanto categoria profissional no enfrentamento à homofobia.

Portanto, para melhor entender como a realidade da violência homofóbica tem-se apresentado no estado de Sergipe (campo de estudo desta pesquisa), analisaremos a seguir um pouco do cenário da homofobia na realidade sergipana, buscando contribuir com esta análise para um melhor entendimento deste fenômeno neste contexto, pontuando neste momento dados sobre a efetivação desta violência e a realidade do estado de Sergipe em relação a outros contextos brasileiros.

2.3 O Cenário da Homofobia no Estado de Sergipe

Quando o assunto é preconceito e discriminação contra as expressões da diversidade sexual e de gênero, o estado de Sergipe se destaca neste debate por ser um dos poucos estados brasileiros que possuem em sua constituição estadual, a proibição contra o preconceito em decorrência da orientação sexual dos sujeitos. Especificamente no Capítulo II que trata dos direitos e garantias fundamentais, no artigo 3º, inciso II, a constituição do estado de 1989 assegura através de suas leis e atos dos seus agentes: “proteção contra discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político-ideológica, crença em manifestação religiosa, sendo os infratores passíveis de punição por lei” (SERGIPE, 1989, p.20).

Além desse, outros amparos legais de cunho estadual e municipal sobre o assunto foram criados como mecanismos de defesa aos direitos de todos os sujeitos que vivenciam práticas homofóbicas no estado. Porém o contexto de violência contra a população LGBT decorrente de sua orientação sexual e identidade de gênero no estado não tem acompanhado as “garantias de proteção legislativas” contempladas há mais de décadas.

A violência contra a população LGBT nesse estado não é diferente dos demais estados brasileiros. Um dos grandes problemas encontrados quando se vai debater tal assunto é a carência de pesquisas científicas e dados estatísticos oficiais sobre esta problemática. Poucas pesquisas acadêmicas buscam problematizar este contexto, por diversas razões, entre estas se destacam: o difícil acesso a pesquisas e dados tanto qualitativos quanto quantitativos específicos destes casos em Sergipe, questões estas que demonstram a grande invisibilidade de forma oficial, comprovadas por documentos de notificações e relatos científicos. Outro fator relevante é a resistência de diversos cursos de graduação e pós-graduação em trabalhar com este tema julgando muitas das vezes desnecessário, irrelevante, intolerável, entre outras possíveis justificativas.

Sobre às pesquisas acadêmicas em relação aos casos de violência homofóbica no estado de Sergipe existe uma verdadeira escassez, pois elas normalmente são realizadas por ativistas de movimentos sociais e pesquisadores e/ou estudantes das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Dentre as poucas pesquisas realizadas, destacam-se algumas feitas no estado de Sergipe sobre esta temática e outra realizada em instituição fora do estado, porém com amostragem correspondente à realidade sergipana, como a pesquisa de pós-graduação (latu sensu) de Leony (2006) intitulada *Homofobia, Controle Social e Política Pública de Atendimento*; a pesquisa de tese de doutorado de Oliveira de 2013 *Desejo, Preconceito e Morte: Assassinato de LGBT em Sergipe (1980 a 2010)* (essa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, porém, como campo de pesquisa o estado de Sergipe) e a de conclusão de curso de graduação de Menezes (2014) intitulada: *Homofobia em Sergipe: análise da atuação da SSP/SE frente aos casos oficiais de homofobia (2010-2013)*, realizada no estado de Sergipe. Todos estes estudos serão fontes de dados e análises para a composição deste capítulo, uma vez que a sua importância se torna imensurável perante o objeto de estudo aqui analisado.

Em relação ao primeiro estudo elaborado por Leony (2006) o autor traz inúmeras problemáticas da violência cotidianamente vivenciadas pela população LGBT no estado, decorrentes do preconceito e da discriminação sofridas em detrimento da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. O autor ao se reportar aos casos de homofobia cometidos no estado de Sergipe informa que as estatísticas de crimes homofóbicos perpetrados em relação a esta população, como o monitoramento e avaliação das ações programáticas no âmbito estatal, nem sempre são disponíveis de forma organizada e sistemática. Este fato dificulta a avaliação da gestão pública nos delitos de ódio a serem combatidos pelas instituições. Tal dinâmica indica a desarticulação entre o processo de produção dessas informações e a tomada de decisões na condução da política estadual de segurança no enfrentamento à violência homofóbica, o que dificulta a maior assertividade e efetividade nas intervenções a serem programadas.

A situação de notificações dos casos de homofobia no estado de Sergipe se configura como um grande problema. As três pesquisas sinalizadas acima afirmam que em Sergipe é muito presente as situações de subnotificação, revitimização e impunidade (LEONY, 2006; OLIVEIRA, 2013; MENEZES, 2014).

A subnotificação dos casos deste fenômeno da homofobia se tornou bastante visível quando nos deparamos com a carência de denúncias oficiais através de Boletins de Ocorrência – B.O em órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe – SSP/SE. Ao buscarmos realizar um levantamento quantitativo destes casos, fomos informados pelos

servidores das instituições responsáveis, que tal demanda não tinha condições de ser respondida, pois nos referidos B.O não havia a especificação de campos que sinalizassem a motivação da violência como homofóbica, e especificassem a orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. Tal contexto, impossibilita o sistema de levantamento de dados da SSP/SE em filtrar os casos que obtiveram sua motivação em ações preconceituosas e discriminatórias contra a orientação sexual e identidade de gênero das vítimas. Desta maneira, não foi possível identificar estatisticamente quantos casos de homofobia foram notificados no estado por meio da SSP/SE, via B.O. Conforme informações dos servidores, tal situação iniciaria seu processo de resolubilidade a partir da implantação de um novo sistema que permita aos servidores especificar o motivo da violência, seu caráter homofóbico e a orientação sexual e/ou identidade de gênero das vítimas, que segundo informação será implementado em 2016.

A ausência de fontes oficiais que possibilitem um levantamento mais preciso dos casos de homofobia no Estado de Sergipe faz com que os dados sejam quantificados através de pesquisas acadêmicas (com aplicação de entrevistas e questionários com o público LGBT, movimentos e órgãos responsáveis em prestar o atendimento a estes sujeitos), reportagens, notícias publicadas na mídia, levantamento documental por meio de denúncias via disque 100 entre outros.

A pesquisa de Leony (2006) que busca demonstrar a realidade da violência homofóbica em Sergipe obteve como fonte de análise vários ativistas do movimento LGBT sergipano, entre estas instituições encontra-se: a Associação de Travestis de Aracaju (UNIDAS) e a Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS), onde foram aplicados 45 questionários com 10 travestis, 10 lésbicas, 20 gays e 05 bissexuais. Visando conhecer se eles sofreram algum tipo de violência homofóbica e como ocorreu o processo de notificação (se existiu), atendimento, intervenção e acompanhamento desses casos por meio dos órgãos de defesa e proteção aos direitos humanos do estado.

Os resultados da pesquisa de Leony (2006) realizada na cidade de Aracaju/SE demonstraram que os casos de violência mais recorrentes contra este público são os de agressões verbais, dentre os 45 respondentes 77,8%, ou seja, 35 indivíduos foram vítimas deste tipo de violência. Já a violência patrimonial, a exemplo de roubos, furtos e extorsões, consumados ou tentados foram de 20%, as agressões físicas equivalem a 18,8% como decorrência das ameaças perpetradas pelos autores das situações de violência, 10%. E por último figuram os abusos sexuais com 7,5%. Do total de 80 ocorrências verificadas, 30 foram praticadas contra as travestis, entre essas 80% vítimas de agressões físicas e 09 das 10 vítimas de agressões verbais. Em relação ao local onde ocorreram as situações de violência, a maior parte dos casos 41,7%,

ocorreu em vias públicas, ou seja, em ruas, estradas, plantações, matagais, campo de futebol, loteamentos, além dos locais secretos procurados nas altas horas da noite pela população LGBT com finalidade de ocultar encontros fortuitos e clandestinos, predispondo e facilitando atos de violência, roubos e agressões físicas. Outro local bastante comum para este tipo de violência conta a população LGBT apresentado na pesquisa foi o próprio ambiente familiar das vítimas, 26,2% dos casos analisados se apresentavam dentro deste contexto, 13,1% no ambiente de trabalho, 11,9% dentro do contexto escolar e 7,1% ocorreram em “órgãos públicos” aqui relatados às delegacias de policiais (LEONY, 2006).

Desta forma, Leony (2006) a partir da sua pesquisa, reafirma o grande problema da quantificação destes casos por meio dos órgãos de segurança pública do estado que reflete apenas uma parte do fenômeno da criminalidade, pois existe uma distância considerável em relação aos casos notificados no estado e a realidade da homofobia na vida da população LGBT, ou seja, há um grande índice de subnotificações, visto que vários indivíduos não registram as ocorrências, como também existem as várias representações às quais pode estar sujeito um mesmo dado. Outra questão bastante pertinente levantada nas análises da pesquisa de Leony (2006) em relação aos casos notificados no estado é a impunidade. Conforme o autor, 36% das ocorrências de casos de homofobia notificadas na SSP/SE até o ano de 2006, conforme os entrevistados, “nada foi investigado”, alguns destes casos foram registrados na Delegacia Plantonista, sendo que as vítimas afirmaram terem sido tratadas com descaso, diferentes do tratamento despendido pelas Delegacias de Grupos Vulneráveis DAGV quando do encaminhamento e solução de tais ocorrências.

Os índices de subnotificação dos casos de homofobia são confirmados na pesquisa de Leony (2006) ao verificar que 74% das ocorrências observadas em sua pesquisa não foram notificadas nas delegacias. Dentre estes, 18% dos entrevistados registraram ocorrências apenas uma vez, enquanto 8% fizeram o comunicado das violências sofridas em mais de uma oportunidade, o autor confirma as informações já relatadas neste estudo, quando sinaliza que a resistência de LGBT em irem às delegacias notificar as situações de violência das quais foram vítimas se dá muitas vezes pelo temor de não serem bem recepcionados, passando por situações constrangedoras e discriminatórias advindas dos servidores da Segurança Pública do Estado.

A impunidade dos casos de homofobia notificados no estado de Sergipe é um fator importante que reafirma o índice de homofobia institucional realizado pelos próprios órgãos governamentais do estado no processo de resolubilidade destes casos, o que contribui, portanto, para o aumento da subnotificação dos mesmos, levando para a vida das vítimas certa incredulidade no agir dos órgãos de proteção estatal as demandas como estas.

Nesse contexto, Oliveira (2013), ao analisar os casos de assassinatos de LGBT entre os anos de 1980 e 2010 em Sergipe, mostra que nem sempre a polícia militar e civil sergipana conseguiram identificar a autoria dos crimes contra essa população. Durante este período “a Justiça instaurou 63 processos, [deste] quantitativo que representa 64% dos casos dessa natureza elucidados contra 36% daqueles que se mantêm insolúveis e serão esquecidos nas delegacias ou adormecerão nas caixas do Arquivo do Judiciário de Sergipe” (OLIVEIRA, 2013, p. 136).

Em relação aos demais tipos de violência contra a população LGBT que não se resumem em assassinatos, a impunidade é reconfirmada na pesquisa de Menezes (2014) que ao analisar 7 casos de violência contra a população LGBT, notificados na SSP/SE, através de B.O. entre os anos de 2010 e 2013, concluiu que, na maioria, o único procedimento tomado pelo estado foi a realização de pedido de desculpas formal e escrito pelos autores da situação de violência, em um dos casos houve a aplicação da Lei Maria da Penha a uma transexual em relação ao afastamento do sujeito, autor da situação de violência da vítima, (neste caso o pai), nos demais, portanto, aconteceu apenas o arquivamento das denúncias. Nenhum destes casos contaram com o atendimento psicossocial da equipe interdisciplinar dos órgãos da SSP/SE. Todas as vítimas entrevistadas reconheceram a importância e necessidade deste tipo de atendimento e acompanhamento, mas ao mesmo tempo informaram que ele não lhes foi disponibilizado.

Sobre os assassinatos de LGBT em Sergipe, estes dados são analisados por Oliveira (2013) e também divulgados pelo GGB, em seus relatórios publicados anualmente na internet. Essa realidade ainda é bastante frequente na vida da população LGBT, levando os autores, como Waiselfisz (2011) a afirmar que o número de assassinatos de homossexuais tem aumentado consideravelmente nos últimos 30 anos no Brasil, com um índice que já ultrapassou a cifra de um milhão de vítimas. Em se tratando de crimes relacionados à orientação sexual e/ou identidade de gênero, não diferentemente de outros estados da federação brasileira, em Sergipe é possível encontrar um número considerável destes acontecimentos.

Oliveira (2013) ao analisar os assassinatos de LGBT entre os anos de 1980 e 2010, acontecidos em Sergipe ao comparar o quantitativo de assassinatos de LGBT em Sergipe, entre 1980 a 2010, em relação a seu quantitativo populacional em detrimento aos índices de assassinatos acontecidos no estado de São Paulo, o qual possui a maior população do país, afirma que em Sergipe se mata mais LGBT que em qualquer outro estado do Brasil, considerando-o o estado mais perigoso para a vivência desta população.

Os casos de violências contra as travestis e os/as transexuais conforme as pesquisas acima citadas possuem um grande índice de ocorrências nas famílias, ambiente onde estes sujeitos quando apresentam tendências desviantes das normas heterossexuais são repreendidos,

violentados e até expulsos de casa. A homofobia de acordo com as pesquisas tem causado o afastamento da população LGBT dos seus vínculos familiares, ainda jovens, após sofrerem assédios, espancamentos e abusos sexuais, muitas relataram surras na infância e diversas outras situações que objetivava um certo conserto ou reparação das suas condutas, até então julgadas como pecado, doença ou crime (Leony, 2006; Menezes, 2014).

Tomando como referência o *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011*, elaborado pela SDH/PR (BRASIL, 2012), através do disque 100, demonstrou que as denúncias de violências homofóbicas em Sergipe, notificadas pelo poder público no estado, foram de 54 casos, dentre estas 15 na cidade de Aracaju, 02 em Capela, 04 em Estância, 24 no município de Nossa Senhora do Socorro, 03 em Salgado e 06 em São Cristóvão. Este quantitativo se divide entre as violências de ordem patrimonial, discriminação, negligência, física, psicológica e sexual. Já as violências notificadas pela mídia, equivalentes a 100 mil habitantes por região, os municípios de Estância, Lagarto e a cidade de Aracaju se apresentaram com 02 denúncias cada uma, já o município de São Cristóvão com 01 denúncia (BRASIL, 2012).

Em Brasil (2013a) o *relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012* publicado em 2013 pela SDH/PR, mostrou que foram registradas 31 denúncias referentes a 63 violações à população LGBT no estado de Sergipe. Comparados aos dados de 2011, houve um aumento de 342% deste tipo de violência. O referido relatório não especificou os dados em relação aos locais onde as violências ocorreram, apenas seus tipos, dentre estes, 27 foram de caráter psicológico, 24 discriminações, 08 físicos, 03 negligências e 01 abuso financeiro.

Todo este contexto de violência homofóbica contra a população LGBT e sujeitos reconhecidos como fora das normas e padrões heterossexuais apenas reforça a imensurável importância de se trabalhar esta realidade nos diversos órgãos e instituições onde este fenômeno se apresenta cotidianamente. O atendimento dos casos de violência contra este público alvo deve enfatizar a busca pela viabilização dos Direitos Humanos destes sujeitos, ao mesmo tempo buscar resolubilidade a tais demandas de forma a quebrar o constante ciclo de situações preconceituosas perpetradas nas diversas instituições sociais e órgãos de proteção e defesa aos Direitos Humanos de todos estes sujeitos.

Desta maneira, analisamos que a realidade da violência homofóbica perpassa todos os sujeitos sociais independentemente do local, estado, regiões, situação socioeconômica entre outras especificidades. A violência homofóbica cometida no estado de Sergipe possui os mesmos determinantes que a alimenta em diversas outras realidades do país e do mundo, o preconceito e a discriminação contra os sujeitos que apresentam formas e modos de ser que

diferem dos padrões heterossexuais. Todo este contexto de negligência e violação de direitos tem contribuído para a criação de amparos e normativas legais que buscam inibir, cercear e controlar essas ações violentas objetivando desqualificar o outro em prol da elevação de sujeitos e grupos específicos.

A construção dos Direitos Humanos bem como dos Direitos Sexuais se destaca no processo de enfrentamento da violência homofóbica como amparos legais que tentam compreender a diversidade sexual e seus sujeitos como indivíduos livres iguais em direitos e deveres. Tais normativas e princípios éticos serão mais bem aprofundados no próximo capítulo deste estudo intitulado Direitos Humanos e Direitos Sexuais: entre a negação do ser e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, em que abordaremos a construção destes direitos, suas implicações em seu processo de efetivação na sociedade contemporânea, como a criação de diversos outros amparos legais, políticas públicas, projetos, programas e planos que enfatizam a luta pela erradicação da violência homofóbica na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 3: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS SEXUAIS: ENTRE A NEGAÇÃO DO SER E O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

A história da humanidade é marcada pela construção e (des)construção de conceitos, normas, padrões e formas de ser e estar na sociedade. Essas situações são vivenciadas historicamente a partir da efetivação, negligência ou violação de direitos em todas as suas esferas. Nesse sentido, a construção de amparos legais, para definir condições que dignificam o ser social como sujeito detentor de direitos, foi resultado de várias situações que feriram diretamente tais direitos. Em meio a guerras mundiais, catástrofes, circunstâncias de imposição de poder e regulação de condutas, o homem foi criando restrições que lapidaram as formas e modos da sua própria maneira de ser e agir. É a partir dessa criação que todos os campos da vida humana e social são afetados, principalmente da sexualidade.

3.1 A Construção dos Direitos Humanos

A construção histórica dos chamados Direitos Humanos passou por algumas fases de internacionalização para sua elaboração e aprovação, Comparato (2010) afirma que essas fases se dividem em três setores distintos: o direito humanitário, a luta pela escravidão – destaca-se aqui a necessidade da ilegalidade da escravidão no século XIX, em que todos os tratados celebrados pelos estados aliados objetivaram proporcionar a proteção especial às chamadas “minorias” – e a regulação dos direitos do trabalho assalariado – a partir de então foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de melhorar as condições trabalhistas. É possível ressaltar que a construção dos Direitos Humanos foi fruto de todo um contexto de vivências sociais, sendo consequência de várias inconformidades e demandas.

Alguns autores, a exemplo de Tosi (2014), sinalizam que os Direitos Humanos surgiram em um determinado momento histórico, vinculados aos interesses da classe burguesa na sua luta contra o Antigo Regime, porém tais direitos possuem uma importância que supera essas determinações históricas. Uma vez que se iniciou no Ocidente, sua doutrina se tornou universal, adentrando diversas tradições e identidades culturais de várias nações, servindo como um sistema de princípios e valores mínimos que visavam a uma convivência pacífica entre os seres humanos.

Alguns fatores foram instigadores de organizações específicas que pleitearam a construção destes direitos, como: as tragédias das duas guerras mundiais que de forma direta incentivaram a comunidade internacional a criar a Organização das Nações Unidas – ONU. Essa organização possui o objetivo de promover a paz e a justiça incentivando a promoção e a proteção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais (COMPARATO, 2010; GOMES; CASTELLUCCIO, 2009). Além destes fatos que inspiraram a criação da ONU, Tosi (2008a) traz também como fatores importantes os horrores dos regimes liberticidas e totalitários, as tentativas “científicas”, em escala industrial de extermínio dos judeus e dos “povos inferiores”, uma época que culminou com o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki. Todos esses acontecimentos impulsionaram os líderes políticos a criar em 26 de junho de 1945, na cidade de São Francisco, a ONU, na tentativa de evitar uma terceira guerra mundial, promover a paz entre as nações, considerando que a promoção dos “direitos naturais” do homem fosse a condição necessária para a efetivação desta paz, a partir de então um dos primeiros atos da Assembleia Geral das Nações Unidas foi a proclamação em 10 de dezembro de 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu preâmbulo os motivos que impulsionaram sua elaboração, entre eles se destacam os vários impactos das atrocidades e horrores cometidos durante a segunda Guerra Mundial e o nazismo que aparece como um fator importantíssimo, impulsionador de toda sua elaboração, nesse momento em que o estado se apresentava como um grande violador de Direitos Humanos. Tem-se, também, a era Hitler que marcou a história pela imensa destruição e crueldade contra a pessoa humana, exterminando 11 milhões de pessoas nos chamados campos de concentração, sendo 6 milhões judeus, comunistas, homossexuais dentre outros (PIOVESAN, 2006; BONAVIDES 2007; COMPARATO, 2010; PEREIRA; COSTA, 2014).

O movimento histórico dos Direitos Humanos é esquematizado em três distintas fases, a saber: a fase universal, mas não positiva, a positiva, mas não universal e a universal e positiva. A primeira fase está ligada à teoria filosófica jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, que defende a igualdade e fraternidade como algo natural de todo homem, não possuindo o valor de lei. Nessa fase os Direitos Humanos estão incutidos na pessoa humana desde o seu nascimento, algo que o sujeito faz jus desde a sua existência. A segunda fase sai das questões do direito pensado para o realizado, no ponto de vista positivista, os Direitos Humanos são aqueles positivados, expressos pela concessão estatal, mediante legislações e documentos escritos. A terceira fase inicia-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que articula

os como universais e positivos, na perspectiva perelmaniana e reportam-se à moral da sociedade (BOBBIO, 2004; SANTOS; REBOUÇAS, 2014).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, para Comparato (2010) representa a culminância de um processo ético iniciado através de outros documentos como a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa. A declaração de 1948 levou em consideração o reconhecimento da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa como fonte de todos os valores independentemente de suas especificidades e diversidades.

Pioversan (2006) indica que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 introduz uma nova concepção contemporânea, destacada pela universalidade e indivisibilidade. A universalidade denota sua extensão na qual a condição humana de pessoa é requisito único para a participação nestes direitos, já a indivisibilidade apresenta-se pela garantia dos direitos civis e políticos como condições para os demais direitos. Este debate é enriquecido com os pensamentos de Tosi (2008) quando enfatiza que a Declaração Universal reafirma o conjunto de direitos das revoluções burguesas (direitos de liberdade, denominados aqui como os direitos civis e políticos) estendendo-os a uma série de sujeitos que eram excluídos, a exemplo dos escravos, das mulheres, dos estrangeiros, dos homossexuais etc. A declaração ainda afirmar os direitos da tradição socialista (direitos de igualdade, denominados aqui como os direitos econômicos e sociais) como também os direitos de solidariedade e culturais. O autor sinaliza que essa conquista foi fruto da negociação entre os dois grandes blocos do pós-guerra, como o bloco socialista que defendia os direitos econômicos e sociais e o bloco capitalista que defendia os direitos civis e políticos.

Dentro deste contexto de reconstrução dos Direitos Humanos pós-guerra, conforme Pioversan (2006) existiu também a implantação do Direito Internacional dos Direitos Humanos que se apresenta como um sistema normativo internacional de proteção aos Direitos Humanos, protegendo-os como fundamentais, limitando desta forma o poder do estado, mediante a criação de um amparo internacional de proteção. E a nova roupagem do Direito Internacional, que se destaca por se apresentar em diversos textos constitucionais a exemplo da Constituição Federal do Brasil de 1988, em que os princípios dos Direitos Humanos inspiram sua elaboração enfatizando o valor da dignidade humana. O Brasil, neste contexto, aparece como parte das principais convenções internacionais de Direitos Humanos reconhecidos na Constituição Federal de 1988 (COSTA, 2008).

Comparato (2010) traz a compreensão da dignidade suprema da pessoa humana e de seus direitos no curso da história, para o autor essa construção tem sido em grande parte o fruto

da dor física e do sofrimento moral, dos inúmeros surtos de violência e o receio em novos tempos de tortura, das mutilações em massa, dos massacres coletivos e explorações aviltantes. Diante dessa situação nasce uma nova consciência humana exigindo a criação de regras que possibilitem uma vida mais digna para todos. A concepção de dignidade humana aqui vai além do seu aspecto divino, em que a essência do homem reside no fato de ter sido e criado a imagem e semelhança de Deus, tal fenômeno é concebido como um produto de ordem natural do homem, ou seja, a razão faz com que o homem seja considerado detentor de uma faculdade superior que o torna essencialmente único comparado aos outros seres vivos. Tal faculdade funda a autonomia da sua vontade e a liberdade que orienta sua ação no mundo (PEQUENO, 2008).

Silva e Prado (2015) criticam a afirmação sobre a criação dos Direitos Humanos ter se dado através das diversas atrocidades vivenciadas pela sociedade no decorrer dos anos, como a dizimação de populações inteiras, a escravidão, entre diversas outras questões. Conforme os autores, não necessariamente deveriam ter ocorrido tais situações para que o homem se percebesse como um ser detentor de direitos. De certa forma esses fatos fomentaram a criação de amparos legais impulsionando a articulação de cartas que sinalizassem a necessidade de existir mais respeito e compaixão para o próximo em consideração às tragédias já promovidas pelas nações, porém a consciência de que os seres humanos nascem livres, iguais em direitos, é um pensamento que deveria já ser respeitado independentemente dos fatores externos acontecidos na vida em sociedade.

É reconhecível a necessidade da criação de tais amparos legais, principalmente quando existem várias demandas gritantes em relação a situações tão desumanas e violadoras de direitos, porém, questiona-se se realmente seria necessário tanto derramamento de sangue para que o óbvio fosse legislado. Verdadeiramente era preciso que tantas atrocidades e violências se fizessem reais e perturbadoras para que o respeito e a dignidade humana fossem enfatizados em uma declaração universal de direitos? A ignorância social e a insensibilidade humana não se apresentam aqui de forma explícita e vergonhosa? A atenção à necessidade de Direitos Humanos deveria ser considerada só após as falhas praticadas pelo homem contra ele mesmo, não havendo a sensibilidade de perceber que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS UNIVERSAIS DO HOMEM, 1948).

Satiro, Marques e Oliveira (2014) apontam que a trajetória da construção dos Direitos Humanos não representa um triunfo, mas sim a história de um combate em que os interesses dos grupos marginalizados se defrontam com os interesses de outros envolvidos. Mas na

verdade o que são Direitos Humanos? Gomes e Castelluccio (2009) definem Direitos Humanos como uma série de valores, princípios e normas que se referem ao respeito e à dignidade, ou seja, são direitos e liberdades básicas os quais todo ser humano deve ter respeitados, seja pelos órgãos governamentais, pessoas ou instituições privadas.

Santos e Rebouço (2014) comungam de pensamentos semelhantes afirmando que esses direitos são uma realidade normativa de caráter universal possuindo a capacidade de assegurar na forma de discurso dentro do contexto universal a dignidade humana de todos, enfatizando se a defesa de todas as premissas mínimas imprescindíveis e inerentes à condição humana. Os autores frisam também a grande importância do Estado na garantia de tais direitos, não podendo resumi-los as suas cartas e legislações, mas sempre buscando mecanismos que viabilizem a sua promoção e concretude.

Portella (2011) afirma que os Direitos Humanos na atualidade se alicerçam no reconhecimento da dignidade humana, parte em que todos os sujeitos são entendidos como iguais em sua essência, não obstante qualquer peculiaridade física, mental ou intelectual ou qualquer outro aspecto da sua existência.

Sobre a responsabilidade dos estados em garantir a efetivação dos Direitos Humanos na atualidade, Comparato (2010) sinaliza que os estados terão a obrigação legal não apenas de oferecer proteção contra as violações destes direitos cometidos cotidianamente pelas autoridades públicas, como também de assegurar a existência de proteção adequada em seu direito interno entre as pessoas físicas privadas. O reconhecimento oficial destes direitos pelas autoridades políticas dá mais segurança às relações sociais, exercendo uma função pedagógica no seio da comunidade. Por outro lado, Chauí (2007) critica a postura do estado particularmente aqui se referindo ao Estado brasileiro pelo forte autoritarismo, negligência e corrosão da democracia, fazendo com que ele próprio seja o maior perpetuador da violência tornando-o incapaz de reconhecer os Direitos Humanos até em seus aspectos de igualdade jurídica.

Em consideração a essas situações de violências patrocinadas pelo próprio Estado, seja quando se torna omisso às repostas das necessidades de seus indivíduos, seja quando se utiliza de seu poder para violar quaisquer direitos ou até mesmo impossibilitar sua construção. Irineu (2014) alega que a violência cometida pelo Estado é superior à dos indivíduos abrindo um grande espaço para a violação dos Direitos Humanos. Bobbio (1997) ainda é mais crítico ao se referir aos Direitos Humanos revelando que os direitos do homem são uma grande invenção da nossa civilização, com características mais teóricas que práticas, mesmo possuindo um caráter universal, em que diversas nações os aprovam e comprometem-se em efetivá-los, esses direitos,

no entanto são sistematicamente violados na grande maioria dos países do mundo, sejam ricos ou pobres, potentes ou fracos.

Essa realidade é bastante presente no Brasil, principalmente no que compete à população LGBT, que tem os Direitos Humanos violados e negligenciados cotidianamente pela sociedade civil de forma geral, como as instituições estatais e privadas, e pela postura dos profissionais que atendem esse público, tal realidade demonstra a constante situação decadente na qual se encontra a sociedade contemporânea.

A visão de Costa (2008) traz para este debate a razão instrumental que explica por que se respeitam os Direitos Humanos, afirmando que as pessoas fazem isso em troca de benefícios para evitar punições. O respeito a estes direitos se reforça quando o que está em jogo é a possibilidade do seu desrespeito vir a ser uma conduta muito prejudicial à imagem, à integridade física ou psíquica, se tornando, portanto, vantajoso considerá-los. Destaca-se aqui a busca pela obtenção de vantagens e possíveis ganhos pela possibilidade de coerção do Estado, pressão social ou reciprocidade. Ainda assim, o Estado, os grupos e indivíduos não cumprem os Direitos Humanos por diversas razões. Conforme o autor, esse respeito existe quando se acredita na igualdade de valor entre as pessoas, estipulando-se uma razão moral universalmente fundamental que engloba todos os seres humanos independentemente de seu status, condição social, raça, diversidade sexual e de gênero, ou quaisquer outras diferenças.

É notória a existência de uma distância significativa que marca a separação de conquista da teorização dos Direitos Humanos da sua efetivação social. Na visão de Satiro, Marques e Oliveira (2014) essa posição só será minimizada quando esses direitos forem reconhecidos com verdadeira política emancipatória e progressista. Bobbio (2004) sinaliza que o problema fundamental em relação aos Direitos Humanos hoje não é tanto o de justificá-los, mas protegê-los, efetivá-los, torná-los concretos e reais. Apesar das normas constitucionais e do arcabouço legal que enunciam os Direitos Humanos, esses somente serão efetivados com o resultado das lutas e de consensos estabelecidos socialmente, Medeiros (2003) e Tosi (2014) vêm reforçar este discurso quando atestam que apesar de todos os Estados mundiais terem assinado a Declaração de 1948, não significa que toda a humanidade compartilha desse mesmo conjunto de valores.

Sobre este debate Pinto (2014) adverte que a aceitação ou vinculação dos Estados mundiais aos Direitos Humanos e seus princípios não indicam uma compreensão e assimilação como um projeto de sociedade, mas a aceitação de um conjunto de valores que integram perspectivas liberais e sociais. Dessa forma, para uma melhor assimilação dos Direitos Humanos é preciso reconhecê-los enquanto um projeto de sociedade, criando condições para

ações mais articuladas, que unam e fortaleçam suas bases. Para a construção e efetivação deste projeto social, é necessário vencer algumas barreiras, como a conscientização de seus militantes através de entidades ou órgãos diversos a respeito das suas lutas e reivindicações que se fundamentam dentro de uma compreensão coletiva, ampliada e unificada do conjunto destes direitos.

Pitanguy (2002) afirma que a cidadania e os Direitos Humanos só podem ser assegurados na sociedade à medida que são enunciados em normas, legislações e tratados. Esse contexto explica as recentes investidas, no âmbito legislativo, dos movimentos sociais de mulheres, LGBT, negros, índios e outros, no empenho em garantir a viabilidade jurídica de seus direitos. O pensamento da autora é considerável, quando entendemos que a positivação do direito por meio de normas e legislações, contribuem bastante para o processo de busca e viabilização deles, porém, *é mister* ressaltar que a criação de amparos legais sem um detalhado processo de sensibilização da população e vigilância pública da efetivação de determinadas legislações não se configura como uma opção plausível.

Faz-se necessário, além da aprovação destas formas de busca, efetivar direitos, promover ações preventivas e direcionadas prontas para trabalhar as questões de desatenção e violação de Direitos Humanos não apenas como algo digno de condenação, mas adotando medidas capazes de lidar com o fenômeno, suas causas e consequências, promovendo ações de sensibilização e conscientização para uma verdadeira efetivação destes direitos na sociedade contemporânea.

3.2 Os Direitos Sexuais como Direitos Humanos

Atualmente vivenciamos um arco-íris de opiniões que defendem distintas maneiras de vivenciar os afetos, desejos e maneiras de conduzir a sexualidade humana, padrões preestabelecidos, postos como modelos, são colocados em questão, a exemplo da homossexualidade. Tudo que difere destes padrões é enfatizado por uma minoria social de forma natural e por outros como algo a ser repensado e digno de ser corrigido, como a bissexualidade, homossexualidade e as identidades transgêneras.

A sexualidade humana é uma imensa área demandante de direitos a serem garantidos, as próprias expressões da diversidade sexual e de gênero anelam condições de respeito e reconhecimento social. Entendemos essa diversidade como manifestação da sexualidade humana que requer constantemente o reconhecimento de diversos Direitos Humanos e Sexuais.

Com a construção do debate dos Direitos Humanos e a proclamação da Declaração Universal de 1948, várias situações de negligência e violações de direitos do homem foram colocadas em discussão, elaborando meios de contê-las e combatê-las. O movimento em prol dos Direitos Humanos voltado às minorias sexuais teve início a partir da segunda metade do século XIX, após as terríveis situações que esta comunidade presenciou, a exemplo da enorme quantidade de homossexuais que foram assassinados pelo regime nazista na Alemanha - holocausto. O ano de 1969 se destaca neste processo em busca de direitos da população LGBT, com a criação das famosas paradas do Orgulho LGBT que passaram a ser realizadas em Nova Iorque e em diversos lugares, incluindo cidades e países como o Brasil que reúne multidões (VECCHIATTI, 2012).

A origem destas paradas deu-se através do acontecimento histórico de 28 de junho de 1969, quando clientes do bar Stonewall, localizado na cidade de Nova Iorque, rebelaram-se contra os abusos da polícia, que havia empreendido prisões arbitrárias e exposto a homossexualidade das pessoas presas. Em 1970 foi realizada a primeira Parada do orgulho Gay em comemoração ao acontecido e como forma de reivindicar direitos a toda população LGBT, o que se repetiu nos anos subsequentes se expandindo por todo mundo. Tal fato marca consideravelmente o início da construção de consciência da população LGBT em relação à necessidade de luta e enfrentamento das diversas formas de violações e negligências de seus direitos sexuais perante uma sociedade preconceituosa (VECCHIATTI, 2012).

A construção dos aportes teóricos e legislativos sobre os Direitos Humanos não abraçou de forma direta e unânime a sexualidade humana como parte integrante destes direitos. O reconhecimento da sexualidade e sua diversidade como direitos só foi possível a partir da promulgação da Declaração dos Direitos Sexuais elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, na cidade de Valência (Espanha). Essa declaração foi posteriormente revisada e aprovada pela Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia (WAS – World Association for Sexology) em 26 de agosto de 1999, no 14º Congresso Mundial de Sexologia (FURLANI, 2009).

Anteriormente, no início da década de 1990, os chamados “direitos reprodutivos” foram reconstituídos como parte dos Direitos Humanos a serem garantidos pelos Estados e ratificados em acordos internacionais, sendo definidos como parte fundamental dos Direitos Humanos (VIANA; LACERDA, 2008). Porém, é *mister* ressaltar que a concepção de direitos reprodutivos não abarca a amplitude dos direitos sexuais, uma vez que estes últimos buscam atender a todas as expressões de vivência de sexualidade e não às únicas vivências que permitam a reprodução sexual. Rios (2010) enfatiza este debate quando afirma que os direitos

sexuais na sua origem foram construídos sob a perspectiva de defender os reconhecidos direitos reprodutivos, logo após diversos outros debates foram incorporados neste contexto, reconhecendo que a sexualidade humana não se resume à simples reprodução, mas entende-se que a proteção dos direitos sexuais dos sujeitos engloba todas as demandas advindas da sexualidade humana, bem como as especificidades da diversidade sexual e de gênero.

A busca pela garantia dos direitos sexuais vai bem mais além da proteção desta ou daquela identidade sexual, alcançando práticas sexuais não necessariamente vinculadas à condição identitária dos sujeitos. Assim, os direitos sexuais devem ser compreendidos no contexto da afirmação dos Direitos Humanos, em vez de apartá-los e concebê-los de modo paralelo aos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Logo após a construção do amparo legal que sinaliza a importância do respeito pelos direitos sexuais, diversas outras legislações, resoluções e princípios também visaram ao reconhecimento e respeito de tais direitos. Um exemplo bastante pertinente foi a criação dos princípios de *Yorgyakarta* de 2006, que objetivam a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, almejando a igualdade social, responsabilizando os estados em nível nacional e internacional a lutarem pela efetivação dos direitos a não discriminação (YORGVAKARTA, 2006).

Contamos ainda com a resolução sobre a violação de Direitos Humanos de homossexuais aprovada com base na Resolução da Assembleia Geral nº. 60/251, de 15 de março de 2006. Esta resolução foi apresentada pela África do Sul em conjunto com o Brasil e mais 39 países de todas as regiões do mundo, obtendo entre seus votos de aprovação 23 a favor (inclusive o do Brasil), 19 contra e 3 abstenções. O acordo em ênfase solicitou à Comissão de Direitos Humanos da ONU um estudo a ser concluído até 2011 que pudesse documentar leis e práticas discriminatórias e atos de violência contra as pessoas por motivos de sua orientação sexual ou identidade de gênero, solicitando a divulgação do resultado desta pesquisa na 19ª sessão do Conselho e Direitos Humanos (ONU, 2006).

Outrora o tema da discriminação fundamentada na orientação sexual e na identidade de gênero não se encontrava presente nos instrumentos jurídicos das Nações Unidas, tal fato veio ocorrer no ano de 2011, quando o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU) aprovou a primeira resolução sobre o tema, intitulada “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero” (ONU, 2011), nesta resolução as Nações Unidas expressaram sua preocupação com os atos de violência e discriminação cometidos contra as pessoas devido a sua orientação sexual e identidade de gênero em todas as regiões do mundo.

Outra iniciativa do CDH/ONU foi a de determinar a elaboração de relatório oficial que documentasse as leis, práticas discriminatórias e atos de violência cometidos contra a população LGBT. O referido relatório oficial (A/HRC/19/41) intitulado “Leis Discriminatórias, Práticas e Atos de Violência Contra Indivíduos em Razão de sua Orientação Sexual e Identidade de Gênero” foi divulgado no ano de 2011, apresentando evidências de um padrão de violência sistemática e de discriminação voltadas à população LGBT em todas as regiões do mundo motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero destes sujeitos (VECCHIATTI, 2012). Desta maneira, como ressalta Rios (2007), a livre expressão de gênero e do desejo sexual é um direito humano que deve ser reconhecido e respeitado.

No ano de 2012 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos elaborou o documento intitulado “Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos”, este documento define obrigações legais dos Estados-membros para com as pessoas LGBT, alegando elas devem ter seus Direitos Humanos considerados, desta maneira o que está posto em questão aqui não é a criação de novas leis ou direitos especiais para as pessoas LGBT, mas a garantia da não discriminação no gozo de todos os Direitos Humanos e fundamentais (SILVA JUNIOR, 2012; DUARTE 2011).

Todo este cenário mostra claramente que a questão da discriminação e da violência efetivada contra a população LGBT é um problema mundial, porém, o Brasil ainda se destaca neste processo como o país onde acontecem mais assassinatos de LGBT. Para a contenção e o enfrentamento destes tipos de violência a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem apoiado a criação de dezenas de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, com o objetivo de prevenir as várias formas de discriminação homofóbica a toda sociedade, ofertando também o apoio jurídico e psicossocial às vítimas (CARRARA, 2010).

Em relação à oferta do atendimento às vítimas de violência por meio destes Centros de Referência Prevenção e Combate à Homofobia, tais órgãos institucionais ofertam o atendimento psicossocial e de ordem jurídica promovido por profissionais da Psicologia, Serviço Social, Direito e outros, buscando responder às demandas do público LGBT de forma a viabilizar Direitos Humanos cotidianamente violados e negligenciados muitas das vezes pelo próprio Estado.

Em relação ao atendimento psicossocial é importante entender que este tipo de atendimento se configura como uma estratégia significativa neste processo de luta contra a violência homofóbica, desde que este não se resuma apenas aos sujeitos tidos como vítimas das situações de violência, mas alcancem diretamente todos os sujeitos envolvidos na ação,

inclusive os tidos como “vitimados”, os autores das situações de violências e todo o contexto social e político que esses se encontram inseridos.

Desta forma, entende-se que de nada adianta trabalhar com a vítima sem se atentar as suas demandas específicas que necessitam de proteção e prevenção de novas e futuras situações de violências. É preciso garantir essas medidas protetivas, pois, em muitos casos, após denunciar os sujeitos autores da agressão, a vítima voltará para o mesmo local onde as agressões foram realizadas (sejam elas no contexto familiar, nas diversas instituições públicas ou privadas, nos ambientes de trabalho etc.).

O trabalho com os sujeitos autores das situações de violência homofóbica também deve ser incentivado por uma lógica bastante real (considerando aqui os casos em que a motivação para a concretização das várias formas de violência seja a orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos), pois o verdadeiro problema que motivou tal situação de violência não se encontra na vítima, mas nos autores das agressões. Sendo assim, o que deve ser trabalhado não é a tentativa de enquadrar determinado LGBT em um papel que possa ser socialmente aceito, como costumeiramente é feito em diversas instituições sociais, mas trabalhar a arrogância, ignorância e ausência de respeito dos sujeitos que discriminam e violentam esses indivíduos.

Em âmbito nacional, a inserção do debate em relação à proibição de discriminação por orientação sexual iniciou-se em virtude de demandas judiciais em meados dos anos de 1990 direcionadas às políticas de segurança social (RIOS, 2007). Para Irineu (2014) os direitos reprodutivos e sexuais passam a ser considerados como parte essencial dos Direitos Humanos configurando assim uma evolução histórica de conquistas e avanços em âmbito internacional.

A carta da Assembleia Geral das Nações Unidas de 14 de julho de 2011 afirma que o respeito necessário pra evitar a exclusão das minorias sexuais deve ser buscado pelo estado e pela sociedade a fim de garantir que os componentes destes grupos minoritários ou vulneráveis sejam reconhecidos e tenham acesso aos Direitos Humanos e fundamentais, conforme o autor é necessária também a efetivação de políticas públicas que se constituem como valiosos instrumentos para a inclusão social das minorias sexuais, por meio das quais se pretende efetivar direitos e deveres a população LGBT que se apresenta como um grupo minoritário e vulnerável (RESOLUÇÃO 17/19/2011).

Em relação à diversidade sexual e de gênero e às várias formas de vivência afetivas e sexuais dos sujeitos sociais no que tange às expressões de orientação sexual e identidade de gênero que diferem das normas heterossexuais, Sales (2007) elenca que as questões de gênero e sexualidade são, antes de tudo, uma construção social, tal como são os Direitos Humanos. Uma vez que nossa sexualidade se pauta em padrões predefinidos, cujo referencial imposto é a

heteronormatividade. Dessa maneira, afirmar os direitos das minorias será sempre rebelar-se contra tudo que está posto em benefício de uma categoria social privilegiada. Aqui se destaca o papel dos direitos sexuais, o enfrentamento a todas as formas de opressão sexista.

Sharma (2008) diz que é necessário questionar e combater todas as crenças e lógicas produtoras de opressão, como a aceitação dos homossexuais enquanto pessoas cujos direitos não devem ser violados, sem abster-se e confrontar os julgamentos morais contra o desejo por indivíduos do mesmo sexo, não será suficiente. Ou seja, uma mera afirmação dos direitos não representa sua efetivação na realidade destes sujeitos. Entende-se aqui que existe uma necessidade urgente de atendimento a todas as questões de preconceito e discriminação em relação às formas de sexualidade que diferem do padrão estabelecido socialmente e que a elaboração de normas legislativas tais como os direitos sexuais é uma forma plausível de trabalhar este combate, principalmente as violências homofóbicas, porém, é preciso ir além da garantia teórica destes amparos legais, entendendo que sua prática deve ser realizada possibilitando discursos fundamentados em ações transformadoras e não mais inspirado pelas inúmeras formas de violência contra todas essas minorias sociais.

A afirmação dos direitos sexuais como Direitos Humanos é conceituada por diversos autores a exemplo de Prata (2008) informando que os direitos sexuais devem atender a todas as formas de vivência da sexualidade humana a exemplo dos homossexuais que entre as ditas minorias sociais se apresentam com a maior vulnerabilidade em relações a seus direitos na sociedade brasileira. Sobre este assunto Rios (2010) observa que o não ser discriminado em virtude de orientação sexual e identidade de gênero é um direito humano importante para a proteção dos homossexuais, bissexuais e pessoas trans em face da homofobia e do heterossexismo. O debate em torno da defesa desses direitos desafia o heterossexismo.

Mas afinal o que são os chamados direitos sexuais? Furlani (2009) os conceitua como parte dos Direitos Humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos, considerando a saúde sexual como um direito humano fundamental e esta saúde sexual só pode ser exercitada através do reconhecimento, respeito e exercício dos direitos sexuais. Tais direitos incluem a liberdade de viver e expressar a sexualidade humana em sua amplitude e diversidade sem nenhuma ação de violência, discriminação e imposição (BRASIL, 2006). Carrara (2010) destaca que no Brasil esses direitos são voltados às prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e práticas sexuais.

Nesta construção por busca de direitos sexuais destaca-se o movimento LGBT brasileiro com diversas pautas e bandeiras de luta. Masiero (2013) reafirma a importância dos Direitos

Humanos para a população LGBT na realidade brasileira, pois, conforme o autor existe um grande processo de intolerância social e violência atingindo cotidianamente este grupo, demais minorias e movimentos sociais, a exemplo do movimento negro e de mulheres que conseguiram a aprovação e implantação de seus estatutos repressivos, por meios de legislações aprovadas como a Lei 7.716/1989 e a Lei 11.343/2006, porém, o movimento LGBT permanece estagnado em várias demandas, principalmente no que diz respeito à criminalização da discriminação em relação.

Desta maneira, no Brasil existe toda uma estrutura, ainda que deficiente, voltada para a proteção das formas de discriminação contra algumas minorias sociais, como crianças e adolescentes que são amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei 8.069 de 13 de junho de 1990), os negros pela Lei 7.716 de 05 de Janeiro de 1989 (lei contra o racismo que define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor), os idosos possuem o seu estatuto através da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, as mulheres com a conhecida Lei Maria da Penha, Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Todos esses amparos legais, além de buscar viabilizar alguns direitos civis, políticos e sociais, defendem a proteção à pessoa humana e se opõe a todas as formas de preconceito e discriminação. Entretanto, do outro lado, há a população LGBT que ainda não obteve êxito nas questões que competem à aprovação de uma legislação específica que vise defender seus direitos e proibir o preconceito e discriminação contra esses sujeitos.

De acordo com Rios (2007) a resistência com as questões da violência homofóbica apresenta-se mais renitente do que as outras formas de preconceito e discriminação porque a homossexualidade e identidades trans tendem a afrontar de modo mais radical e incômodo instituições e dinâmicas basilares na vida em sociedade. Desta maneira atualmente são inadmissíveis as referências discriminatórias a negros, judeus e mulheres, porém, as discriminações direcionadas à população LGBT ainda são toleradas ou ao menos sobrelevadas.

Este contexto leva Dinis (2011) a afirmar que na atualidade poucas pessoas ousariam externar publicamente formas de sexismo contra mulheres, de racismo contra negros, contra a população judaica, indígena ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizem publicamente não simpatizar e até odiar LGBT. Esta realidade é comum nos dias atuais.

Carrara (2010) diz que comparativamente a outros movimentos de identidade como o das mulheres e o movimento negro, o movimento LGBT sempre foi lento na elaboração de demandas de políticas públicas integradas para responder aos fenômenos da homofobia. O que muito se apresentou foi um modelo estereotipado de violência contra LGBT resumindo em

assassinatos, porém, este fato não esgota as inúmeras formas de violência cometidas cotidianamente contra esses sujeitos.

Em relação à criminalização da homofobia no Brasil. O projeto de lei que busca criminalizar as ações de violência contra a população LGBT decorrentes de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero conhecido como Projeto de Lei Constitucional- PLC 122 encontra-se arquivado no Congresso Federal desde 2006. Esse projeto de lei, se aprovado, incluirá na lei n.º 7.716 (lei contra o racismo) a discriminação por orientação sexual e também a discriminação por gênero (identidade de gênero), e os preconceitos contra idosos e pessoas com deficiência, não especificando a homofobia apenas como um problema dos homossexuais, mas protegendo, também, os heterossexuais, caso eles venham a sofrer discriminações relacionadas a sua orientação sexual. Este projeto de lei, desde sua origem, já passou por quatro versões de reformulação em sua redação atual. Conhecendo um pouco desse projeto, temos os art. 1º e 2º apontam como crimes de ódio e intolerância, com pena de um a sete anos de prisão (caso o fato não constitua crime mais grave), todos aqueles praticados por motivo de discriminação ou preconceito de identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência ou por outro motivo assemelhado (BERNARDI, 2006).

O PLC 122 sempre foi considerado um assunto polêmico e consequentemente alvo de muitas retaliações e enfrentamentos no cenário político e social. Mesmo o Brasil sendo um país que teoricamente se configura como laico, inúmeros são os desafios para viabilizar a garantia da cidadania ou ações de cidadania à população LGBT, uma vez que algumas autoridades entendem que a viabilização de alguns direitos que possibilitem a livre expressão da vivência homoafetiva seja uma afronta à tão defendida liberdade de expressão religiosa. Esse contexto de embates se faz presente no congresso nacional através da bancada religiosa que tende a combater as posturas afetivo-sexuais divergentes da heterossexualidade.

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro é laico e democrático, livre da dependência religiosa para sua existência. Dessa maneira ele não deve ser condizente com as posturas preconceituosas que tentam criminalizar, estigmatizar e marginalizar as pessoas em virtude de sua orientação sexual e ou identidade de gênero, fundamentados em dogmas religiosos contrários às manifestações da homossexualidade (SANTOS; MOREIRA, 2015; REIS, 2014). A laicidade do Estado se mostra como uma das principais características que o possibilita de forma justa a garantia essencial para o exercício dos Direitos Humanos da população LGBT, porém, a ausência desta laicidade na prática ainda não permite a efetivação de alguns direitos que possam servir de ameaça às ordens culturais, religiosas e tradicionais da população brasileira (PIOVERSAN, 2006).

A não aprovação da PLC 122 representa para Rich (2010) a ausência de um marco legal brasileiro capaz de auxiliar no processo de enfrentamento da violência contra a população LGBT, pela fragilidade tanto das políticas públicas como da formação de estratégias que visam à promoção da cidadania e proteção dos direitos a estes sujeitos.

O imobilismo do Congresso Federal Brasileiro frente à aprovação de legislações que favoreçam os direitos da população LGBT se deve em grande parte à influência das religiões cristãs sobre os parlamentares organizados nas bancadas católica e evangélica. Em relação ao PLC 122/06, os representantes de ambas as bancadas se opõem, com a ideia de que ele cercearia a liberdade de expressão, ou seja, a liberdade de condenar publicamente a homossexualidade a partir das interpretações bíblicas (CARARA, 2010; BAPTISTA, 2011).

Simões e Fachini (2009) corroboram esta situação sobre a resistência ao projeto bastante expressa pelas autoridades religiosas cristãs, que seu discurso de combate se firma justamente em um processo de criminalização e patologização da homossexualidade, associando-a à prática promíscua e profana como a pedofilia. Muitos desses discursos são defendidos, além das autoridades religiosas já mencionadas, por psicólogos e médicos ligados a grupos religiosos evangélicos.

O Conjunto CFESS/CRESS, no seu primeiro informativo do ano de 2016 denominado CFESS Manifesta: em defesa do Estado laico. Retrata a grande preocupação dos órgãos de representatividade profissional do Serviço Social na luta pela garantia de um Estado brasileiro laico alegando não ser aceitável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre aspectos da vida social e privada, uma vez que estas intervenções prejudicam diretamente partes integrantes da sociedade brasileira e o próprio trabalho do assistente social.

O informativo aponta que, para legislar, o Estado laico não pode tomar como referência concepções impregnadas em princípios fundados a partir de dogmas religiosos. Dessa maneira o ordenamento jurídico da vida social, os princípios, diretrizes e objetivos das políticas sociais devem comungar com a afirmação de liberdades individuais, como a de manifestação religiosa, política, de orientação sexual e de identidade de gênero (CFESS, 2016).

Mesmo legalmente o Brasil sendo um país que possui um Estado laico, sua concretude é um desafio constante para a população LGBT. Todo este cenário de resistência à viabilização dos Direitos Humanos da população LGBT fez com que os anais da primeira conferência nacional realizada em 2008 destacasse que o maior desafio consiste em entenderem que a promoção do bem-estar deste público não significa um desrespeito as suas questões particulares, ou seja, criminalizar a homofobia não representa a ausência da liberdade de

expressão religiosa, assim como a viabilização de direitos sociais para este público não representa uma ameaça aos direitos dos heterossexuais. Muito pelo contrário, a garantia do exercício da cidadania, principalmente das pessoas vítimas de violência e discriminação em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero é um dever do poder público e de todas as instâncias governamentais, “[...] tendo em vista laicidade do Estado brasileiro e a inexistência de qualquer previsão legal ou justificativa ética e moral sustentável para a exclusão de LGBT do conjunto de animais reconhecidos como humanos” (BRASIL, 2008).

Pereira e Costa (2014) destacam a homofobia como um fenômeno cultural, pois, embora não existam leis formais no Brasil que criminalizem as orientações sexuais e identidades de gênero que diferem dos padrões heterossexuais, a exemplo de outros países, a sociedade brasileira vive sobre a égida de normas sociais que tipificam a diversidade sexual e de gênero como desvios criminosos passíveis de correção/eliminação. Tais normas se apresentam diariamente através de práticas institucionais e discursos que cercam todas as fases de vida dos sujeitos, desde a infância até a velhice nas diversas instituições sociais como a família, religiões, mídia, escola etc.

Carrara (2010) pontua aqui algumas outras demandas que fazem parte atualmente do movimento LGBT brasileiro envolvendo um conjunto muito amplo de reivindicações, a exemplo do reconhecimento legal e/ou afetivo-sexuais da orientação sexual e identidade de gênero de LGBT com a possibilidade de expressar livremente seus desejos e afetos em locais públicos sem que haja o risco de sofrer violências, a adoção conjunta de crianças por pessoas e casais homoafetivos, a viabilização de um atendimento humanizado durante o processo transexualizador das pessoas trans, a mudança do nome e sexo em documento pessoais oficiais permitindo a utilização do nome social para as travestis e transexuais, o acesso às políticas de saúde e principalmente à proteção do Estado diante da violência por preconceito e discriminação, dentre outros. Tais direitos da população LGBT que muitas das vezes podem parecer que nada tem a ver diretamente com a sexualidade, vêm sendo compreendidos como direitos sexuais, uma vez que os processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas LGBT envolvem diretamente vários valores relativos à sexualidade, não podendo desassociar-se dela.

Em todas essas demandas apresenta-se a importância da atuação do Serviço Social enquanto profissão, desde a sua contribuição no processo de quebra de preconceitos através de pareceres técnicos no campo do poder judiciário, com a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, às suas contribuições no que compete à luta constante contra a homofobia de forma direta,

articulada e responsável. A população LGBT encontra-se diretamente em todos os ambientes de trabalho dos profissionais de Serviço Social, seja no campo da saúde, educação, segurança pública, previdência ou outros. Em todas essas esferas de atuação, inúmeras demandas da população LGBT são diariamente apresentadas, demandando sensibilidade e um compromisso ético-profissional capaz de viabilizar direitos que muitas das vezes foram negligenciados e violados historicamente na vida destes sujeitos.

3.3 Movimento LGBT no Brasil e Políticas Públicas no combate à homofobia

A criação do movimento LGBT em prol dos Direitos Humanos das minorias sexuais teve início a partir da segunda metade do século XIX, passando por vários acontecimentos trágicos e desumanos já sofridos por essa população a exemplo do conhecido Holocausto gay, através do regime nazista alemão. Autores como Leony (2006), Rossi (2010), Rizzo (2006) alegam que o movimento em defesa dos direitos homossexuais surgiu na Europa entre os anos de 1950 e 1980, possuindo como principal reivindicação através das organizações políticas a cobrança do Estado pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Um dos marcos impulsionadores do movimento foi a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, configurando-se como um ponto de referência na luta contra a discriminação inicialmente em relação à orientação sexual, só depois iniciou a luta pelo respeito à identidade de gênero das travestis e os/as transexuais.

Outro acontecimento histórico bastante importante que marca o surgimento deste movimento foi a chamada *Revolta de Stonewall* que se iniciou em 28 de junho de 1969, dando origem às paradas do orgulho LGBT como já sinalizado neste capítulo (OLIVEIRA, 2013). Tais paradas após sua realização em Nova Iorque, passaram a ser realizadas em diversas cidades e países do mundo inteiro. No Brasil, conforme Irineu (2014) este tipo de evento iniciou-se em 1997, na região Sudeste e Sul do país. A primeira Parada do orgulho LGBT no Brasil foi realizada na cidade de São Paulo, com o tema: “Somos muitos, estamos em todas as profissões”, tal evento concentrou cerca de 2 mil pessoas. Atualmente, a cidade de São Paulo possui uma das maiores Paradas do Orgulho LGBT do mundo, assumindo o ranking mundial, tendo um público estimado em mais de 3 milhões de participantes, estatística está realizada na XIV edição, que ocorreu no ano de 2010 (OLIVEIRA, 2013).

No estado de Sergipe, a primeira Parada ocorreu na Orla da Praia de Atalaia, em julho de 2002. Os responsáveis pela organização do evento foi a Associação Sergipana de

Transgêneros (Astra). O evento foi voltado para reivindicações específicas, motivadas pela necessidade de denunciar atos de violência ou sensibilizar a população para a questão da saúde da população LGBT com enfoque nas DST/ HIV-AIDS (OLIVEIRA, 2013).

A origem do Movimento LGBT Brasileiro está assentada no jornal “Lampião da Esquina”, lançado na cidade do Rio de Janeiro em 1978, por um grupo de intelectuais e jornalistas de classe média, com edição voltada para a comunidade gay. Tal meio de comunicação circulou entre os anos de 1978 a 1981, obtendo o total de 38 edições, com triagem entre 10 e 15 mil exemplares. O preconceito e a discriminação contra a população LGBT foram assuntos centrais no Lampião da Esquina, entre todas as suas edições seis delas trataram de casos de assassinatos, porém, o jornal em algumas de suas edições começou a publicar fotos de homens nus, tal atitude levou um de seus articuladores, o escritor João Silvério Trevisan, a incentivar o encerramento das atividades, uma vez que para ele o objetivo do periódico não se constituía num veículo sensacionalista (OLIVEIRA, 2013).

Logo após o Lampião da Esquina, a primeira instituição de defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil foi o Grupo SOMOS que se apresentava como um grupo homossexual, fundado no ano de 1978, entre os membros encontravam-se estudantes, bancários e intelectuais. Inicialmente, o Grupo brasileiro surgiu com o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais”, posteriormente adotaria a denominação “Somos” (OLIVEIRA, 2013). Neste mesmo período foi criado o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em fevereiro de 1980, pelo antropólogo Luiz Mott, em Salvador (BA), e em seguida diversos outros como o Grupo Dialogay (Sergipe), Grupo Atobá e Triângulo Rosa (Rio de Janeiro); Grupo Dignidade (Curitiba); Grupo Gay do Amazonas; Nuances (Rio Grande do Sul); dentre outros.

No ano de 1995 foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (AGLT), atualmente denominada Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Inicialmente o movimento LGBT era definido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), em 1993 passou a ser chamado Movimento de Gays e Lésbicas (MGL), a partir de 1995, como Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis (GLT), só em 1999 o movimento passa a ser definido como GLBT enfatizando os sujeitos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, só após a I Conferência Nacional LGBT de 2008 realizada em Brasília, a sigla foi modificada para LGBT, iniciando com as lésbicas (SILVA JUNIOR, 2012; SIMÕES, 2011; LEONY 2006, ROSSI, 2010).

No Estado de Sergipe o movimento em defesa dos direitos dos homossexuais surgiu no dia 14 de março de 1981 com a criação do “Dialogay”, fundado por Wellington Gomes Andrade

com o lema “é legal ser homossexual”, o registro e reconhecimento do grupo só foi possível no ano de 1990, e três anos depois era declarada entidade de utilidade pública pela Assembleia Legislativa de Sergipe (LEI nº 3.365, de 25 de agosto de 1993) e Câmara Municipal de Aracaju (Lei nº 2.076, de 20 de dezembro de 1993). O surgimento foi inspirado justamente na busca pelo enfrentamento da crescente violência em face dos homossexuais no Estado. Por quase vinte anos o grupo funcionou na sede do Diretório Central dos Estudantes, da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS). (LEONY, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Conforme Oliveira (2013) o Dialogay trouxe várias contribuições para o movimento LGBT sergipano. Uma de suas contribuições foi quando junto aos constituintes, lutou para incluir no artigo 3º da Constituição do Estado de Sergipe, um disposto contra a discriminação por orientação sexual. Além do precioso trabalho que este grupo realizava no processo de identificação dos casos de assassinatos de LGBT. Que além de quantificá-los, encaminhava para as autoridades, entre as quais a Secretaria de Segurança Pública e o Palácio do Governo e Órgãos de defesa aos direitos LGBT como o GGB, tais situações, solicitando as devidas providências. O Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) encerrou suas atividades em 13 de janeiro de 2003. Atualmente na cidade de Aracaju/Sergipe (campo de análise da referida pesquisa) existem os seguintes grupos de proteção e defesa aos direitos da população LGBT: Associação das Travestis Unidas pela luta a favor da Cidadania – UNIDAS, (Fundada em 1999), Astra Diretos Humanos e Cidadania LGBT (Fundada em 2001) Associação de Defesa Homossexual de Sergipe Adhons (Fundada em 2003) Associação de Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais Amo Ser trans (Fundada em 2013).

De acordo com Pereira (2004) através do surgimento do movimento LGBT trazendo visibilidade social e fortalecimento às conquistas de direitos desta população, a violência contra esse segmento começa a se constituir como um problema público e social, de responsabilidade do Estado e de todos, estimulando uma certa possibilidade de sensibilização da sociedade frente a estas questões com a população LGBT. Ou seja, as lutas traçadas pelo movimento LGBT além das inúmeras pautas que almejam o reconhecimento de direitos sociais, civis e políticos desta população, vêm trazer a homofobia como uma das expressões da questão social buscando sensibilizar todos os sujeitos sociais como o Estado e as demais instituições públicas e privadas.

Froemming e Bacci (2014) mostram que nestes 36 anos de movimentos sociais organizados na luta a todas as formas de discriminações decorrentes da orientação sexual e identidade de gênero, os avanços conquistados no âmbito do poder judiciário e executivo ainda não foram suficientes para modificar o cenário de violência cotidianamente vivenciados por

este público alvo. De acordo com as autoras existe um certo recrudescimento do conservadorismo e avanço do fundamentalismo na contemporaneidade, conforme pode-se constatar nos elevados índices de violência notificadas contra essa população.

Em relação aos desafios para a população LGBT na atualidade, Reis (2014) aponta como um dos seus principais a garantia que as políticas construídas democraticamente no decorrer da última década sejam implementadas de forma plena. O movimento LGBT para o autor precisa interiorizar suas ações, ampliar o seu leque de parcerias com os demais movimentos. Potencializar cada vez mais as mobilizações geradas pelas paradas e eventos LGBT e sem sombra de dúvidas avançar no âmbito do poder legislativo, em especial nos projetos de leis que circulam no Congresso Nacional que objetivam viabilizar direitos a esta população.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 busca defender os direitos à liberdade, à segurança, ao bem-estar e ao desenvolvimento da igualdade e justiça como mecanismos necessários para a construção de um Estado democrático em que sejam assegurados todos os direitos aos cidadãos sem nenhum tipo de preconceito. Em seus artigos 3º e 5º são destacados os objetivos da República Federativa do Brasil em promover o bem de todos, utilizando-se da igualdade entre os sujeitos sociais (BRASIL, 1988). Contudo, a Constituição possui uma lacuna no que diz respeito à ausência dos termos orientação sexual e identidade de gênero nestes artigos, para isto a PEC nº 111, de 08/11/2006 que está em tramitação no senado federal, busca alterar o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais esta terminologia, especificando as identidades de gêneros não heterossexuais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

3.4 Ações e Iniciativas Contra a Homofobia

A luta contra a discriminação e violência em relação à população LGBT sempre se destacou como uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento desde sua origem até os dias de hoje. Além de diversos outros motivos que fomentaram o caminhar do movimento como a busca pelo reconhecimento dos direitos civis, do acesso à saúde e demais políticas públicas, a demanda da violência, mesmo sendo um dos objetivos de combate mais enfatizados pelo movimento, ainda se apresenta como uma questão que menos conseguiu avanço no Brasil. Tal contexto é facilmente analisado nos dados estatísticos (advindos do GGB e da SDH/PR) o primeiro apresentado todos os anos e o segundo tendo sua última divulgação no ano de 2012.

O que foi conquistado até o momento em relação aos direitos da população LGBT ainda são fragmentos pontuais e singulares das diversas demandas que o movimento vem lutando constantemente. O Estado tem silenciado, omitido e negado a aprovação de amparos legais que buscam criminalizar a homofobia, além das ações de sensibilização, cuidado e respeito com estas demandas.

Tendo instigado uma questão de debate como está tão importante e polêmica, é comum questionar: mas qual seria o verdadeiro papel do Estado neste processo de enfrentamento da violência contra a população LGBT? Através de que meios e situações o Estado pode proporcionar melhores condições de proteção e segurança a este público alvo? Para responder à primeira questão faz-se importante a utilização de uma parte do texto de apresentação dos Princípios de *Yogyakarta* quando alega que:

O poder público, nas suas três esferas, tem por obrigação assegurar, prevenir, proteger, reparar e promover políticas públicas que busquem sempre a afirmação dos Direitos Humanos para toda sociedade. O Estado, verdadeiramente democrático, pressupõe a prevalência de ações e iniciativas coercitivas a todas as modalidades de preconceito, discriminação, intolerância ou violência motivada por aspectos de origem, raça, sexo, cor, idade, crença religiosa, condição social ou orientação sexual (INDONÉSIA, 2006, p. 4)

Este debate foi retomado na I Conferência Nacional LGBT em 2008, quando, na carta construída por delegados durante o evento, foi destacada a necessidade do poder público nas suas três esferas, o dever do diálogo juntamente com a sociedade civil na busca da ampliação, transversalidade e capilaridade de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas da população LGBT, visando a um aprimoramento legislativo pelo avanço jurisprudencial que seja capaz de reconhecer no ordenamento constitucional, a legitimidade de direitos e garantias legais para este público (BRASIL, 2008).

O papel do Estado perante o enfrentamento da violência homofóbica perpassa por todos os seus poderes (legislativo, executivo e judiciário), uma vez que se faz muito complicada a viabilização de direitos civis, políticos e sociais à população LGBT de forma fragmentada nestes poderes. É difícil buscar direitos se não há leis que protejam tal sujeito ou que destaquem em seus textos o preconceito e discriminação contra sua orientação sexual ou identidade de gênero como algo digno de ser legalmente punido. Torna-se complexo viabilizar direitos a estes sujeitos se na esfera executiva não existe planos, projetos, programas, ou seja, ações concretas que busquem efetivar direitos e erradicar o preconceito e a discriminação contra as formas de sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais. Torna-se impossível viabilizar Direitos

Humanos à população LGBT se o poder judiciário e os órgãos de proteção e defesa não possuem em seu processo de atuação uma postura ética, capaz de julgar, encaminhar e resolver as demandas de LGBT que se apresentam rotineiramente nestes órgãos. Porém, não adianta existirem leis, que penalizam atos de violências, prisões que enquadrem os autores de situações de violências, e instituições que recebam tais demandas sem um atendimento qualificado e disposto a não revitimizar tais sujeitos. Desse modo, faz-se necessário compreender a homofobia como uma expressão da questão social que necessita do Estado em todas as suas funções disposto a enfrentá-la, entendendo que esta condição perpassa diretamente toda equipe técnica responsável por atender tais demandas.

A preocupação do Estado com as demandas da população LGBT de forma direta data de poucos anos e esteve ligada às questões de saúde voltadas para a prevenção e recuperação de DST, HIV/AIDS, porém, a homofobia é um fenômeno que causa diretamente adoecimento, além da ausência do bem-estar social diretamente defendida no conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS). Rossi (2010) alega que até 1995 foram realizados sete encontros de gays e lésbicas promovidos pelo movimento LGBT, nenhum destes eventos obteve financiamentos por parte do Estado, só depois da criação do Programa AIDS I, em 1994, os encontros do movimento passaram a contar com o financiamento estatal, porém, como condicionalidade o movimento deveria colocar como um dos pontos de debates para tais encontros a temática do HIV/AIDS.

O autor critica essa postura do Estado alegando seu descaso e ausência de comprometimento no que condiz com a luta da população LGBT, tendo em vista que tal inserção se deu no processo saúde-doença, voltado para o combate do vírus HIV, ou seja, as questões de violência que, consequentemente, provocam inúmeras situações negativas a estes sujeitos como assassinatos, suicídios, entre outros, não são adotados como responsabilização estatal da forma que a questão do HIV/AIDS acaba sendo. Com o passar do tempo o movimento começou a cobrar do Estado mais políticas públicas direcionadas a diversos outros aspectos como cultura, segurança e principalmente educação.

Rossi (2010) informa que logo após a introdução do Estado junto ao financiamento de eventos promovidos pelo movimento LGBT, este, começou a realizar diversos eventos e a executar projetos sociais por meio das várias ações realizadas pelas Organizações Não Governamentais – ONG, contando com a atuação profissional de diversas áreas como Direito, Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

Em relação à segunda questão, a proteção do Estado dispensada aos direitos da população LGBT é muita demanda pelo movimento através da necessidade da implementação de políticas públicas em todas as áreas de alcance estatal. Simões e Facchini (2009) afirmam que mesmo com o acirramento dos debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos, o Estado brasileiro permanece lento na implementação de ações e políticas públicas nesta área. Um exemplo claro disto é que ainda não existe no país nenhuma legislação federal específica de criminalização e combate à homofobia e que, ademais assegure proteção, direitos civis e sociais a população LGBT.

Conforme Silva Júnior (2012) e Leite (2014) a formulação de políticas públicas para a população LGBT foi visibilizada a partir da segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), lançado em 2002, este programa conta com uma seção intitulada: “orientação sexual” esta seção solicita a construção de dados sobre a situação da população LGBT no país, bem como as situações de violências praticadas em razão da orientação sexual destes sujeitos, dentre outras quinze ações adotadas pelo Governo buscando o combate à homofobia e a sensibilização da sociedade no reconhecimento e respeito pelos direitos das minorias sexuais.

No ano de 2004, o Brasil lança o programa nacional “Brasil sem Homofobia”, que foi desenvolvido pela SDH/PR com a colaboração do movimento LGBT. O programa é resultado das diversas reivindicações do movimento junto ao Estado, sendo o primeiro programa do governo com vista a promoção dos Direitos Humanos, que combata a homofobia e a discriminação por orientação sexual. O referido programa é composto por cinquenta e três ações que começam na articulação de políticas de promoção a cidadania de LGBT, no entanto, atingem as políticas de saúde, educação, cultura, trabalho, justiça, segurança pública dentre outros. O programa busca incidir no combate à homofobia, sendo um de seus objetivos centrais: [...] “a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação, adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta”. (BRASIL, 2004. p.7)

Este programa possui como ações fundamentais para o alcance de seus objetivos, o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia, bem como a capacitação de profissionais e representantes dos movimentos homossexuais que atuam na defesa de Direitos Humanos, incentivando sempre a disseminação de informações sobre direitos, de

promoção da autoestima homossexual e o incentivo à denúncia de violações dos Direitos Humanos do segmento LGBT (BRASIL, 2004).

É *mister* salientar que se o programa Brasil sem Homofobia destacou em um dos seus objetivos a necessidade de trabalhar com os profissionais de forma a capacitá-los e sensibilizá-los para prestar um atendimento humanizado e viabilizador de direitos à população LGBT, sem dúvidas, esta realidade ainda não se faz presente em nossa sociedade, buscando desta maneira combater a homofobia institucionalizada, mas de grande presença na vida da população LGBT que muitas das vezes é provocada tanto pela ausência do Estado em proteger, viabilizar e defender os direitos de LGBT quanto pelos profissionais que em seu processo de atuação (como representantes legais de determinado órgão ou instituição vinculados ao Estado) viola, negligencia e fere direta ou indiretamente (de forma manifesta ou sutil) os direitos da população LGBT.

O programa expõe as principais demandas da população LGBT. No campo dos Direitos Humanos a proteção na defesa as vítimas da homofobia com normatizações legais e a proteção e formulação de políticas públicas, fator este que se destaca como questões que necessitam de urgência em seu processo de implementação. No campo da segurança pública, saúde, educação, cultura e demais políticas sociais se destacam no programa a necessidade de prevenção e combate à violência homofóbica como também a capacitação e formação de profissionais para o acolhimento, atendimento e acompanhamento de LGBT, bem como a elaboração de estudos e pesquisas sobre a discriminação decorrente da homofobia, além de outras demandas específicas em cada política como na saúde, no acesso igualitário ao Sistema Único de Saúde – SUS, na educação e cultura a elaboração de políticas culturais que valorizem a diversidade sexual e de gênero e a formação de políticas educacionais não discriminatórias que incluam o tema da diversidade sexual e de gênero.

Uma das ações do programa Brasil sem Homofobia se concretizou através da criação dos Centros de Referência em Direitos Humanos Prevenção e Combate à Homofobia (CCH), espalhados nas principais capitais do país, tal órgão busca prestar atendimento à comunidade LGBT com ações de prevenção, combate e reparação a situações de preconceito e discriminação contra essa população contando com apoio jurídico, psicológico e social (GOMES; CASTELLUCCIO, 2009).

Estes Centros de Referência em Direitos Humanos atendem diretamente a população LGBT nos mais diversos casos de promoção e defesa de seus direitos. Estes ambientes têm o objetivo de mobilizar todos os sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente com a

promoção dos Direitos Humanos, visando gerar conhecimentos, propor políticas públicas e desenvolver ações de modo a efetivar o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (BRASIL, 2013).

Através da criação do programa “Brasil Sem Homofobia”, várias demandas da população LGBT historicamente já excluídas das políticas públicas começaram a ser atendidas, possibilitando, inclusive, a realização da 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada entre 05 e 08 de junho de 2008, em Brasília/DF, que teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A Conferência se apresenta como um espaço de escuta da voz e anelos desta população em relação às suas demandas e desafios vivenciados cotidianamente, marco histórico e importante para toda população LGBT. A referida Conferência produziu um fruto significativo para essa população, a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT que traz diretrizes e ações para elaborações de políticas voltadas às minorias sexuais, mobilizando os poderes públicos e a sociedade civil (BRASIL, 2008).

Em 2007 foi colocado em vigor o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em que entre seus objetivos se destacam: a busca para incentivar os profissionais do sistema de justiça e segurança pública, as questões que dizem respeito à diversidade e exclusão social, defendendo os grupos descriminalizados como as mulheres, os povos indígenas, e toda população LGBT, entre outros (UNESCO, 2007).

Outras iniciativas do governo brasileiro para com este público se deu com a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em 2009 e logo após o Programa Nacional de Direitos Humanos (PndH-3) (BRASIL, 2009). Não podemos deixar de citar a aprovação da Portaria de nº 766 de 3 de julho de 2013, que institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamentos à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013b).

Além destas iniciativas, foram criados amparos legais que almejam conquistar alguns Direitos Humanos aos LGBT, a exemplo da utilização do nome social das transexuais e travestis que, com o projeto de lei nº 6.655-A de 2006, altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilita a substituição do prenome de pessoas transexuais (BRASIL, 2006), com o projeto de lei nº 2976 de 2008, este direito se estende também para pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino. Logo após esta iniciativa, a Procuradoria Geral da República em 21 de julho de

2009 reconhece o direito à utilização do nome social com a substituição do pronome e sexo no registro civil independente da cirurgia de transgenitalização (BRASIL, 2009).

O Ministério da Saúde, também retrata a necessidade da garantia de um atendimento humanizado e viabilizador de Direitos Humanos a todo público LGBT quando através da Portaria de nº. 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres de seus usuários em seu artigo 4º, parágrafo único, afirma ser direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, a exemplo de sua orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009).

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Portaria nº. 233, de 18 de maio de 2010, assegura aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais (BRASIL, 2010).

No ano de 2010 foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3), pela SDH/PR, este documento abrange todas as políticas sociais e áreas programáticas, discutindo normativas voltadas para políticas de saúde, assistência social, educação, explicitando como a política de Direitos Humanos se comporta na afirmação de direitos de diferentes categorias sociais. O documento foi construído a partir da 11ª conferência nacional de Direitos Humanos realizada em 2008, neste programa em uma de suas diretrizes, especificamente os eixos 7 e 10 visam à garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente assegurando a cidadania plena citando a população LGBT como sujeitos que demandam e possuem o direito de um atendimento humanizado em todas as políticas públicas. Bem como a criação de redes de proteção em Direitos Humanos de LGBT a partir do apoio de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia.

No eixo 13 que trata da Prevenção da Violência e da Criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos, como objetivos de fortalecimento dos instrumentos de prevenção a violência, destacam-se a elaboração de diretrizes para a política de prevenção à violência e a redução de violência motivadas principalmente pela orientação sexual dos sujeitos. Entre as ações programáticas estão a promoção de campanhas educativas e pesquisas voltadas para a redução da violência contra as minorias sociais com destaque aqui para a população LGBT, bem como, a implementação de ações de promoção de cidadania e direitos de LGBT, com foco na prevenção da violência, garantindo-lhes redes integradas de proteção (BRASIL, 2010).

No ano de 2011 foi criado o Conselho Nacional contra a Discriminação – LGBT, que tem como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação em busca da promoção e defesa dos direitos LGBT. A composição do referido conselho é feita de forma paritária entre representantes do Governo Federal e de Organizações da Sociedade Civil. Tal iniciativa ainda não alcançou um quantitativo significativo de municípios e estados brasileiros, ou seja, menos de dezenas de municípios possuem Conselho Municipal LGBT (BRASIL, 2013).

Outra iniciativa do governo federal em relação ao combate à discriminação e violência foi a criação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, tal ação foi implementada pela Coordenação Geral de Proteção a Vítimas e Testemunhas responsável por executar a política pública de proteção a estes sujeitos e seus familiares que estejam coagidos ou expostos à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal. A execução da política se dá entre os governos estaduais e organizações de Direitos Humanos.

Conforme a Cartilha da SDH/PR publicada em 2013, o referido programa encontra-se presente em 17 unidades da Federação. O atendimento à população dos Estados que ainda não possuem uma unidade do programa é realizado pela equipe federal. Cerca de dez mil pessoas foram protegidas pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, desde 1999. Atualmente o programa está com aproximadamente 700 pessoas em todo o Brasil. Ele busca conciliar a garantia da segurança das testemunhas, vítimas e familiares, com ações de promoção e proteção de Direitos Humanos. Como forma de ampliação do programa a lei autoriza que a União, os Estados e o Distrito Federal possam celebrar convênios com entidades não governamentais objetivando a realização de parcerias para sua realização. (BRASIL, 2013a).

É importante ressaltar que todas as vítimas e testemunhas ameaçadas como seus familiares ao aderir ao programa são atendidas por uma equipe multidisciplinar formada por advogado, assistente social e psicólogo. Tais profissionais são encarregados de realizar a análise das condições de vulnerabilidade e risco daquele determinado núcleo familiar, promovendo seu deslocamento para outra cidade, garantindo-lhe em conjunto a reinserção social das pessoas, desta forma, algumas preocupações são de responsabilidade do programa, como a sua inserção no mercado de trabalho respeitando suas aptidões físicas, a promoção de cursos de capacitações nas mais diversas profissões, a garantia da moradia, dentre outros fatores (BRASIL, 2013a).

Entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, em Brasília/DF foi realizada a 2ª Conferência Nacional LGBT, nesta conferência conforme Silva Junior (2012) vários avanços e metas traçadas na primeira conferência não foram alcançados, poucos foram os avanços na

implementação de políticas públicas para o enfrentamento da homofobia e promoção da cidadania LGBT, um exemplo deste fato é a ausência do lançamento do 2º Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, que deveria ser lançado no prazo de até um ano após a 2ª Conferência, porém, não aconteceu.

No ano de 2013 o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT, com o objetivo de promover cidadania e direitos LGBT, através da criação de conselhos, planos e órgãos de gestão da política pública LGBT. Como também com a utilização do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra esse público alvo, repartindo competências entre os estados e municípios neste processo, e com a criação de um comitê reunindo a sociedade civil organizada e os Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT (IRINEU, 2014; SILVA JUNIOR 2012).

Com a aprovação destes projetos de leis, resoluções e portarias e as inúmeras demandas que diariamente se apresentam no contexto destas instituições, diversas outras aderiram a estas normas, a exemplo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que, através da Portaria de nº. 2209 de 18 de junho de 2013, em seu artigo 1º: “determinar a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos respectivos registros acadêmicos de graduação e pós-graduação de todos os campi para a Universidade Federal de Sergipe” (UNIVERSIDADE, 2013), objetivando o respeito pela diversidade sexual e de gênero e a luta contra as inúmeras situações de discriminações tão presentes nesta categoria social.

Em nível nacional, tanto nos âmbitos federais, estaduais ou municipais, é possível observar um grande arsenal de leis, decretos, portarias, projetos, projetos de leis, planos e programas que buscam assegurar alguns direitos ao público LGBT. Segundo o manual do programa “Brasil sem Homofobia”, atualmente, a proibição de discriminação por orientação sexual consta em três Constituições Estaduais (Mato Grosso, Sergipe e Pará), porém, existem legislações específicas nesse sentido em mais cinco estados brasileiros, a exemplo do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal e em mais de oitenta municípios brasileiros há algum tipo de lei que contempla a proteção dos Direitos Humanos de homossexuais e o combate à discriminação por orientação sexual (BRASIL, 2004).

Algumas outras iniciativas em relação ao combate a violência contra a população LGBT foram tomadas por alguns estados brasileiros, mesmo estas sendo pontuais e específicas da realidade destes estados a exemplo do Rio de Janeiro com o Programa “Rio Sem Homofobia”, no Piauí, a criação do Núcleo Especializado no Atendimento às Vítimas de Discriminação e da

Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias, este último, formalizado pelo governo do estado por meio da Lei Complementar nº 51, de 23 de agosto de 2005 (BRASIL, 2008). Tais iniciativas são dignas de serem reproduzidas pelos demais estados e municípios brasileiros uma vez que a homofobia é uma realidade presente e bastante viva em todos os cantos deste país.

O programa “Rio Sem Homofobia” foi implementado no ano de 2010 em parceria com o governo federal e estadual do Rio de Janeiro, junto ao movimento social e setores ligados a Universidade (Secretaria Estadual de Assistência e Direitos Humanos (SEASDH) onde assinaram um contrato com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para assessoramento à implementação das ações do programa). Juntamente foram inaugurados o Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIRH) e o Disque Defesa Homossexual (DDH), serviços subsidiados a Subsecretária de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O objetivo do programa consiste em combater a violência contra a população LGBT, promovendo a cidadania desta população no Estado entre outras, com ações desenvolvidas entre os entes governamentais e a sociedade civil organizada. O referido programa implementou o Centro Regional de Referência de Promoção da Cidadania LGBT (Duque de Caxias) e do Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT (CEMO-RIO). Tais órgãos ofertam serviços de acolhimento, atendimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de pessoas vítimas ou não de preconceitos e discriminações por orientação sexual e/ou identidade de gênero na área social, psicológica e jurídica, as equipes técnicas são compostas por profissionais do Serviço Social, Psicologia e Direito (LEITE, 2014).

Ações iguais a estas apenas demonstram e reafirmam a importância do Estado no processo de combate à violência homofóbica, uma vez que promover a igualdade resguardando o direito à diversidade é um desafio do Estado, só se fazendo possível através da viabilização de Direitos Humanos para todas e todos de forma justa e igualitária indiscriminadamente (CASSEMIRO, 2015a).

Em relação ao atendimento da equipe técnica destes Centros de Referências e Combate à Homofobia do Programa Rio Sem Homofobia o qual fazem parte desta equipe, profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social. Leite (2014) em sua tese de doutorado intitulada “Impróprio para menores?”: Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Faz uma análise da atuação destas equipes entre os anos de 2011 e 2013.

A pesquisa demonstrou que entre as diversas denúncias de violência homofóbica cometidas na família, escola, ambientes profissionais, vizinhança, dentre outros, os técnicos responsáveis por atender tais demandas sinalizaram inúmeras dificuldades que vivenciam em suas práticas profissionais em todo processo de atendimento e encaminhamentos destes casos.

As impossibilidades de um encaminhamento que supra as necessidades de determinadas situações de violência se apresentou como um dos itens mais alarmantes e preocupantes para os profissionais. Outra questão destacada pelos profissionais é a presença do preconceito e da discriminação de certos sujeitos que pertencem ao contexto social das vítimas ao serem atendidos por técnicos na instituição ao saber que possuem uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferentes da heterossexualidade. Uma reclamação visível dos técnicos é a ausência de políticas transversais capazes de assegurar o mínimo de qualidade de vida ou de acesso a qualquer LGBT, ou seja, a ausência de uma articulação deste debate nas várias áreas das políticas públicas como a assistência social, a saúde, educação, segurança pública, dentre outras (LEITE, 2014).

Diante dos relatos, algumas questões já apontadas neste estudo são reconfirmadas nos casos partilhados pelos profissionais como a forte presença da homofobia no âmbito familiar (principalmente na vida de travestis e transexuais), muitos casos estão diretamente ligados às pessoas que possuem um forte vínculo hierárquico e afetivo com a vítima, impossibilitando ou fragilizando uma atuação profissional mais aprofundada na busca pela viabilização de direitos das vítimas. Outro fator bastante corriqueiro é a concepção de alguns LGBT que foram agredidos por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, não querer denunciar por sentir-se inferior sendo comum “apanhar” pelo fato de ser lésbica, gay, travesti ou transexual (LEITE, 2014).

Como verdadeiras barreiras para a atuação dos profissionais nos casos de violência contra a população LGBT, apresentam-se os princípios religiosos dos pais e familiares das vítimas de homofobia, fazendo com que a atuação dos profissionais nestes casos seja limitada no que tange à abertura destes sujeitos a um diálogo capaz de fazer com que os mesmos enxerguem a problemática da questão não nas questões da orientação sexual e/ou identidade de gênero de LGBT, mas em seus preconceitos e discriminações alicerçados religiosamente.

Os profissionais alegaram ainda que existe uma ausência de preparação da equipe técnica das diversas políticas públicas para acolher, atender e acompanhar a população LGBT, a exemplo da política de saúde, assistência social segurança pública, dentre outras. Os encaminhamentos que são feitos através do centro para órgãos como o Centro de Referência da

Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, Conselhos Tutelares, dentre outros, apresentam-se como uma das maiores dificuldades no atendimento dos técnicos, pois, muitas vezes as demandas encaminhadas para estes órgãos não são respondidas com êxito devido à ineficiência dos serviços e o despreparo das equipes atuantes (LEITE, 2014).

Em suma, a pesquisa revela que existe uma forte homofobia provocada e reafirmada nas ações do Estado, tanto no processo de negligência, como violações de direitos advindos da omissão e da negação deles à população LGBT. Desta forma, a homofobia institucionalizada se faz presente em todos os órgãos estatais, deixando clara a grande necessidade da formação e sensibilização dos servidores destes órgãos em trabalhar com as questões referentes às demandas da população LGBT.

3.5 Legislações e Políticas Públicas Contra a Homofobia em Sergipe

Diante de um constante cenário de violação, negligência e desrespeito aos Direitos Humanos e Sexuais da população LGBT, o estado de Sergipe tem adotado algumas iniciativas com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação contra as expressões da diversidade sexual e de gênero. Através de leis, de âmbito estadual e municipal, Sergipe busca proibir as formas de violência contra a população LGBT perpetradas cotidianamente.

A Constituição do estado de Sergipe, em seu artigo 3º, especifica a defesa pelos direitos de todos os sujeitos sociais quando assegura, no inciso II, a proteção contra qualquer forma de discriminação, especificando a orientação sexual como uma área da vida humana que merece respeito igual a qualquer outra, desta forma de maneira legislativa o Estado assegura:

II - proteção contra discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político-ideológica, crença em manifestação religiosa, sendo os infratores passíveis de punição por lei; (SERGIPE, 1989, p. 20).

A capital sergipana também se destacou na luta contra todo preconceito e discriminação para com a população LGBT, quando aprovou, através da Câmara de Vereadores de Aracaju, a Lei contra a homofobia de nº 45, de 18 de maio de 2009, que: “proíbe no âmbito do município de Aracaju, todo ato ou manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual, travesti ou transexual”, aplicando como penalidades, em seu artigo 6º,

advertência, multa, suspensão da licença municipal para funcionamentos de estabelecimentos comerciais e cassação da licença para funcionamento (ARACAJU, 2009).

Dentre estas conquistas também há a aprovação da Lei n.º 3.963, de 16 de novembro de 2010, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta do município de Aracaju e das outras províncias”; A aprovação do projeto de lei de n.º 50/2011 que assegura as travestis e os/as transexuais serem chamadas pelo nome social no Estado; e a Lei Orgânica do Município de Aracaju, de 5 de abril de 1990, em seu artigo 2º traz como objetivo fundamental a construção do bem-estar do cidadão e de uma sociedade livre, justa e solidária, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político-ideológica, crença em manifestação religiosa e quaisquer outras formas de discriminação” (ARACAJU, 1990).

É imensurável a importância destes amparos legais que têm por finalidade prevenir e proteger a população LGBT das situações de preconceito, discriminação e violências, porém, é insignificante a aprovação de tais legislações sem um processo de sensibilização, fiscalização e monitoramento para sua efetivação. Uma prova real desta questão são os dados notificados referentes às inúmeras formas de violência que acontecem diariamente na vida da população LGBT em Sergipe. Sendo assim, faz-se necessário uma evolução que ultrapasse o viés da mera legalização alcançando os nortes da prática efetivadas na vida de cada sujeito atingido por ela.

Mesmo com o grande índice de subnotificação dos casos de homofobia no Brasil, por meio de levantamento de dados estatísticos divulgados através da mídia e de denúncias realizadas no poder público, Pereira e Costa (2014) sinalizam a existência de um aumento significativo e preocupante destes casos, demandando uma postura firme e comprometida, não apenas do Governo Federal, como das demais instâncias do poder público, a exemplo das esferas estaduais e municipais, sem esquecer da sociedade civil e de cada cidadão e cidadã individualmente. Desta maneira, os autores relatam que o enfrentamento da homofobia só será possível a partir de iniciativas coletivas, advindas de todos os sujeitos sociais tratando a homofobia como uma expressão da questão social, que demanda ações concretas preventivas e reparadoras do poder público e da sociedade em geral. É necessário avançar não apenas na esfera federal, mas em todas as demais esferas e poderes, sobretudo no Poder Legislativo e sua recusa em aprovar projetos de lei que pretendam viabilizar direitos a população LGBT, desta maneira tratar a homofobia como uma expressão da questão social que deve ser enfrentada pelo Estado e sociedade.

Logo, entendemos que a homofobia se apresenta como uma maneira de reprodução de desigualdades e exclusões sociais, através da violência direta e indireta direcionadas a todos os sujeitos que diferem dos padrões heteronormativos e do sistema binário de gênero. A ausência do reconhecimento deste fenômeno pela sociedade, poder público e instituições em geral, apenas intensifica o descaso e a violação dos direitos da população LGBT por estes sujeitos sociais que se utilizam do ocultamento e da omissão desse debate como forma de ignorar ou tornar invisível tal violência, retirando a necessidade de enfrentá-la.

Leony (2006) retrata algumas iniciativas necessárias para o enfrentamento da homofobia, como a oferta de trabalho de sensibilização junto ao público LGBT, a comunidade, a qualificação dos crimes em seu processo de notificação visibilizando essa realidade de forma direta e estatística oficialmente, a realização de cursos de capacitação com parcerias entre segurança pública e entidades, dentre outras.

É importante ressaltar que todas as ações do governo federal, estados e municípios que objetivam combater o preconceito e a discriminação podem ser vistas como paliativos e respostas pontuais do Estado em relação às inúmeras violências sofridas pela população LGBT no Brasil. Tais políticas públicas, legislações e instrumentos governamentais são ofertados de forma limitada, demonstrando a forte ausência de uma articulação de rede de proteção aos Direitos Humanos, fiscalização da aplicabilidade das ações de viabilização de direitos além da fragilização das próprias equipes profissionais responsáveis, que se demostram cada vez mais despreparadas para trabalhar com essas questões.

Diante de todo este contexto, faz-se necessário trabalhar a homofobia de forma a entender que sua efetivação é uma agressão direta aos Direitos Humanos enquanto direitos sexuais de toda população LGBT e dos sujeitos que apresentam qualquer tipo de comportamento ou tendência diferente dos padrões heteronormativos. Neste processo de enfrentamento a violência homofóbica, faz-se necessário a atuação de profissões que tenham uma postura ético-política voltada para a defesa dos direitos da livre expressão afetivo-sexual dos sujeitos. Sinalizamos aqui o Serviço Social como uma destas profissões, possuindo em todo seu projeto ético-político princípios e diretrizes em favor dos Direitos Humanos, especificando a população LGBT como uma destes sujeitos. A atuação destes profissionais de acordo com seus princípios e diretrizes norteadores da profissão, possui o papel de intervir junto a realidade social nas várias expressões buscando a viabilização de Direitos Humanos para todos seus usuários. A partir de então reconhecemos a homofobia como uma das expressões da questão

social que deve ser enfrentada de forma coletiva responsabilizando todos os sujeitos e órgãos/instituições e poder público neste processo de enfrentamento da violência homofóbica.

CAPÍTULO 4: SERVIÇO SOCIAL E HOMOFOBIA: ANALISANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

O Serviço Social, enquanto profissão, possui um histórico recente e bastante significativo em relação à luta pelos direitos da população LGBT no combate à homofobia, e à viabilização de Direitos Humanos para todos esses sujeitos. As demandas da população LGBT tornaram-se, assim, campo de atuação para o trabalho profissional, porém, no século XXI, estas demandas, além de apresentarem desafios significativos para a população LGBT, também se apresentaram de forma desafiadora para o Serviço Social, pois motivaram a categoria profissional a repensar sua prática interventiva em meio às diversas particularidades desse público, além de instigar a vivência dos princípios éticos-profissionais e dos marcos legislativos da profissão que defende tais direitos.

Muitas questões motivaram-me a pesquisar e escrever sobre esse tema, além da sua escassez no campo do Serviço Social e da sua grande importância, a presença de uma certa indiferença para com o tema que rodeia a categoria profissional. Parte dessa categoria que defende uma postura conservadora baseada em princípios moralistas, religiosos e homofóbicos dificilmente se coloca à disposição para discutir sobre a sexualidade humana e suas expressões, julgando desnecessário e sem fundamento. Enriquecer tal debate com pesquisas como essa é uma forma de “pôr na roda” discussões com tais temáticas para a profissão, com objetivos que ultrapassem o viés informativo e alcancem a construção de novas posturas e saberes profissionais.

Entendemos que o Serviço Social possui um papel fundamental neste processo de busca pela eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação. A função do assistente social diante das demandas LGBT vai além do simples atendimento de escuta e encaminhamentos, e podendo contribuir para trabalhar seu processo de emancipação e autonomia em meio a uma população tão vulnerabilizada socialmente. Desta maneira, o objetivo aqui é analisar o debate que tem ocorrido no Serviço Social sobre os direitos da população LGBT e a luta contra a homofobia.

Este capítulo foi subdividido em cinco diferentes partes: na primeira, analisaremos um pouco do histórico da profissão, seus Códigos de Ética onde se registra a postura profissional para com os direitos de LGBT. Na segunda parte, analisaremos o crescimento desse debate dentro da categoria profissional e seus desafios com os posicionamentos do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS. Na terceira parte, avançaremos com um debate sobre os novos e velhos desafios

profissionais articulando os avanços teóricos sobre as demandas que se relacionam com a diversidade sexual e de gênero e as dificuldades da interiorização destas práticas profissionais. Para tanto, abordaremos algumas pesquisas que retratam sobre a produção intelectual no Serviço Social com temas que contemplam a sexualidade, homossexualidade, homofobia e demais temas correlacionados e pesquisas realizadas com estudantes do curso de graduação em Serviço Social sobre suas representações acerca dessas temáticas.

No quarto item, trabalharemos a atuação profissional diante das demandas da população LGBT e no combate à homofobia, analisando o discurso teórico de alguns autores sobre esse processo e seu significado para a categoria, no sentido de realizar algumas considerações que dizem respeito à necessidade de amadurecimento e profundidade desse debate no interior do Serviço Social. No quinto e último, abordaremos sobre os instrumentos de atuação do Serviço Social como meios de viabilizar, violar, negligenciar ou reafirmar os direitos da população LGBT, analisando como esse contexto se apresenta diante do atendimento de profissionais do Serviço Social a esse público-alvo.

4.1 Breve Histórico da Profissão

No Brasil, o Serviço Social iniciou-se na década de 30 do século XX, com suas raízes impregnadas na igreja católica, com ações voltadas à filantropia e à caridade. Nesse momento, a concepção de profissionais viabilizadores de direitos ainda não se fazia presente no seio da categoria profissional, e, caso se apresentasse dentre alguns profissionais, isso acontecia de forma ainda bastante fragmentada e imatura.

O Serviço Social, de acordo com Bastos (2013) consiste em uma especialização do trabalho coletivo, inserido no modo de produção capitalista para intervir diretamente nas expressões das questões sociais, através da realização de políticas sociais. Deste modo, conforme a autora, o Serviço Social se insere na sociedade brasileira durante o processo de mudança de fase do capitalismo concorrencial para o monopolista, a partir do momento em que o Estado começa a intervir sobre as inúmeras sequelas da “questão social”, através de políticas sociais.

Definimos aqui questão social através do conceito problematizado por Iamamoto (1999), quando afirma que:

Questão social deve ser compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a

produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 22).

O conceito de políticas sociais utilizado neste estudo foi baseado nas concepções de Behring e Boschetti (2006) quando as conceituam como respostas e formas de enfrentamento das expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, ou seja, são os instrumentos utilizados pelo Estado e demais órgãos para trabalhar as desigualdades nas relações sociais e as consequências produzidas por esse processo.

A natureza do Serviço Social, enquanto profissão, é explicada por Montañó (2011) através de duas perspectivas distintas: a primeira denominada como endogenista e a segunda, como histórico-crítica. Conforme o autor, a perspectiva endogenista explica a gênese do Serviço Social como uma evolução, profissionalização e sistematização da caridade, da ajuda e da filantropia, voltada para a intervenção nas expressões da questão social. A perspectiva histórico-crítica nega as explicações da endogenista. Aqui, a gênese da profissão não estaria vinculada a um processo evolutivo da caridade, mas à própria dinâmica capitalista em seu estágio monopolista. Essa perspectiva possui como base do surgimento da profissão uma síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, quando no capitalismo monopolista.

Ao longo dos anos, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de transformação, mudanças teórico-metodológicas denominadas pelos profissionais da época de Movimento de Reconceituação. Este movimento conforme Bastos (2013) ocorreu no âmbito latino-americano e teve reflexos no Serviço Social brasileiro, emergiu no ano de 1965 e se esgotou por volta de 1975. O objetivo do Movimento de Reconceituação era propor a ruptura do conservadorismo da profissão e se baseava na luta por transformações da estrutura capitalista, tendo como consequência a retirada das influências cristãs dentro da categoria profissional tornando-a laica e autônoma, além de diversas outras conquistas a serem alcançadas pela categoria profissional. Do ponto de vista técnico-operativo da profissão, este contexto também representa a perda de seu reducionismo ao assistencialismo, passando a ser uma profissão que possui um arcabouço teórico, metodológico, ético e político com instrumentalidade própria.

É importante ressaltar que o Movimento de Reconceituação da profissão não esgotou todos os seus objetivos de forma imediata e independente, dando uma nova roupagem a partir apenas de sua existência; ele foi um novo despertar para a construção de correntes debates, diretrizes e princípios profissionais que pudessem comungar com a realidade vivenciada pelos

usuários do Serviço Social. Porém, diversas outras iniciativas foram tomadas pós-reconceituação para garantir aos usuários do Serviço Social uma prática profissional capaz de trabalhar suas demandas de forma a reforçar a liberdade, o respeito a emancipação e autonomia de cada sujeito.

Exemplos deste contexto de renovação do Serviço Social, durante sua história e, principalmente, no que compete às inúmeras demandas da sua atuação com a população LGBT, foram as mudanças de seus aportes teóricos profissionais, como dos Códigos de Ética dos Assistentes Sociais, da Lei de Regulamentação da Profissão e de suas Diretrizes Curriculares que integram o seu Projeto Ético-Político Profissional.

No total, o Serviço Social brasileiro possuiu 05 (cinco) Códigos de Ética Profissional, cada um demonstra claramente o posicionamento da profissão e seu papel perante a sociedade no seu processo histórico. Analisando tais códigos, é possível perceber que o Serviço Social deu um salto significativo nos últimos tempos com relação ao seu papel de luta pelos direitos da população LGBT e o combate à homofobia.

O Código de 1947 não faz menção às questões de orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse momento, o assunto ainda não se configura como uma causa de debate da profissão. A caridade, as leis de Deus e a postura voltadas para a moral se destacam neste Código (CFESS, 1947).

Em 1957, a profissão teve sua Lei de Regulamentação aprovada através do Decreto 994, de 15 de maio de 1962, pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS, atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, nesta legislação foi determinado que o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, atual Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Assistentes Sociais – CRAS, atual, Conselho Regional de Serviço Social- CRESS determinariam a disciplina e a fiscalização do exercício profissional.

O segundo Código de Ética profissional foi aprovado em 1965, este buscou trabalhar os direitos fundamentais do homem, porém, como o de 1947, também não cita nenhum posicionamento em relação ao respeito à diversidade sexual e de gênero. A atuação profissional aqui ainda leva muito em consideração de acordo com o artigo 24º, “o zelo do profissional pelo bom nome da entidade que o emprega”. (CFESS, 1965) apresentando-se de forma conservadora e codependente, o referido Código traz a moral também como princípio de atuação profissional.

A terceira versão do Código de Ética se deu em 1975, tal Código destaca alguns direitos que estão diretamente ligados a dialética homem-sociedade, justificando que a essência do

referido Código se faz na garantia pelo respeito aos Direitos Humanos, sendo o ser humano considerado centro, objeto e fim da vida social. O bem comum, a liberdade e a justiça social, também são abordadas neste código, porém não é feita nenhuma menção às questões que dizem respeito às expressões, às diversas formas de orientação sexual ou identidade de gênero (CFESS, 1975).

O quarto Código foi aprovado em 1986, os três Códigos analisados até aqui (1947, 1965, 1975) possuíam princípios e ações profissionais baseadas numa doutrina positivista e neotomista, ou seja, o conservadorismo e os valores cristãos imperavam no interior do Serviço Social. Desta maneira, torna-se difícil imaginar práticas profissionais e posturas éticas que favoreçam a luta pelos direitos à livre expressão e orientação sexual e à identidade de gênero. O Código de 1986 redireciona a atuação profissional em favor da luta das classes trabalhadoras, portanto, igual aos demais, este Código também não faz menção ao respeito a diversidade sexual e de gênero, porém, posiciona a categoria profissional ao apoio e/ou participação nos movimentos sociais. Este Código rompe com os valores do conservadorismo da profissão.

O grande marco legal do Serviço Social que traz claramente um novo fazer profissional para a categoria em relação ao respeito dos direitos da população LGBT e a luta em combate a todas e quaisquer formas de preconceito e/ou discriminações, se deu com a aprovação em 15 de março de 1993 do quinto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, com as alterações introduzidas através das Resoluções do CFESS de nº 290/94 e 293/94 que se encontra em vigor até os dias atuais. Além deste Código, a profissão também tem uma nova Lei de Regulamentação profissional dos assistentes sociais, de 1993, de nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

Entre os princípios fundamentais do Código de Ética se destaca o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ele inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993) em que, no âmbito profissional, defende-se diretamente o respeito por todas as especificidades de cada usuário. Em relação às várias formas de preconceito e discriminação, o Serviço Social busca em seus princípios o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”. Em um olhar profissional voltado na a luta pelo “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”

(CFESS, 1993) carregando consigo uma postura a favor dos direitos de todos os sujeitos sem discriminar nenhuma de suas especificidades analisando-os em sua totalidade.

Destarte, é importante reconhecer o grande avanço legislativo da profissão, em seu Código de 1993, como fundamental para a categoria profissional assumir novas práticas no que diz respeito aos direitos de LGBT. A partir de então o Serviço Social exterioriza uma atuação norteada por princípios e valores fundamentados no respeito pela diversidade e luta pela igualdade dos sujeitos.

4.2 Novos Posicionamentos e Redirecionamento de Ações da Profissão

O CFESS tem constantemente divulgado em sua página na *internet*, nas redes sociais e impressos em determinadas situações, o informativo intitulado *CFESS Manifesta*, que é um documento informativo com posicionamento político da entidade representativa da categoria profissional, sobre algumas situações da conjuntura, todos os informativos são inscritos por conselheiros/as das gestões do CFESS ou convidados/as e aprovado pela diretoria do referido Conselho. Muitos destes documentos trazem, claramente, não apenas o posicionamento do Serviço Social, como também relata experiências de ações realizadas pela categoria e os novos direcionamentos a serem seguidos. Assim, destacaremos abaixo os informativos que dizem respeito à luta a favor da livre expressão da orientação sexual e de identidade de gênero dos sujeitos como parte fundamental de seus Direitos Humanos.

No ano de 2011 aconteceu a 2º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, nesse contexto, o CFESS, em seu informativo, faz referência a tal evento e afirma que a homofobia social e institucional se reproduz com a rotulação das expressões da sexualidade que diferem das normas e padrões heterossexuais, como formas de afetividade e sexualidade desviantes, anormais, contra a natureza humana devendo se restringir ao privado, ao invisível (CFESS, 2001). O CFESS também posiciona-se em relação à retirada da pauta de votação, do PLC 122 que criminaliza a homofobia no Congresso Nacional, em decorrência da pressão da bancada fundamentalista religiosa, alegando que isto se configura como um recrudescimento dos Direitos Humanos e a negação do Estado laico, expresso na Constituição Federal de 1988.

Entre as novas bandeiras de defesa do CFESS no que tange à luta pelos direitos da população LGBT, destacam-se: o reconhecimento do direito e acesso desta categoria as políticas sociais; reforço nas lutas do legislativo e do judiciário, em defesa da liberdade de orientação sexual e da livre identidade de gênero assegurado à população LGBT, os direitos de

adoção, constituição de família, respeito e defesa da utilização do nome social de travestis e transexuais nos espaços públicos e privados etc (CFESS, 2001).

No ano de 2006, o conjunto CFESS-CRESS em parceria com as entidades do movimento social LGBT, através do XXXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS, lançaram a campanha pela liberdade de orientação e expressão sexual intitulada "O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito", que tinha como principal objetivo:

“sensibilizar a categoria dos assistentes sociais para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano” (CFESS, 2006, p. 14), além de favorecer a construção de espaços de diálogos e parcerias interdisciplinares na defesa da livre orientação e expressão sexual como de todos, contribuindo para disseminação de práticas não discriminatórias entre os profissionais na perspectiva da consolidação do seu Projeto Ético-Político da profissão, no enfrentamento das várias formas de homofobia, incentivando o conjunto CFESS – CRESS a garantir o respeito à diversidade humana nos espaços institucionais, nos trabalhos dos assistentes sociais e na formação profissional em Serviço Social (CFESS, 2006).

O lançamento desta campanha contribuiu para combater a violência e defender direitos, concretizar o Código de Ética dos Assistentes Sociais, fortalecer o debate sobre ética e Direitos Humanos no Serviço Social e mostrar a sociedade que as leis que estão em tramitação no poder legislativo brasileiro e abrangem a livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos, distante de todas as formas de preconceitos e discriminações, são importantes e necessárias para viabilização de direitos sociais negados a essa população.

Acompanhada da referida campanha tem-se a Resolução CFESS n°. 489, de 3 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho do mesmo ano, que estabelece normas, vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual para com sujeitos LGBT no exercício profissional dos assistentes sociais (CFESS, 2006).

Essa Resolução fundamenta-se nos princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988 e do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, bem como pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a “Declaração de Durban”, adotada em setembro de 2001 que reafirma o princípio da igualdade e da não discriminação. Em seu art. 1º a resolução assegura que:

Art. 1º - O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de

comportamentos, que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual (BRASIL, 2006, p.1).

Nos artigos seguintes da Resolução, há a responsabilização dos profissionais de Serviço Social pela busca do respeito aos seus usuários, independentemente de sua situação afetiva e sexual, como a luta na eliminação de práticas discriminatórias e preconceituosas em seus espaços de trabalho decorrentes da orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo.

No art. 4º e seguintes, é vedado a estes profissionais a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual de seus usuários, bem como os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS se colocam como os órgãos responsáveis em receber denúncias condizentes a atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero de quaisquer profissional ou usuário, devendo, estes Conselhos, tomarem os encaminhamentos cabíveis a tais denúncias, oferecendo representação, quando necessário, ao Ministério Público (CFESS, 2011b).

Entre as penalidades para os profissionais de Serviço Social que desrespeitarem estes princípios, conforme o artigo 7º da Resolução, faz-se necessária a aplicação dos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional de 1993, que pune os profissionais com multas, advertências reservadas, e públicas, suspensão e cassação do registro profissional (CFESS, 1993).

Nesse rastro, em 2011, foi aprovado, pelo conjunto CFESS-CRESS, a Resolução CFESS nº. 615/2011, de 8 de setembro do referido ano, publicada no Diário Oficial da União (DOU) que permite à assistente social travesti e ao/à transexual a utilização do nome social na carteira e na cédula de identidade profissional. A partir desta normativa, é permitida também a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

Em seu artigo primeiro é assegurado as travestis e as/aos transexuais o direito à escolha de seu tratamento nominal permitindo que isto seja inserido na Cédula e na Carteira de Identidade Profissional e nos atos e procedimentos no âmbito do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social. No artigo seguinte é sinalizado que tal direito deve ser solicitado por escrito através da pessoa interessada no mesmo momento de sua inscrição em um dos CRESS, dando legalidade a tal demanda (CFESS, 2011a).

É importante ressaltar, conforme o parágrafo 2º do artigo 1º da referida Resolução, que nestes casos até serem expedidos os novos documentos profissionais com o nome social das travestis e das/os transexuais, será inserido na Carteira de Identidade Profissional no campo

“nome”, o nome social e o civil grafado na linha seguinte, porém, isto, em hipótese alguma, permite que tais sujeitos sejam tratados pelo nome de registro civil, caso não se sintam à vontade com ele.

Desta maneira, além de reconhecermos que esta conquista para a população de travestis e transexuais engloba até o momento apenas uma categoria profissional, isto não retira a significância deste processo e nem sua importância. É importante ressaltar que as ações do Serviço Social neste processo de luta pela viabilização dos direitos da população LGBT abrem espaços para as demais profissões repensarem seu agir profissional para com este público, além de potencializá-los neste grande processo de busca pela legitimidade de seus direitos. Tais resoluções auxiliam a profissão a atuar de forma menos conservadora, assumindo uma postura ética e autônoma perante toda a sociedade.

Em um informativo intitulado “CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual”, a entidade ressalta que a opressão em relação à manifestação da violência e a recusa ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero contra toda categoria LGBT é histórica, uma vez que, nas situações de preconceito e discriminações, enterra-se o respeito, a dignidade, os sentimentos e a delicadeza humana. Sendo necessário, portanto, tornar visíveis as marcas e cicatrizes em decorrência das múltiplas modalidades de violência vivenciadas cotidianamente por estes segmentos, responsabilizando o Estado como um dos órgãos fundamentais nesta luta para assegurar tais direitos, sendo esta uma luta política por questionar a imposição da heterossexualidade como norma (CFESS 2008).

São tomados como instrumentos de defesa neste processo de luta os princípios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, reafirmando a necessidade da não normalização do cotidiano de violência homofóbica no nosso país, precisando ser reconhecida como crime em que a livre orientação e expressão sexual é um direito humano, sendo papel do CFESS lutar por uma sociedade fundada na igualdade real.

O CFESS assume alguns compromissos em articulação com outros sujeitos coletivos na defesa da livre orientação e expressão sexual. Dentre esses destacam-se: a sua intervenção em espaços institucionais e na mídia contra a exploração do trabalho e todas as formas de opressão; defesa intransigente da igualdade, da liberdade e do direito buscando a eliminação de todas as formas de preconceitos e violência como a homofobia, machismo, sexismo, dentre outros; a recusa do arbítrio e do autoritarismo; a luta para que as políticas sociais contemplem as perspectivas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras; a defesa dos direitos LGBT no âmbito das políticas públicas, como Saúde, Assistência Social, Previdência

Social, Educação, Segurança Pública etc; e o atendimento por assistentes sociais à população LGBT sem discriminá-la (CFESS, 2008).

Em uma outra publicação do informativo CFESS Manifesta, em outubro de 2009, a postura do Serviço Social é reafirmada na luta por direitos e no rompimento com a desigualdade. O conjunto CFESS-CRESS objetiva mobilizar a sociedade para defender o combate a todas as formas de opressão e violência contra os diversos sujeitos sociais como a mulher, criança e adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual (CFESS, 2009).

Nas datas comemorativas de luta pelos direitos de LGBT, o CFESS tem publicado seus informativos de forma a trazer para toda a categoria reflexões e debates sobre os fatos históricos que marcaram a conquista de tais sujeitos e a importância da categoria profissional unir-se aos movimentos sociais em busca de melhorias e defesa de seus interesses. Algumas destas datas são: o Dia Nacional da Visibilidade Trans, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, Dia Internacional do Orgulho LGBT, Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia, entre outros.

No informativo relacionado ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, comemorado no dia 29 de agosto, o CFESS deixa claro, em sua publicação, seu posicionamento em defender todas as formas de amor como absolutamente legítimas e, assim, devem ser respeitadas, sendo sua vivência e expressão uma necessidade de vida que deve ser assegurada por todas as pessoas sem qualquer forma de discriminação, não podendo viver na invisibilidade ou ocultada por medos. Para o Conselho, nada justificaria a homofobia sutil ou explícita, que não reconhece e rejeita as relações homoafetivas. A vivência e expressão do amor entre sujeitos do mesmo sexo não pode ser tratada a partir de julgamentos moralistas que definem normais e anormais, trazendo a visão da homossexualidade obrigatória produzida de maneira institucionalmente naturalizada (CFESS, 2010b).

O informativo traz ainda a necessidade que os casais de lésbicas vivenciam no seu cotidiano de lutar pelo reconhecimento do seu direito de amar e expressar seu amor com o direito de ir e vir sem sofrer discriminações, ter reconhecimento do seu direito à maternidade pela via das normas das novas tecnologias reprodutivas e pela via da adoção, de união estável, aquisição de patrimônio em comum com sua companheira, compartilhamento do plano de saúde e previdência (CFESS, 2010b).

É importante ressaltar que diversos direitos de LGBT acabam adentrando o arsenal de atuação do Serviço Social e exigindo deste profissional um posicionamento que possa auxiliar

os sujeitos sociais no alcance desses direitos ou dificultar cada vez mais seu acesso. O/A assistente social está cotidianamente frente a situações que demandam respostas acerca dos direitos da população LGBT, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos, a concessão de benefícios sociais e previdenciários, elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais que auxiliem no processo de legalização do nome social das travestis e dos/as transexuais, bem como no processo de ressignificação de sexo dos/das transexuais, entre outras. Em relação a tudo isso, é preciso refletir sobre os princípios fundamentais que têm norteado a prática profissional.

No Dia Internacional do Orgulho LGBT, o CFESS Manifesta menciona o posicionamento do Serviço Social sobre as lutas em favor da liberdade de orientação e expressão sexual e a identidade de gênero, por entender que essas são dimensões da identidade humana se posicionando criticamente contra toda forma de opressão, utilizando-se de alguns instrumentos fundamentais neste processo, a exemplo das campanhas nacionais da categoria profissional, resoluções, aprovação do PLC 122 que criminaliza a homofobia, manifestações públicas em repúdio a atos de ignorância e não reconhecimento dos direitos de LGBT, participação em Conferências e marchas nacionais LGBT e contra a homofobia (CFESS, 2010a).

É *mister* destacar que o Serviço Social atua no processo de viabilização da garantia de direitos, desta forma, o não criminalizar a homofobia para a categoria profissional, além de fragilizar cada vez mais a população LGBT, tornando-a mais vulnerável às diversas formas de preconceito e discriminações, nega-lhe o direito a possuir uma proteção estatal mais eficaz, como diversos outros sujeitos possuem, a exemplo da criança e do adolescente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o idoso com seu estatuto, as mulheres com a Lei Maria da Penha e ao negro com a Lei do Racismo e o Estatuto da Igualdade Racial.

Na publicação do CFESS Manifesta relacionada ao dia 17 de maio, Dia mundial da Luta Contra a Homofobia, a entidade afirma que a homofobia tem provocado a interdição de diversos direitos civis, sociais, políticos, culturais e econômicos de LGBT, pelo simples fato destas formas de vivência afetivo-sexual transgredirem o padrão heterossexual instituído socialmente. O CFESS tem manifestado um posicionamento em respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero se somando à resistência coletiva do movimento LGBT feminista e de todos que se propõem a desconstruir o patriarcado heterossexista (CFESS, 2011b).

O CFESS mostra claramente como é inconcebível que no século XXI a expressão do amor entre pessoas do mesmo sexo/gênero ainda seja motivo para atitudes de violência,

alegando que do ponto de vista ético, o fundamento da homofobia é o moralismo conservador, em que desconsiderar as formas de expressão afetivas e sexuais que diferem da heterossexualidade como uma possibilidade de vivência da sexualidade humana, representa uma compreensão medieval (CFESS, 2011b).

Afirmar que o preconceito e a discriminação contra a população LGBT é o principal motivo para a negação de direitos a esta população é o mesmo que reconhecer que a homofobia é a mola mestra para a ausência de tais direitos e lutar para combater tal fenômeno seria verdadeiramente como “cortar o mal pela raiz”, ou seja, a resolução de tal problemática.

Comumente, no dia que se comemora o Orgulho LGBT no mundo, 28 de junho, o CFESS reforça sua postura a favor dos direitos da população LGBT, alegando que, conforme a perspectiva crítica do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro é fundamental que a categoria se empenhe na luta pela garantia e ampliação dos direitos da população LGBT no âmbito das políticas sociais. Como fortalecendo as organizações e movimentos sociais que buscam este mesmo objetivo, proporcionando visibilidade às suas necessidades e demandas, bem como produzindo pesquisas que apontem o perfil socioeconômico, cultural, modo de vida e reconhecimento destes cidadãos (CFESS, 2012).

Além de posicionar-se, o Serviço Social, aqui representado pelo seu Conselho Federal, aponta novas demandas para a categoria profissional, entendendo que o grande salto histórico que a profissão deu em relação aos seus aportes teóricos e legislativos precisam estar presentes em sua prática profissional. Dessa maneira, faz-se necessário que esse debate extravase os muros dos órgãos de representatividade profissional e adentre em cada espaço institucional de atuação dos/as assistentes sociais.

No dia nacional de visibilidade trans, o CFESS traz a discussão sobre a realidade de violência vivenciada por LGBT no Brasil, particularmente, no que tange às travestis e transexuais. O Conselho traz à tona sua indignação diante dos crimes de ódio praticados no país contra essa população, especificando-os como expressões do momento anticivilizatório e, portanto, de profunda barbárie que vivemos na contemporaneidade. Esses crimes se afirmam, conforme o CFESS, pelo avanço do conservadorismo e do moralismo, que invadem todas as dimensões da vida social, empobrecendo as potencialidades humanas (CFESS, 2013).

Em relação à população trans, o CFESS também manifestou compromisso ético com algumas ações em defesa de seus direitos, dentre estas destacam-se: o apoio à luta pela despatologização da transexualidade com sua retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID); pelo acesso ao processo transexualizador do SUS; ampliação do debate sobre os direitos

desta população junto a toda categoria profissional, objetivando o aumento de um atendimento com maior qualidade, defendendo seus direitos de utilização do nome social e acesso às políticas públicas para a população LGBT, dentre outras (CFESS, 2013).

Sobre a violência vivenciada pela comunidade LGBT, esse campo tem demandado frequentemente a atuação profissional do Serviço Social, tanto no processo de prevenção de tais ações, como nas notificações e resolubilidade destes atos e no processo de reestruturação dos sujeitos envolvidos nesse fenômeno.

A violência e suas expressões particulares, de acordo com Silva (2008) não se apresentam como demandas externas à profissão para que sejam tratadas de forma técnica, eficiente e sistêmica. Elas exigem do exercício profissional do/a assistente social um posicionamento teórico, político e prático marcado pela necessária clareza teórico-analítica e pela solidez interventiva da profissão, que o/a coloca como um ator participante de um complexo circuito repleto de sutilezas e de armadilhas.

Desta forma, trabalhar com tal fenômeno exige da categoria profissional um olhar analítico, uma vez que quando tratamos da violência contra a população de LGBT, cada sujeito que compõe cada letra desse universo possui particularidades que devem ser levadas a sério, pois a ausência disso já pode ser considerado um retrocesso no processo interventivo da profissão frente às ações de violência sofridas pelos seus usuários.

Desta maneira reconhecendo que o sujeito social atendido pelo Serviço Social é um todo e não fragmentado, os encaminhamentos realizados pela categoria profissional para com tais sujeitos devem primar pela garantia de acesso aos direitos sociais e pelo atendimento de forma integral (PIRES; HAIKAWA, 2015).

Ainda sobre a violência, os autores destacam que o Serviço Social em sua prática intervém nas expressões da questão social decorrentes da desigualdade social, sendo a violência uma dessas expressões. O/A assistente social é um/a profissional com competências técnicas e éticas capaz de intervir de forma plausível em tais demandas. Diante de situações de violência, o/a profissional buscará, primeiramente, desvendar os determinantes da violência, para definir as estratégias de intervenção, logo após a produção do conhecimento da realidade, entendendo as causas/raízes do problema, utilizam-se de instrumentos técnico-operativos, alguns deles como escuta, visita domiciliar e institucional, entrevista, estudo social, orientação etc, possibilitará desvendar os determinantes e as condições em que o seu objeto de estudo e intervenção se manifesta, objetivando um processo interventivo eficaz, respeitando sempre seu Código de Ética Profissional (PIRES; HAIKAWA, 2015).

O atual Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993 também faz alusão aos Direitos Humanos como direitos que devem ser cumpridos frequentemente com todos os sujeitos sociais, assim, em seu informativo, *CFESS Manifesta*, publicado sob o título “Direitos Humanos para refletir e lutar todos os dias”, o CFESS relata que todos os dias os direitos sociais e humanos são violados no Brasil e os grupos mais atingidos são os segmentos historicamente mais explorados e oprimidos.

Os direitos constitucionais são constantemente ameaçados pela força do capitalismo que reproduz uma sociabilidade desigual, patriarcal, sexista, racista e homofóbica, essas formas de exploração e opressão ultrapassam o simples julgamento moralista, constituindo verdadeiros “tribunais de rua” condenando todos os segmentos sociais como a população de LGBT às sentenças capitais (CFESS, 2009b).

Na publicação deste informativo, a categoria profissional reafirma seu compromisso com a luta pela efetividade dos Direitos Humanos adotando cinco ações estratégicas neste combate que são: articulações com outros sujeitos coletivos e movimentos sociais, incluindo o movimento LGBT; realização de Cursos de Capacitação Ética para agentes multiplicadores; potencialização do site da categoria profissional como meio de visibilidade e posicionamento do CFESS na defesa e garantia dos Direitos Humanos; a realização de campanhas do CFESS que trabalham com a luta pelos Direitos Humanos, a exemplo da campanha sobre a livre orientação e expressão sexual, “o amor fala todas as línguas - assistentes sociais na luta contra o preconceito” (CFESS – 2005/2008), entre outras; e a participação da categoria profissional em espaços de representação, como os conselhos de políticas e de direitos e fóruns de participação e articulação, defendendo os interesses dos segmentos sociais explorados e oprimidos, baseando-se no Projeto Ético-Político da profissão (CFESS, 2008).

O informativo traz ainda as principais formas de violação de direitos e como o Serviço Social contribui para a defesa dos Direitos Humanos. Dentre as situações abordadas, nos remetemos a que diz respeito ao depoimento da assistente social do Centro de Referência LGBT de São Paulo, quando se refere à ausência de respeito aos direitos das travestis e os/as transexuais em situação de rua. A profissional afirma que, conforme CFESS (2008) sinaliza:

As travestis em situação de rua não têm sua identidade de gênero respeitada nos albergues. São obrigadas a dormirem em quartos masculinos. Além disso, profissionais insistem em tratar as travestis, as transexuais por seus nomes civis, constrangendo-as. O Serviço Social defende o SER na sua totalidade e busca meios de garantir o acesso universal a bens e serviços (p.7).

Entre as ações adotadas pelo CFESS para retenção desta situação, destaca-se aqui o incentivo do conjunto CFESS-CRESS na realização de atividades que promovam a defesa dos Direitos Humanos, como a realização de oficinas, tribunais de ética, cafés filosóficos com temas relacionados ao machismo, homofobia, direitos sexuais etc, bem como a intensificação do debate sobre o combate à discriminação pela livre expressão e orientação sexual, particularmente, no que diz respeito à aprovação da criminalização da homofobia com o PLC 122/2006.

O mesmo debate é colocado em destaque perante os assistentes sociais quando o CFESS relata em outro informativo, publicado no dia internacional dos Direitos Humanos, a situação do Brasil, em uma distorção bastante significativa em um país que possui uma Constituição Cidadã que visa aos Direitos Humanos desde 1988 e as inúmeras situações de violência e negação de direitos entre os brasileiros, abuso de poder dos militares, intolerância para com manifestantes e situações desumanas são frequentes em nosso país, sempre justificados pela ignorância social. Desta maneira é feita uma crítica às ações estatais quando o Conselho afirma que o Estado se utiliza de sua força para conter manifestantes, ao invés de utilizá-la para suprir as demandas da população (CFESS, 2009a).

O Conselho afirma que em nosso país os Direitos Humanos são violados cotidianamente de várias formas contra a mulher, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros através da reprodução do racismo, sexismo, homofobia etc, reafirmando seu compromisso com a defesa intransigente dos Direitos Humanos na busca pela ruptura com todas as formas de exploração e opressão (CFESS, 2009a).

A concepção de Direitos Humanos para o Serviço Social é ampla e plausível nas questões que se referem à orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos. Admitir que determinado sujeito possui direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e não possui direitos de expressar sua afetividade-sexualidade de forma livre de sofrer ações preconceituosas e discriminatórias se configura como uma ação negativa, pois os tais direitos são fundamentais para que os sujeitos tenham sua cidadania preservada e garantida socialmente.

Para alcançar tais direitos, o conjunto CFESS-CRESS realizou, entre os dias 11 e 12 de junho de 2015, em São Paulo, o primeiro Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade

Trans, com o tema: “assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT”. No CFESS Manifesta referente a esse evento, traz a seguinte justificativa para a realização do evento: quando se entende que os/as assistentes sociais trabalham cotidianamente no atendimento à população LGBT, objetivando a garantia de serviços e direitos sociais,

defendendo que uma sociedade radicalmente democrática e livre não será construída sem que todos/as possam expressar sua diversidade, principalmente, no que diz respeito a sua orientação sexual e identidade de gênero.

O seminário reuniu assistentes sociais de todo o Brasil, buscando qualificar as ações de tais profissionais como categoria envolvida na implementação, acesso e execução de tais serviços, a exemplo do processo transexualizador e as terapias hormonais no Sistema Único de Saúde (SUS), sem deixar de dar visibilidade as diversas formas de violência e violações de Direitos Humanos que atingem esses segmentos.

O conjunto CFESS-CRESS se posicionou face a violência sofrida por diversas pessoas LGBT enfatizando as travestis e os/as transexuais, como um fato que não pode ser encarado como mais um dado de violência estatística no país, baseando-se no preconceito e ódio a homossexuais e transexuais. A postura da categoria profissional traz a necessidade da sociedade e do Estado de estarem diretamente envolvidos neste processo de combate às formas de violência, defendendo a criminalização da “*LGBTfobia*”, por meio de uma Lei federal que pode vir a proteger essa população responsabilizando quem comete tais agressões (CFESS, 2015).

O posicionamento do conjunto CFESS-CREES em favor da livre expressão da orientação sexual e/ou identidade de gênero vem como instrumento fundamental para fomentar mais espaços que dialoguem a respeito das diferentes práticas e identidades sexuais, visando à necessidade de ter profissionais sensíveis a causa e preparados para lidar com essas novas demandas; sendo necessário introduzir, na formação acadêmica e profissional do estudante de Serviço Social, a diversidade sexual e de gênero como uma das expressões da questão social que não está relacionada exclusivamente e nem se resume à prevenção de DST e HIV/AIDS, mas tratando a sexualidade como parte do contexto humano com implicações nas relações sociais e suas diversas vertentes (PRATA, 2008).

Até aqui foi possível analisar uma trajetória no Serviço Social na contemporaneidade observando as demandas da população LGBT e sua luta por direitos e no combate à homofobia, desta forma é possível observarmos que essa trajetória dentro da profissão não foi construída apressadamente ou sem um histórico de mobilizações e debates dentro da categoria profissional. Desta maneira, é importante questionarmos se o que vem sendo debatido e divulgado pelo conjunto CFESS-CRESS tem sido interiorizado nas práticas profissionais dos/as assistentes sociais. Como este debate vem sendo visto dentro da categoria profissional? Quais desafios têm sido traçados com a aprovação das novas resoluções da categoria profissional que defende os

direitos da população LGBT? Esses e diversos outros questionamentos, buscaremos analisar no decorrer do presente capítulo.

4.3 Novos e Velhos Desafios Profissionais: Entre os Avanços Teóricos e o Retrocesso Conservador

De acordo com Duarte (2014) o debate sobre sexualidades se deu pela primeira vez no Serviço Social no ano de 1986, ano de aprovação do quarto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986. Conforme o autor este debate, foi promovido no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos impulsionadores o movimento estudantil da época, composto pelos/as graduandos/as do curso de Serviço Social, dentre esses encontravam-se estudantes lésbicas e gays.

Ainda conforme o autor, no século XXI é que temas como esses se fizeram presentes em eventos da categoria profissional, a exemplo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e na formação de um grupo de trabalho e pesquisa (GTP) denominado Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade (DUARTE, 2014). Abordaremos sobre esse grupo nos parágrafos posteriores.

Em relação às discussões sobre a homossexualidade, Almeida (2008) afirma que tais debates antes dos anos 2000, já transitavam nos interstícios profissionais de maneira informal. Sobre as publicações do CFESS, a definição da homofobia como “ódio, rejeição ou medo de alguém por causa de sua orientação sexual” foi aparecer pela primeira vez numa publicação do CRESS da 7ª Região, em setembro do ano 2000, numa matéria de capa do jornal Práxis (ALMEIDA, 2008).

O autor ainda faz referência a três grandes colaboradores para que tal temática tenha ganhado espaço e força dentro da categoria profissional, o primeiro se trata da mudança da grade curricular do curso de graduação em Serviço Social nos anos de 1990 da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), como uma ótima experiência de aproximação do movimento LGBT, com inserção na disciplina de movimentos sociais. O segundo está ligado ao Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que também possuiu um papel estratégico referente à abordagem da diversidade sexual e de gênero na formação profissional de assistentes sociais. E o terceiro diz respeito à forte e histórica presença de lésbicas, gays e bissexuais nos cursos de graduação em Serviço Social, contribuindo também para adquirirem espaços nos encontros de estudantes da categoria (ALMEIDA, 2008).

Destarte, é importante ressaltar que mesmo analisando uma grande mudança em relação a tais debates e reflexões para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social, as questões pertinentes à população LGBT ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas. Segundo Marcelino (2010) isto ainda acontece pelo fato de que a diversidade sexual e de gênero se faz presente de maneira carente nos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem tal temática na formação destes profissionais.

Este contexto, portanto, vai refletir diretamente na atuação do profissional, tornando, muitas das vezes, incapaz de responder às demandas da população LGBT. Alguns estudos buscam mostrar esta realidade no âmbito profissional quanto às produções intelectuais do Serviço Social com relação à diversidade sexual e de gênero, a homofobia e sobre o posicionamento de estudantes do Serviço Social sobre os direitos da população LGBT.

Uma pesquisa realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES sobre as produções científicas de dissertações e teses com temas que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero dentre os anos de 1987 e 2006 foram encontrados o total de 347 trabalhos, destes, 289 dissertações de mestrado (83, 3%) e 58 teses de doutorado (16,7%) todas estas produções acadêmicas foram produzidas em 71 instituições brasileiras, no total de 189 programas de pós-graduação. Em média, cada programa foi responsável pela defesa de dois destes estudos, por ano.

Em relação às subáreas do conhecimento, dentre as 10 áreas que se subdividem essas produções, a saber: ciências biológicas, engenharias, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, multidisciplinar, interdisciplinar e educação, as produções em Serviço Social que se encontram nas ciências sociais aplicadas são responsáveis por apenas 3,1% deste quantitativo geral. Entre essas produções os temas relacionados à homofobia estão presentes em apenas 39 trabalhos dos 347, que equivalem ao total de 11%, sendo o direito a subárea que mais se apresenta este assunto, os que mais se destacam são temas como a homossexualidade voltados às subáreas da psicologia e letras, com 204 trabalhos (59%). O tema da sexualidade é trabalhado aqui no trato das concepções de políticas sexuais voltado para área do direito com 58 (17%) e gênero, tratado na área de letras presente no total de 54 (16%) (NETO et al, 2011).

Destarte, em relação ao pequeno número de produções intelectuais que dizem respeito às temáticas como sexualidade, homossexualidade, homofobia e outras correlacionadas nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, um dos grandes desafios é encontrar assistentes sociais que se disponham a querer orientar tais temáticas de trabalhos, independente

de pesquisar e/ou trabalhar. Uma experiência desta foi relatada por Almeida (2008), quando afirma que:

De forma não muito diversa, no espaço universitário, acompanhei as resistências enfrentadas por uma aluna que decidiu realizar sua monografia de conclusão de curso sobre as trajetórias de trabalho e exclusão social das travestis participantes de um projeto da política de assistência social, após realizar um trabalho com as mesmas para uma disciplina do curso. A aluna, que se tornou também orientanda, recebeu de alguns professores críticas como: “este não é um tema para assistentes sociais...”, “uma aluna com o seu desempenho não deveria perder tempo com esta bobagem...”, entre outras falas sustentadas, sobretudo, na suposta irrelevância temática do objeto para a atuação profissional (p. 121).

Experiência semelhante a esta foi quando no curso de graduação em Serviço Social tentei realizar minha pesquisa para conclusão de curso sobre os casos de homofobia no estado de Sergipe, pesquisa hoje intitulada Homofobia em Sergipe: Análise da Atuação da Secretaria de Segurança Pública/SE frente aos casos oficiais de homofobia (2010-2013). No quadro docente que contava com vinte professores, dos quais, doze eram assistentes sociais, no entanto, nenhum dos docentes formados em Serviço Social se colocou disponível para me orientar em tal temática, alegando ausência de profundidade com o assunto; pesquisa inviável para ser realizada pela dificuldade de conseguir o campo empírico; temática não tão importante e necessária para ser abordada; complexidade e despreparo para a abordar o tema; entre outras possíveis justificativas. É importante frisar que estamos falando do ambiente acadêmico, que é o espaço privilegiado da construção do conhecimento humano.

A pesquisa foi realizada sob a orientação de um docente do curso de história que ministrava a disciplina Formação Sócio Histórica do Brasil I e II no referido curso de graduação em Serviço Social e que possui mestrado em Ciências Sociais, logo após a solicitação de autorização pela secretaria do curso reconhecendo que o docente tinha autonomia para orientar tal pesquisa, visto que não havia professor na casa que pudesse se disponibilizar a realizar tal trabalho, a aprovação foi cedida e a pesquisa concluída com êxito. Na banca de defesa, foi reconhecida a importância e o valor da pesquisa e da temática para a profissão.

Preocupando-se em valorizar o conhecimento científico neste campo e aumentar a produtividade dos debates e produções de tais temáticas, a ABEPSS criou dentre vários Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) um referente ao Serviço Social, relação de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade, que, para cada tema/ênfase, é constituída de um coordenador e um subcoordenador. Os GTPs, de acordo com CFESS (2013) foram criados com

o objetivo de propor e implementar estratégias de articulações entre grupos e redes na perspectiva de fortalecer esses tipos de discussões acerca de tais temáticas para o Serviço Social.

Composto por pesquisadoras/es da área de Serviço Social e áreas afins, essa organização de GTP foi criada em dezembro de 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado na cidade do Rio de Janeiro. No referido GTP constam quatro ementas de debates, a saber: gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, em todas as ementas são debatidos temas que dizem respeito a Direitos Humanos voltados para diversos sujeitos sociais e as contribuições do Serviço Social como profissão neste processo de viabilizador de garantia de direitos.

A ementa da ênfase em sexualidade trabalha as diferentes formas de homofobia e sexismo e as diversas formas de opressões acerca das expressões de sexualidade que fogem dos padrões preestabelecidos socialmente, bem como as políticas públicas, os movimentos sociais e as formas de luta e combate à homofobia relacionando o papel do Serviço Social neste contexto.

A produção acadêmica em Sexualidade e Serviço Social tem crescido no Brasil antes do referido GTP, mas estimulado por esse e na formação de grupos de trabalhos (GT) que objetivam debater e aprofundar tal temática, a exemplo do GT: Política pública, diversidade sexual e de gênero e de gênero e Serviço Social, no interior do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero em Natal/RN, no VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade sexual e de gênero e de Gênero da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura) em Rio Grande/RS e o IV Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades em Salvador/BA, com o objetivo de reunir pesquisadores em Serviço Social sobre o tema. Porém, um dos grandes desafios para a categoria profissional em relação ao trabalho com tais temáticas é a consolidação de debate no âmbito do Serviço Social, uma vez que existe um reduzido número de profissionais que as trabalham, além da resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões, considerando-as irrelevantes ou desnecessárias.

Uma pesquisa, agora realizada com estudantes do primeiro ao oitavo semestre do curso de Serviço Social de uma instituição de nível superior na cidade de Itabuna-BA sobre suas concepções acerca da homossexualidade e os direitos LGBT, constatou que existe um índice alto de estudantes contrários à homossexualidade e assuntos relacionados, como a união homoafetiva e adoção de crianças e/ou adolescentes, além dos demais direitos. Dentre os pesquisados, 40% negam os direitos já conquistados pela população LGBT, demonstrando um perfil conservador e discriminatório em relação (ROSÁRIO, 2015).

E interessante destacar a consolidação de um processo de avanço do pensamento profissional demonstrado pelas entidades representativas da categoria profissional em relação aos direitos da população LGBT e a luta contra a homofobia. Contudo, também nos deparamos com a fragilidade de alguns profissionais e estudantes em reconhecer tais direitos, sendo que, o primeiro passo para que exista uma atuação profissional capaz de responder com êxito às demandas desta população, é conhecer e desfazer-se de princípios e valores pessoais que gerem preconceito e discriminação para com as formas de sexualidades que fogem dos padrões heterossexuais.

Segundo Almeida (2008) umas das primeiras e indispensáveis afirmações que dizem respeito à temática da orientação sexual dentro da categoria profissional é que a discussão ainda é incipiente, seja por parte das unidades de ensino no que compete ao seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), seja por parte das instituições onde se efetiva a atuação profissional e ainda nos conselhos de fiscalização do exercício profissional (Conjunto CFESS-CRESS). O autor afirma que existem múltiplos condicionantes que auxiliam nesse processo, destacando alguns, a saber: a histórica resistência da discussão da sexualidade no mundo acadêmico em geral; a influência da moralidade católica mais conservadora nos primórdios da profissão; e o olhar da profissão para outros debates que julgam mais importantes e necessários (ALMEIDA, 2008).

A inserção dessas temáticas que retratam sobre a livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos sociais no seio da categoria profissional do Serviço Social também foi marcada por situações de críticas e reprovações de alguns segmentos da profissão, um destes momentos foi destacado por Mesquita e Matos (2011) quando afirma que, antes do lançamento da campanha realizado pelo conjunto CFESS-CRESS, “o amor fala todas as línguas: assistentes sociais na luta contra o preconceito”, alguns segmentos da profissão questionaram e criticaram sua relevância, atestando que ela não possuía tanta importância e não deveria ser debatida pela categoria profissional, como nas ações de recusa pela fixação do material da campanha em alguns órgãos representativos da categoria profissional também foi um fato importante a ser destacado.

A autora afirma ainda que a categoria dos/as assistentes sociais, como de outras profissões, não está imune ao caldo preconceituoso largamente existente no Brasil relacionado aos direitos da população LGBT. No 35º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em 2006, Mesquita, questionou a importância dos cursos de formação em Serviço Social trabalharem com as discussões acerca da liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero, ressaltando que disciplinas básicas do curso como Política Social, Ética Profissional e Serviço Social e Movimentos Sociais, como algumas optativas, a exemplo das

disciplinas: Gênero e Serviço Social, Família e Serviço Social, dentre outras, devem trabalhar essas temáticas enriquecendo tal debate no berço da categoria profissional, que é a formação profissional dos/das assistentes sociais (MESQUITA; MATOS, 2009).

Desta forma, as universidades e as entidades da categoria profissional podem e devem contribuir se posicionando criticamente em relação a todas as formas de opressão e preconceitos, onde as pessoas possam viver livremente seus afetos, os seus desejos e seus projetos de vida sem interdições moralistas. A academia ainda possui um papel muito importante neste processo que é o da construção de conhecimento e desconstrução de normas e padrões impostos socialmente. Para Almeida (2008) a produção de reflexões sobre a homossexualidade pelos/as assistentes sociais auxiliará a prática profissional, evitando que o profissional atue de maneira irrefletida aprendendo a não ceder ao culto da ação pela ação, que representa o desprezo pela função intelectual que pode levar ao irracionalismo e até às posturas fascistas.

Silva (2015) sinaliza que a temática aqui em destaque começou a ganhar importância de forma aprofundada na academia nos últimos anos, a ausência dessa contribuição na formação dos profissionais reflete posteriormente em suas abordagens, fazendo com que causem diversos equívocos frente ao desafio de responder às demandas da população LGBT.

4.4 A Atuação Profissional na Luta pelo Combate a Homofobia

O Serviço Social é convidado a atuar em diversos espaços institucionais, como nas áreas da Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Educação, Segurança Pública, junto a Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais – ONGs entre outros. Em todos os campos de atuação profissional, os/as assistentes sociais são convidados/as a responderem demandas que dizem respeito à população LGBT, exigindo do/a profissional uma intervenção qualificada no sentido de fortalecer tal usuário/a a favor de sua autonomia e emancipação humana, distanciando-se de qualquer forma de preconceitos e/ou discriminações, que além de dificultar o processo de viabilização de direitos sociais, venha vitimizar seus/suas usuários/as a vivenciarem situações de violência em suas diversas expressões.

Nesse sentido, o CFESS Manifesta, publicado em 2007, vem reforçar esta questão quando Barroco afirma que “não podemos tratar nossos usuários de forma preconceituosa e discriminatória, negando com isso a ética profissional e o respeito à liberdade do outro de ser diferente, de fazer escolhas e ter direito” (CFESS, 2007, p. 6).

Analisando a atuação do Serviço Social em ONGs e Centro de Referência em Direitos Humanos e de Combate à Homofobia, Silva (2015) traz, claramente, a contribuição da profissão no processo de empoderamento dos militantes e usuários/as LGBT na luta pela garantia de direitos e combate ao preconceito e a discriminação vivenciadas por esta população cotidianamente. A autora destaca relatos de usuários/as e servidores/as destes órgãos sobre o processo de atendimento e acompanhamento do Serviço Social com tais demandas, demonstrando a atuação profissional como uma ferramenta poderosa no fortalecimento dos indivíduos e na promoção de mudanças sociais, enfatizando que a categoria profissional não tratava as LGBT como “coitadinhos” do preconceito, mas como sujeitos detentores de direitos civis, sociais e políticos.

Para melhor entender as contribuições que tal categoria profissional oferece para esse contexto de atuação, os/as militantes de uma determinada ONG foram abordados/as com tal propósito e quase a totalidade das respostas citaram que a atuação profissional do Serviço Social contribuiu para a diminuição de práticas de preconceito e homofobia, ou seja, essas práticas contribuíram para a mudança dessas atitudes. Algumas particularidades da atuação profissional foram levadas em consideração nas respostas, tais como a linguagem acessível voltada para as verdadeiras necessidades desta população, engajamento na militância na busca pela conquista de direitos e luta no combate a todas as formas de preconceito e discriminações contra as LGBT, foram as ações que mais se destacaram para os usuários do Serviço Social naquele contexto, considerando a atuação da profissão relevante e importante, principalmente, na execução das ações socioeducativas e nos processos político-organizativos (SILVA, 2015).

Prata (2008) afirma que o/a assistente social que atua no processo relacionado ao preconceito e discriminações contra LGBT deve, em primeiro lugar, agir de maneira imediata buscando atender as demandas urgentes. E, em segundo lugar, é necessário o rompimento com as ordens morais impostas pela sociedade, despertando nesse sujeito o desejo pela sua emancipação, construção de cidadania e fuga da subalternidade, levando em consideração as particularidades de todos.

Trabalhar com as expressões do preconceito e da discriminação não é uma atividade fácil, faz-se necessário desconstruir conceitos e pensamentos motivados por estereótipos e rótulos negativos que vêm sendo construídos e alimentados socialmente. A homofobia é um exemplo vivo dessa dinâmica: somos criados para sermos heterossexuais, apreendemos, logo nas primeiras fases da vida humana, a nos comportar e conduzir nossos desejos e perfil afetivo sexual conforme nossa genitália; ela se transforma, portanto, na bússola norteadora de todas as

expectativas, ações e projetos de vida dos sujeitos. Assim, encaminhar-se por outros caminhos é o mesmo que “nadar contra a maré”, colocar-se disponível pra vivenciar as inúmeras formas de ações preconceituosas e discriminatórias, ou seja, carregar o julgo por ter rompido a aliança com as normas e padrões estabelecidas socialmente.

No que compete à atuação dos cientistas sociais e, em particular, tratamos aqui do/a assistente social, no que tange às demandas da diversidade de gênero e sexual, Silva (2011) afirma que esses profissionais intervêm na realidade destes sujeitos de forma a entender suas ações, buscando a efetivação do projeto de emancipação humana, sendo necessário analisar o sujeito em sua totalidade, envolvendo as dimensões econômica, política, cultural, ideológica etc, buscando desconstruir todas as formas de exploração e opressão, contrapondo-se às diversas expressões do preconceito, discriminação, arbítrio e violências (simbólica e física).

Quando o assunto se trata das ações de homofobia, reconhecemos que a prática interventiva de quaisquer profissões nesse contexto demanda cuidados com as especificidades dos sujeitos envolvidos, principalmente, no que tange à população LGBT, devendo ter cuidado para não criminalizar a homossexualidade como justificativa de tal ação de violência, desconsiderando aqui até o próprio ato homofóbico.

Esse fenômeno de criminalização da homossexualidade em situações em que um sujeito LGBT busca notificar seu ato de violência, decorrente de situações de homofobia e volta a ser revitimizado, é tratado por Silva (2015) como um processo de naturalização da violência, utilizado com aquelas pessoas que expressam abertamente sua orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero diversa e contrária daquela imposta pela heteronormatividade. Tal situação para a autora é um dos grandes fenômenos que auxiliam o índice de subnotificação destes casos.

Sobre o processo de subnotificações, algumas ações praticadas por profissionais que atendem os casos de violência contra LGBT decorrentes de sua orientação sexual e ou identidade de gênero são fundamentais para alimentar o fenômeno, Silva (2015) ressalta que:

A negativa e/ou despreparo do atendimento de casos emblemáticos de violência homolesbotransfóbica, a não utilização do nome social da travesti e do/da transexual, assim como a proibição do uso de roupas referentes ao gênero que se identifica, a dificuldade no uso de banheiros femininos e/ou masculinos de acordo com a identidade de gênero, as “chacotas” com os trejeitos de lésbicas e gays e, no geral, a invisibilidade das questões específicas dos segmentos LGBT's dão conta do afastamento desta população dos serviços públicos (p.60)

É importante sinalizar que todo este contexto acontece no processo de atendimento, acompanhamento, intervenção e resolubilidade dos casos de homofobia e o Serviço Social, enquanto profissão, também se faz presente nesse contexto. Assim, se não nortear sua conduta profissional no processo de viabilização da garantia de direitos aos seus usuários, pode alimentar e enriquecer este contexto de naturalização da violência.

Almeida (2008) esclarece que tais atitudes discriminatórias partidas de profissionais do Serviço Social para esses indivíduos ou grupos podem determinar as vidas dessa população, de forma a prejudicá-los consideravelmente, sendo necessário atuar na transformação das culturas institucionais, utilizando-se da sensibilização, informação e treinamento para novas atitudes, sendo estas decisões fundamentais para a extensão dos direitos de cidadania.

Para que esta forma de atuação profissional seja possível é necessário, de acordo com Ferreira (2010) que alguns passos sejam primordiais, a exemplo do diálogo sobre estes temas no interior da categoria profissional articulando o papel da profissão neste contexto, rever as estratégias de atuação, avaliar os resultados de suas ações profissionais e repensar sua inserção nos seus diversos âmbitos.

O autor ainda afirma que para que isso seja possível, faz-se necessário fomentar o debate entre os/as assistentes sociais na sua totalidade, superando o isolamento que ainda está presente na categoria profissional, em que de um lado ficam aqueles que se dedicam à prática docente/à produção intelectual e do outro, os profissionais que trabalham diretamente nas relações com os usuários. “A participação e a organização coletiva da categoria dos assistentes sociais são fundamentais para que sejam construídos espaços de diálogo e superação” (p. 9).

É preocupante encontrarmos, dentro do Serviço Social, estudantes e profissionais que mantêm posturas conservadoras e destoantes das defendidas pela categoria no seu todo no que se refere aos direitos da população LGBT. Não é difícil presenciarmos situações de negação, violação e desprezo aos direitos destes cidadãos. Almeida (2008) critica algumas posturas de profissionais do Serviço Social que frequentemente assumem uma atitude de indiferença à violação de direitos e à naturalização da violência contra LGBT e defendem posicionamentos contra a legalização dos direitos a esta população como as uniões homossexuais, a adoção de filhos por casais homoafetivos, dentre outros.

A violência homofóbica, independentemente da forma que apareça, seja psicológica, física, sexual ou patrimonial, de maneira direta ou sutil, é um fenômeno multidimensional voltado para o público LGBT. Silva (2015) sinalizava que essa população vive um histórico de violações, em que são submetidos/as a situações de violência na família, escola ou serviços públicos, especificamente, quando procuram apoio para superação e são em muitos casos revitimizados pelos profissionais que atendem nas delegacias e órgãos de denúncias, provocando, assim, o afastamento deles mediante os serviços públicos.

No que compete ao Estado, em particular, no atendimento a este tipo de violência, o Serviço Social se faz presente de forma direta e participativa. Importante ressaltar que o Estado ainda é o maior empregador de assistentes sociais, desta forma, a relação de necessidade da intervenção profissional nos casos de violência só vem reafirmar a importância da profissão. O papel do poder estatal diante deste contexto é garantir a segurança, justiça e paz social dos sujeitos. Viana e Lacerda (2008) afirmam que a ausência de implementação de medidas do Estado que efetivamente possam afastar os diferentes obstáculos à promoção da igualdade entre os cidadãos, promove e institucionaliza a violência contra todas aquelas/as que não são contemplados em suas políticas, a exemplo da afirmação que a vivência de práticas não heterossexuais é tema da esfera da vida privada das pessoas, em que o silenciamento e a ocultação destas questões se torna um fenômeno real e presente na vida delas. Os autores conceituam este fenômeno como homofobia estatal, considerando-a de maior difícil erradicação e a que provoca mais danos em sua população.

As possibilidades de atuação do Serviço Social frente à violência homofóbica são inúmeras e ao mesmo tempo restritas, isto vai depender muito do perfil do profissional, das suas concepções e posicionamento ético-político e de suas condições de trabalho para intervir nas presentes demandas. O importante é destacar que o profissional de Serviço Social possui competências teórico-metodológicas capazes de trabalhar com as partes reconhecidas como

“vítimas”, “autores das situações de agressão” familiares, comunidade etc.

Almeida (2008) enfatiza que o público LGBT presta um grande serviço à reflexão sobre a atuação do Serviço Social na contemporaneidade, uma vez que mais que outras profissões, demonstra a impossibilidade de dissociar as demandas relativas à base material, que compete às infraestruturas, das relativas à superestrutura, que diz respeito à subjetividade, ideologia, estigmas, ou seja, a autora questiona: “De que me adianta ter minhas necessidades básicas de vida supridas se, ao passar pela rua, sou agredido por ser gay?”

Destarte, ainda conforme a autora, o enfrentamento da homofobia ou qualquer de suas variantes pelo Serviço Social só se torna possível na medida em que for uma tarefa tomada como coletiva, como componente indissociável do Projeto Ético-Político da Profissão. As questões equivalentes à orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos não podem ser desconsideradas como se fosse possível desassociá-las das demais, fragmentando a vida dos LGBT, como se a homofobia não fosse uma demanda que necessitasse de respostas e intervenções profissionais, ou seja, não podemos tratar as questões de preconceito e discriminações contra a população LGBT como uma demanda que compete apenas a tais sujeitos e seus familiares e amigos, mas como uma questão social que precisa ser combatida por todos/as.

É visível, no percurso histórico recente do Serviço Social, avanço no campo legislativo profissional, com ações práticas e posicionamento que busquem a defesa dos direitos da população LGBT, nos últimos anos, bem como a construção de novos aportes teóricos e de debates sobre o tema no interior da categoria, porém, como já destacado aqui é necessário sempre ir além, aprofundar tais discussões, nortear uma prática capaz de legitimar e respeitar cada usuário/a independentemente de suas particularidades.

O Serviço Social é apenas uma profissão no meio de tantas outras que atuam com as demandas de LGBT e que estão diretamente ligados ao processo de atenção a situações de violência, a exemplo da homofobia, porém, sua singularidade enquanto profissão neste contexto não fragiliza a sua necessidade de luta em combater todas as formas de preconceito e discriminações, pelo contrário, se cultivarmos o respeito, a liberdade, a emancipação e a autonomia como valores humanos que devem ser enfatizados no fazer profissional, consequentemente, esse debate e essa forma de atuação se expandirá para as demais profissões sendo possível viabilizar mais direitos para LGBTs.

4.5 Instrumentos de Atuação do Serviço Social: Meios de viabilizar negligenciar, violar ou reafirmar direitos.

A atuação profissional do/a assistente social é perpetrada por vários instrumentos que auxiliam o profissional a responder às solicitações diárias. Quando o/a assistente social é solicitado a transmitir seu posicionamento em relação a determinado fato este/a utilizasse de alguns instrumentos de atuação profissional que resultam em documentos frutos de sua análise acerca das expressões da questão social às qual é convidado a intervir.

O estudo social, relatórios, laudos, pareceres e perícias técnicas são instrumentos de atuação profissional com os quais o/a assistente social busca responder as demandas que lhes são confiadas cotidianamente em seu fazer profissional, cabe ao/a profissional definir os meios necessários que serão utilizados para recolher dados, informações e provas necessárias que fundamentem sua conclusão perante os fatos analisados. Estes meios podem ser: entrevistas, observações, entendimentos, realização de visitas domiciliares e/ou institucionais, consultas de documentos e referências bibliográficas, dentre outros (CFESS, 2011a).

Em relação aos documentos de atuação profissional, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, o estudo social é atribuído ao assistente social como competência não privativa (Lei 8.662/93, art. 4º, inciso XI), este pode ser realizado por outros profissionais, e não apenas por assistentes sociais. Já as vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres de assuntos correspondentes à matéria de Serviço Social são competências privativas da profissão (CFESS, 1993).

É importante destacar que todos estes instrumentos de trabalho profissional, quando não utilizados de forma correta podem, ao invés de viabilizar Direitos Humanos, violá-los, negligenciá-los ou retardá-los. Quando se trata de demandas em relação à população LGBT, mesmo que a postura do/a profissional seja favorável à efetivação de tal direitos, como a adoção de crianças por pessoas e casais LGBT, a mudança do nome social de travestis e transexuais, a autorização para realização da cirurgia de redesignação sexual, ou até em estudos sociais para averiguação dos fatos sobre os casos de violência contra a população LGBT, dentre outros casos e situações, o/a profissional pode ferir, diretamente ou de forma sutil tanto em sua fala como na escrita, alguns direitos dessa população, quando não respeitando, em sua totalidade, as situação e especificidades destes sujeitos.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha cotidianamente com as expressões da realidade social e que se coloca em permanente processo de transformação, dessa maneira, o profissional deve estar permanentemente realizando capacitações para poder atuar de forma que

seja hábil a dar respostas de modo consciente e satisfatório. Conforme Favero (2003), é necessário que este profissional possua competências para compreender as particularidades que apresentam essas novas questões, entre elas, as relações de gênero trazem ao seu fazer profissional, visando uma intervenção que seja capaz de responder às necessidades e singularidades dos seus usuários. A construção de quaisquer documentos que contenha a visão do profissional em relação à determinada demanda, o que necessita fortemente de um conhecimento prévio e aprofundado das questões ao qual o/a profissional é convidado a intervir, não diferentemente das questões de violência a população LGBT, esse fato justifica a necessidade da profissão estar sempre presente nos debates e discussões ligadas à temática que dizem respeito a estas demandas.

Tendo em vista que os instrumentos de atuação profissional são partes integrantes e fundamentais no processo de atendimento, intervenção e acompanhamento dos casos de homofobia, analisaremos a seguir cada um destes com o propósito de informar e, ao mesmo tempo, esclarecer a imensurável necessidade destes não se configurarem como uma arma a favor do preconceito e da discriminação contra a população LGBT, violando e negligenciando Direitos Humanos e sexuais.

O estudo social é o instrumento mais utilizado pelo assistente social em sua atuação profissional, este instrumento pode ser entendido como a descrição e análise de dados econômicos, demográficos, familiares, de gênero e outros, objetivando caracterizar a situação social da coletividade, grupos ou mesmo de indivíduos. Geralmente este documento é utilizado como subsídio para decisões administrativas e judiciais (SIMÕES, 2011). Manfrini (2007) afirma que o estudo social é muito utilizado para conhecer e analisar a situação vivida por determinados sujeitos ou grupos de sujeitos sociais, sobre o qual o/a profissional foi chamado a opinar. O CFESS (2011) e Favero (2003) sinalizam que tal instrumento tem por finalidade conhecer com profundidade, de forma crítica, uma demanda, situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (CFESS, 2011).

Além do estudo, o relatório social é outro instrumento bastante utilizado pelo assistente no uso de suas atribuições profissionais, tal instrumento consiste em um documento mais simplificado e específico que apresenta, descreve e interpreta determinada situação ou visita realizada, com a finalidade de informar, esclarecer, subsidiar e documentar (FAVERO, 2004). O relatório social para o CFESS (2011) é construído da seguinte forma: a sua apresentação é feita através da descrição e interpretação de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto de atuação e intervenção do profissional de Serviço Social no seu cotidiano de trabalho. Esse documento deve apresentar o objeto de estudo, os sujeitos envolvidos e a

finalidade à qual se destina, os procedimentos utilizados, um breve histórico, o desenvolvimento e a análise de situação. Para a construção do documento, geralmente o/a assistente social estuda o caso, realiza uma avaliação, emite um parecer por meio do qual pode apontar medidas sociais e legais que poderão ser tomadas (FAVERO 2004).

Outro instrumento de trabalho bastante utilizado pelo/a profissional de Serviço Social é a perícia social, que consiste em uma avaliação, exame ou vistoria de caráter técnico e especializado, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico de uma determinada área do conhecimento. Este instrumento é utilizado no âmbito judiciário servindo para subsidiar as decisões do juiz sobre determinado caso. Realizada por meio de estudo social, esse instrumento de atuação profissional resulta da elaboração de um laudo e emissão de parecer social. Ou seja, possui a finalidade de avaliação e opinião técnica sobre a situação estudada. Desta forma, “a perícia social é o estudo realizado com base nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, próprio do Serviço

Social e com finalidades relacionadas a avaliações e julgamentos” (CFESS, 2011, p. 43-44).

Já o laudo pericial é um estudo social que, além da descrição e análise dos fatos investigados, contém um parecer conclusivo, tal parecer tem o propósito de induzir uma medida resolutória de determinado conflito. Esse documento registra por escrito, de maneira fundamentada, os estudos e conclusões da perícia (SIMÕES, 2011). No âmbito do poder judiciário, tal instrumento é utilizado como um elemento de prova com a finalidade de dar suporte à decisão judicial. “O laudo apresenta o registro das informações, análise e o parecer social sobre o estudo. Esse documento é composto por uma introdução, identificação, metodologia, relato analítico, conclusão e parecer social” (CFESS, 2011, p. 46). Conforme Miotto (2003), o laudo é o registro por escrito de conclusões da perícia, sendo mais sucinto, não necessita dos detalhamentos realizados no estudo social, somente informações sobre a conclusão das análises. “O laudo pericial pode ser considerado o retrato de uma situação específica, num determinado momento, condicionado pelas razões através das quais a perícia social foi realizada” (MIOTTO, 2003, p. 158).

O parecer social, segundo Dal Pizzol (2005) é a manifestação profissional com base nos conhecimentos específicos do Serviço Social, através da exposição da questão ou situação tendo uma finalidade de caráter conclusivo ou indicativo. Esse documento exige do profissional um posicionamento em relação ao fato auxiliando no processo de resolução do conflito (SIMÕES, 2011). Para o CFESS (2011) a elaboração do parecer social deve ter por base a observação realizada pelo profissional atuante no caso seguindo da realização do estudo socioeconômico

de uma dada situação. Ele deve exprimir a opinião profissional sobre a referida situação do parecer (CFESS, 2011). Outra característica do parecer social é que ele deve ser uma manifestação sucinta, com foco objetivo na questão ou situação analisada e nos objetivos do trabalho solicitado e apresentado, este pode ser visto como uma finalização de caráter conclusivo e indicativo, podendo ser emitido enquanto parte final ou conclusão de um laudo, servindo também para subsidiar determinações de autoridades judiciárias a respeito de alguma questão constante em processo acompanhado pelo profissional de Serviço Social (CFESS, 2011).

É importante destacar que o/a assistente social em muitas demandas vem trabalhando com outros/as profissionais, buscando compreender o indivíduo na sua dimensão e totalidade e, dessa forma, contribuindo para o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social. Porém, conforme a Resolução do CFESS nº 557/2009, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, mesmo o assistente social atuando junto a uma equipe multidisciplinar, envolvendo profissional das áreas da psicologia, direito, pedagogia, dentre outras, a construção de seu posicionamento técnico profissional nos documentos mencionados acima deve ser feito de forma individualizada, cada área de atuação profissional é responsável em construir seu posicionamento em relação a determinado fato respeitando sempre as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993 (CFESS, 2009).

Todos estes instrumentos de atuação profissional são importantíssimos para viabilizar Direitos Humanos ou negligenciá-los, assim o/a assistente social muitas das vezes em seu processo de atuação profissional não é o/a único/a profissional responsável por decidir de forma conclusiva algumas demandas. Situações que cabem em vários casos a seus empregadores, autoridades judiciais e demais sujeitos sociais, porém, as competências técnicas do profissional de Serviço Social se evidenciadas de forma a lutar pela viabilização de determinados direitos de seus/as usuários/as possui um grande peso no papel decisório de tais demandas. É necessário que a profissão esteja munida de argumentos e competências teórico-práticas capazes de erradicar os diversos conceitos e concepções preconceituosas e discriminatórias em relação à população LGBT.

Se os instrumentos de atuação profissional, sinalizados aqui como relatórios, laudos, perícias, pareceres e estudos sociais reforçarem essa postura ético-política, comprometida com a viabilização e garantia dos Direitos Humanos e sexuais, nos atendimentos com as questões de

violência contra a população LGBT, esses instrumentos tendem a reforçar a necessidade de viabilização desses direitos que forma negligenciados e violados, ao mesmo tempo em que auxiliariam no embate às situações de subnotificação, revitimização e impunidade deste casos.

O referente estudo busca analisar a atuação do Serviço Social enquanto profissão que objetiva viabilizar Direitos Humanos, nos casos de homofobia notificados em órgãos da SSP/SE entre os anos de 2010 e 2015. A pesquisa em pauta consiste em um estudo teórico sobre a temática abordada com levantamento de dados das denúncias encaminhadas via disque 100 ao CCH da cidade de Aracaju – SE, bem como relatórios de investigação social elaborados pelo Serviço Social da instituição no processo de atendimento destes casos e realização de entrevista semiestruturada a estes profissionais. O capítulo seguinte intitulado Método visa a destacar detalhadamente todo procedimento metodológico da pesquisa aqui em pauta.

Diante de tudo que foi visto até o exato momento desde o primeiro capítulo onde debatemos sobre a homofobia, suas formas, tipos e modos de se perpetrar na sociedade analisando a violência homofóbica como um fenômeno bastante presente e real na vida de todos os sujeitos que vivenciam ou possuem comportamento e formas de expressar-se que não se enquadram nas normas e padrões heterossexuais, contexto este que demanda constantemente a criação de amparos legais e normativas que busquem conter os inúmeros atos e ações de violência homofóbica contra esses sujeitos, abordamos também algumas iniciativas em âmbito federal, estadual e municipal que tentam conter e combater a violência contra a população LGBT.

Diante dessa realidade, se torna fundamental a articulação da luta com diversos autores sociais que busquem unir forças neste processo de enfrentamento, sendo esta uma das expressões da questão social de responsabilidade que recai sobre todos os sujeitos sociais. O Serviço Social, enquanto profissão, tem se destacado neste processo contra a violência homofóbica, não apenas pelas suas normatizações profissionais, que determinam um posicionamento ético-político capaz de colocar-se a favor do respeito a todas as formas de vivência afetiva e sexual, lutando pela eliminação de todos os tipos de preconceito e discriminação, mas também pela sua postura teórico-prática, que tem se destacado frente aos movimentos sociais de defesa aos direitos da população LGBT destacando seu posicionamento com falas e ações em respeito a todos estes sujeitos sociais.

Tendo em vista que por um lado o imensurável contexto de violência a qual a população LGBT tem sofrido cotidianamente no Brasil e em Sergipe (campo de análise aqui em destaque), e por outro a aprovação de alguns amparos legais que, mesmo não criminalizando a homofobia,

buscam inibir as várias situações de violência contra a população LGBT a nível federal, estadual e municipal, bem como a inserção de profissionais nas diversas políticas públicas (onde se apresentam cotidianamente várias situações de violência homofóbica contra a população LGBT), que possuem em seus princípios éticos o compromisso de lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação a exemplo do Serviço Social, faz-se necessário realizar uma análise de forma aprofundada buscando compreender de que modo o estado de Sergipe tem atuado nestes casos de violência contra a população LGBT.

Dessa maneira, questionamos: de que forma o estado de Sergipe tem respondido às demandas da violência homofóbica contra a população LGBT em seus órgãos de defesa aos Direitos Humanos? Como tem sido realizado o atendimento de profissionais do Serviço Social frente aos casos de violência homofóbicas atendidos pela categoria profissional? De que forma essas demandas têm aparecido no estado de Sergipe para o Serviço Social? Quais instrumentos de atuação profissional são utilizados e de que forma têm se apresentado diante desta demanda? Qual a compreensão do fenômeno “Homofobia” para os assistentes sociais que atenderam a estes casos no estado de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2015? Tal atendimento tem reforçado o preconceito e a discriminação ou viabilizado Direitos Humanos e Sexuais a estes sujeitos? Quais contribuições o Serviço Social tem dado ao processo de enfrentamento da homofobia em Sergipe?

Nesse sentido, cabe aqui uma análise mais direcionada em relação à dinâmica de atendimento do profissional de Serviço Social perante os casos de violência homofóbica no estado de Sergipe, analisando seus desafios, implicações e debates referentes a esse assunto. Uma vez que a temática é complexa e requer um olhar bastante crítico e aprofundado do pesquisador. Analisaremos esse fenômeno a partir das análises dos dados colhidos através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a assistentes sociais que atenderam casos de violência homofóbica nas diversas políticas públicas. Procedimentos de coleta de dados, análises e conclusões da pesquisa detalhados metodologicamente no próximo capítulo intitulado: Método.

CAPÍTULO 5: MÉTODO

Este capítulo apresenta os objetivos da pesquisa e o instrumental teórico-metodológico empregado. Desse modo são descritos o tipo de pesquisa empregado, participantes, e todo procedimento adotado para coleta, análise e interpretação dos dados.

5.1 Objetivos

O presente estudo realizado com análises teóricas e pesquisas de campo possui objetivo geral e específicos detalhados a seguir:

5.1.1 Objetivo geral

Analisar as percepções dos profissionais de Serviço Social em relação ao atendimento da categoria profissional nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT no estado de Sergipe.

5.1.2 Objetivos específicos:

- 2) Averiguar as percepções dos profissionais de Serviço Social sobre a diversidade sexual, gênero e homofobia.
- 3) Conhecer as especificidades do fenômeno da violência homofóbica atendidos pelos assistentes sociais no estado de Sergipe.
- 4) Verificar como os profissionais de Serviço Social compreende a relação entre os direitos humanos e sexuais e o processo de enfrentamento da violência homofóbica.
- 5) Identificar e perceber as contribuições (e suas ausências) do Serviço Social no trato com a violência homofóbica.

5.2 Tipo de Pesquisa

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Este tipo de trabalho procura compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, sem generalizações, buscando estudar as experiências humanas, tomando como base a perspectiva dos/as participantes (APPOLINÁRIO, 2006). A abordagem qualitativa possibilita uma considerável aproximação entre os sujeitos e objeto de análise, na tentativa de entender

determinantes significativos na pesquisa em destaque tais como: os motivos, intenções, projetos e os sujeitos a partir dos quais se tornam significativas as ações, estruturas e relações sociais (MINAYO e SANCHES, 1993). De acordo com os autores, “[...] uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou a fala cotidiana dentro de um quadro de referências, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes” (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 246).

5.3 Local e Participantes

A pesquisa de campo se constituiu na realização de entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) assistentes sociais que atenderam casos de violência homofóbica no estado de Sergipe nas diversas políticas públicas entre os anos de 2010 e 2015, analisando todo processo de atendimento, encaminhamento e resolubilidade destes casos pelo Serviço Social.

Este estudo contou com a participação de 10 (dez) assistentes sociais que forneceram informações essenciais para a análise do atendimento do Serviço Social nas diversas políticas públicas em casos de situações de violência homofóbica. Desse modo a amostra envolveu assistentes sociais de ambos os sexos que atuam em órgãos públicos variados. Os critérios de inclusão dos profissionais que se apresentavam como aptos para participar da referida pesquisa se detiveram na necessidade da formação em Serviço Social, e da atuação profissional em quaisquer órgãos ou políticas públicas dos quais tenham realizado atendimentos à população LGBT em casos de violência homofóbica no estado de Sergipe entre os anos de 2010 e 2015.

Os critérios de exclusão se encontram tanto na inexistência da formação profissional em Serviço Social ou da sua não conclusão, quanto na ausência de experiências concretas relacionadas ao atendimento dos casos de violência homofóbica, não possibilitando a realização das análises sobre o referido fenômeno. Estabeleceram-se esses critérios de inclusão e exclusão com a finalidade de analisar o atendimento do Serviço Social nos casos de violência homofóbica a população LGBT na cidade de Aracaju-Sergipe.

A escolha da cidade de Aracaju/SE como campo de análise do presente estudo se deu tanto pela existência de órgãos que trabalham diretamente com a homofobia – a exemplo do CCH, único órgão que atende todo o estado, e algumas instituições não governamentais que possuem em seu quadro de servidores profissionais do Serviço Social, atuantes nessa demanda específica, facilitando a presença de notificações das denúncias acontecidas no estado – quanto pelo grande índice de subnotificação destes casos nos demais municípios sergipanos e consequentemente a ausência de atuação profissional do Serviço Social. A escolha deste foco

se deve pela escassez deste tipo de estudo no estado, bem como pela necessidade de compreender melhor algumas particularidades deste fenômeno.

No que se refere ao perfil dos entrevistados¹. Nas categorias sexo, gênero e orientação sexual alguns profissionais entrevistados tiveram dificuldades para discernir com clareza suas respostas adequadamente a cada categoria dessas, mostrando desconhecimento ou confusão ao responder. Em relação à categoria sexo, não considerando a condição biológica genital de nascimento, mas suas identidades, desse modo entendemos que questionar aos profissionais qual seu sexo considerando como resposta correta a “possível” genitália que aparentemente esteja de acordo com suas “adequações” comportamentais ou físicas seria uma violação do direito desses sujeitos em poder reconhecer-se genitalmente conforme sua identidade de gênero. Desta feita, entre os 10 (dez) profissionais de Serviço Social entrevistados 9 (nove) são do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino.

Nas categorias orientação sexual e identidade de gênero é instigante analisarmos que entre os profissionais entrevistados existem LGBT, que ao decorrer das pesquisas retratam também suas experiências de revitimação em caso de violência homofóbica, reafirmando as concepções de Duarte (2011) ao alegar que a homofobia é um fenômeno universal que atinge a todos, e consequentemente os assistentes sociais também são vítimas desse tipo de violência devendo despertar o compromisso de todos em combatê-la.

Sobre a orientação sexual dos mesmos 08 (oito) se denominaram heterossexuais; 01 (um) homossexual - gay e 01 (uma) lésbica. Entre os sujeitos que se denominaram heterossexuais, uma pessoa transexual se define como heterossexual por possuir sua orientação sexual voltada ao sexo oposto da sua identidade de gênero.

Na categoria identidade de gênero, entre as respostas o desconhecimento sobre a mesma foi predominante ao questionarmos: Qual sua identidade de gênero? Alguns entrevistados responderam: “como assim identidade de gênero? ”, “Não sei”, “mulher”. Tendo em vista o desconhecimento desses termos pela maioria dos assistentes sociais e reconhecendo a necessidade de se traçar um perfil dos entrevistados- após as respostas dos mesmos que não contemplavam o objetivo das perguntas - sinalizamos esclarecimentos que auxiliaram no discernimento das informações necessárias a serem coletadas. Desse modo entre todos os 10

¹ É importante ressaltar que todas as respostas consideraram a identidade dos sujeitos e não suas “possíveis” condições biológicas, ou seja, a categoria, sexo, identidade de gênero e orientação sexual, buscou respeitar o processo de auto identificação dos entrevistados.

(dez) entrevistados 9 (nove) se percebem com a identidade de gênero feminina e 01 (um) masculino. As faixas etárias dos mesmos consistem entre os 29 e 56 anos.

Em relação ao nível de escolaridade dos assistentes sociais, esses se dinamizam do ensino superior em Serviço Social como também em outras áreas como Letras-Português e Psicologia, como também com a realização de pós-graduações no nível de mestrado acadêmico na área da Educação e algumas especializações *latu-senso* nas áreas de Segurança Pública e Democracia, Saúde Pública, Gestão Pública, Direitos Humanos, Mediação e Conciliação de Conflitos, Gestão Pedagógica, Direito de Família e Políticas Públicas, Teoria Psicanalítica, Elaboração de Projetos Sociais, Psicoterapia Corporal, Análise Bioenergético, Psicologia Social e Gestão em Saúde Pública.

O ano de formação na área de Serviço Social datou entre os anos de 1983 a 2011. O tempo de atuação na área de Serviço Social após a sua formação se apresenta entre 02 e 30 anos de experiência profissional nas áreas de Saúde, Assistência Social, Poder Judiciário, Educação, Consultoria, Docência do Ensino Superior, Segurança Pública, Direitos Humanos e Habitação tanto no âmbito público como privado. Em relação aos órgãos de atuação profissional dos assistentes sociais entrevistados, alguns se encontram atuando em mais de uma política pública, desse modo 04 (quatro) estão na Segurança Pública, 04 (quatro) na Saúde, 01 (um) na Saúde e no Poder Judiciário, 01 (um) na SDH e na política de Habitação.

5.4 Instrumento

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturada. Ressaltamos que o roteiro de entrevistas foi formulado baseado nos/as autores/as Carrara e Viana (2001), Louro (2004), Leony (2006), Herek (2004), Almeida (2008), Borrilo (2010), Junqueira (2010), Dinis (2011), Cassemiro (2015), Duarte (2014), Menezes (2014) e Oliveira (2013) com perguntas relacionadas à temática central desta pesquisa e com questões contendo os dados sociodemográficos e questões abertas sobre os fenômenos estudados nessa pesquisa (Ver roteiro nos apêndices).

5.5 Procedimentos

O referido estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (disponibilizado nos apêndices) autorizando sua participação na pesquisa e a utilização dos

dados resultantes das mesmas (resguardando todos os dados de identificação dos sujeitos) com fins acadêmicos e científicos.

Todas as entrevistas foram gravadas mediante o consentimento dos/as participantes e foram realizadas individualmente em seus ambientes de trabalho e/ou em domicílio. É válido destacar que, no momento de gravação das entrevistas, se encontravam unicamente no local apenas o pesquisador e o entrevistado, a fim de evitar interferências e situações prejudiciais ao andamento da entrevista.

Inicialmente foi realizado um estudo piloto com profissionais de Serviço Social que realizaram estágios extracurriculares e curriculares no Centro de Prevenção e Combate à Homofobia do estado de Sergipe, atendendo casos de violência homofóbica. Isso porque há no referido estado difícil acesso aos profissionais de Serviço Social interessados em participar desse estudo. Dessa forma, o estudo piloto foi realizado com 02 (dois) profissionais (ex-estagiários de Serviço Social do CCH), visando suas contribuições de modo significativo para o aprimoramento do instrumento e para a delimitação das categorias.

Após a realização desse estudo percebeu-se a necessidade de enxugar o roteiro de entrevista que de apresentava com um excesso de perguntas, que se tornaram repetitivas em face das respostas dos entrevistados. Desse modo, a partir dessa experiência e com o auxílio de juízes que analisaram mais detalhadamente o roteiro das entrevistas, algumas questões foram retiradas do instrumento e outras revistas ou reformuladas com base na bibliografia estudada.

Com o instrumento finalizado a efetiva coleta dos dados durou certa de 02 (dois) meses (junho e julho de 2016). O agendamento das entrevistas ocorreu via ligação telefônica para órgãos/instituições de trabalho dos profissionais, ou através de visitas institucionais realizadas pelo pesquisador nas residências dos entrevistados.

5.6 Análise dos Dados

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, e em seguida submetidas à técnica da análise de conteúdo, conceituada por Bardin (2011, p. 48) como “Um conjunto de técnicas de análise [...] procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...]”

Tendo em vista as especificidades das respostas dos entrevistados e suas similaridades, as análises foram realizadas a partir do método análise de conteúdo de Bardin (2011) na modalidade categorial temática, considerando em algumas perguntas e respostas o seu

quantitativo de frequências de aparições; e em outras agrupadas em blocos conforme igualdade ou similaridade de concepções e conceitos a partir do quantitativo de entrevistados (detalhes em relação aos procedimentos dos dados no item análise de dados e durante as discussões do mesmo) criando desse modo as categorias e subcategorias.

Em relação à modalidade categorial temática, a mesma “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135).

Em termos metodológicos, a análise de conteúdo possui algumas fases para sua utilização como método de análise em pesquisas científicas. De acordo com Bardin (2011), as diferentes fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três polos cronológicos a saber: 1) A pré-análise; 2) A exploração do material; 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização do texto. Essa fase objetiva sistematizar as ideias iniciais para obter melhor precisão na observação de dados. Normalmente essa primeira fase possui três finalidades principais: a escolha dos documentos que subsidiaram a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos da pesquisa e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final do estudo. Logo após estas etapas será realizada a leitura flutuante, buscando compreender melhor tanto as informações obtidas nos documentos (denúncias e relatórios sociais analisados) quanto as informações obtidas com as entrevistas, criando assim o corpus de análise do estudo. A etapa final consiste em reunir e organizar todas as informações coletadas nas fontes de análise às quais o estudo busca explorar (denúncias, relatórios e entrevistas). As entrevistas deverão ser gravadas e transcritas na íntegra (BARDIN, 2011).

A fase 02 (dois) de exploração do material se configura na administração sistemática das decisões tomadas, nela são realizadas as operações da codificação e enumeração em função das regras previamente formuladas. Em relação ao processo de codificação, Bardin (2011) descreve essa etapa da análise de conteúdo como a transformação dos dados brutos do texto que ocorre por meio de recorte, enumeração e agregação. Nessa fase o pesquisador escolhe as unidades de análise, que serão posteriormente utilizadas no processo de categorização.

Em relação ao estudo em questão, a modalidade de análise utilizada é a categoria temática. Esse tipo de análise consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o

objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 105). Para esse tipo de análise o conceito central é o tema que pode ser representado por uma palavra, uma frase, um resumo.

Após as escolhas das unidades de análises através dos recortes, o pesquisador procede com a enumeração que pode ser realizada por variados tipos, destacando aqui tanto a presença (ou ausência) dos elementos destacados no texto que podem ter calor significativo, funcionando como indicadores; quanto a frequência que liga a importância de um elemento a partir de sua aparição. Esse último elemento também pode se apresentar como frequência ponderada, quando o pesquisador define o valor dos elementos do texto, por meio do quantitativo de aparições do mesmo (BARDIN, 2011). Neste estudo a modalidade categoria temática apresenta-se por meio da busca das unidades de sentido a partir das entrevistas realizadas com os profissionais de Serviço Social que atenderam casos de violência homofóbica para com a população LGBT nas diversas políticas públicas do estado de Sergipe.

Concluída a fase da codificação, o pesquisador passa para a classificação e agregação das unidades de análise, constituindo o processo de categorização. De acordo com Bardin (2011) a categorização consiste na operação de agrupar elementos constitutivos de um conjunto, (nesse caso, do texto construído através das transcrições das entrevistas) a partir de critérios de semelhanças e diferenciações, previamente escolhidos no processo para formar as categorias, ou seja, grupos de elementos com categorias comuns. Em se tratando da análise temática, esse critério de categorização será semântico, pois o tema servirá de direcionamento para escolha e agrupamento das categorias. Desse modo a categorização possui como objetivo primordial a condensação das informações para representar de forma organizada e simplificada os dados brutos, produzindo um sistema de categorias.

Na fase 03 (três), com o tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação consistirão em sintetizar os resultados obtidos através de sua ligação com todo referencial teórico que norteia a pesquisa. Nessa fase é realizada a relação dos dados obtidos com os discursos teóricos desenvolvidos a partir dos resultados da pesquisa de campo (BARDIN, 2011). Após a interpretação desses resultados pode-se chegar a conclusões significativas que possibilitem uma aprofundada análise sobre o atendimento do Serviço Social nos casos de violência homofóbica com a população LGBT. É importante destacarmos que após as análises dos dados os mesmos foram encaminhados para juízes (pesquisadores das temáticas aqui estudadas), que trouxeram contribuições significativas para o trabalho em questão.

5.7 Procedimentos Éticos

Inicialmente o projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe – UFS, com o número de inscrição da CAAE: 48361215.9.0000.5546, obtendo parecer favorável no último dia 13/10/2015 com o número do parecer de aprovação: 1.275.930.

CAPÍTULO 6: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisar o trabalho dos profissionais de Serviço Social inseridos nas diversas políticas públicas do estado de Sergipe, em seu processo de atendimento, encaminhamentos e possíveis resolubilidades dos casos de violência homofóbica contra a população LGBT é um fenômeno desafiador, o qual demanda bastante desdobramento e comprometimento ético para com o assunto que se busca estudar.

Todo o estudo de campo dessa pesquisa foi marcado por inúmeros desafios que costumeiramente fazem parte do próprio processo preconceituoso e discriminatório ao qual a população LGBT é submetida na contemporaneidade. Desse modo, os fenômenos da subnotificação, revitimização¹ e impunidade em relação à violência homofóbica contra a população LGBT se fizeram presentes em todo processo de coleta de dados, dificultando tanto o acesso ao campo, quanto a troca de experiências dos assistentes sociais em relação ao seu atendimento profissional nos casos de violência homofóbica. Nesse contexto muitos profissionais alegaram não receber denúncias desse caráter, ou não se sentir “confortáveis” para falar sobre o assunto, evitando qualquer tipo de “comprometimento” com essas questões. Essa situação limitou a participação de alguns profissionais que atuam em diversos outros espaços sócio-ocupacionais a exemplo da educação, previdência social, empresarial, dentre outros.

Através da análise de conteúdo das dez entrevistas realizadas, foram construídas 4 (quatro) categorias e 09 (nove) subcategorias destacadas no quadro abaixo, buscando responder os objetivos específicos da pesquisa em destaque.

| CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|--|---|
| 6.1 Diversidade Sexual e de Gênero | 6.1.1 Impressões e conceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero. 6.1.2 Conceitos sobre a população LGBT, e a homofobia |
| 6.2 Violência Homofóbica | 6.2.1 Vulnerabilidades e especificidades da população LGBT 6.2.2 Subnotificação e Revitimização 6.2.3 Impunidade |
| 6.3 Direitos Humanos e Sexuais: Avanços e Retrocessos | 6.3.1 Conceitos e práticas 6.3.2 Proteção e Promoção |
| 6.4 Serviço Social | 6.4.1 Formação acadêmica e profissional. 6.4.2 Atendimento à população LGBT |

¹ O termo revitimização é utilizado nesse estudo como um processo de violência repetitiva efetivado contra determinados sujeitos devido a sua condição de vulnerabilidade social. No tocante à população LGBT em casos de violência homofóbica, esse contexto se efetiva de forma interna ou externa. A primeira acontece durante o processo de atendimento desses casos quando ao não viabilizar direitos humanos e sexuais os profissionais responsáveis por essas demandas negligenciam ou violam seus direitos, e a segunda quando as próprias vítimas naturalizam as violências vivenciadas se revitimizando ao subnotificar essas situações (LEONY, 2006; ANDRADE, 1980).

6.1 Diversidade Sexual e de Gênero

Esta categoria, denominada *Diversidade sexual e de gênero*, objetiva averiguar as percepções dos profissionais de Serviço Social sobre orientação sexual e identidade de gênero, bem como em relação à população LGBT e ao fenômeno da homofobia, abrangendo dessa forma duas subcategorias. A primeira: *6.1.1 Impressões e conceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero*, traz as percepções dos entrevistados em relação a diversidade sexual e de gênero a partir dos conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, e a segunda: *6.1.2. Conceitos sobre a população LGBT e a homofobia*, sinalizar as principais concepções dos respondentes sobre a população LGBT e o fenômeno da homofobia a partir da sua conceituação e vivências.

6.1.1 Impressões e conceitos sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Ao perguntar aos profissionais de Serviço Social quais suas percepções sobre os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, buscamos conhecer de que forma esses sujeitos compreendem os referidos fenômenos, uma vez que a compreensão e o conhecimento dos mesmos tornam-se necessárias para a realização de atendimento profissional que respeite as especificidades da população LGBT (LEONY, 2006).

Em relação aos conceitos referentes à orientação sexual e identidade de gênero, os entrevistados demonstraram grandes dificuldades já no processo de diferenciação dessas duas categorias. Algumas pessoas tiveram dificuldades e/ou não souberam responder qual seria sua identidade de gênero, mesmo se conceituando como homens e mulheres com identidades de gênero de acordo com as posturas e comportamentos atrelados a sua genitália de nascimento. Sobre a orientação sexual dentre os 10 (dez) entrevistados, 05 (cinco) responderam que esse fenômeno se apresenta na vida dos sujeitos sociais a partir de um processo de “escolha”, “opção”. Outras 04 (quatro) alegaram que seria uma orientação, advinda de sentimentos, desejos e atrações por pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto. E 01(uma) pessoa alegou não saber responder.

***É uma escolha**¹ que você faz na vida pela homossexualidade tendo muito sofrimento pelo caminho. Os homossexuais sofrem isso na carne na pele e na alma, sofrem muito. Eu tenho vários amigos homossexuais e eles sofrem muito, recentemente um perdeu o emprego, quando ele fez um comentário no trabalho, competentíssimo, mas mesmo assim ele perdeu o emprego (A. S. ROBERTA).*

É a orientação do desejo do ser humano se por pessoa do mesmo sexo gênero, ou sexo oposto, homossexual ou heterossexual (A. S. Paula).

Considerar a orientação sexual e/ou identidade de gênero dos sujeitos a partir da concepção de uma “escolha”, “opção”, constitui o que Borrilo (2010) conceitua como homofobia liberal em que o sujeito homossexual poderia não ter escolhido vivenciar tais condutas, comportamentos e práticas, tendo que “pagar” ou “sofrer” pelas consequências de suas escolhas e decisões, podendo essas ter sido direcionadas para a heterossexualidade, uma vez que essa é a norma reconhecida como “correta” a ser seguida. Ao compreender a orientação sexual como uma “opção” ou “escolha” os profissionais de Serviço Social tendem a efetivar esse tipo de homofobia para com a população LGBT revitimizando diretamente seus usuários.

Ainda em relação ao termo “escolha”, “opção”, relacionados à orientação sexual, Junqueira (2010), Vecchiatti (2012) e Oliveira (2013) afirmam que nenhuma pessoa escolhe ser homo, hetero ou bissexual. Para os autores as pessoas simplesmente se descobrem de uma forma ou de outra, não existindo “escolhas”, pois se opção houvesse certamente as pessoas tenderiam a optar pela opção mais fácil de ser aceita e vivida socialmente que é a heterossexual, evitando assim sofrerem preconceitos e discriminação social. Desta maneira não se trata de uma “opção”, mas de uma “orientação” sexual.

O conceito de orientação sexual trazido aqui também como identidade sexual é abordado por Girardi (2007) quando retrata que o preconceito contra as formas de vivência da sexualidade humana que diferem dos padrões heterossexuais se apresenta já no fato de considerar essas expressões afetivas e sexuais como uma opção autônoma dos sujeitos, uma escolha que o indivíduo faz da forma como pretende exercitar e realizar o seu desejo e a atração sexual. A autora afirma que as identidades sexuais dos sujeitos não se situam no plano da consciência na qual poderia haver certa liberdade de escolha, mas sim no inconsciente em que não existem

¹ As palavras e frases destacadas em negrito objetiva sinalizar aos leitores, alguns termos utilizados pelos entrevistados que fazem menção - à luz da literatura estudada - as percepções e/ou concepções que se remetem a situações do preconceito sutil ou manifesto.

escolhas, não há autonomia de vontade, desta maneira não se opta ser homossexual, como se todos os indivíduos pudessem decidir por essa ou aquela orientação sexual.

Desse modo, corroborando com as análises dos referidos autores e analisando as respostas dos assistentes sociais em relação as suas percepções sobre o conceito de orientação sexual, percebemos a forte presença do senso comum nas afirmações feitas a partir do viés da opção ou escolha da vivência da homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade, além do claro desconhecimento dos entrevistados sobre esse fenômeno. Logo, há uma necessidade de maior propriedade teórica e de debates sobre o assunto.

Em relação às percepções dos entrevistados sobre o que seria identidade de gênero, 05 (cinco) assistentes sociais atribuíram a esse termo a capacidade de um determinado sujeito de se identificar como masculino ou feminino independentemente do órgão genital de nascimento, afirmando que a identidade de gênero é a forma pela qual o sujeito se identifica, se comporta, e se apresenta socialmente. Uma profissional destacou que essa identificação advém de uma possível “escolha” do sujeito em uma determinada fase da vida. Os demais, 04 (quatro) profissionais, responderam que a identidade de gênero é a identificação com o masculino ou feminino a partir do processo de reconhecimento do órgão genital biológico.

[...] identidade também é como eu me vejo, tem gente que tem sua identidade própria ao nascer em ser feminino ou masculino, mas ao longo do tempo, na caminhada, na sua vida social você faz escolhas (A. S. Milla).

[...] seria quando o bebê nasce, aí diz, é do sexo feminino ou masculino (A. S. Sônia).

As respostas que reconheceram a identidade de gênero independentemente das questões biológicas (genital) são plausíveis, uma vez que de acordo com Gênero et al (2015) a identidade de gênero está relacionada à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, podendo ou não corresponder a sua genitália de nascimento.

Já as respostas que destacaram a identidade de gênero como frutos de uma escolha e/ou opção, ou atribuindo-a as questões biológicas “genitália” dos sujeitos, revitimizam os mesmos a uma cultura heteronormativa que visa o enquadramento desses a partir do seu genital biológico. Desse modo, alguns profissionais demonstraram que possuem limitações quanto ao reconhecimento da identidade de gênero sem uma conexão direta com o órgão genital de nascimento, legitimando essa identidade a partir da presença do pênis para homens e da vagina para as mulheres, visão essa reducionista e conseqüentemente preconceituosa e/ou discriminatória atrelada ao senso comum.

A forma de reconhecer determinado gênero por meio dos papéis e vivência dos desejos afetivos e sexuais interligados diretamente ao sexo de nascimento dos sujeitos é literalmente criticada por Butler (1993). A autora afirma que a imposição de determinado gênero leva à necessidade da adequação de comportamentos ao sexo de nascimento. Esse tipo de comportamento, conforme a autora, produz formas performáticas que servem para justificar o controle homofóbico como elemento natural de (re)produção da ficcional linearidade entre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Desta feita, a compreensão de alguns profissionais entrevistados acerca dessa condicionalidade, reforça o preconceito e a discriminação contra aqueles sujeitos que ameaçam as regras e/ou posturas e papéis sociais pré-estabelecidos.

Após analisarmos as percepções dos assistentes sociais sobre os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, buscamos na próxima subcategoria intitulada: *6.1.2 Conceitos sobre a população LGBT e a homofobia* analisar as principais concepções que esses profissionais possuem sobre essa população e em relação ao fenômeno da homofobia objetivando compreender melhor de que forma os entrevistados (des)conhecem as especificidades que singulariza e/ou particulariza cada uma dessas questões.

6.1.2 Conceitos sobre a população LGBT e a homofobia

Ao questionarmos aos profissionais quais são suas concepções sobre a população L-G-B-T, os mesmos destacaram através de estereótipos concepções positivas (representam respostas que sinalizam boas impressões e/ou referências), concepções negativas (tendem a discriminar esses sujeitos), concepções imparciais¹ (direcionadas a posturas que buscam não se comprometer com um posicionamento a favor ou contra, mas neutro sobre determinado assunto ou fato) e por fim os entrevistados que não souberam responder (direcionada a omissão de determinado conceito, concepção e/ou percepção).

As respostas que obtiveram concepções positivas em relação às palavras: Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual foram sinalizadas pelos profissionais tanto pela sua identificação pessoal (classificam-se como LGBT) como em função de sua vivência com esse público alvo (amigos, familiares, comunidade).

¹ É importante ressaltarmos que as concepções, positivas, negativas e imparciais destacadas nas falas dos entrevistados a população LGBT, representa as suas concepções criadas por base em estereótipos sobre esses sujeitos, ou seja, as mesmas não buscam generalizar essas conclusões, mas pontuar através da ótica dos respondentes como são significadas as especificidades da diversidade sexual e de gênero em detrimento da população LGBT.

Desse modo os termos utilizados positivamente para as lésbicas foram: feminina, tranquila e discreta, visando desconstruir os estereótipos negativos construídos contra esses sujeitos, reafirmados em termos como masculinizada, exibicionista e sapatão, apresentados nas concepções negativas pelos respondentes.

Em relação às concepções sobre a palavra gay, os adjetivos alegria e solidariedade são frutos das experiências de vida dos profissionais com esses sujeitos, auxiliando a construção de um estereótipo positivo frente a essa população. Já no que tange às concepções negativas sobre a palavra gay, a violência sofrida devido à vivência de sua orientação sexual se apresenta como maior conceito para defini-los seguida da palavra medo, que representa aqui as experiências pessoais de alguns dos respondentes devido ao processo de violência ao qual visualizam em decorrência da orientação desses sujeitos. Em seguida os estereótipos de afeminado e influenciado pela família são atrelados a esses sujeitos, retratando a ausência de identidade do mesmo em relação a sua orientação sexual e a uma visão distorcida da homossexualidade.

Algumas respostas reafirmaram as diversas situações de violência vivenciadas pela população LGBT na contemporaneidade e/ou reforçaram o preconceito contra o reconhecimento e o respeito da diversidade sexual e de gênero como direito humano e sexual. Como podemos analisar nos discursos abaixo:

Quando alguém me diz assim: - Fulano é gay. Me dá essa angústia porque eu sei que a pessoa vai sofrer muito, três vezes mais do que qualquer outra pessoa, porque infelizmente o mundo não perdoa, o mundo é violento para os homossexuais (A. S. Roberta).

“Tem muito a ver com a questão do homem querer ser mulher, e isso aí passa muito pela questão da discriminação”(A. S. Sônia).

Sobre a palavra bissexual apenas 01 (uma) resposta destacou esses sujeitos sem necessidade de enquadramento em relação a suas posturas e comportamentos afetivos e sexuais, afirmando que esses sujeitos são pessoas que possuem maiores possibilidades de serem felizes. Todas as demais respostas 09 (nove) reforçaram os estereótipos negativos desses sujeitos como pessoas indecisas, confusas, com conflitos internos, além de reconhecerem a bissexualidade como uma “modinha”, ou seja, algo especificamente passageiro, aderido pela influência da sociedade, sem identidade própria ou raízes internas.

“É uma falta de identidade própria da pessoa, ele não se define completamente o que ele gostaria de ser”(A. S. Sônia).

“Uma pessoa que tá com conflito interior muito grande, muito grande... uma pessoa de sofrimento mesmo. Eu acredito que o bissexual ele tá na condição de ser bissexual porque ele ainda tá com conflitos externos e principalmente interno, com conflitos” (A. S. Fernanda).

*“Uma pessoa confusa, eu acho, não acredito na palavra bissexualidade, eu vejo muito assim que é um refúgio pra você esconder o que você é. Apesar de hoje **ser modinha você ser bissexual**” (A. S. Richardson).*

Tratar a bissexualidade como: uma falta de identidade, conflito interno, confusão, indecisão ou mera “modinha”, se apresenta aqui como uma forma de se perpetrar a necessidade do reconhecimento de um modo de sexualidade como único modelo afetivo-sexual que deve ser seguido. Conforme Silva Junior (2005) considerar o bissexual como um sujeito que se encontra perdido, sem direcionamento, devido as suas “possibilidades” de interação afetiva e sexual com ambos os sexos, como os homossexuais e as pessoas trans devido a uma certa inadequação desses sujeitos a partir da vivência de seus desejos e afetos, caracteriza-se como uma postura bastante comum para a heterossexualidade compulsória¹, que impossibilita o reconhecimento e legitimidade da diversidade sexual e de gênero como formas de expressões da sexualidade humana.

Em relação às respostas dos assistentes sociais sobre suas concepções acerca das palavras Lésbicas, Gays e Bissexuais (que se remetem à orientação sexual dos sujeitos), na sua grande maioria, as percepções dos entrevistados sobre esses sujeitos tanto fazem menção ao processo de revitimização sofridos por essa população advindas dos intensos e frequentes casos de violência que os mesmos vivenciam cotidianamente, por romper as normas de sexualidade impostas a partir da heterossexualidade compulsória, quanto revitimizam de forma direta esses sujeitos ao não reconhecer tais especificidades da diversidade sexual com naturalidade e respeito.

A homossexualidade como a bissexualidade passa a ser alvo de discriminação para Oliveira (2013) a partir do momento que esses sujeitos assumem uma identidade social diferente daquela proposta para o seu sexo e apresenta características que não condizem com

¹ A heterossexualidade compulsória considerada a heterossexualidade como única forma de sexualidade correta a ser seguida, em que sexo biológico, identidade de gênero e práticas sexuais tendem a seguir o mesmo viés do que se permite a partir do sexo (órgão genital) dos sujeitos (VECCHIATTI, 2012).

as determinadas também para seu gênero, ou seja, ao apresentar-se com comportamentos que fogem do modelo construído como correto e tido como natural, uma vez que a sociedade não se depara com aquilo que espera e deseja encontrar nestes sujeitos. Essa realidade se faz presente nas concepções e/ou percepções dos assistentes sociais em relação a esse público alvo nas respostas que sinalizaram como “pessoas confusas”, “falta de identidade”, “modinha”, “indecisas”, “afeminados”, “influenciados”, “exibicionistas”, “masculinizadas”, “sapatão” dentro outros termos baseados em estereótipos e preconceitos em relação a todos aqueles que “rompem” com a heteronormatividade.

Sobre as concepções e percepções dos assistentes sociais em relação às palavras travestis e transexuais, 02 (duas) pessoas alegaram não saber conceituar transexuais, demonstrando um claro desconhecimento sobre esses sujeitos. Sobre a palavra travesti, as respostas que sinalizaram concepções positivas estiveram diretamente relacionadas aos desafios enfrentados por esse público alvo ao externar sua identidade de gênero perante a sociedade, colocando-se em um estado de vulnerabilidade social ao “quebrar ou romper” as regras de gênero pré-estabelecidas socialmente.

As concepções negativas reforçam a imagem das travestis como homens que se vestem, se comportam ou “aparentam” serem mulheres, porém que não possuem uma identidade de gênero reconhecidamente feminina, ou seja, nega-lhes o direito de serem reconhecidas como mulheres, além de confundir as travestis com as *drag queen*¹.

“Pessoa que se identifica como mulher, se veste como mulher, fala como mulher, aparenta ser mulher” (A. S. Catiane).

“[...] Homens heteros que se vestem de mulher e incorporam um personagem qualquer pra fazer show e ganhar” [...] (A. S. Roberta)

É importante ressaltar que as concepções negativas atreladas às travestilidades destacadas nas entrevistas desconfiguram a essência da identidade de gênero desses sujeitos, ao associar a imagem das travestis a *drag queen* ou a termos estereotipados, a exemplo da palavra “fechação”, direcionada a certa extravagância comportamental que leva essas pessoas a serem

¹ As *drag queen*, (para homens) *drag king* (para mulheres) ou transformistas são artistas que se veste de maneira estereotipada, de acordo com o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. Suas personagens não possuem relação direta com sua identidade de gênero ou orientação sexual (JESUS, 2012).

reconhecidas como sujeitos “briguentos” e “barraqueiros”. Além desses termos foi utilizada a palavra “prostituição” que reforça os estereótipos negativos que essa população carrega consigo cotidianamente, denunciando o desconhecimento dos profissionais de Serviço Social para com esses sujeitos, ao mesmo tempo em que apresentam situações concretas do preconceito manifesto em seus discursos.

As concepções dos entrevistados sobre a palavra travesti encontram-se repletas de estereótipos negativos e preconceitos. De acordo com Jesus (2012) o não reconhecimento das travestis como pessoas que vivenciam papéis de gênero (feminino) - papéis esses que não necessitam possuir correlação direta com seu órgão genital de nascimento, identificando-se como membros de um terceiro gênero ou de um não gênero - tendem a estigmatizar fortemente os sujeitos que sofrem com essa difícil realidade de serem incompreendidas, restando-lhes o seu enquadramento normalmente em estereótipos facilmente associados a profissionais do sexo.

Sobre a palavra transexual apenas uma resposta se remeteu às concepções positivas, o termo: personalidade. Esse diz respeito aos inúmeros desafios enfrentados por tais sujeitos perante a luta pela legitimidade e vivência de sua identidade de gênero diante de uma sociedade heteronormativa. As concepções negativas atribuem à transexualidade as vivências do sujeito que optou a realizar a cirurgia de resignificação sexual, e não como a possibilidade de autoidentificação com o gênero oposto de seu sexo biológico.

“Uma pessoa de personalidade forte, imensa de se assumir, e de dizer sou e viver dessa forma”. (A. S. Fernanda).

*“O transexual é aquele que já **optou pela mudança de sexo**” (A. S. Sônia).*

“O que classifica como pessoa trans é a intervenção cirúrgica, que eu pense é a intervenção cirúrgica” (A. S. Roberta).

A legitimidade da transexualidade atreladas às questões cirúrgicas reforçam consideravelmente as concepções reducionistas, estereotipadas dos assistentes sociais para com esses sujeitos. De acordo com Silva et al, (2013) reconhecer a identidade de gênero dos sujeitos através da sua conformidade com seu órgão genital corresponde diretamente a uma postura heteronormativa, na qual os indivíduos crescem atribuindo o gênero diretamente as “condições” genitais dos sujeitos e não a uma identidade construída socialmente.

As concepções dos assistentes sociais entrevistados que reforçam esse contexto discriminam diretamente as pessoas trans por não compreenderem a identidade de gênero como algo ligado à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, podendo ou não

corresponder a sua genitália, independentemente da sua inserção no processo transexualizador ou da realização da intervenção cirúrgica (GENRO et al., 2015).

As respostas que ficaram no campo da imparcialidade buscaram descrever as especificidades da população LGBT quanto a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero através da vivência da sua sexualidade para as lésbicas, gays e bissexuais (porém ainda enquadrando esses sujeitos no campo da “escolha” ou “opção” pela sua orientação sexual, sendo essa pelo mesmo sexo ou por ambos os sexos), e especificando as identidades trans (travestis e transexuais) através do reconhecimento da identidade de gênero desses sujeitos em “desacordo” com a identidade criada a partir de seu órgão genital de nascimento.

É *mister* ressaltar que os profissionais de Serviço Social demonstraram na maioria de suas respostas um desconhecimento presente em relação às especificidades e particularidades dos sujeitos que compõe o que denominamos de diversidade sexual e de gênero, possuindo concepções movidas por estereótipos negativos e preconceitos manifestos e sutis ao apresentar suas concepções sobre a população LGBT.

O preconceito manifesto se apresenta nas formas abertas e ativas manifestadas de modo evidentes, através de atitudes negativas que envolvem rejeição a determinados indivíduos ou grupos sociais, neste caso em relação à diversidade sexual e de gênero. Já o preconceito sutil caracteriza-se por um discurso camuflado, velado, que encobre os reais sentimentos, crenças, percepções sobre determinado indivíduos e/ou grupos sociais, porém tais discursos objetivam perpetrar as desigualdades sociais entre os sujeitos (FLEURY; TORRES, 2010; SILVA JÚNIOR, 2010).

Desse modo, o preconceito, seja ele de forma sutil ou manifesta, que se apresenta nos discursos dos profissionais de Serviço Social, se configura como uma forma direta de revitimização da população LGBT nas diversas políticas públicas de atendimento, principalmente pela ausência de reconhecimento das demandas particularizadas desses sujeitos, aos quais carecem especificamente de um atendimento humanizado e especializado.

A falta de conhecimento em relação às especificidades da população LGBT no processo de atendimento se apresenta como um dos principais motivos/causas que sustentam e alimentam o fenômeno da revitimização dessa população nos diversos órgãos/instituições profissionais. Silva (2015, p. 60) afirma que [...] “a invisibilidade das questões específicas dos segmentos LGBT’s dá conta do afastamento desta população dos serviços públicos”.

Assim, o desconhecimento ou o conhecimento equivocado sobre a população LGBT, como analisadas nas respostas dos entrevistados acima, pode acarretar na desconsideração de determinadas especificidades e particularidades demandante desses sujeitos no processo de

atendimento profissional, como por exemplo, torna-se difícil não reconhecer a identidade de gênero de determinada pessoa trans e respeitar o seu nome social ou a utilização do banheiro conforme sua identidade (ALMEIDA, 2008; SILVA, 2015).

Em relação as concepções dos entrevistados sobre o termo homofobia, esse fenômeno possui três características distintas e interligadas ao mesmo tempo, sendo considerada como preconceito, violência e crime, porém resumidas apenas à população LGBT. Assim, desconsiderou-se que a homofobia também remete a toda forma de preconceito e/ou discriminação contra todos os sujeitos que ameaçam aos padrões heteronormativos de sexualidade (BORRILLO, 2010; OLIVEIRA, 2013).

Desse modo, no que tange à amplitude do conceito de homofobia para os assistentes sociais essa situação denota uma visão reducionista do termo ao desconsiderar que a homofobia, conforme Tosse (2012), não se refere somente à rejeição aos homossexuais, mas também à não aceitação de sujeitos bissexuais, travestis, transexuais que tenham essa orientação sexual e/ou identidade de gênero ou aparentem tê-la, abraçando também a população heterossexual que vivencia experiências homofóbicas ao ameaçar ou ser confundida como sujeitos fora da heteronormatividade.

Em relação à visão da homofobia como preconceito, violência ou crime é importante ressaltar que as respostas dos entrevistados levam em consideração suas experiências de atendimentos nesses casos, como também a vivência de alguns entrevistados que foram vítimas desse tipo de violência.

Preconceito (13)¹

“É o preconceito é a ignorância com as pessoas que fogem desse padrão moral de família tradicional heterossexual, de relacionamento heterossexual” (A. S. Katiele).

Violência (06)

“É o preconceito é o medo de você ser você, é o receio é crime, é violência” (A. S. Richardson).

Crime (04)

“Eu tenho um anseio muito grande que deveríamos criminalizar a homofobia e me pergunto se a gente tem uma cultura que pode comportar essa criminalização [...]” (A. S. Fernanda).

¹Os números ao lado dos termos Preconceito, Violência e Crime correspondem à quantidade de vezes que essas palavras apareceram nas respostas dos entrevistados, conforme a diversidade e multiplicidade de conceitos distintos nas respostas (sinalizados nos exemplos acima).

O conceito de homofobia atrelado ao preconceito e à violência corresponde às concepções de diversos autores analisados nesse estudo como Junqueira (2007), Rios (2009) Borriolo (2010), Tossi (2012) e Oliveira (2013) que definem esse fenômeno a partir de suas raízes no preconceito e sua efetivação na violência, porém o conceito de homofobia vinculado à concepção de crime se encontra atrelado ainda a um posicionamento individual de determinado entrevistado. Desse modo entendemos que se busca criminalizar a violência homofóbica com projetos de lei (PLC 122, atualmente arquivado), mas ainda de forma bastante pontual e/ou desestruturada aconteceram avanços quanto essa questão. Consideramos importante o enquadramento das práticas homofóbicas como crimes, uma vez que isso remete à atuação profissional com vistas à punição dos sujeitos-autores das situações de violência, cobrando dos órgãos e entidades de proteção e prevenção da homofobia posturas e posicionamentos mais eficazes e justos no atendimento dessas demandas.

É importante ressaltar que nas respostas dos entrevistados em relação ao termo homofobia não houve menção às palavras “ódio”, “medo irracional” ou “repulsa”, inicialmente utilizados para caracterizá-lo (HEREK, 1984; BLUMENFELD, 2004; LOURO 2004; PRADO E MACHADO, 2008; BORRILO, 2010; OLIVEIRA, 2013). Desta feita, o conceito de homofobia para os entrevistados não se resume aos termos utilizados na iniciação de sua utilização, mas se configura de modo diversificado ou múltiplo ao enquadrar tal fenômeno e suas características como preconceito, violência e crime, ao mesmo tempo em que reconhecem a fragilidade de sua criminalização atrelada à cultura social heteronormativa, machista e sexista da sociedade contemporânea.

Em suma, nessa categoria (Homofobia) buscou-se compreender as percepções dos profissionais de Serviço Social quanto a população LGBT, a orientação sexual e identidade de gênero e ao fenômeno da homofobia. Entretanto, através das análises dos dados é possível destacarmos que as percepções dos assistentes sociais sobre a diversidade sexual e de gênero e as questões que as envolvem ainda são bastante fragmentadas e desarticuladas, demandando um melhor aprofundamento sobre o assunto que amplie o conhecimento acerca desse debate.

No que tange aos conceitos sobre a população LGBT, em sua maioria essa situação se apresenta de maneira mais complicada, principalmente quando se refere à diferenciação do que seja identidade de gênero e orientação sexual. A ausência de concepções básicas que auxiliem no entendimento dessas categorias é um problema bastante presente na vida desses profissionais. Outra dificuldade flagrante nos conteúdos das respostas dos entrevistados é a

ausência do conhecimento ou a efervescência dos estereótipos negativos em relação aos conceitos básicos sobre lésbicas, gays, travestis e transexuais, revitimizando esses sujeitos a percepções errôneas e discriminatórias.

Sobre o conceito de homofobia, esse se apresenta para os assistentes sociais através do viés do preconceito da violência e do crime demonstrando uma visão múltipla em relação à definição desse fenômeno, enquadrando-o em características distintas e interligadas ao mesmo tempo, porém reducionista quando desconsidera demais sujeitos sociais que também são vítimas dessa violência, embora não faça parte da população LGBT.

Desse modo, compreendermos as percepções dos entrevistados sobre a diversidade sexual e de gênero e a homofobia é um passo importante para analisarmos como a violência homofóbica se efetiva na vida da população LGBT, bem como suas causas, consequências entre outras questões, visando um melhor aprofundamento da temática aqui abordada que será trabalhada na categoria a seguir intitulada: Violência Homofóbica.

6.2 Violência Homofóbica

A categoria Violência Homofóbica visa analisar, a partir das percepções dos assistentes sociais, a realidade desse tipo de violência, suas especificidades e particularidades para com a população LGBT de acordo com as experiências de atendimento dos entrevistados. A referida categoria abrange três subcategorias denominadas: *6.2.1 Vulnerabilidades e especificidades da população LGBT*; *6.2.2 Subnotificação e Revitimização*; *6.2.3 Impunidade*, que auxiliaram no processo de análise desse fenômeno na realidade sergipana.

6.2.1 Vulnerabilidades e Especificidades da População LGBT.

Essa subcategoria busca compreender quais as principais vulnerabilidades e especificidades apresentadas pela população em relação à violência homofóbica vivenciadas por esses sujeitos. Desse modo, buscamos conhecer onde tem acontecido esse tipo de violência, consequentemente os tipos e formas mais comuns; quais as principais vítimas e autores dessas situações de violência¹; suas consequências para a população LGBT, bem como as motivações

¹ Adotamos o termo “autores das situações de violência” substituindo os termos “agressores e/ou algozes”, por entendermos que esses últimos tendem a legitimar um local específico e intransferível a esses sujeitos na sociedade. Compreendendo que o preconceito é algo apreendido, visamos não especificar um local para aquele/as que realizaram ações de violência, por acreditarmos que esses podem mudar de posturas e/ou comportamentos além de percebermos que muitas vezes os mesmos podem ser suas próprias vítimas.

que sustentaram a efetivação dessas práticas, conforme as experiências de atendimento dos assistentes sociais nos referidos casos.

Em relação aos locais de maior frequência de casos de violência homofóbica contra a população LGBT relatados pelos assistentes sociais a partir das suas experiências de atendimentos, os órgãos públicos se destacaram em primeiro lugar através da reconhecida homofobia burocrática ou institucional, provocada pelos profissionais responsáveis por essas instituições. Além desse, o segundo local onde esse tipo de violência tem mais se apresentado é dentro do contexto familiar da própria vítima; em seguida nos ambientes de trabalho, de lazer, redes sociais e na utilização do transporte público. Esses dados reforçam as concepções de Herek (1984), Blumenfeld (2004), Prado e Machado (2008), Borrilo (2010) e Oliveira (2013) ao afirmam que a violência se faz presente na vida da população LGBT de diversas formas, modos, lugares e ambientes sociais a exemplo da família, da escola, das instituições públicas entre outras.

“Na minha experiência quando eu trabalhei em ambulatório DST-AIDS tinha muito preconceito, mesmo aquelas pessoas que estavam ali trabalhando e fizeram formação, tinha preconceito por todos os lados” (A.S. Milla)..

“No curso de Serviço Social tinha muito preconceito, muita violência” (A.S. Roberta).

“São bem discriminados no meio da sociedade, são discriminados na família, assim pelos atendimentos que eu fiz né?” (A.S. Catiane).

Sobre o processo de violência homofóbica cometida nos órgãos públicos de atendimento à população LGBT é importante ressaltar a forte presença da subnotificação, revitimização e impunidade¹ desses casos, fatores bastante comuns nos casos de violência homofóbica encaminhados para o poder público do estado de Sergipe (LEONY, 2006, OLIVEIRA, 2013; MENEZES, 2014). Tais fenômenos auxiliam diretamente no processo de invisibilidade dos mesmos desses casos para a esfera pública (LEONY, 2006). É importante ressaltar que essas situações se encontram diretamente ligadas ao despreparo dos profissionais para com o atendimento da população LGBT, além do preconceito sutil e manifesto dos mesmos para com esse público alvo. Viana e Lacerda (2008) conceituam esses fenômenos como: homofobia

¹ Trabalharemos as questões da revitimização e impunidade dos casos de violência homofóbica na próxima subcategoria.

estatal, considerando-a de difícil erradicação por apresentar-se costumeiramente de forma estrutural.

Em relação à violência homofóbica ocorrida dentro do âmbito familiar destacada pelos profissionais entrevistados, esse contexto corrobora com as afirmações de alguns autores a exemplo de Borrillo (2010) e Oliveira (2013) quando sinalizam que esse ambiente é um dos mais propícios para a efetivação desse tipo de violência, uma vez que os primeiros traços de preconceitos se iniciam bem antes da vinda da criança para o núcleo familiar. O desejo de se ter menino ou menina, os preparativos, uma ou outra hora a vontade da preferência da sexualidade vem à tona em frases como: “tomara que seja uma menina”, ou “adoraria um menino”. Logo após o nascimento, adaptam-se todos os trajes, bem como brinquedos, decorações e maneira de educar conforme o genital do sujeito. Pensar que aquele sujeito possa desenvolver desejos homoafetivos durante a sua vida ou possua uma identidade de gênero divergente de sua genitália se apresentam como uma afronta e uma falta de respeito a todos, como se a homossexualidade, a bissexualidade e as identidades trans fossem uma realidade distinta e longe não tendo que ser enfrentada, considerado, por muitos como um perigo, uma ameaça, uma doença e até uma maldição. Desta maneira incorpora-se uma norma a partir do sexo, o gênero tende a ser construído a partir desse registro, enquadrando os sujeitos em determinados grupos socialmente aceitos.

Ultrapassando o viés familiar, os autores também se referem aos diversos indivíduos que fazem parte das fases de vida dos sujeitos como corresponsáveis em alimentar concepções preconceituosas, demonstrando uma postura heteronormativa, em que não só os pais assumem este papel, mas a comunidade em geral vai policiando a identidade sexual do sujeito sempre deixando bem claro o que pertence a cada sexo. Desta forma, ainda que mascaradamente, o preconceito se faz presente em todas as etapas da vida da população LGBT em diferentes locais e tempos (CERQUEIRA-SANTOS; SOUZA 2001; BORRILLO, 2010; OLIVEIRA 2013).

Os sujeitos responsáveis pela efetivação desses tipos de violência que mais aparecem nos atendimentos do Serviço Social são os diversos profissionais¹, (professores, psicólogos, assistentes sociais, policiais, cobradores), os familiares (com destaque na figura paterna e materna que não aceita a exteriorização da orientação sexual e/ou identidade de gênero de seus filhos LGBT), os desconhecidos (denominados aqui como a sociedade em geral), os clientes das travestis (costumeiramente após a realização de programas), os colegas de classe (em

¹ Essa realidade remete-se a revitimização da população LGBT, abordaremos esse na próxima subcategoria: 2.2 *Subnotificação, Revitimização e Impunidade*.

escolas e universidades), LGBT não assumidos (termo esse referenciados conforme os respondentes como aquele sujeito que não “saiu do armário” e pratica a reconhecida homofobia interiorizada), e os vizinhos de LGBT.

A partir dos dados sinalizados pelos profissionais é possível analisarmos que o fenômeno da violência homofóbica se faz presente em todos os lugares e situações se apresentando como uma demanda que perpassa diretamente todos os campos de atuação profissional dos assistentes sociais. Em relação a universalização desse tipo de violência Almeida (2008) já constatava essa realidade ao afirmar que esses casos acontecem em todos os lugares a exemplo das ruas, na mídia, nas instituições familiares e religiosas, como também no cotidiano dos órgãos onde as políticas sociais são implementadas: nas unidades públicas e privadas de saúde, bem como na assistência social, escolas, universidades, delegacias, ONGs, instituições filantrópicas entre outras, tornando a violência homofobia um fenômeno universal presente em todos os hemisférios, o qual demanda um processo de enfrentamento que seja capaz de atender todas as complexidades desse tipo de violência.

O relatório de violência homofóbica no Brasil da SDH/PR do ano de 2013 reafirma essas informações ao sinalizar que entre as 1.695 denúncias relacionadas à população LGBT notificadas pelo disque 100, (17,2%) aconteceram em locais não informados, (25,3%) na rua, (23,7%) na casa das vítimas com familiares, (4,9%) terrenos baldios, (4,6%) bares e casas noturnas (3,4%) e motéis. No ano de 2012 o referido relatório destacou que os dados referentes à violência homofóbica de caráter institucional apresentam-se nesse relatório com (2,4%) do seu total, destacando a homofobia institucional com (35,5%) relacionada a recusa de atendimento e (13,3%) em relação a violência policial.

Em relação aos tipos de violência mais frequentes contra esses sujeitos, a mais comum apresentada nas entrevistas foi a psicológica, seguida da física, logo após a verbal e a moral, porém é importante ressaltar que todas essas costumeiramente encontram-se interligadas nas ações de violência homofóbica, ou seja, dificilmente um sujeito LGBT que sofreu uma violência psicológica não tenha sofrido uma verbal e/ou moral ao mesmo tempo. É *mister* destacar que a violência psicológica apareceu como uma das mais frequentes em relação à população LGBT, responsável por marcas difíceis de serem revertidas na vida desses sujeitos atendidos pelo Serviço Social uma vez que todas as outras formas de violência (física, moral, verbal) consequentemente acarretam a presença da violência psicológica.

[...] as marcas maiores que ficam na nossa vida são as marcas das agressões psicológicas, porque uma agressão como eu tive, meu maxilar fraturado em

três pedaços por um murro em uma agressão homofóbica, hoje já está normal, fez a cirurgia, passou, mas as agressões físicas, os xingamentos, apontamentos, os olhares do dia a dia, isso não se apaga facilmente e também não se medica, não se remedeia como uma ferida que você passou remédio e cinco dias depois já está melhorando (A. S. Poliana).

“A verbal, geralmente quem vai ter um comportamento violento, homofóbico ele vai verbalizar, vai chamar de veado, sapatão, vai dizer palavras pejorativas em relação à pessoa”(A. S. Poliana).

Eu só vi uma pessoa chegar aqui com marcas de agressão, porque foi espancada porque estava em um terminal à noite e foi espancada por ser homossexual. Ele admitiu, o homossexual, que estava fazendo programa, parou um carro desceram e bateram nele, porque ele era homossexual e estava ali (A. S. Elis).

Entre os tipos de violência homofóbica autores como Rios (2007), Sedgwick (2007), Bussin (2008), Colling e Nogueira (2014) trabalham com suas formas e especificidades, conceituando-as em físicas, psicológicas e simbólicas. A violência homofóbica, mesmo perpassando por todos estes modos e formas de violência, possui uma grande raiz na violência simbólica, na qual a padronização é posta em destaque como uma forma de vivência afetiva e sexual digna de ser seguida e respeitada, especificando os sujeitos que fogem desta norma como “refêns” deste processo de violência.

Ainda sobre os tipos de violência, Rios (2007) destaca a presença da violência física e não física nos casos de violência homofóbica. Para o autor a primeira atinge diretamente a integridade corporal dos sujeitos vitimados chegando muitas vezes ao homicídio, e a não física que consiste no não reconhecimento e na injúria (RIOS, 2007).

Considerando os diversos tipos de violência sofrida pela população LGBT no Brasil, o relatório de violência homofóbica da SDH/PR do ano de 2013 reafirma essas informações ao sinalizar que entre todos os casos notificados através do Disque 100, 40,1% foram de caráter psicológicos, seguidas de discriminação, com 36,4%, e 14,4% de violência física. Também há significativo percentual de negligências 3,6%. Outros tipos de violação corresponderam a 5,5% (BRASIL, 2013). Já para Leal e Carvalho (2008) e o GGB (2015) a maioria dos casos de violência homofóbicas registradas no país associam-se aos assassinatos e suicídios de LGBT, destacando o Brasil como o país *Record* de assassinatos a essa população.

Desta feita, os casos de violência física contra a população LGBT podem até se fazerem mais presentes com números assustadores de assassinatos suicídios e agressões físicas, porém as violências psicológicas, verbais e morais são costumeiramente mais difíceis de serem

notificadas, tanto pela ausência de marcas visíveis que comprovem de forma clara sua presença, tanto pela sua tão corriqueira e frequente efetivação no dia a dia da comunidade LGBT, tornando esses tipos de violência responsáveis pelos principais casos de subnotificações.

Sobre as pessoas que se encontram em uma maior situação de vulnerabilidade em relação à população LGBT, a maioria das respostas apresentam as pessoas trans (travestis e transexuais), devido ao seu processo de visibilidade social, ao “assumir”, ou externar sua identidade de gênero para sociedade rompendo bruscamente as normas e padrões pré-estabelecidos socialmente. Desse modo em relação aos gays e lésbicas que não rompem esses padrões heteronormativos com sua identidade de gênero, mas através da sua orientação sexual, a maior situação de vulnerabilidade as ações de violência foram direcionadas aos homossexuais gays reconhecidos como “afeminados”, justamente pela sua ausência de “discrição” comportamental que esbarra com as normas da heterossexualidade. Já as pessoas bissexuais são reconhecidas como as que menos sofrem nesse processo por entender que a sua possibilidade de “estar” e “não estar” dentro da heteronormatividade é algo que auxilia no processo de defesa dessas situações de violência devido sua capacidade de migração de uma determinada fase para outra.

As travestis e depois as meninas transexuais. Porque elas são mais vistas, um homem gay ele consegue passar despercebido na sociedade porque ele não mudou seu gênero, ele não transformou seu corpo, uma mulher lésbica também sem nenhum problema, mas as meninas travestis e transexuais elas são mais visíveis, principalmente quando tem a identidade de gênero feminina. Os meninos conseguem por questões mais hormonais passar com nenhum problema na sociedade sem ser percebidos, mas as meninas travestis e transexuais são mais vítimas (A. S. Paula).

[...] vou dizer porque eu acho que é a transexual e travesti que é a mais vulnerável. Por que é quem tá dando a cara a tapa mesmo, é quem mostra, é quem se apresenta. A lésbica não, muitas meninas são lésbicas são de identidade de gênero feminina, vive muito bem. Já a transexual e a travesti não, ela mostra que já é gay, então ela sofre mais preconceito (A. S. Fernanda).

“Os homossexuais gays. Eles se expressam mais que os outros, eles se expressam mais. As travestis também, [...] as que estão no meio da prostituição, elas estão mais expostas” (A. S. Richardson).

Em relação às principais vítimas de violência homofóbica entre a população LGBT conforme uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2010, em parceria

com a fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) que contou com 2.014 entrevistas realizadas em 150 municípios brasileiros, 56% do total dos respondentes alegaram que as pessoas trans (travestis e transexuais) compõem o grupo que mais sofre discriminação, consequentemente por externar de forma direta a sua identidade de gênero e/ou orientação sexual divergentes da heteronormatividade.

Os gays que aparecem nos resultados das entrevistas como um dos sujeitos mais vulneráveis entre a população LGBT são especificamente aqueles sujeitos reconhecidos como “afeminados”, que possuem comportamentos e papéis sociais destoante da heterossexualidade compulsória. Desse modo é importante ressaltar que a violência homofóbica se perpetua principalmente naqueles sujeitos que expõe seus desejos e afetos de forma a romper ou ameaçar a heteronormatividade (SEDGWICK, 2007).

Ao questionar sobre as consequências que a violência homofóbica provoca na vida da população LGBT, os assistentes sociais relataram diversos danos, afirmando que a mais presente é a naturalização da violência¹ por esses sujeitos. Assim, devido às inúmeras situações de violência homofóbica vivenciadas cotidianamente por eles, os mesmos começam a acreditar que aquele ato ou ação é algo comum, natural e que não deve mais procurar respostas que ajudem a solucionar esse problema. Desse modo, a própria população LGBT vai criando maneiras, formas ou modos para se tornar tolerantes a tais situações.

Outro fator bastante importante ressaltado nas falas dos assistentes sociais é a capacidade de reprodução da violência perpetrada contra a população LGBT, para com ela mesma, e com a sociedade. Desta maneira a reprodução da violência se apresenta aqui como um escudo de defesa para situações posteriores ou como uma resposta à ausência de credibilidade desses sujeitos para com a proteção de seus direitos pelo Estado.

Em relação à reprodução da violência da população LGBT, esse fenômeno pode ocorrer consigo de forma interna (individual) ao buscar nega-lhe o direito de expressar livremente sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, buscando vivê-la no anonimato ou na clandestinidade por medo da rejeição ou não aceitação da sociedade (GUIMARÕES, 2009). Ou de forma externa, (social) quando ao não se aceitar na “condição” de LGBT, os mesmos agem de maneira agressiva, revoltosa ou violenta com outros LGBT ou sociedade em geral. Borriolo (2010) conceitua essa experiência de reprodução da violência do sujeito LGBT para consigo mesmo através do conceito de homofobia interiorizada, que aparece quando o ódio da sociedade contra essa população pode se configurar como um ódio a si mesmo, fazendo com que os

¹ Abordaremos esse fenômeno na próxima subcategoria: 2.2 *Subnotificação, Revitimização e Impunidade*.

próprios sujeitos LGBT ao não aceitarem sua “orientação” ou “condição”, passem a ser seu próprio agressor, podendo esta perseguição chegar a situações radicais, a exemplo das tentativas e efetivações de suicídios.

Essa violência gera outras violências maiores. A violência em si seja ela qual for, ela é um rolo compressor ela vai disseminando outras violências, uma violência vai gerando outra, que vai gerando outra que vai crescendo, crescendo sem fim. E acontece o que a gente tá vendo uma sociedade doente, sem limites, intolerante a tudo (A. S. Roberta).

Ela vai tentar se defender de alguma forma, quantos meninos gayschegam aqui ou travestis, que chegam no lugar já criam uma antipatia como uma forma de defesa mesmo [...], (A. S. Fernanda).

“Principalmente no psicológico, eles ficam abalados, eles se tornam violentos. Eles têm que se proteger de qualquer jeito mesmo, aí eles acabam se tornando violentos” (A. S. Sônia).

No que diz respeito à relação de reprodução da violência de pessoas LGBT contra a sociedade em geral, Menezes (2014) afirma que este fato se torna possível consideravelmente pelos constantes tipos e formas de violência cotidianamente vivenciadas por essa população, por conta do preconceito e da discriminação em detrimento de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Tal realidade demonstra claramente que a homofobia se apresenta como uma maneira de reprodução de desigualdades e exclusões sociais repassadas cotidianamente, através da violência direta e indireta, contexto este que se reflete de forma reprodutiva na vida desses sujeitos.

Duarte (2011) sinaliza que diante deste processo de combate ou enfrentamento do preconceito e da discriminação homofóbica, é preciso localizar os discursos da população em geral e dos profissionais que trabalham com este público, pois tais discursos muitas vezes reproduzem as relações de poder socialmente estabelecidas, reforçando estereótipos e caricaturas que auxiliam na perpetuação das ações preconceituosas e discriminatórias contra a população LGBT, podendo reforçar as questões de reprodução da violência de forma contínua.

Ainda em relação às principais consequências desse processo de violência perpetrada contra a população LGBT, apresentaram-se nas respostas a presença do isolamento social desses sujeitos, os assassinatos, a evasão escolar, os complexos de inferioridade, a desestruturação familiar, os problemas mentais, o medo, os suicídios, o desemprego e a

depressão como as situações mais frequentes nos casos atendidos pelos profissionais de Serviço Social.

Sobre as consequências da violência homofóbica para a população LGBT os dados destacados nas entrevistas corroboram com as análises dos autores que retratam esse assunto ao informar que esse tipo de violência é uma via de marginalização, discriminação e estigmatização dessa população, provocando consequências inúmeras para a vida dos sujeitos dessa comunidade, a começar pelo baixo índice de escolarização, a dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, subempregos, a ausência de aceitação pessoal, social e familiar em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Consequentemente, todas essas situações causam angústia, medo e insegurança produzindo transtornos mentais de diversos tipos e a busca por saídas mais radicais, como a utilização de substâncias psicoativas, a dependência química, a automutilação ou até mesmo o suicídio e o assassinato daqueles que vivenciam sua sexualidade de forma diferente das normas heterossexuais (NATARELLI, BRAGA; SILVA, 2015; DUARTE, 2011; MULLER e KNAUTH, 2008). Essas questões reforçam cada vez mais a necessidade de se trabalhar a violência homofóbica com ações de proteção e promoção aos direitos da população LGBT.

Considerando as possíveis motivações que causaram a efetivação das ações homofóbicas contra as vítimas atendidas pelo Serviço Social, o mero preconceito e a discriminação, denominados aqui de homofobia (na perspectiva do desconhecimento e da ignorância social), se apresentaram como principal motivação para a execução desse tipo de violência. Logo após se encontra a visibilidade desses sujeitos (ou seja, a motivação advém tanto do processo de visibilidade provocado pela vivência da orientação sexual e/ou identidade de gênero de LGBT, quanto da visibilidade provocada pela busca, efetivação e conquista de direitos humanos e sexuais desses sujeitos na sociedade), em seguida temos a educação (pautadas na heterossexualidade como modelo central de sexualidade e afetividade a ser seguido), o machismo, a impunidade de casos anteriores de violência homofóbica praticados contra LGBT, além da homofobia interiorizada e a nossa cultura movida pela heterossexualidade compulsória.

É uma violência motivada pela não aceitação da identidade de gênero e da orientação sexual divergente da heterossexualidade de qualquer ser humano, é aquela violência em que se dá igual a minha. Eu apanhei e o homem dizia: - Apanhou porque é veado e veado tem que apanhar (A. S. Paula).

“É a criação [...], o ambiente que a gente vive contribui muito para esse tipo de violência, é um pai preconceituoso é uma mãe preconceituosa” (A. S. Richardson).

Eu acho que o que motiva é o incômodo que as pessoas têm em relação à expressão do outro, como o outro se expressa na vida e no mundo. No caso do gay, as pessoas se incomodam com os trejeitos corporais, com essas coisas do comportamento. Isso incomoda. Porque assim, quando um gay não é afeminado ele não tem trejeitos e tal, é como se ele se passa despercebido ou então como se ele não incomodasse tanto as pessoas (A.S. Poliana).

Conforme Prado e Machado (2008) com o passar dos tempos, a violência homofóbica ultrapassou todas as esferas da subjetividade humana, alcançando uma dimensão mais social e politizadora, tornando-se um tipo de violência que se revela numa atitude de hostilidade contra a população LGBT. Portanto a única condição para se tornar vulnerável a esse tipo de violência é a demonstração de estereótipos sexuais e de gênero divergentes dos padrões heteronormativos. Essa afirmação reforça todas as características reportadas nas falas dos profissionais entrevistados sobre as possíveis motivações da violência homofóbica contra a população LGBT atendidas pelo Serviço Social.

Além dessas especificidades que acompanham o fenômeno da violência homofóbica contra a população LGBT, analisamos algumas particularidades da mesma que sustenta e alimenta sua perpetração na sociedade contemporânea, a saber: a subnotificação, a revitimização e a impunidade. Tais ações pela sua relação direta e codependente devem ser analisadas de forma interligadas e associadas, tendo em vista a suas complexidades e dependências em si. Destarte analisaremos essas ações nas próximas subcategoria denominadas: 6.2.2 *Subnotificação e Revitimização* e 6.2.3 *Impunidade* que trazem relatos dos/as entrevistados em relação a essas ações perante as suas experiências de atendimento à população LGBT vítimas da violência homofóbica.

6.2.2. Subnotificação e Revitimização

Essa subcategoria busca trabalhar as ações de subnotificação e revitimização nos casos de violência homofóbica costumeiramente perpetradas contra a população LGBT atendidas pelo Serviço Social no estado de Sergipe, apresentando relatos das experiências profissionais dos entrevistados.

Em relação a subnotificação dos casos de violência homofóbica em Sergipe Leony (2006) e Menezes (2014) destacam que esse é um fator presente na vida da população LGBT.

Ao perguntar aos profissionais de Serviço Social sobre essa realidade na vida dos seus usuários todos reafirmaram a concepção dos autores alegando que esse fenômeno acontece bastante, destacando fatores primordiais que alimentam esse contexto se efetivando através das seguintes questões: 1) revitimização desses sujeitos pelos servidores que representam as instituições de proteção e defesa dos direitos da população LGBT nas diversas políticas públicas¹ 2) o processo de naturalização da violência pela própria população LGBT; 3) a dependência afetiva e econômica das vítimas para com os sujeitos autores das situações de violência; 4) a ausência de proteção do estado para com essas vítimas; 5) o medo da exposição de sua sexualidade, e a 6) ineficácia nos registros dos órgãos da SSP/SE.

Destacamos a seguir as falas dos entrevistados sobre as referidas questões:

1) Revitimização por profissionais (5)²:

“Muitos não vêm com medo de sofrer novamente, ser revitimizado novamente por parte da instituição, por parte dos servidores não preparados” (A.S. Catiane).

2) Naturalização da violência (3):

“Eles naturalizam a violência, eles não veem a homofobia como algo prioritário para eles é normal, é comum” (A. S. Richardson).

“Não notificam, a homofobia é o motivo, eles acham que essa violência é merecida, ele merece e é violentado por isso” (A.S. Milla).

[...] muitos LGBT apanham, sofrem, são apontados e deixam NATURALIZAR o preconceito, a sociedade diz tanto isso, que o próprio homossexual acaba achando que isso tá certo, que ele é errado, que ele deixa de ser vítima e é errado no processo, e a gente tem que informar e fazer com que isso não aconteça mais (A.S. Paula).

A gente recebeu aqui uma travesti que ela passava na rua, recebia tanto xingamento na rua que ela criou uma estratégia, anda com o celular com o fone de ouvido, sai de casa, ela mesmo relata, sai de casa põe o fone de ouvido, mas tarde ela vai ter um problema de audição. Pra não ser violentada. São duas, são duas colegas, elas travestis e se você vê ela na rua você só vê ela de fone no ouvido, ela fala: - eu tô cansada (A.S. Fernanda).

¹ Este item será melhor trabalhado na próxima questão que trata da revitimização.

² Os números entre parênteses ao lado representam a quantidade de vezes que determinado termo ou palavra foram explicitados durante as respostas dos profissionais de Serviço Social e não a partir do número de profissionais entrevistados.

3) Dependência afetiva ou econômica dos sujeitos autores das situações de violência (2):

Muitos não notificam porque quando eles sofreram violência era por pessoas próximas [...] Eram do ramo familiar, sabe? Era tio, eram parentes que eles sofreram esse tipo de violência e eles não querem desgastar o âmbito familiar. Outros eram de ambiente de trabalho. As muitas vezes é porque é âmbito familiar, é porque é no meio do trabalho e porque a pessoa tem medo mesmo da pessoa. Ela diz: - se eu notificar, fazer isso, chamar, ela vai fazer pior (A.S. Elis).

4) Medo de exposição da sexualidade (2):

“[...] tem a questão também da vergonha, de ele chegar em um espaço e dizer que foi agredido pelo fato de ser gay. Somente aqueles que não (se) declaram gay passa muito por isso” (A.S. Sônia).

Eu acho que muita gente sofre violência homofóbica e não denuncia. Eu acho que existe muito, porque denunciar é revelar a sua orientação, entendeu? Então isso é uma exposição... e as pessoas ainda têm muito medo porque nós vivemos em uma cidade muito pequena, então denunciar também é além de se expor em um boletim de ocorrência, em uma situação dessas é, também, você se expor ao julgamento do outro (A.S. Poliana).

5) (des)créditos nos órgãos estatais (1):

“Também pela questão do descrédito, certo? Não posso deixar de citar o descrédito de dizer assim: - pra quê? se não vai acontecer nada? Se eu for denunciar vou ser novamente violentado, porque fui denunciar” (A.S. Sônia).

“Por isso que muitos LGBT continuam não notificar, porque sabem que não vai dar em nada, ou que seu caso vai ser esquecido, ou que também vão sofrer homofobia institucional” (A.S. Paula).

6) Ineficiência dos registros – invisibilidade (1):

A subnotificação hoje acontece principalmente porque o nosso estado (in)visibiliza nós LGBT e aí automaticamente no momento de fazer o boletim de ocorrência, você é homem ou você é mulher? E aí se um homem é gay vai ser notificado como se fosse um homem heterossexual que sofreu violência (A.S. Paula).

Em relação ao processo de naturalização da violência (item 2) esse fato se torna preocupante para a população LGBT, por invisibilizar a presença da homofobia na vida desses sujeitos como uma das expressões da questão social que necessita de enfrentamento

cotidianamente, sendo esses um dos principais fatores que sustenta e alimenta a subnotificação e revitimização e impunidade desses casos perante a sociedade (LEONY, 2006). Junqueira (2009) destaca que a violência homofóbica está diretamente ligada a mecanismos de valores, exclusão, relações de poder, sistemas de crenças e representações que visam naturalizar uma forma única e legítima de sexualidade centrada na heterossexualidade em detrimento da desnaturalização das homossexualidades, bissexualidades e transexualidades. Desse modo, a naturalização da violência sofrida pela população LGBT reforça sua condição de vítimas desse constante processo de violações de seus direitos humanos e sexuais.

É *mister* ressaltar que um dos grandes personagens responsáveis pela naturalização da violência homofóbica pela população LGBT é o fenômeno da revitimização desses sujeitos, em sua grande maioria efetivada durante o processo de atendimento profissional para com essa comunidade. Almeida (2008) critica algumas posturas de profissionais do Serviço Social que frequentemente assumem uma atitude de indiferença à violação de direitos e à naturalização da violência contra LGBT ao defender posicionamentos contra a legalização dos direitos a esta população e/ou agirem de modo a culpabilizá-los pela violência sofrida por conta das suas vivências afetivas e sexuais fora dos padrões heteronormativos.

Já a dependência afetiva ou econômica das vítimas para com os sujeitos autores das situações de violência (Item 3), apresenta-se como outro fator que sustenta a subnotificação desses casos, invisibilizando esse tipo de violência na sociedade. Tal contexto é um fator bastante presente devido ao grande índice de violações de direitos humanos e sexuais e/ou negligências cometidas no seio familiar, sendo a família uma das principais instituições que provoca, motiva e perpetua ações de violência homofóbicas contra esses sujeitos ao buscar ensinar e educar sexualmente seus membros antes mesmo dos seus primeiros dias de vida através de seus órgãos genitais de nascimento (OLIVEIRA, 2013), contexto esse que se perpetua durante todo processo educacional e de formação dos sujeitos. Desse modo quando os sujeitos autores das situações de violência são familiares ou responsáveis que possuem algum vínculo de dependência emocional ou econômica com as vítimas torna-se mais difícil a notificação desse tipo de violência por essa vítima, consequentemente a subnotificando e se auto revitimizando ao mesmo tempo.

Em relação ao medo da exposição da sexualidade (item 4), essa situação sustenta o processo de subnotificação da violência homofóbica conforme Leony (2006) pelo simples fato que denunciar situações de violência decorrentes da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero se demonstra como uma forma de “assumir” e/ou “revelar” sua homossexualidade, bissexualidade ou identidade trans, tornando-o determinado, sujeito alvo de novas e futuras

situações de violências. Desse modo, não notificar é uma forma de garantir a clandestinidade e/ou anonimato da vivência de sua sexualidade.

Sobre o descrédito na atuação dos órgãos público no trabalho com as demandas notificadas (item 5), provocando o que analisaremos posteriormente como a impunidade desses casos (ausência de resolubilidades plausíveis, ou arquivamento dos mesmos), como a ineficiência no processo de registro dos mesmos invisibilizando-os estatisticamente (item 6), esses itens serão melhor discutidos na próxima subcategoria 6.2.3 *Impunidade*.

É importante ressaltar que todas essas questões levantadas pelos entrevistados sobre o fenômeno da subnotificação dos casos de violência homofóbica no estado de Sergipe são reafirmados por Leony (2006) e Andrade (1980) ao sinalizar três razões que sustentam a subnotificação desses casos, a saber: 1) as razões ligadas às variáveis situacionais (proximidade entre a vítima e o delinquente, inexpressivamente do dano); 2) a prevenção da privacidade ou temor da exposição; 3) e a ineficácia das autoridades policiais (a crença que denunciar é inútil, incômodo e oneroso) se apresentam como as principais causas da subnotificação da violência homofóbica pela população LGBT.

A subnotificação dos casos de violência homofóbica está estritamente ligada ao forte processo de revitimização desses sujeitos tanto de forma interna como externa. Em relação a esse último fenômeno, questionamos aos respondentes se eles já presenciaram ou tiveram conhecimento de alguma ação de revitimização da população LGBT no processo de notificação, atendimento, encaminhamentos ou resolubilidade dos casos de violência homofóbicas. Dentre os respondentes 07 (sete) alegaram ter vivenciado e/ou presenciado situações como esta advindas de outros assistentes sociais, outros 03 (três) sinalizaram não vivenciar essas experiências. Desse modo, destacamos abaixo alguns relatos dos respondentes que exemplificam episódios de revitimização:

“Eu já vivi algumas situações, uma aluna minha trans de Serviço Social, ela sofria demais preconceitos da instituição, dos colegas, de alguns professores. [...] no curso de Serviço Social tinha muito preconceito, muita violência” (A.S. Roberta).

Quando eu comecei a trabalhar no combate à homofobia com a população LGBT, eu recebi três pessoas: um policial civil representando a secretaria, que foi lá e me disse que o meu trabalho não era certo, não era para estar dentro da secretaria, porque isso é pecado.

Outro foi um representante de uma igreja, ele passou e foi lá conversar com a gente e disse que aquilo era pecado. E a terceira ainda foi pior, foi uma colega assistente social inserida dentro da assistência social que foi me levar uma oração e disse:

- *Fernanda essa oração é quando você for atender essas pessoas, leia essa oração, porque essas pessoas tem a carga negativa (A.S. Fernanda).*

Infelizmente não é a maioria dos profissionais de Serviço Social e Psicologia, mas ainda existe e dentre os funcionários, os servidores também de nível médio. A gente percebe que tem um burburinho que tem um descaso, um desprezo ou uma forma de expor constrangimento ou de se fazer, de virar motivo de piada ridicularizar, existe sim, existe muito. No serviço social eu já presenciei usando termos pejorativos ao longo da minha vida profissional, né? Já vi assistentes sociais utilizarem termos pejorativos para si reportar, contando o caso, né? A situação de atendimento não falando o nome da própria pessoa, mas utilizando esses termos ao invés de utilizar o nome, mas outros termos que sejam apropriado (A.S. Katiele).

É importante destacar que alguns profissionais entrevistados também são LGBT, e nessa “condição” sinalizam suas experiências de violência homofóbica vividas dentro de sua própria categoria profissional. A exemplo disso, o relato de uma assistente social transexual traz elementos para analisarmos que esse tipo de violência também atinge aos assistentes sociais enquanto profissionais, usuários ou estudantes em seu processo de formação acadêmico e profissional.

Eu própria no estágio de Serviço Social. Eu fui buscar estágio e a assistente social disse que nunca me teria como estagiária porque eu queria ser mulher apulso e como é que ela iria aceitar um homem que quer ser mulher apulso como estagiária de Serviço Social? Como é que os pacientes, os usuários iriam ver isso? Eu não estagiei, eu não fiz estágio em Serviço Social eu fiz estágio de extensão, não tive estágio profissional, porque os espaços sócio-ocupacionais que busquei para fazer estágio não me aceitavam como estagiária, porque era um absurdo uma pessoa trans querer ser assistente social. Porque era um absurdo! Essa foi a fala da assistente social: - é um absurdo um homem querer ser mulher apulso, não vou querer ter isso aqui. Isso foi em 2008 (A.S. Paula).

As referidas condutas dos profissionais de Serviço Social em relação à população LGBT, destacadas acima, além de violar os Direitos Humanos e Sexuais desses sujeitos também ferem diretamente os princípios éticos da profissão, destacados em seu Código de Ética Profissional de 1993 que visa o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ele inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993) em que, no âmbito profissional, defende-se diretamente o respeito por todas as especificidades de cada usuário, em relação às várias formas de preconceito e discriminação. Desse modo o papel do assistente social deve se objetivar no “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças” (CFESS, 1993),

em um olhar profissional voltado na luta pelo “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993). Realidade essa não presente nas experiências e relatos dos profissionais entrevistados, sinalizando o descaso e desrespeito com a comunidade LGBT.

É *mister* salientar ainda que o processo de revitimização da população LGBT advindas dos profissionais de Serviço Social desrespeita outras normatizações da profissão a exemplo da Resolução do conjunto CFESS/CRESS de nº 489/2006 que estabelece normas, vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual para com sujeitos LGBT no exercício profissional dos assistentes sociais, além de nega-lhes os princípios e fundamentos éticos do Projeto Ético-Político da profissão.

O fenômeno da revitimização pode ser considerado a matriz que sustenta os demais outros casos de violência homofóbica, (subnotificação e impunidade). Em relação a subnotificação, a revitimização se faz presente de forma interna quando as vítimas negligenciam ou não reconhecem seus direitos de proteção dessas situações, permitindo permanecer na constante situação de vulnerabilidade.

No que tange a impunidade a revitimização faz-se presente nesses casos de forma externa quando o atendimento dos mesmos e ou suas possíveis resolubilidades tendem a culpabilizar suas vítimas ao invés dos autores das situações de violência homofóbica, tal contexto será trabalhado na próxima a seguir intitulada: *6.2.3 Impunidade*.

6.2.3 Impunidade

Essa subcategoria objetiva trabalhar o fenômeno da impunidade dos casos de violência homofóbica contra a população LGBT atendidas pelos entrevistados. Tal realidade encontra-se estritamente ligada e dependente ao processo de revitimização e subnotificação dessas demandas nos órgãos de proteção e promoção aos direitos humanos e sexuais da população LGBT. Desta feita, perguntarmos aos assistentes sociais se os casos de violência homofóbica notificados e acompanhados pelo poder público foram adequadamente acompanhados, todos admitiram que esse contexto ainda é ineficaz, inseguro, e revitimizador, deixando a desejar em diversos aspectos que provocam várias ações negativas contra essa população.

Em relação à impunidade desses casos, 02 (dois) respondentes alegaram não ter conhecimento sobre o assunto e 08 (oito) destacaram que esse fenômeno é muito comum para

esse tipo de violência, sinalizando alguns fatores que se apresentam como os principais motivos para justificar essa situação. A saber: 1) a ineficiência do Estado em trabalhar com essas demandas, principalmente nos órgãos de segurança pública e de justiça; 2) a ausência de profissionais capacitados para atender a essas questões; 3) a necessidade da efetivação de um trabalho em rede bem articulado que auxilie em uma comunicação direta com as diversas políticas públicas, e, por fim, 4) a revitimização no sentido da culpabilização da população LGBT em relação às violências sofridas por essa comunidade decorrentes dos servidores dos órgãos estatais.

É importante ressaltar que o fenômeno da impunidade só é possível existir a partir da revitimização, uma vez que o primeiro é resultado ou fruto do segundo. “Não punir¹”, ou punir erroneamente (de modo a “castigar” e/ou “responsabilizar” as vítimas por suas vivências e identidades ao invés dos sujeitos autores das situações de violência), independentemente de quaisquer desculpas utilizadas para justificar esse ato ou ação, é uma forma direta e objetiva de se efetivar a impunidade desses casos, muitas vezes marcado pelo preconceito e pela discriminação para com a população LGBT vitimizada.

O primeiro fator que justificaria a presença do fenômeno da impunidade nos casos de violência homofóbica atendidos pelos profissionais de Serviço Social é justamente a ineficiência do estado de forma sistemática em todo processo de atendimento, encaminhamento e possíveis resolubilidades desses casos.

1) Ineficiência do estado (4)²:

A impunidade acontece pelo sistema. O sistema ainda é errôneo e falho e aí por causa dessa falha do sistema e dessa falta todinha de políticas efetivas e também dessa falta dessa integração desse feedback do estado em dizer: eu preciso que LGBT seja respeitado é que a gente continua com essa impunidade (A.S. Paula).

[...] a concepção que eu tenho é que não tem sido tão relevante para o judiciário nem como também no executivo nas políticas públicas, não tem sido pra sociedade tão relevante as demandas desse segmento social do LGBT. Exatamente pela percepção de serem também uma categoria de ser humano que tenha um comportamento reprovado pelo padrão moral da sociedade (A.S. Katiele).

¹ Não tratamos o termo “punir” e “castigar” com o objetivo de defender literalmente uma cultura punitiva e de pena, baseadas no sofrimento e no cárcere para com os sujeitos autores das situações de violência contra a população LGBT, mas utilizamos esses termos para trazer à tona a ausência da responsabilização desses sujeitos sobre suas ações violentas contra suas vítimas, causando um sentimento de descaso e naturalização da própria violência.

² Os números destacados em parênteses referem-se à quantidade de vezes que o termo, palavra ou tema apareceram nas respostas dos entrevistados.

Em relação à ineficiência do Estado no trato com a violência homofóbica Silva Junior (2012) afirma que essa situação é bastante comum, tanto pela despreparação dos profissionais para trabalhar com essas questões, incumbindo seus preconceitos e discriminações em suas atuações, quanto pela forma com que o Estado vem tratando essas demandas, sem a devida atenção e cuidados. Junqueira (2009) reafirma esse debate ao sinalizar algumas estratégias que sustentam a homofobia institucional por vezes adotada pelo Estado no trato com essas questões. A exemplo da negação literal, que desconsidera a violência homofóbica como um problema que demanda a efetivação de políticas públicas para seu combate ou enfrentamento, e a implícita ou interpretativa que visa mesmo com provas claras e objetivas considerar que o ato ou ação homofóbica não teve como motivação a orientação sexual e/ou identidade de gênero dos sujeitos fora da heteronormatividade, não caracterizando o ato como uma violência homofóbica.

Além desse, há a hierarquização que visa adiar o enfrentamento da violência homofóbica, afirmando haver problemas mais urgentes a serem trabalhados, como o diversionismo, que visa considerar esse fenômeno como pouco relevante e de extrema complexidade. Há também o apelo ao senso de oportunidade que afirma ser ainda cedo para trabalhar com a questão da homofobia, componente cultural que não convém forçar uma mudança abrupta e extemporânea, e a antecipação fatalista que ressalta dimensões negativas adoções e reconhecimento da diversidade e de crítica da homofobia (JUNQUEIRA, 2009).

Outro fator primordial que sustenta o processo de impunidade dos casos de violência homofóbica para os assistentes sociais é a ausência de profissionais capacitados para tratar com essas demandas, sinalizando a importância de cursos de capacitações que sensibilizem esses profissionais a fim de que realizem um atendimento mais humanizado.

2) Profissionais capacitados (3):

“Precisa melhorar o atendimento, porque tem que ter curso de capacitação, sempre ter esses cursos de capacitação, pras pessoas estarem se renovando, se capacitando para atender o público de uma forma humanizada (A.S Catiane)”.

O despreparo dos profissionais no atendimento as demandas LGBT é algo presente não apenas nos órgãos de notificação e acompanhamento dos casos de violência homofóbica, a exemplo da justiça e segurança pública, mas em todas as políticas públicas, como demonstra os resultados da pesquisa de Santos e Moreira (2015). Essa entrevistou LGBT filiados e cadastrados em grupos de defesa aos direitos dessa população atendidos nos órgãos de saúde

em Itabuna-BA, detectando que todos os LGBT entrevistados apontaram o despreparo dos profissionais de saúde em atender suas necessidades costumeiramente revitimizando esses sujeitos.

Sobre a ausência de capacitação profissional como uma demanda que sustenta a rerevitimização e consequentemente a impunidade dos casos de violência homofóbica alegada pelos entrevistados, é intrigante perceber que essa afirmação se coloca em contradição ao que Garcia (2014) afirma sobre a preparação acadêmica e profissional do assistente social. O autor assegura que esse profissional é possuidor de uma formação que lhe permite compreender profundamente o ser social a partir das diversas modificações ocorridas na estrutura da sociedade, sendo um profissional crítico que não estabelece certo conformismo em relação à ordem social estabelecida pelas classes ou posturas dominantes, possuindo ainda a capacidade de criar formas de intervenções compatíveis com as demandas da contemporaneidade.

Todo esse contexto é questionável ao analisarmos que inúmeras vezes a prática profissional não condiz com o que a teorização da mesma afirma, nos levando a questionar de que maneira essa formação acadêmica e profissional tem contemplado as inúmeras especificidades das demandas apresentadas pelos diversos públicos que o Serviço Social é convidado a atender cotidianamente (abordaremos melhor essa situação na categoria 4. *Serviço Social e Atendimento*).

Outro ponto destacado pelos entrevistados que sustenta a presença da impunidade nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT é justamente a ausência ou precárias condições das articulações da rede de proteção e promoção aos Direitos Humanos e Sexuais.

3) Trabalho em rede 3:

“Falta melhorar a questão social, o social, ele é meio esquecido, a gente precisa ter uma rede de atendimento, porque tem situações que a gente atende e fica sem saber para onde encaminhar... é o nosso maior problema” (A.S. Sônia).

“O serviço em rede tá falho. Acredito que se tivesse o serviço em rede competente e se ele fosse atuante eu garanto a você que isso se resolveria” (A.S. Elis).

O problema da rede se demonstra bastante preocupante quando nos referimos às questões de impunidades de casos de violência homofóbica contra a população LGBT. Muitos profissionais, quando questionados sobre as possíveis “resolubilidades” desses casos atendidos por eles, alegaram que receberam as denúncias (com ou sem notificações oficiais),

encaminharam-nas para outros órgãos e políticas públicas competentes e automaticamente perderam o contato e, portanto, não puderam nos informar quais conclusões ou “sentenças” foram deferidas sobre o assunto. Desse modo, a fragilidade ou inexistência da rede de proteção social reforça a desproteção e desresponsabilização do Estado para com essas demandas, sustentado cada vez mais as situações de subnotificação desses casos.

E *mister* sinalizar que todas as ações do poder público sejam elas de âmbito municipal, estadual e/ou federal que objetivam o combate à violência homofóbica se centra na criação, formação e/ou articulação de redes de proteção aos direitos humanos e sexuais, prevendo ações capazes de atender às diversas especificidades da população LGBT, a exemplo do Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3), do programa Brasil Sem Homofobia de 2004 entre outros. Ou seja, a ausência desses serviços em rede, sustenta a realização de ações isoladas, desarticuladas e pontuais que fragmenta, enfraquece e despotencializa os órgãos estatais no trabalho com a viabilização dos direitos humanos e sexuais para com a população LGBT.

Desta feita, para se trabalhar o enfrentamento a violência homofóbica é preciso, além da criação de amparos legais que visem a proteção da população LGBT, um acompanhamento pedagógico, que auxilie no processo de desconstrução do preconceito e da discriminação que potencializa a heterossexualidade compulsória como único modelo correto de sexualidade a ser seguido, desnaturalizando a diversidade sexual e de gênero. Porém, isso só será possível através de um trabalho em rede (MASIERO, 2013).

O último fator sinalizado pelos entrevistados que sustenta a impunidade dos casos de violência homofóbica contra a população LGBT é o fenômeno da rerevitimização¹, que provoca a culpabilização das vítimas ao invés dos sujeitos autores das situações de violência.

4) Revitimização – culpabilização da vítima (1):

“Eu acho que ainda falta muito, tem um acompanhamento, mas ainda falta muito. O que eu vivencio assim é sempre nessa caminhada de culpabilizar o² travesti, o sujeito que tá ali, entendeu? [...]”. (A.S. Poliana).

¹ É importante ressaltar que o aspecto da revitimização apontado nesse contexto se direciona a revitimização que provoca o fenômeno da impunidade costumeiramente efetivado nas “sentenças” e decisões finais dos casos de violência homofóbica e não no momento inicial do atendimento a esses casos.

² Os artigos e os pronomes, no masculino para se referir às travestis, são encontrados inúmeras vezes no conteúdo das entrevistas, utilizados pelos respondentes. Essa situação demonstra a dificuldade que os assistentes sociais possuem em legitimar a identidade de gênero desses sujeitos, tratamento esse que provoca a revitimização direta dessa comunidade em seus atendimentos.

Esse fenômeno da culpabilização das vítimas de violência homofóbica, injustamente, já era destacado por Silva (2005) ao informar que a impunidade nesses casos torna-se comum quando o comportamento e as práticas sexuais das vítimas se tornam motivos de justificativas para tamanhos atos de crueldade, fatos esse que amedrontam LGBT impedindo-os de testemunharem e denunciarem situações de violência.

Carrara e Viana (2001) destacam a questão da impunidade nas sentenças judiciais das ocorrências de assassinatos notificados como homofóbicos. Ao fazer um levantamento de 105 registros resultantes em 80 processos no poder judiciário, deste total 57 sentenciados. Todas as sentenças conforme os autores destacaram a presença da homofobia de promotores, juízes e advogados em relação à população LGBT, tendo como justificativa para inocentar os sujeitos autores das situações de violência, em relação aos seus crimes, a afirmação que considera o comportamento das suas vítimas como “de risco”, motivo este que provocou sua morte, por serem considerados reféns de uma “patologia”, levando a comunidade LGBT a mais um intenso processo de revitimização e impunidade.

No estado de Sergipe essa situação não é diferente, a impunidade nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT ao analisar os assassinatos dessa comunidade entre os anos de 1980 e 2010 no estado, Oliveira (2013) constatou que na sua grande maioria a polícia civil e militar sergipana conseguiram identificar a autoria desses crimes. Durante esse período “a justiça instaurou 63 processos [deste] quantitativo que representa 64% dos casos dessa natureza elucidados contra 36% que se mantêm insolúveis e serão esquecidos nas delegacias ou adormeceram nas caixas do Arquivo do Judiciário de Sergipe” (OLIVEIRA, 2013, p. 136).

Leal e Carvalho (2008) alegam que além desses fatores, outra situação que gera a impunidade nos casos de violência homofóbica é o desprezo que os mesmos sofrem das autoridades policiais e jurídicas, as quais impedem até que os mesmos cheguem a ser julgados e sentenciados, ficando quase sempre restritos aos círculos familiares das vítimas. Esta situação está presente nas falas dos respondentes ao destacarem a ineficiência do estado no trato com essas questões e a ausência de profissionais capacitados para trabalhar essas especificidades de forma a viabilizar direitos humanos e sexuais para toda comunidade LGBT.

Conhecer o fenômeno da violência homofóbica é um passo primordial para que seja possível a realização de um atendimento capaz de viabilizar direitos humanos e sexuais para com a população LGBT. Desta feita, os assistentes sociais destacaram em suas respostas afirmações que comungaram diretamente com a visão de diversos autores analisados nesse estudo, demonstrando que o fenômeno da violência homofóbica é uma das expressões da

questão social que compete a todos combatê-la, sendo esse tipo de violência uma violação direta dos direitos humanos e sexuais para com a população LGBT.

Após analisarmos essa realidade, faz-se necessário conhecer as percepções desses profissionais sobre os Direitos Humanos e Sexuais e sua presença ou ausência na vida da população LGBT, analisando a partir das experiências de violência homofóbicas atendidas por esses profissionais de que forma esse tipo de violência ameaça ou viola esses direitos, visando compreender como isso acontece e quais são as principais estratégias de enfrentamento que devem ser traçadas para combater esse fenômeno na sociedade. Desta forma trabalharemos essas questões na próxima categoria denominada: Direitos Humanos e Sexuais: Avanços e Retrocessos.

6.3 Direitos Humanos e Direitos Sexuais: Avanços e Retrocessos.

Esta categoria traz as principais percepções dos assistentes sociais sobre os direitos humanos e sexuais e sua (in)existência na vida da população LGBT através da presença do fenômeno da violência homofóbica, que ameaça e viola tais direitos. A referida categoria abrange duas subcategorias: *6.3.1 Conceitos e Dilemas* e *6.3.2 Proteção e Promoção*. A primeira subcategoria traz os principais conceitos dos entrevistados sobre os Direitos Humanos e Sexuais e sua relação entre si. A segunda subcategoria trabalha as concepções de proteção e promoção desses direitos na vida da população LGBT e no processo de enfrentamento a violência homofóbica na sociedade.

6.3.1. Conceitos e dilemas.

Ao questionar as concepções dos entrevistados em relação ao conceito de direitos humanos, todos os 10 (dez) respondentes destacaram que os mesmos são direitos coletivos que possui como uma de suas principais demandas o respeito às diferenças dos seres humanos sejam elas relacionadas ao sexo, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero dentre outras, destacando em suas respostas os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade que sustentam a criação desses direitos conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Dentre as 10 (dez) respostas alguns profissionais sinalizaram questões pertinentes sobre os direitos humanos, dentre essas 02 (dois) entrevistados afirmaram a importância da existência desses direitos enfatizando a ausência de sua efetivação na sociedade contemporânea, não

perpassando de seu caráter teórico para o prático, 01(um) apontou a questão da banalização desses direitos, quando os mesmos são utilizados para tentar justificar a marginalidade e a falsa ideia de “favorecimento” aos sujeitos em conflito com a lei, e por fim 01 (uma) resposta destacou os direitos humanos como desnecessários ao entender que seus princípios não demandariam um amparo legal para que fossem efetivados, devendo ser naturalmente pela simples condição de todos serem seres humanos. Destacamos abaixo essas três percepções distintas que retratam 1) a ineficiência dos direitos humanos, 2) a sua banalização 3) e sua desnecessariedade.

“[...] os direitos humanos não são nada mais e nada menos que os direitos coletivos de todos os seres humanos sejam eles heteros, homossexuais, bi, negros, brancos, de religião africana, de religião católica, são direitos iguais a todos” (A.S. Paula).

“São direitos garantidos, mas que não são cumpridos, nós temos leis, nós temos a constituição nacional, a constituição estadual, nós temos planos políticos, mas não é respeitado” (A.S. Fernanda).

Diante de uma cena em que um cara matou a tiros um policial, eu vi várias pessoas criticarem os direitos humanos por julgar que iria facilitar a pena do agressor questionando: é esses direitos humanos que você quer? Cadê esses direitos humanos? [...] para que existem direitos humanos? Tem que excluir isso. (A.S. Richardson)

“Nós somos todos humanos e todos devem ser respeitados sem precisar de uma lei. [...] mas precisa né? De ter alguém, precisa de uma lei, de um protocolo, precisa de um papelzinho pra dizer que eu amo você e você me ama como eu sou” (A.S. Milla).

Sobre a reconhecida ineficiência da efetividade dos Direitos Humanos no estado brasileiro, essa questão corrobora com os pensamentos de Chauí (2007) quando alega que a ineficiência desses direitos está diretamente ligada ao estado brasileiro pelo seu forte autoritarismo, negligência e corrosão da democracia, fazendo com que ele próprio seja o maior perpetuador da violência tornando-se incapaz de reconhecer os Direitos Humanos até em seu aspecto de igualdade jurídica. Bobbio (1997) retrata desse assunto ao assinalar que os Direitos Humanos se apresentam na atualidade como uma grande invenção da nossa civilização, com características mais teóricas que práticas, mesmo possuindo um caráter universal, esses direitos são sistematicamente violados na grande maioria dos países do mundo, independentemente de sua cultura ou situação econômica. Sátiro e Marques (2014) sinalizam que essa realidade só será minimizada quando esses direitos forem reconhecidos com a verdadeira política

emancipatória e progressista. Bobbio (2004) alega que os direitos humanos só serão efetivados com o resultado das lutas e de consensos estabelecidos socialmente. E Pinto (2004) afirma que é necessário reconhecer os Direitos Humanos como um projeto de sociedade.

Já no que diz respeito à banalização dos Direitos Humanos destacada em uma das respostas dos assistentes sociais entrevistados, esse fator é bastante comum na sociedade contemporânea, onde vivemos uma fase de ilegitimidade desses direitos por meio de discursos racistas, xenofóbicos, sexistas, homofóbicos dentre outros costumeiramente alimentados com bastante ênfase na sociedade. Taques (2016) destaca um dos motivos que sustenta os diversos discursos que tendem a banalizar os Direitos Humanos. Para a autora esses discursos ignoram a verdadeira raiz de determinado problema social, justificando ações e práticas pessoais e comunitárias sem analisar todo contexto histórico e social no qual determinados sujeitos encontram-se inseridos. Desse modo, os Direitos Humanos se apresentam como um “refúgio” ou “fuga” de tal problema ou situação, desconsiderando todo processo de vulnerabilidade social e violência vivenciados cotidianamente pela sociedade.

Observou-se que uma respondente considera desnecessária a criação de amparos legais que trate dos princípios de igualdade, liberdade e fraternidade entre os seres humanos, porque tais princípios na verdade devem ser natos e, portanto, não demandam a existência de leis que os assegurem. Essa percepção apresenta-se interessante, porém ao mesmo tempo descontextualizada. Interessante por reconhecer que os objetivos e princípios que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 deveriam ser naturais e presentes na vida dos seres humanos, sem a necessidade da elaboração de normas, leis ou regras. Porém, descontextualizada por não levar em conta todo contexto histórico que inspirou a construção desses direitos, dentre eles os vários impactos das atrocidades e horrores cometidos durante a segunda guerra mundial e o nazismo, contexto em que o estado, aqui, apresenta-se com o um dos grandes violadores desses princípios com o extermínio de milhões de pessoas nos chamados campos de concentração a exemplo da era Hitler (COMPARATO, 2010; PIOVERSAN, 2006; PEREIRA e COSTA, 2014, BONAVIDES 2007).

Conforme Comparato (2010), a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa a culminância de um processo ético iniciado através de vários documentos que trazem à nossa compreensão a dignidade suprema da pessoa humana e de seus direitos perante a história. Essa construção para o autor é fruto da dor física e do sofrimento moral, dos inúmeros surtos de violência, do receio por novos tempos de tortura, das mutilações em massa, dos massacres coletivos e de explorações aviltantes. A declaração surgiu com o nascimento de uma nova consciência humana, exigindo a criação de regras que possibilitem uma vida mais digna

a todos. Pequeno (2008) afirma que a compreensão de dignidade humana da declaração vai além do seu aspecto divino (a essência do homem reside no fato de ter sido criado a imagem e semelhança de Deus), assim concedido como um produto de ordem natural do homem que o torna essencialmente único comparado aos demais seres vivos.

Desta feita, os assistentes sociais em sua maioria possuem uma visão crítica e atualizada sobre o que são os Direitos Humanos e como esses direitos encontram-se presentes na sociedade brasileira. A visão dos mesmos se encontra além da simples conceituação sobre esses direitos, alcançando debates e discussões que nos levam a questionar a eficácia, efetividade e importância dos mesmos na contemporaneidade. Desse modo, tendo como objeto de análise desse estudo o atendimento da violência homofóbica contra a população LGBT pelo Serviço Social faz-se necessário compreender quais as percepções desses profissionais em relação aos direitos sexuais dessa comunidade, e a articulação desses para com os direitos humanos.

Sobre o conceito dos direitos sexuais 07 (sete) assistentes sociais afirmaram que esses direitos se configuram na possibilidade dos sujeitos em “escolher” sua sexualidade e a forma de expressá-la socialmente, seja ela heterossexual, bissexual ou homossexual com respeito e dignidade.

“Seria o direito de você escolher e ser o que você é, seria o direito de você buscar o que você quer ser, gay, lésbica, bissexual, travesti” (A.S. Richardson).

“Seria você ser respeitado na sua escolha, o que você gostaria de ser, ter, optar no seu sexo e você ser respeitado em relação à sua opção” (A.S. Sônia).

Além dessas, 01 (uma) resposta retratou os direitos sexuais como a garantia de expressar e vivenciar a sexualidade humana livremente, destacando que a ocultação da mesma se apresenta como uma das principais causas que coloca esses sujeitos em situações de vulnerabilidade social, tanto voltadas à violência de modo geral quanto à contração de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs.

[...] você poder viver a sua sexualidade de uma forma mais plena, mais inteira sem precisar ser às escondidas. Até porque assim, às escondidas, há possibilidades, por exemplo, de você passar por violência muito maior, porque você tá escondido. A possibilidade de você se infectar com o vírus HIV ou ter doenças sexualmente transmissíveis é muito maior porque você vai fazer tudo escondido, então o sexo acaba não sendo uma coisa natural [...]
(A.S. Poliana).

Essa realidade é tratada por Oliveira (2013) quando afirma que o anonimato da homossexualidade ajuda a aumentar os casos de agressões físicas e assassinatos, pois o medo de serem “descobertos” os impulsiona a esconder suas práticas afetivas e sexuais arriscando-se em situações perigosas para defender uma postura social longe de alvos preconceituosos e discriminatórios. Castañeda (2007) e Hardin (2000) retratam essa situação ao afirmar que a clandestinidade da vivência da sexualidade facilita que este público alvo venha a se envolver-se em práticas sexuais perigosas, em outros componentes autodestrutivos e de riscos como a contração de DST/HIV-AIDS por colocarem-se em relacionamentos na sua maioria volúveis e repentinos.

Em relação às demais respostas, 01(uma) entrevistada destacou os direitos sexuais como uma extensão dos direitos humanos e Cíveis. E, por fim, apenas 01 (uma) resposta tratou os direitos sexuais em sua plenitude como direitos que atingem a sexualidade como um todo, baseando-se em seus pilares de liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos.

“Os direitos sexuais estariam dentro dos direitos humanos e também caminharía pra dentro dos direitos civis” (A.S. Katiele).

“[...] os direitos sexuais e reprodutivos são direitos ligados à sexualidade da pessoa e à reprodução que muitas das vezes não são respeitados também. Porque o nosso Estado, ele, tendência também a regular os nossos corpos” [...] (A.S. Paula).

Os direitos sexuais quando vistos apenas como a possibilidade dos sujeitos em “escolher” sua sexualidade, além de não fazerem jus à sua plenitude conforme a sua declaração (SEXUAL, 2014) descaracterizam a plenitude da sexualidade humana, restringindo-a às questões do desejo/atração afetiva e sexual, voltadas à orientação sexual e às concepções dessa questão como uma “escolha”, “opção”. Esse contexto demonstra claramente a ausência de conhecimentos dos assistentes sociais sobre os direitos sexuais.

Isso posto, dentre os 10 (dez), 02 (dois) respondentes destacaram os direitos sexuais como articulados aos direitos humanos, analisando esses direitos além do viés do reconhecimento e respeito pela vivência da orientação sexual dos sujeitos, de forma a atender todas as especificidades as quais a sexualidade humana se apresenta. De acordo com Furlani (2009), essas percepções são plausíveis, uma vez que reconhecem esses direitos como a possibilidade de expressar a sexualidade humana em sua amplitude e diversidade sem nenhuma ação de violência, discriminação e imposição.

A subcategoria aqui em destaque analisou as percepções dos profissionais de Serviço Social sobre os direitos humanos e sexuais reconhecendo sua importância no trato para com a violência homofóbica. Desta feita, cabe agora compreendermos o processo de proteção e promoção desses direitos na vida da população LGBT, reconhecendo sua importância e a necessidade da sua presença na realidade dos referidos sujeitos. Por conseguinte, trataremos desse assunto na próxima subcategoria denominada 6.3.2. *Proteção e Promoção*.

6.3.2 Proteção e Promoção.

A subcategoria: *Proteção e Promoção* traz as percepções dos assistentes sociais sobre as questões da proteção e promoção desses direitos na vida da população LGBT, analisando seus conhecimentos em relação às conquistas, ausências e principais desafios para que eles se efetivem na sociedade contemporânea, como se pode ver a seguir.

Ao perguntar aos entrevistados como os direitos humanos e sexuais se apresentam na vida da população LGBT, atendida pelos mesmos, 06 profissionais negaram a presença desses direitos na vida da comunidade LGBT, destacando como fator primordial para a ausência dos mesmos a forte presença da violência na sociedade, na família e nos órgãos de proteção social a essa população, impossibilitando a sua efetivação. Os demais, 04 profissionais, afirmaram que esses direitos se fazem presentes de forma parcial, ou seja, encontram-se em processo de construção, necessitando da efetivação de políticas públicas que auxiliem na viabilização dos mesmos.

“Tá totalmente ausente, eu acho muito e atualmente muito mais né? [...] a gente vê que tem mais violência com mais requinte de crueldade, em números maiores e as políticas públicas não têm dado respostas pro tamanho da violência que tá aí, e que vai existir ainda mais” (A.S. Milla).

“Não está. Já houveram avanços dentro da legislação, mas eu acho que falta muito na questão da aceitação social” (A. S. Katiele).

“Em partes, eu acho que tá galgando agora sabe? [...] eu acho que a gente tá construindo porque hácinco anos atrás não acontecia tanto quanto acontece agora” (A. S. Richardson).

As conclusões dos profissionais em relação à efetivação dos direitos humanos e sexuais na vida da população LGBT corroboram com as concepções de Simões e Fachini (2009) ao afirmarem que o estado brasileiro permanece lento na implementação de ações e políticas

públicas nesta área. Sendo um exemplo claro disso a ausência de uma legislação federal que criminalize a violência homofóbica, articulando uma rede de proteção e promoção a esses direitos costumeiramente violados e negligenciados. Essa ausência legislativa em grande parte é sustentada pela influência das religiões cristãs sobre os parlamentares, organizados nas bancadas católica e evangélica do Congresso Nacional Brasileiro (CARARA, 2010; BAPTISTA, 2011).

O CFESS (2001) também reconhece a ausência ou carência dos Direitos Humanos e Sexuais na vida da população LGBT, colocando-se como militante nas lutas em defesa desses direitos, a favor da liberdade da orientação sexual e/ou identidade de gênero, assegurando a essa comunidade os direitos de adoção, constituição de família, respeito e defesa da utilização do nome social de travestis e transexuais nos espaços públicos e privados.

Após conhecermos as percepções dos assistentes sociais em relação à realidade (presença ou ausência) dos Direitos Humanos e Sexuais na vida da população LGBT, perguntamos se os mesmos concordavam com a conquista de alguns desses direitos como por exemplo: a adoção por casais homoafetivos, união estável e utilização do nome social de pessoas trans. Em suas respostas todos os profissionais alegaram que concordam com a conquista desses direitos, destacando que esses sujeitos são cidadãos de direitos e deveres, devendo a igualdade desses direitos perpassar por todos os sujeitos sociais independentemente de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Uma das respondentes destacou a necessidade da equidade na efetivação de tais direitos e não apenas da igualdade, pois entende-se que a população LGBT como outras reconhecidas “minorias sociais” possuem especificidades e particularidades que devem ser respeitadas e atendidas, sendo sua negligência uma forma direta de violação dos mesmos.

A gente vai deixar de discutir igualdade para discutir equidade. [...] cada ser humano hoje em nosso país, ele tem que ser atendido pelas suas questões específicas, porque nem todo mundo precisa do direito da mesma forma, mas cada ser humano pode precisar dele de uma maneira específica (A. S. Paula).

A concepção da respondente corrobora com a visão de Rios (2010) ao afirmar que os direitos relacionados à sexualidade humana não deve se resumir à simples questão da reprodução, mas entende-se que a proteção desses direitos engloba todas as demandas advindas de sua sexualidade, bem como as especificidades da diversidade sexual e de gênero. Deste modo, a equidade apresenta-se como necessária, através dela é possível reconhecermos as especificidades e particularidades que se apresentam nas demandas da população LGBT, sendo a negação das mesmas uma forma direta de revitimização desses sujeitos (MENEZES, 2014).

O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, em um dos seus princípios, traz a equidade como algo necessário para a luta pela universalidade e acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993). Isso reafirma a necessidade da equidade na atuação profissional do assistente social.

Ainda em relação aos Direitos Humanos e Sexuais da população LGBT destacando aqui as legislações em âmbito federal, estadual ou municipal, questionamos aos profissionais se os mesmos conhecem os amparos legais que visam combater o preconceito a discriminação e a violência a esses segmentos. Dentre os respondentes, 08 (oito) alegaram não conhecerem nenhum amparo legal em âmbito nacional, estadual ou municipal que proteja os Direitos Humanos e Sexuais da população LGBT. Os demais, 02 (dois) profissionais, sinalizaram que conhecem legislações em âmbito nacional e estadual (Sergipe), a exemplo da Constituição do Estado de Sergipe e da Lei Orgânica Municipal da cidade de Aracaju –Sergipe e de portarias sobre a utilização do nome social, como também a Constituição Federal de 1988.

A gente quando não tinha umas resoluções, portarias, uma coisa assim a gente utilizava a Constituição. Vamos lá, se a demanda, a violência aconteceu no município aí a gente pega a Constituição brasileira, vamos com a constituição estadual e a gente faz uma busca na lei orgânica do município [...] (A. S. Fernanda).

O desconhecimento dos profissionais de Serviço Social em relação aos amparos legais em âmbito nacional que visem a proteção contra o preconceito, a discriminação e a violência em relação à população LGBT se torna natural pela grande carência dessas legislações no Brasil. Assim, a utilização da Constituição Federal Brasileira (de forma geral) e a Lei Maria da Penha (de forma específica para as pessoas trans) tornam-se estratégias plausíveis de enfrentamento da violência homofóbica pelos assistentes sociais.

A ausência de conhecimento e consequentemente a não utilização das legislações de âmbito estadual - a exemplo da Constituição do Estado de Sergipe de 1989, e de outras em âmbito municipal, como a Lei contra a homofobia de nº 45/2009, a Lei nº 3.963/2010 e a Lei Organiza do Município de Aracaju que destaca a vedação do preconceito e da discriminação contra a orientação sexual dos sujeitos, dentre outras - é um fator que fragiliza cada vez mais o reconhecimento desses crimes como homofóbicos, desconsiderando esses respaldos legais e específicos, importantes para o enfrentamento desse tipo de violência.

É importante ressaltar que nenhum dos respondentes afirmou utilizar durante sua atuação profissional documentos importantes que possuem diretrizes e princípios que objetivam o enfrentamento da violência contra a população LGBT, a exemplo da Declaração Universal

dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos Sexuais como as legislações do Serviço Social que visam o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. Desta feita, apresenta-se aqui uma ausência clara de conhecimentos dos assistentes sociais que seja capaz de relacionar as demandas apresentadas pela população LGBT em casos de violações de seus direitos aos seus possíveis instrumentos de enfrentamento, que sirvam para fortalecer cada vez mais esses usuários.

Ainda sobre as legislações, todos os entrevistados destacaram que a ausência das mesmas em âmbito nacional - que sirvam para criminalizar a violência homofóbica - se apresenta como um desafio para o Serviço Social, pois o objetivo da profissão se detém na possibilidade de viabilizar direitos, garantidos legitimamente a partir de legislações e políticas públicas, e a inexistência de mecanismos que auxiliem nesse processo torna-o complexo e limitado. Além disso, 01(uma) profissional confessou não saber proceder nesses casos, recorrendo a órgãos específicos em busca de informações e/ou orientações para saber como proceder

“Sim, porque se a gente tivesse uma lei, a gente trabalharia em cima dela” (A. S. Richardson).

“É um desafio, porque a gente tem que atender conforme a legislação em vigor, né? A gente tem que ter base na lei, aí é um desafio pra gente como profissional de Serviço Social” (A.S. Catiane).

“Sim, porque quando você tem uma legislação específica a coisa anda mais rápido, né? Aquele procedimento será julgado de acordo com aquela legislação [...]” (A. S. Sônia).

Moisés, eu não sei sabe? Eu não sei como agir, eu não sei como proceder no atendimento, até porque a gente não tem um suporte aqui, não fui qualificada para saber de leis estaduais, municipais para isso. Aí o que eu faço? Eu corro pro Centro de Combate a Homofobia, eu vou pedir auxílio lá... (A. S. Elis).

Todo esse contexto é retratado por Pitanguy (2002) quando afirma que a cidadania e os Direitos Humanos e Sexuais só podem ser assegurados na sociedade à medida que são enunciados em normas, legislações e tratados. Ou seja, a positivação do direito por meio de normas e legislações contribui bastante para o processo de busca e viabilização dos mesmos. Masiero (2013) reforça essas concepções quando destaca a grande necessidade da criação de amparos legais que penalizem os atos de discriminação contra a população LGBT para se combater a violência homofóbica de modo mais direto e específico.

Pires e Haikawa (2015) chamam a atenção dos profissionais de Serviço Social quando destaca que os sujeitos atendidos pela categoria profissional devem ser trabalhados em sua totalidade e não de forma fragmentada. Os encaminhamentos realizados pela categoria profissional para com tais sujeitos devem primar pela garantia de acesso aos direitos sociais e pelo atendimento de forma integral. E nos casos de violência, o assistente social possui competências técnicas e éticas capazes de intervir de forma plausível em tais demandas. Ademais, tais competências técnicas e éticas citadas pelo autor demonstram-se tímidas nas falas dos entrevistados requerendo uma maior atenção para a sua formação acadêmica e profissional e o trabalho com a diversidade sexual e de gênero.

Reconhecendo as dificuldades destacadas pelos profissionais de Serviço Social em relação à ausência ou carência de legislações específicas que trata as questões da violência homofóbica e o seu papel de profissionais que buscam viabilizar direitos a todos os sujeitos sociais, perguntamos aos respondentes se a violência homofóbica deveria ser criminalizada. Todos responderam “sim”, alegando que esse tipo de violência deve ser criminalizada. Em suas justificativas essa necessidade se dá tanto por ser uma forma de violação dos Direitos Humanos e Sexuais dos sujeitos, quanto pelas consequências que esse processo de criminalização obrigatoriamente geraria, como a criação de um serviço de proteção e promoção para com as vítimas desses casos, além da possibilidade do combate à impunidade dos mesmos com sentenças condenatórias para esses crimes. Situação essa que auxiliaria no combate ao processo de subnotificação, rerevitimização e impunidade desses casos.

Todavia, ao entendermos que o fato de criminalizar a violência homofóbica no país não é automaticamente sinônimo de sua extinção, questionamos aos assistentes sociais quais seriam os principais mecanismos que podem ser utilizados para combater esse tipo de violência além da criminalização. Dentre os entrevistados 06 (seis) colocaram como um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento desse tipo de violência: a educação e a formação continuada (na perspectiva escolar e acadêmica). Ou seja, capacitação continuada é crucial para os gestores, educadores, profissionais em geral e sociedade civil, visando a sensibilização dos mesmos em relação ao reconhecimento e respeito da diversidade sexual e de gênero. Outros 02 (dois) respondentes reconhecem como instrumento de combate a esse tipo de violência o papel social da família, essa como uma instituição que deve ser instruída/orientada por esse processo educacional para juntos – família, população LGBT e sociedade em geral - dialogar a favor do reconhecimento e respeito a diversidade. E por fim 02 (dois) profissionais sinalizaram a elaboração, execução e efetivação de políticas públicas nas diversas áreas sociais, direcionadas especificamente a essa realidade.

Destacamos abaixo as sugestões de combate da violência homofóbica sinalizadas pelos entrevistados.

Educação e formação continuada (06):

“Eu acho que só se resolve com educação. Eu acho assim, olhe: capacitação pra profissionais na área de saúde, pra profissionais de Serviço Social, pra profissionais de diversas áreas que atenda públicos LGBT [...]” (A. S. Poliana).

Mas eu acho que é um instrumento a ser oficialmente dentro de universidade um dos caminhos, não só a criminalização. Mas a gente começar a trabalhar com essa cultura, mexer um pouco na cultura, divulgar mais, para a gente poder trabalhar um pouco com a questão da educação, principalmente dos profissionais (A. S. Fernanda).

Educação/orientação Familiar (02):

A começar pela família, mostrar pra seus filhos que o mundo é diferente, que as pessoas são diferentes que tem a questão da diversidade, nem todos são iguais, cada um no seu quadrado, cada um com seu problema, cada um com seu sofrimento, cada um como escolheu ser feliz, deixar cada um escolher como quer ser feliz, como quer viver. A família tem um poder, tem um papel primordial nesse sentido da intolerância em todas as áreas. (A. S. Roberta).

Elaboração e efetivação de políticas públicas (02):

“Uma série de políticas públicas que se efetivem [...] é fazer essa discussão pra dentro e pra fora da sociedade[...]” (A. S. Milla).

As visões dos entrevistados corroboram com algumas estratégias de enfrentamento da violência homofóbica reconhecidas por diversos autores. Koehler (2013) retrata esse assunto ao sinalizar a imensa necessidade de educação da população em relação a esta questão, bem como da implementação de políticas públicas focadas na diversidade sexual e de gênero e identidade de gênero. Essas em muitos casos requerem uma construção de uma nova política educacional, por entender essa política atualmente como fragmentada, resistente à incorporação da temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que abordam temas relacionados à diversidade sexual gênero.

O enfrentamento da homofobia por meio da educação (formal e familiar) também é debatido por Souza e Pereira (2013) ao afirmarem que a violência homofóbica só é possível ser enfrentada por meio da educação formal nas escolas, e também daquela que se recebe no ambiente familiar. Conforme os autores, a família precisa entender e deixar de reproduzir a

heterossexualidade como norma única possível de ser seguida, respeitando a diversidade sexual e de gênero com naturalidade.

Oliveira (2013) defende como necessidade para o enfrentamento da violência homofóbica, a criação e efetivação de políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos LGBT e no respeito pela diversidade sexual e de gênero, bem como a aprovação de leis que criminalizem a homofobia e assegurem a todos seus direitos. Masiero (2013) comunga de pensamentos semelhantes ao sinalizar que a criação de uma lei penal pode facilitar e impulsionar mudança relativamente à imagem social da comunidade LGBT, porém a partir de um intenso processo de acompanhamento pedagógico, no sentido de demonstrar à população heterossexual que a sexualidade humana não é algo incontestável e que sua hierarquização deve ser detestada por todos.

Além deste processo pedagógico citado pelo autor é importante a criação de órgãos fiscalizadores e protetivos que possam de certa maneira auxiliar na efetivação destes amparos legais. Da mesma forma que ocorreu com a Lei Maria da Penha, com a criação de delegacias especializadas, varas exclusivas no poder judiciário e diversos outros órgãos que compõem a rede de proteção e defesa voltada aos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica, os amparos legais criados em prol da defesa dos direitos da população LGBT precisam diretamente se efetivar a partir da constituição de uma rede de apoio e proteção aos mesmos, para que tais mecanismos legislativos possam “sair do papel” e serem efetivados, como um poderoso instrumento de defesa e proteção aos direitos humanos e sexuais deste público.

Sobre as estratégias de enfrentamento da violência homofóbica alguns autores trazem contribuições que vão além das sinalizadas pelos respondentes, a exemplo de Junqueira (2009) que sinaliza a importância de utilizar mecanismos de prevenção e não apenas de repreensão e reparação direcionados a esse fenômeno. O autor coloca como um desses mecanismos a extinção das teorias e pesquisas científicas que buscam entender as causas da homossexualidade sem apresentar nenhum esforço para entender as da heterossexualidade. Tal contexto, para o autor, denota a necessidade de se pensar que ainda exista uma busca pela cura e/ou compreensão da homossexualidade, enquanto a heterossexualidade não é posta em prova nem em análise. Outra questão significativa que reforça esse contexto na sociedade é a resistência por parte de importantes parcelas da comunidade médica em abandonar concepções patologizantes acerca da intersexualidade e das expressões das identidades de gênero desenvolvidas pelos transgêneros travestis e transexuais. Desta maneira o autor conclui que a homofobia pode se apresentar em certas representações, crenças e práticas “científicas” como forma mascarada de se desenvolver, fortalecer e perpetuar.

Já Venturi e Bokany (2011) afirmam que o enfrentamento da violência homofóbica só pode ser realizada quando a homofobia for tratada como uma das expressões da questão social. Sendo necessário retirar o falso aspecto individual /pessoal que costumeiramente acompanha esse fenômeno, tratando-o como um problema social, em que toda a sociedade precisa ser convidada a combatê-la independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou práticas sexuais. Pensando na violência homofóbica como um problema social, se traça um caminho de responsabilização de diversos sujeitos coletivos para buscar soluções que auxiliem na defesa e garantia dos direitos humanos e sexuais.

Outras quatro iniciativas que visam o enfrentamento da violência homofóbica são sinalizadas pelo GGB, a saber: 1) a realização da educação sexual para toda a sociedade; 2) a aprovação de leis e amparos legais que objetivem garantir a cidadania plena da população LGBT; 3) o combate à impunidade dos casos de violência homofóbica a partir de rigorosas investigações e punições dos órgãos responsáveis; 4) a conscientização dos LGBT em evitar colocar-se em situações de risco, utilizando-se de medidas preventivas (GGB, 2014).

Não podemos esquecer que todo processo de luta e combate à violência homofóbica demanda também a atuação de profissionais que estejam voltados para a defesa dos direitos da população LGBT, de forma que suas práticas de atuação cotidiana reflitam a busca pela legitimidade de toda essa categoria. Assim é necessário que estas profissões articulem um atendimento pautado em princípios éticos norteadores de condutas que não sejam alicerçadas por valores que favoreçam o preconceito e/ou discriminação.

Desta feita, a categoria em destaque buscou entender a violência homofóbica como uma negação de Direitos Humanos e Sexuais para com a população LGBT, analisando suas possíveis formas de enfrentamento a partir das percepções dos assistentes sociais. Desse modo observamos que os entrevistados possuem uma visão ampla em relação aos direitos humanos e bastante fragmentada em relação aos direitos sexuais, demandando maiores debates e discussões sobre o assunto. Em relação à proteção e promoção desses direitos os respondentes destacaram pontos fundamentais que despertam a necessidade de intervenções diretas que objetive combater a violência homofóbica na sociedade. Desse modo, faz-se necessário compreendermos ainda como esse processo de promoção e proteção aos direitos humanos e sexuais da população LGBT atendidas pelo Serviço Social está sendo viabilizado ou negligenciado perante o atendimento desses profissionais. Desta feita, analisaremos na próxima categoria *6.4 Serviço Social e Atendimento*, de que maneira o trabalho do assistente social tem contribuído para o combate a homofobia, analisando seus processos de formação, instrumentos

de atuação e amparos legais que subsidiam o enfrentamento da violência homofóbica no estado de Sergipe.

6.4 Serviço Social e Atendimento

Por fim, a última categoria desse estudo versa sobre o Serviço Social e o atendimento nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT. Aqui emergiram 02 subcategorias: *6.4.1 Formação Acadêmica e Profissional* e *6.4.2 Atendimento à População LGBT*. A primeira subcategoria: *Formação Acadêmica e Profissional* traz as análises das percepções dos assistentes sociais em relação ao seu processo de formação e sua preparação para trabalhar com as demandas da população LGBT. Já a segunda subcategoria: *6.4.2 Atendimento à População LGBT*, objetiva analisar como esse processo de atendimento à população LGBT tem sido efetivado, de modo a viabilizar direitos humanos e sexuais ou revitimizar esses sujeitos.

6.4.1 Formação Acadêmica e Profissional

Reconhecendo a formação acadêmica e profissional como um dos pontos necessários e principais para se atender às demandas da população LGBT nos processos de atendimentos, encaminhamentos e resolubilidades dos tipos de violência homofóbica, questionamos aos assistentes sociais se durante a sua formação eles tiveram algum acesso a disciplinas, conteúdos ou cursos que trabalhavam temáticas referentes à diversidade sexual e de gênero, a exemplo da homossexualidade, violência homofóbica, direitos LGBT entre outras.

Dentre as respostas, 07 (sete) assistentes sociais sinalizaram que nunca tiveram algum tipo de abordagem ou debate que especificassem temáticas referentes à diversidade sexual e de gênero, ao mesmo tempo que reconheceram as demandas dessa população e a carência de informações e/ou orientações necessárias que auxiliariam no processo de prevenção e proteção aos Direitos Humanos e Sexuais da população LGBT no seu cotidiano de trabalho. Os outros 03 (três) profissionais informaram que tiveram acesso de forma pontual e/ou fragmentado sobre esse assunto. Destacamos abaixo alguns relatos expostos nas entrevistas:

“Nenhuma. Considero importante primeiro porque é uma necessidade que existe” (A. S. Katiele).

“Não, eu não. Lógico que é importante na atual conjuntura do Serviço Social. Eu me formei em Serviço Social em 83, não falava [...]” (A. S. Poliana).

“Nem no meu mestrado eu tive contato, o mestrado em educação não tratou isso não” (A. S. Roberta).

“Teve sim, teve algumas disciplinas de gênero. Quem trazia era mais os alunos com os seminários” (A. S. Catiane).

“Tivemos na época quando eu fazia, porque minha grade é antiga e teve uma mudança [...]” (A. S. Elis).

Esses relatos fazem referência à literatura quando analisamos, conforme Marcelino (2010) que as questões relacionadas à população LGBT ainda são desconhecidas e pouco compreendidas pelos profissionais e acadêmicos de Serviço Social. Isto acontece pelo fato da diversidade sexual e de gênero ainda não fazer parte ou por aparecer de forma pontual nos discursos, sendo poucas as universidades que incluem essa temática na formação desses profissionais.

Desse modo, faz-se necessário introduzir na formação acadêmica e profissional do estudante de Serviço Social disciplinas e debates sobre a diversidade sexual e de gênero como uma das expressões da questão social que não está relacionada exclusivamente e nem se resume à prevenção de DST e HIV/AIDS, mas tratando a sexualidade como parte do contexto humano com implicações nas relações sociais e suas diversas vertentes (PRATA, 2008). A ausência ou carência desse debate na formação profissional apresenta-se como um motivo preocupante em relação ao atendimento dos assistentes sociais para com a população LGBT, tendo em vista que esse público alvo possui especificidades e particularidades que se não forem reconhecidas e respeitadas em seus atendimentos revitimizam diretamente esses sujeitos. Essa situação é um dos pontos de crítica de Mesquita (2009) quando afirma a imensurável importância de os cursos de formação em Serviço Social trabalharem com as discussões acerca da liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero, ressaltando que disciplinas básicas do curso enriquecem tal debate no berço da categoria profissional.

Analisando que a ausência desse debate se fez bastante presente na formação profissional dos assistentes sociais participantes dessa pesquisa, tendo em vista que a sua maioria não obteve nenhum tipo de informação básica e necessária que os auxiliassem no atendimento às situações de violência vivenciadas pela população LGBT, questionamos onde

os mesmos adquiriram informações e/ou orientações técnicas necessárias para atender seus usuários. As respostas se atentam para um processo de formação vivenciado independente da academia, a partir das suas relações de afeto familiares, diretamente na prática profissional em contato direto com esse público.

“Tudo que aprendi foi pós-universidade. A formação não ensinou nada sobre isso” (A. S. Roberta).

“Minha sensibilização pelo público não foi pela formação, eu tive uma formação muito religiosa [...] mas fui me deparando com esse objeto na vida profissional, foi no momento que eu cheguei na DST/AIDS que a gente começa a discutir [...]” (A. S. Milla).

“No meu caso foi a experiência profissional, a pratica que me ensinou a trabalhar com esse público” (A. S. Sônia).

“Com a minha atuação profissional... a formação acadêmica não dá suporte pra a gente interagir com a diversidade. Eu vim mesmo aprender no trabalho [...]” (A.S. Elis).

Veio da minha experiência familiar, pelo meu tio que era gay e eu era apaixonada e ainda sou pelo meu tio. Ele sofreu muita discriminação da família e dos irmãos [...], meu conhecimento não foi pela formação, primeiro que a universidade não ofereceu isso, a universidade que eu cursei ela não falou sobre isso [...] (A.S. Fernanda).

Os relatos destacados acima se tornam complexos quando buscamos entender de que forma apreendemos a trabalhar com determinada população que possui especificidades até então desconhecidas por esses profissionais, aprende a lidar com esse público a partir de suas experiências de trabalho e familiares, sem um devido aprofundamento teórico que debata diversas questões necessárias e pertinentes para um atendimento humanizado e não revitimizador. Desta feita, para que não se perpetue o processo de rerevitimização contra a população LGBT no atendimento profissional do Serviço Social é preciso que a sua formação viabilize conhecimentos necessários para se trabalhar com essas questões (ALMEIDA, 2008).

Além da ausência e/ou carência de debates relacionados à diversidade sexual e de gênero na formação dos entrevistados, observamos a forte presença do preconceito e da discriminação contra a população LGBT vivenciados dentro do processo de formação acadêmica e

profissional. Destacamos abaixo uma das experiências de uma profissional de Serviço Social que teve por diversas vezes a sua identidade de gênero (mulher transexual) desrespeitada.

O uso do banheiro feminino que foi proibido a mim no curso de Serviço Social quando eu tava ainda no terceiro período. E aí a universidade me proíbe de usar o banheiro feminino e o meu curso, a coordenação do meu curso de Serviço Social, nada fez [...] o nome social não era respeitado, e aí automaticamente todo respeito em sala de aula em relação a minha identidade de gênero e orientação sexual. Isso aconteceu nas aulas também, mas por parte dos professores da instituição que por parte dos alunos (A. S. Paula).

Sobre essa situação, Almeida (2008) esclarece que tais atitudes discriminatórias partidas por profissionais do Serviço Social para com a população LGBT podem determinar as vidas dessa população, de forma a prejudicá-la consideravelmente, sendo necessário atuar na transformação das culturas institucionais, utilizando-se da sensibilização, informação e treinamento para novas atitudes, posto que estas decisões são fundamentais para a extensão dos direitos de cidadania. O autor ainda relata que é preocupante encontrarmos dentro do Serviço Social estudantes e profissionais que mantêm posturas conservadoras e destoantes das defendidas pela categoria no seu todo, no que se refere aos direitos da população LGBT não é difícil presenciarmos situações de negação, violação e desprezo aos direitos destes cidadãos.

A referida questão traz à tona uma realidade que desperta cada vez mais a necessidade de se trabalhar questões em relação ao reconhecimento e o respeito à diversidade sexual e de gênero dentro do Serviço Social, uma vez que essas ações preconceituosas e discriminatórias se encontram totalmente divergentes aos princípios profissionais do Projeto Ético-Político da categoria profissional.

Após analisarmos as deficiências da formação acadêmica e profissional dos profissionais de Serviço Social em relação ao trabalho para com a diversidade sexual e de gênero, perguntamos se os profissionais, a partir de suas experiências, consideram os assistentes sociais preparados para atender e atuar em casos de violência homofóbica. Todas as respostas afirmaram que os profissionais de Serviço Social não se encontram preparados para atender as demandas da população LGBT, principalmente no que tange a violência homofóbica.

“Nem todos, eu acho que não. Eu acho assim, que durante a formação deveria ter a disciplina bem especializada para capacitar e preparar mais os profissionais, eles estarem mais capacitados” (A. S. Fernanda).

“Não, não tá. Falta muito ainda. A gente tem que estudar muito ainda” (A. S. Roberta).

[...] de fato ainda tá longe, a gente faz Serviço Social ainda pra pessoas ditas normais, pra aquelas pessoas pobres que não tiveram acesso. A gente tem um Serviço Social, mas ainda no dia a dia as coisas ainda são muito assistencialistas e patrimonialistas, reproduzindo muita coisa que não devia, eu acho, eu me sinto muito só também nisso [...] (A. S. Milla).

Entre as respostas, 06 (seis) profissionais sinalizaram que o despreparo dos assistentes sociais advém das deficiências e lacunas da formação acadêmica e profissional, como a ausência e/ou carência de capacitações relacionadas a temas voltados à diversidade sexual e de gênero. Outros 02 (dois) profissionais atribuem essa situação ao mero preconceito e/ou discriminação de determinados profissionais que se utilizam de crenças e doutrinas religiosas para conduzir sua atuação, impossibilitando a busca por orientações e/ou informações que aparentem estar contrárias a seus princípios e valores pessoais. E por fim, 02 (dois) profissionais afirmaram que para trabalhar com a população LGBT o profissional deve ter perfil, pois nem todos teriam a sensibilidade para lidar com essas questões, então a ausência desse perfil em alguns profissionais justificaria seu despreparo ou seu (des)comprometimento com as demandas da população LGBT. Destacamos abaixo os três itens que buscam justificar o tal despreparo dos profissionais conforme os entrevistados 1) necessidade de formação acadêmicas e profissional; 2) o preconceito contra a população LGBT advinda de valores e crenças religiosas; 3) necessidade de um perfil profissional.

1) Necessidade de formação acadêmica e profissional:

[...] o assistente social não tá preparado principalmente com relação à homofobia porque ele não estuda a diversidade sexual ele não tem uma disciplina específica que discuta o que é diversidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual e que discuta também sexualidade, falta informação em relação a isso (A. S. Paula).

“Bom, se a gente for pensar na formação do profissional de Serviço Social acadêmica acredito que não [...]” (A. S. Poliana).

2) Preconceito contra a população LGBT advinda de valores e crenças religiosas:

Não, nem todos estão preparados, porque ainda muitos assistentes sociais eles ficam presos a opinião própria, presos a sua religiosidade, presos ao seu comportamento, presos ao que acham e dizem: - olhem eu acho errado você ser homossexual, eu acho errado seu gênero (A.S. Elis).

[...] não tem ninguém que quer vim pra aqui não, e porque não quer? Por não achar interessante, eu falo:

- Mulher, vamos trabalhar lá no Centro de Prevenção e Combate à Homofobia? (Fala da entrevistada)

- Ah, eu trabalhar com esse povo, Deus me livre! (Fala de outra assistente social), (A.S. Fernanda).

Então se você tem uma assistente social em seu serviço que ela é muito religiosa, que ela vem de uma formação católica ou uma formação cristã, a tendência que tem é ela querer dar conselho pra mudar de vida, ela querer fazer um encaminhamento pra tentar mudar aquilo ali, aquela condição que a pessoa vive. Tinha uma assistente social que trabalhava lá que ela dizia pras travestis que ela tinha que deixar a prostituição agora, então assim tinha um preconceito em relação ao trabalho de prostituição que elas desenvolviam. Atendia, mas não era uma coisa que ela achava que era correto viver daquela forma (A. S. Poliana).

3) Necessidade de um perfil profissional:

“Olhe, pra essa questão é necessário ver se ele tem perfil. Não adianta ele sair de uma sala, você ter uma formação. Mas você precisa ter perfil pra trabalhar com essa população” (A. S. Sônia).

“Nem todos, porque não é todo mundo que simpatiza com a causa, não é todo mundo que gosta” (A. S. Richardson).

Sobre o primeiro item destacado pelos entrevistados, a necessidade de formação acadêmica em relação às questões que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero é um fenômeno preocupante para a categoria profissional, uma vez que sua ausência ou carência corrobora diretamente para a manifestação do preconceito e da discriminação em relação à população LGBT (ALMEIDA, 2008). Para o autor essa discussão dentro da categoria profissional ainda é incipiente, seja por parte das unidades de ensino no que compete ao seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), seja por parte das instituições onde se efetiva a atuação profissional e ainda nos conselhos de fiscalização do exercício profissional (Conjunto CFESS-CRESS). O autor afirma que existem múltiplos condicionantes que auxiliam nesse processo, destacando alguns, a saber: a histórica resistência da discussão da sexualidade no mundo acadêmico em geral; a influência da moralidade católica mais conservadora nos primórdios da profissão; e o olhar da profissão para outros debates que julgam mais importantes e necessários (ALMEIDA, 2008).

Desta feita, é compreensível afirmar que a ausência de formação específica auxilie no processo de despreparo ou no (des) comprometimento dos profissionais de Serviço Social para com as demandas da população LGBT. Porém, é importante destacar que essa não pode se

classificar como única ou absoluta razão que sustente tal prática, pois a formação acadêmica e profissional deve ser regulamentada através do Projeto Ético-Político da Profissão que atende a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares e o seu Código de Ética Profissional de 1993, que em seus princípios zela pela defesa da livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminações (CFESS, 1993).

Já o preconceito e a discriminação apresentados pelos entrevistados contra a população LGBT advindos de valores e crenças religiosas ainda são bastante comuns dentro do Serviço Social. Essa situação reforça os princípios e diretrizes dos primeiros Códigos de Ética da categoria profissional baseados na caridade, e na moral (CFESS, 1947; CFESS 1965). Realidade essa desconstruída com as mudanças no projeto Ético-Político da profissão a partir do movimento de Reconceituação da Profissão, movimento responsável por iniciar um intenso processo de ruptura com o conservadorismo na luta por transformações da estrutura capitalista, tendo como consequência a retirada das influências cristãs dentro da categoria profissional tornando-a laica e autônoma (BASTOS, 2013).

Desse modo, a efetivação de uma prática profissional que se fundamenta em crenças e princípios religiosos sem o respeito ao Projeto Ético - Político da profissão, que prima pela laicidade e o respeito a diversidade, apresenta-se como um verdadeiro retrocesso dentro da categoria profissional e uma forma direta de violação de direitos humanos e sexuais para com seus usuários. Em relação ao público alvo desse estudo, essa situação torna-se mais delicada e perigosa, uma vez que conduzir suas práticas profissionais em relação à diversidade sexual e de gênero por meio de preceitos, crenças e princípios religiosos pode acarretar em um processo direto de criminalização da homossexualidade e das identidades trans, tendo em vista que os princípios e fundamentos dessas religiões costumeiramente colocam a homossexualidade e as identidades trans no quadro das patologias, condenando esta prática como algo pecaminoso e digno de ser corrigido (SOUZA, 2013).

Sobre a necessidade de um perfil profissional que fosse “apto” a trabalhar com a população LGBT destacado em algumas respostas dos entrevistados, essa alegação fere totalmente as diretrizes e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993. Por conseguinte, a ausência de um “perfil” ou de “simpatia” com a população LGBT e suas demandas, caracteriza-se como uma violação direta dos princípios e dos artigos 5º e 6º do capítulo III destacados neste código, que tratam dos deveres e vedações dos assistentes sociais nas suas relações com seus usuários. Sendo proibida qualquer ação ou atitude que vise o

desrespeito ou bloqueio ao atendimento e acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, na busca de seus direitos (CFESS, 1993).

Destarte, as análises dos entrevistados referentes ao despreparo e/ou descompromisso dos assistentes sociais para com as demandas da população LGBT recai diretamente nas lacunas da formação acadêmica e profissional. Formação essa necessária para se construir um posicionamento crítico e aberto ao reconhecimento de todas as diversidades apresentadas pelos seus usuários do Serviço Social na sua prática cotidiana. Essa realidade encontra-se em desconformidade com o posicionamento da categoria profissional defendido pelo conjunto CFESS/CRESS.

O Serviço Social brasileiro tem se destacado no processo de luta pelo respeito e reconhecimento dos direitos da população LGBT (CFESS, 2011). Esse contexto encontra-se presente de forma significativa no posicionamento do conjunto CFESS/CRESS ao efetivar suas convicções sobre essas demandas, aprovando resoluções e campanhas nacionais que prezem pela eliminação de todo tipo de preconceito e discriminação, mas também pela sua postura teórica e prática que tem se destacado frente aos movimentos sociais de defesa aos direitos da população LGBT.

Sobre esse assunto, perguntamos aos entrevistados se os mesmos conheciam o posicionamento da sua categoria em relação às demandas da população LGBT no Brasil. Dentre esses, 07 (sete) alegaram não conhecer nada sobre o assunto responsabilizando as limitações da formação acadêmica e profissional em relação à diversidade sexual e de gênero que se perpetua no cenário de atuação profissional desses sujeitos. Logo, 03 (três) destacaram que conhecem o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS baseado nos princípios éticos que norteiam o Serviço Social brasileiro. Sinalizamos algumas respostas abaixo:

“Eu não conheço nada não ao respeito não viu?” (A. S. Richardson).

“Não, infelizmente não.” (A. S. Sônia).

“Não, não conheço nada, não conheço nada” (A. S. Fernanda).

Sim, o CFESS/CRESS ele segue a nosso código de ética que é a defesa intransigente dos direitos humanos e o conjunto CFESS/CRESS. Além do nome social ele tem se posicionado contra a qualquer tipo de violência a pessoa LGBT e aí nós temos uma vaga. O CFESS ele tem uma vaga no conselho nacional contra a discriminação LGBT lá na SDH e também no conselho de combate à homofobia (A. S. Paula).

Bom, no nosso código de ética uns dos princípios é pra que a gente venha a contribuir para a eliminação de qualquer forma de preconceito, agora não tenho nem buscado acesso às resoluções, sei que teve um ano que o tema do CFESS foi exatamente a questão de gênero, a gente tem um cartaz do CFESS o amor fala todas as línguas (A. S. Katiele).

Conhecer o posicionamento dos órgãos de representatividade profissional do Serviço Social sobre as demandas da população LGBT é mais uma forma de potencializar um atendimento que zele pela viabilização de direitos humanos e sexuais para com esses sujeitos (ALMEIDA, 2008; SILVA, 2015). Ao percebermos que a grande maioria dos entrevistados afirmaram desconhecer o posicionamento do Serviço Social em relação à diversidade sexual e de gênero, sendo esse destacado em seu projeto ético-político, constatamos a grande ausência de conhecimentos básicos sobre os princípios e normativas de sua própria categoria profissional. Contexto esse que repercute diretamente no processo de efetivação ou violação dos direitos da população LGBT em seus atendimentos.

Buscando conhecer de que forma o debate relacionado a diversidade sexual e de gênero tem alcançado a categoria profissional do Serviço Social, questionamos aos assistentes sociais dessa pesquisa se esses conheciam as resoluções do conjunto CFESS/CRESS de nº 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social. E a resolução 615/2011 que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Em relação as respostas, dentre os 10 (dez) entrevistados, 05 (cinco) afirmaram que conhecem essas resoluções e 05 (cinco) alegaram desconhece-las, demonstrando mais uma vez a grande fragilidade da categoria profissional em trabalhar as temáticas da diversidade sexual e de gênero dentro do Serviço Social.

Ainda sobre os mecanismos e instrumentos do conjunto CFESS/CRESS em relação à defesa dos direitos humanos e sexuais para com a população LGBT, questionamos aos profissionais de Serviço Social se os mesmos tiveram conhecimento da campanha nacional do conjunto CFESS/CRESS lançada em 2006 que tinha como tema: “O amor fala todas as línguas, assistentes sociais na luta contra o preconceito”.

Dentre as respostas 06 informaram que tiveram conhecimento sobre a campanha. Dentre as falas, uma profissional alegou que houve resistências de uma parcela significativa da categoria se recusando até em colocar os cartazes da mesma em seus locais de atuação, os demais, 04 profissionais, sinalizaram que nunca ouviram falar dessa campanha.

Sim, e que muitas das vezes muitos assistentes sociais rasgaram, não coloram nos seus murais e que muitas secretarias municipais de assistência de estado não colocaram por reproduzir o preconceito e por que realmente não ter tido uma preparação, não teve uma preparação pra poder lançar essa campanha. Então muitos espaços não colocaram esse cartaz, deixaram de colocar. Por quê? Porque o Serviço Social é muito conservador e esse conservadorismo se dá porque a gente não faz formação de gênero, orientação sexual e diversidade sexual nas nossas bases. E aí essa campanha foi aceita sim por muitos profissionais, mas ao mesmo tempo também foi impugnada e foram retirados e rasgados muitos cartazes em muitos espaços socioocupacionais que a gente tinha o Serviço Social (A. S. Paula).

O relato da respondente corrobora com a literatura nas indagações de Almeida (2008) e Duarte (2014) ao sinalizar que ainda existem dentro do Serviço Social brasileiro fragmentos de uma base conservadora, intolerante e resistentes às questões da diversidade sexual e de gênero, sendo esse contexto um desafio para o Serviço Social na contemporaneidade.

Em suma, a resistência ou a intolerância de alguns profissionais de Serviço Social para com as questões da diversidade sexual e de gênero deve ser considerada uma postura antiprofissional e antiética que tende a negligenciar ou violar os direitos da população LGBT de forma direta e objetiva, desqualificando a violência homofóbica como uma das expressões da questão social. Conforme Rios (2007) esse tipo de resistência deve ser reconhecida como uma forma de homofobia, frequentemente “mascarada” pelo preconceito sutil ou velado na sociedade.

É integrante percebermos que os profissionais de Serviço Social reconhecem o despreparo e, além disso, o preconceito e a discriminação dos mesmos em relação ao atendimento das demandas da população LGBT. Tal contexto potencializa as justificativas e hipóteses dessa pesquisa quando torna cada vez mais necessária a introdução e aprofundamento de debates como esses no seio da categoria profissional, sendo essa uma das iniciativas que deve ser tratada em caráter de urgência no Serviço Social, se estendendo para todo processo de formação acadêmica e profissional como em sua prática nos seus diversos campos de atuação.

Conhecer de que forma a formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais tem trabalhado com as questões da diversidade sexual e de gênero é um fator importantíssimo para se analisar de que maneira o atendimento desse profissional está alcançando a população LGBT. Desse modo, abordaremos na próxima subcategoria: *6.4.2 Atendimento à população LGBT*, como tem se efetivado o atendimento do Serviço Social diante a percepção desses profissionais, analisando seus desafios e limitações no dia-a-dia da categoria profissional.

6.4.2 Atendimento à população LGBT

Por fim, a última subcategoria, 6.4.2 *Atendimento à população LGBT*, traz os relatos sobre as experiências dos assistentes sociais no atendimento com os casos de violência homofóbica nas diversas políticas públicas no estado de Sergipe.

Ao reconhecermos que nem toda violência efetivada contra uma pessoa LGBT pode ser considerada uma violência homofóbica, tendo em vista que esse tipo de violência possui como principal alvo: o não reconhecimento e o desrespeito em relação à orientação sexual e identidade de gênero de todos aqueles sujeitos que fogem da heteronormatividade (BORRILO 2010; OLIVEIRA, 2013). Deste modo, perguntamos aos assistentes sociais quais instrumentos são utilizados por eles para identificar uma violência contra uma pessoa LGBT como homofóbica. Todos os 10 (dez) profissionais afirmaram que o principal instrumento para averiguação de sua tipologia são os relatos dos fatos das vítimas ou dos sujeitos autores das situações de violência. Nesses relatos são verificadas as condições de vulnerabilidade desses sujeitos “por serem LGBT”, bem como as especificidades da violência praticada, ou seja, de que forma, ou como se procedeu determinado ato ou ação violento, quais foram os sinais e marcas encontradas que possam legitimar essa situação como uma violência homofóbica.

“É o relato dos fatos que vai indicar, [...] a gente vai fazer um estudo uma investigação e é necessário a gente ouvir a outra parte, né? Pra saber se realmente foi homofobia” (A. S. Fernanda).

Conforme Favero (2003) essa técnica de atuação profissional pode ser considerada de grande valia, uma vez que através da mesma se conhece a realidade que deve-se atuar e a partir de então adotar os devidos procedimentos e encaminhamentos necessários para determinado caso. Desta feita, utilizar o relato dos fatos como a primeira estratégia para avaliar se determinado ato ou ação de violência contra um usuário LGBT foi homofóbico se apresenta como uma atitude importante e necessária, entendendo que a escuta qualificada e o acolhimento das demandas dos usuários são condições primordiais em todo processo de atendimento realizado pelo Serviço Social.

Porém, também é preciso entendermos as limitações que esses instrumentos possuem perante uma situação de violência homofóbica perpetrada contra uma pessoa LGBT, ou seja, o relato dos fatos também pode negar uma evidencia de violência homofóbica nos próprios

discursos da vítima ou dos sujeitos autores dessas situações de violência, por diversos motivos que busquem invisibilizar esse tipo de violência na sociedade.

Além dos relatos dos fatos, do acolhimento e escuta qualificada, os entrevistados destacaram outras técnicas e instrumentos de atuação profissional que são importantes nesse processo de atendimento profissional. Desta feita, 03 (três) entrevistados apontaram a necessidade de se fazer um estudo de caso na realidade daqueles usuários, a partir de estudos específicos, com o objetivo de colher melhores informações, outros 06 (seis) respondentes sinalizaram as especificidades das violências como um fator importante nesse processo para identificar sua motivação. E, por fim, 01 (uma) pessoa destacou que outro instrumento importante para se conhecer as verdadeiras motivações que resultou em um tipo específico de violência é simplesmente a coleta de relatos de testemunhas que presenciaram as cenas de violência, ou quando os próprios profissionais são essas testemunhas.

Todos os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais para o discernimento dos tipos de violência podem ser considerados como objetos significativos uma vez que a necessidade da realização de estudos que auxiliem no processo de discernimento sobre as verdadeiras motivações que legitimem ou não a presença da violência homofóbica contra uma pessoa LGBT, bem como a coleta de relatos de testemunhas sobre os fatos, apresenta-se como instrumentos importantes e necessários. Isso porque ao detectar as verdadeiras motivações que causaram determinada situação de violência se torna possível uma intervenção profissional cada vez mais direcionada e focada nas suas especificidades.

Mesmo quando uma situação de violência contra um usuário LGBT não se apresenta inicialmente como homofóbica, conforme os entrevistados existem “sinais” que ajudam a reconhecer a sua presença na vida da população LGBT, a exemplo das condições de vulnerabilidade das vítimas (essas LGBT), e das especificidades com que acontece esse tipo de violência. Destacamos alguns relatos a seguir:

Condição de vulnerabilidade

“Quando o cidadão, a pessoa chega aqui, nos procura e diz que pela sua condição sua orientação sexual foi difamada pela sua condição sexual foi injuriada, ameaçada só por ser travesti ou fazer parte do grupo LGBT [...]” (A. S. Catiane).

Especificidades da violência

Quando você recebe uma agressão e nessa agressão tá incutida a frase: Você é um veado safado, você é um sapatão, você é uma prostituta, aí sim,

entendeu? Então a gente só atende depois do acolhimento quando percebe que houve realmente uma violência homofóbica (A. S. Sônia).

“[...] a gente vai aos poucos detectando. De imediato a gente não analisa que foi homofobia, [...] A partir do momento que o agressor ele agrediu com palavras de baixo calão (A. S. Richardson).

As observações tratadas pelos profissionais de Serviço Social que ajudam a discernir determinado tipo de violência como homofóbica fazem referência à literatura analisada nesse estudo, nas concepções de Leony (2006) quando destaca três itens que se encontram costumeiramente presentes nesse tipo de violência; 1) a condição de vulnerabilidade das vítimas, 2) os tipos de violência sofridas e 3) as particularidades da mesma.

No primeiro item: foram destacadas as condições de vulnerabilidades dessas vítimas LGBT, como uma das questões que podem sinalizar situações de preconceito e discriminações contra esses sujeitos. Mesmo reconhecendo que nem toda violência contra LGBT é especificamente uma violência homofóbica, é preciso compreender que a “condição” de LGBT já torna esses sujeitos mais vulneráveis em relação aos demais sujeitos sociais que não possuem essa “condição” ou seja, uma pessoa LGBT pode sofrer uma outra forma de violência que não tenha como motivação inicial a homofobia, mas que durante a execução da ação apareçam sinais evidentes do preconceito e da discriminação em relação a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero dos mesmos.

Segundo: a forma como são efetivadas as violências é outra característica que pode ajudar a analisar se a violência praticada contra um LGBT possui ou não caráter homofóbico. Para os entrevistados e de acordo com alguns autores, os atos e ações homofóbicos muitas vezes quando se configuram como violência psicológica, moral ou verbal são acompanhados por palavras de baixo calão como “veado”, “sapatão”, dentre outras, que buscam desqualificar esses sujeitos de forma específica. E quando são violências físicas carregam consigo inúmeros atos de crueldade em sua consumação, a exemplo de espancamentos, mutilações, apedrejamentos, introdução de objetos cortantes em seus órgãos genitais dentre outros (SILVA, 2005; OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2015).

Terceiro: em relação às particularidades da violência homofóbica, é preciso analisarmos algumas questões que provocam a não notificação desses casos destacadas por Leony (2006) e Oliveira (2013) como por exemplo: a prevenção da privacidade ou temor da exposição, na prática. Torna-se necessário entendermos até que ponto determinado usuário possui

legitimidade para falar de sua orientação sexual e ou identidade de gênero, considerando que muitos LGBT omitem situações de violência com receio de serem descobertos socialmente e saírem do “armário”, invisibilizando significativamente a homofobia na sociedade. Outros fatores que podem “mascarar” uma situação de violência homofóbica são as razões ligadas a variáveis situacionais (proximidade entre a vítima e o delinquente, inexpressividade do dano), uma vez que esse tipo de violência se encontra muito presente no seio familiar de suas vítimas (CERQUEIRA-SANTOS; SOUZA, 2001; LEONY, 2006; BORRILLO, 2010; OLIVEIRA 2013)

Após analisarmos como os profissionais de Serviço Social dessa pesquisa procuram identificar um caso de violência homofóbica contra um LGBT, buscamos conhecer quais as primeiras demandas que esses profissionais tentam trabalhar em seus atendimentos nas diversas políticas públicas ao se depararem com essa situação.

Todas as 10 (dez) respostas destacaram o acolhimento e a “escuta qualificada” como os principais instrumentos para conhecer e intervir nesses casos. Dentre esses, 06 (seis) profissionais apontaram ainda além do acolhimento e da “escuta qualificada” os encaminhamentos desses casos para as diversas políticas públicas, por entenderem que o atendimento a esse tipo de violência deve ser realizado em rede, articulando uma maior possibilidade de viabilização dos diversos direitos humanos e sexuais.

Acolhimento e escuta qualificada (10)

“A primeira demanda é ouvir. A gente trabalha muito na escuta qualificada, porque assim é o principal ponto [...]” (A. S. Richardson).

“A gente vai ouvir essa pessoa que diz que foi vítima, vai ouvir todo o seu histórico vai saber quem é a autoria, para que seja adotada a providência conforme a lei” (A. S. Catiane).

Encaminhamentos das demandas para as diversas políticas públicas (06):

Pronto, a primeira demanda a gente conversa, então durante o relato eu vejo se aquela violência já atingiu um ponto que ele está nervoso, que ele está com problema psicológico, se ele está se retraindo, ou se ele não tá convivendo em sociedade. Depois desse estado todo eu ligo pro delegado, relato que está acontecendo, eu encaminho pra fazer o boletim de ocorrência, encaminho também pra falar com delegado e informo ao delegado que ele está precisando do atendimento psicológico por causa disso (A. S. Elis).

Acolher, ouvir o relato dos fatos. A gente vê a questão do convívio, vê a questão de trabalho, de relacionamentos, né? Vê a questão de onde ele possa tá sendo inserido, trabalhar também o psicológico dele, trabalhar essa questão dele de recuperar a autoestima. Então recuperando a autoestima, e ver onde ele pode tá sendo inserido ou se pode continuar no mesmo lugar agora ele fortalecido após aquela violência sofrida e não se sentir diminuído e acreditar que aquilo é normal [...] (A. S. Sônia).

As respostas que destacaram o acolhimento e a escuta qualificada como os principais instrumentos de atuação profissional utilizados em casos de violência homofóbica contra pessoas LGBT, sinalizadas nas entrevistas corroboram com as concepções de Pires e Haikawa (2015) quando alegam que diante de situações de violência, o/a profissional precisam inicialmente buscar desvendar seus determinadores, visando definir as suas estratégias de intervenção (determinadores esses, só analisados a partir do conhecimento dos fatos). Após esse processo que busca produzir o conhecimento da realidade, entendendo as causas/raízes do problema, utiliza-se de instrumentos técnico-operativos, alguns deles como escuta, visita domiciliar e institucional, entrevista, estudo social, orientação etc..

Já os encaminhamentos podem ser considerados importantes e necessários, para viabilizar determinados direitos que competem a outros órgãos e/ou instituições de atendimento. Porém, é importante destacar que esse mesmo instrumento de atuação profissional também pode ser considerado uma ação perigosa e precipitada, caso sua efetivação esteja direcionada a uma questão de não comprometimento de determinado profissional ou órgãos atendentes em relação às demandas que lhes são apresentadas direcionando-as como um certo “livramento” para outros órgãos e/ou instituições. Essa realidade é questionada por Marcelino (2010) ao destacar que o assistente social é um profissional que não atua apenas sobre a realidade, mas em seu interior, devendo abster-se de práticas que os auxiliem articular uma intervenção que venha trabalhar seus usuários em sua totalidade. Desta feita é importante ressaltar que os encaminhamentos e demais instrumentos de atuação profissional devem ter como objetivo para sua utilização sua importância tanto no processo de melhor compreensão e análise da realidade, quando na busca por melhores possibilidades de “resolubilidades” das demandas em questão visando alcançar a totalidade dos sujeitos sociais.

Para melhor conhecermos o processo de atendimento dos assistentes sociais nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT, perguntamos aos entrevistados quais são as principais técnicas e documentos utilizados por esses nos casos de violência homofóbica. As técnicas mais comuns destacadas pelos entrevistados são: a realização de entrevistas (5), logo após a visita domiciliar (2) e a visita institucional (2), seguindo dos acompanhamentos em

grupos de trabalho (1). Sobre os documentos mais construídos nesses casos se destacam os relatórios (07), o registro nos prontuários dos usuários (2) e os pareceres profissionais (01).

Em relação as diversas técnicas e documentos utilizados pelos entrevistados nos casos supracitados, o CFESS (2011), assegura que a referida categoria profissional possui autonomia para escolher os instrumentos utilizados no uso de suas atribuições. Já os documentos elaborados pelos mesmos acompanham as demandas e/ou solicitações dos órgãos nos quais o assistente social encontra-se inserido. Desse modo, os instrumentos e documentos destacados nas entrevistas apresentam-se como formas legítimas e necessárias na atuação dos assistentes sociais em casos de violência homofóbica, por reforçarem a importância da atuação na vida dessas vítimas, como faz-nos compreender a responsabilidade desses profissionais para com essas demandas.

Em relação aos encaminhamentos realizados pelos profissionais de Serviço Social nesses casos para os diversos órgãos e instituições de promoção e proteção aos direitos humanos e sexuais, a maioria das respostas (04) destacou a política pública de assistência social como a mais demandante, com encaminhamentos para órgãos como o CRAS e o CREAS (visando a busca de benefícios e auxílios assistenciais e a utilização da rede de proteção socioassistencial). Outros profissionais (03) alegaram que os seus encaminhamentos se concentram na política pública de saúde em órgãos como hospitais, CAPS/AD, CAPS, IML, e Maternidades, (em caso de cuidados com a saúde por causa da violência vivenciada, no acompanhamento psicossocial de equipe multidisciplinar, na realização de exames de corpo delito para auxílio das investigações, como em demandas que dizem respeito a maternidade e gestação). Além desses, (02) profissionais relataram realizar encaminhamentos para a política de Segurança Pública do estado, para órgãos como o CCH e a DAGV, (visando notificar as denúncias por meio do B.O e pela necessidade do acompanhamento psicossocial e jurídico). E, por fim, (01) entrevistado sinalizou realizar encaminhamentos para as políticas públicas de previdência social (em busca de benefícios previdenciários) e para demais órgãos de representatividade profissional, a exemplo do CRESS e da OAB (solicitando consultoria ou acompanhamento jurídico dos casos).

Esses dados são bastante importantes por demonstrarem que a violência homofóbica atinge diversos setores da vida da população LGBT, demandando uma intervenção profissional capaz de dar respostas a inúmeras situações de negligência e violação de direitos humanos e sexuais, além de reafirmar a necessidade de um trabalho em rede capaz de articular uma atuação profissional que considere o ser social em sua totalidade.

Após analisarmos a real presença do fenômeno da violência homofóbica na vida da população LGBT atendida pelos profissionais de Serviço Social entrevistada nesse estudo,

questionamos aos mesmos qual seria seu maior desafio no trato com esse tipo de violência perpetrada contra a população LGBT. Desse modo, 06 (seis) entrevistados alegaram ser o despreparo dos profissionais que atendem esses casos, demandando uma formação e/ou capacitação dos assistentes sociais para trabalhar com as questões da diversidade sexual e de gênero; Outros 03 (três) alegaram ser seu principal desafio a ausência de uma rede de proteção social articulada que consiga dialogar constantemente com todas as políticas públicas dando suporte a todo esse processo de atuação profissional; e, por fim, 01 (um) reportou-se à falta de uma legislação específica que possa criminalizar a violência homofóbica no Brasil. Destacamos abaixo alguns relatos que compõe cada item desses.

Despreparo profissional e necessidade de formação e/ou capacitações (06):

“O despreparo dos profissionais, sinto muito em dizer... Mas quando você tá preparado mesmo pra atender o público LGBT, você vai atender de maneira natural, entendeu? Não vai ficar olhando com outros olhos, não vai ficar assim com receio [...]” (A. S. Richardson).

[...] E no Serviço Social é frequente, é o meu problema. Meus desafios e minhas dificuldades é lidar com os profissionais [...] eu pensei que o maior desafio seria o público, mas não é. E eu bato isso em toda entrevista minha. Teve pessoas que diz aí que o meu maior desafio era os próprios homossexuais. Não é. “Meu desafio é com os profissionais” (A. S. Fernanda).

O principal desafio está em a gente lidar principalmente com nossos próprios preconceitos e desestabilizar o que a gente aprendeu a vida toda com relação à sexualidade humana, mas transformando isso em prática. A formação é nosso principal desafio. A conscientização da população é nosso principal desafio, a conscientização dos nossos profissionais é o nosso principal desafio, porquê? Porque a gente ainda tem um Serviço Social conservador de base heterossexual, muitas das vezes temos uma base pessoas religiosas... isso acontece muito no Serviço Social... e que nosso principal desafio hoje é formar, formar pra que as pessoas elas entendam a diversidade sexual. A partir do entendimento da diversidade sexual vão entender o porquê se dá a homofobia, e aí sim vai poder receber uma pessoa trans e respeitá-la pelo o que vê e não pelo o que ela sabe que tem entre as pernas, é nesse sentido (A. S. Paula).

Ausência de uma rede de proteção social articulada (03):

“[...] o desafio continua sendo esse, ter uma forma de assistir, ter uma rede, ter profissionais com uma visão cabeça mais aberta [...]” (A. S. Poliana).

Olha, o maior desafio hoje é o que sempre tô pedindo, certo? É o fortalecimento dessa rede, se a gente tiver a união de todos os órgãos, com certeza a gente vai ter um resultado muito mais positivo. Meu desafio, falo isso o tempo todo, é isso, sabe? E quando eu falo em rede não é só os órgãos públicos não, são os órgãos privados também, por exemplo, faculdades, certo? Hospitais, todos os órgãos de atendimento à população LGBT deve estar unido pra combater essa questão da homofobia (A. S. Sônia).

“Olhe, é a liberdade de se poder trabalhar e também a interligação, sabe? [...] é ter essa interligação de fazer os encaminhamentos, a gente não tem uma rede, eu não tenho uma rede de encaminhar pro CRAS por Conselho Tutelar e se for o caso pro CAPS [...]” (A. S. Elis).

Falta de uma legislação específica que criminalize a homofobia (01):

“Assim, como não existe uma lei específica pra a gente atuar, assim como existe a lei Maria da Penha também devia ter uma lei específica para a gente atuar baseado na lei, aí é um desafio muito grande pra gente” (A. S. Catiane).

Ao assumir que o maior desafio dos profissionais de Serviço Social em lidar com as demandas da população LGBT seja o próprio despreparo da categoria profissional no trato dessas questões, os entrevistados tanto reafirmam de forma clara e objetiva o processo de revitimização que o Serviço Social tem efetivado nesses atendimentos, quando denunciam a grande necessidade do enfrentamento desse tipo de violência dentro da categoria profissional. Desse modo, todo esse contexto reforça a imagem de um Serviço Social conservador, que não traz definidos em seu Projeto Ético-Político os princípios da democracia, autonomia e emancipação social dos seus usuários, dentre outros, visando o respeito à liberdade do outro de ser diferente e ser respeitado nas suas particularidades, de ter direitos” (CFESS, 2007).

Todo esse contexto se torna preocupante ao analisarmos, conforme Almeida (2008), que quando a atuação do profissional de Serviço Social não busca viabilizar direitos humanos e sexuais para com a população LGBT, essa situação pode prejudicá-los diretamente tanto reforçando o processo de violação de direitos, quanto afastando esses sujeitos dos órgãos e instituições que buscam a proteção e promoção dos seus direitos. O autor afirma ainda que essa realidade só pode ser modificada a partir de uma atuação que vise à transformação das culturas institucionais, utilizando-se da sensibilização, informação e treinamento para novas atitudes, sendo estas decisões fundamentais para a extensão dos direitos de cidadania. Para que isso seja possível é necessário um diálogo sobre estes temas no interior da categoria profissional articulando o papel da profissão neste contexto, além de rever as estratégias de atuação, avaliar

os resultados de suas ações profissionais e repensar sua inserção nos seus diversos âmbitos (FERREIRA, 2010).

Os entrevistados que destacaram a ausência de uma rede de proteção social articulada como um dos principais desafios no trato com a violência homofóbica contra a população LGBT, reafirmaram uma das grandes demandas que é trabalhada pela maioria das iniciativas do poder público na busca pelo combate a esse tipo de violência, como destacados no programa Brasil sem homofobia, no Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3), da SDH/PR, dentre outros, (BRASIL, 2004; BRASIL, 2010). A articulação em rede faz-se necessária para se trabalhar as questões da população LGBT por entender que tais demandas necessitam de um atendimento e acompanhamento que considerem o ser social em sua totalidade, reconhecendo suas particularidades e limitações. Desse modo, o apontamento desse instrumento como um desafio para o Serviço Social representa o reconhecimento dos entrevistados das complexidades que compreendem o fenômeno da violência homofóbica como das próprias limitações que acompanham cada política pública de modo particular, sendo a rede uma forma de contemplar questões não atendidas por determinado órgãos, setor ou serviço ofertado.

E, por fim, os respondentes que destacaram a ausência de uma legislação específica que criminalize a homofobia, trazem claramente a necessidade da responsabilização desses atos ou ações para com os sujeitos autores das situações de violência, contexto esse considerado positivo quando reconhece a violência homofóbica, como um fenômeno atualmente marcado pelo processo da impunidade e revitimização de suas vítimas. Porém, é importante destacarmos que não podemos buscar combater a violência homofóbica apenas pelo viés do castigo, da pena ou do cárcere, desconsiderando o necessário processo educativo e cultural que carece de estratégias de enfrentamento em todas essas áreas (JUNQUEIRA, 2011; BORRILLO, 2010).

Todavia, a referida categoria buscou conhecer como o trabalho do assistente social tem contribuído para o combate à homofobia, analisando seus instrumentos de atuação profissional e amparos legais que subsidiam este processo de enfrentamento da violência homofóbica no estado de Sergipe. Através das análises das entrevistas foi possível conhecer que o trabalho do assistente social, diversas vezes, demonstrou revitimizar a população LGBT, ao invés de viabilizar direitos humanos e sexuais em seus atendimentos de violência homofóbica. Tal contexto denota a imensurável necessidade que essa categoria profissional possui em formar/capacitar e sensibilizar os assistentes sociais para com seus princípios éticos, que visam a eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminações, possibilitando um Serviço Social que lute efetivamente pelo reconhecimento e respeito à livre orientação sexual e à identidade de gênero dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados relatados nas categorias e subcategorias faz-se possível analisarmos as percepções dos profissionais de Serviço Social entrevistados em relação ao atendimento dos assistentes sociais nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT no estado de Sergipe. Desta feita, na primeira categoria (Diversidade Sexual e de Gênero) foi possível analisarmos as grandes lacunas e ausência de conhecimentos básicos dos profissionais para com as demandas da população LGBT, onde enfatizou-se percepções estereotipadas e preconceituosas em relação a esses sujeitos. Na segunda subcategoria: (Violência Homofóbica) observamos como os entrevistados compreendem a existência desse fenômeno e suas particularidades na vida da população LGBT, percebendo suas especificidades, motivações, consequências, principais vítimas, e sujeitos autores dessas situações, levando-nos a entender o caráter universal que esse tipo de violência possui, perpetrando-se nos diversos locais e contextos de vida da população LGBT.

Já na terceira categoria: (Direitos Humanos e Sexuais), foi possível compreendermos como os assistentes sociais conceituam e reconhecem esses direitos e sua ligação com as demandas da população LGBT, nos levando a observarmos as deficientes conceituações utilizadas pelos respondentes, principalmente a ligação direta entre os direitos humanos e sexuais com de sua efetivação.

E por fim, na última categoria: (Serviço Social e Atendimento), conhecemos diversas situações de atendimentos de assistentes sociais que demonstram claramente que a ausência de um atendimento humanizado, que viabilize direitos humanos e sexuais, alimenta e sustenta o que compreendemos por subnotificação, revitimização e impunidade nos casos de violência homofóbicas, demandando sérias e urgentes situações de intervenções tanto no processo de formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais, quanto perante a sua prática laboral em seu cotidiano de trabalho.

Diante do exposto pelos entrevistados, é possível analisarmos que a categoria profissional do Serviço Social não se encontra preparada para trabalhar com as demandas da diversidade sexual e de gênero. Contexto esse reafirmado nos relatos das entrevistas que constatarem serem o preconceito e a discriminação as principais causas que alimentam o fenômeno da violência homofóbica, realidade que acompanha todo processo de formação acadêmica e profissional como os vários espaços sócio-ocupacionais onde o assistente social encontra-se inserido. Toda essa situação demonstra que ao não viabilizar direitos humanos e sexuais no trato dessas demandas, os assistentes sociais têm negligenciado e/ou violado tais

direitos, contribuindo para que se perpetrem constantemente os fenômenos da subnotificação, revitimização e impunidade desses casos, os quais trazem como consequências: a invisibilidade e o desrespeito pelas questões da diversidade sexual e de gênero na sociedade.

Nessas circunstâncias, é, pois, indubitável que um dos principais desafios para a categoria profissional aqui em destaque será a efetivação do seu Projeto Ético-Político, principalmente no que diz respeito à inserção de temas referentes à diversidade sexual e de gênero em suas diretrizes curriculares, abraçando todo processo de formação acadêmica e profissional com a possibilidade da realização de formações continuas em todas as políticas públicas ao qual esse profissional alcança.

Deste modo, conforme os relatos dos entrevistados, percebe-se que a carência e/ou ausência do conhecimento em relação às demandas da população LGBT, além do preconceito de forma sutil ou manifesta têm provocado inúmeras situações de revitimização desses sujeitos, marcadas pelo simples “não querer” ou não “poder” atender, o que tornam flagrante o despreparo e a falta de empatia dos referidos profissionais que trabalham com esses atendimentos. Além desses processos há falhas no atendimento, que “violentam” de forma direta ou indireta a população LGBT – como o não reconhecimento da orientação sexual e/ou da identidade de gênero que divergem da heteronormatividade -, e a afasta da “proteção” do Estado.

Percebe-se duas nuances do Serviço Social. Por um lado, expressa-se como uma profissão “modelo” no que diz respeito à luta pela viabilização dos direitos da população LGBT, (contexto autenticado em suas legislações, Projeto Ético Político da profissão e ações do conjunto CFESS/CRESS). Por outro lado, uma categoria (conforme os relatos dos profissionais entrevistados nessa pesquisa), que por diversas vezes negligencia ou viola esses direitos. Assim nos perguntamos: Em relação à diversidade sexual e de gênero, o Serviço Social evoluiu em caráter teórico, bem como na prática cotidiana, ou a profissão ainda está marcada pelo fundamentalismo e conservadorismo das doutrinas e diretrizes que alicerçam sua origem no Brasil?

Respostas a essas indagações só podem ser melhor debatidas com a realização de novos estudos que analisem com mais profundidade o atendimento do Serviço Social para com as demandas da diversidade sexual e de gênero. Reconhecendo as limitações que essa pesquisa possui, apontamos a necessidade de mais trabalhos nesse campo, tanto dentro do Serviço Social quanto nas diversas outras categorias profissionais. Isso possibilitará conhecimentos inter e multidisciplinares, debates e ações que garantam a viabilização dos direitos humanos e sexuais

para todos os sujeitos sociais e um atendimento humanizado que possa ser executado nos espaços públicos e privados promovendo a cidadania.

Desta feita realizar estudos que busquem analisar o atendimento profissional do Serviço Social em casos de violência homofóbica é um desafio bastante significativo, tendo em vista tanto as inúmeras limitações trazidas pelos profissionais – que dificultam a autorização dos mesmos para a realização desses estudos – quanto a desresponsabilização do Estado no trato para com essas questões. A tangente do poder público se dá ao intitular esse tipo de estudo como “desnecessário” ou “inadequado”, uma vez que traz ao debate temas e reflexões impulsionadores da necessidade de se modificar tal contexto, dessa forma o desafio está para além da categoria profissional em questão.

A pesquisa em questão não objetivou trazer generalizações sobre as percepções dos assistentes sociais em relação ao atendimento de sua categoria profissional nos casos de violência homofóbica contra a população LGBT no estado de Sergipe, tendo em vista que a amostra aqui presente (10 entrevistados), os recortes institucionais (a ausência de outros campos de atuação profissional), o acesso a tais respondentes, entre outras, configura-se como algumas das limitações que se efetivaram na composição desse estudo, destacando-se aqui a necessidade de se abrir cada vez mais o campo de debate sobre esse assunto no seio da categoria profissional.

Desta feita é preciso aprofundar tais análises através da realização de diversos estudos que tragam como objetos de análises outro viés de investigação sobre o fenômeno da violência homofóbica e o atendimento do Serviço Social, a exemplo das percepções das vítimas sobre o atendimento dos assistentes sociais nos casos de violência homofóbica, buscando analisar como esse atendimento tem revitimizado ou viabilizado direitos a partir de suas percepções, debatendo ainda formas e maneiras de enfrentamento a esse tipo de violência. É *mister* sugerir ainda estudos que analisem detalhadamente o processo de atendimento (com a possibilidade de o pesquisador acompanhar todo atendimento em tempo real) como os documentos profissionais produzidos durante e após esse processo, possibilitando melhores condições de análises sobre o fenômeno da violência homofóbica.

Também é válido desenvolver um trabalho de prevenção e sensibilização específico sobre a violência homofóbica dentro da categoria profissional, considerando que a grande maioria dos entrevistados demonstraram dificuldades em tratar das questões da diversidade sexual e de gênero. Esse fato fora constatado pelos relatos cujo teor apontava para os colegas de profissão dos entrevistados a classificação preconceituosa. Todavia é flagrante o não reconhecimento de si como sujeito preconceituoso, no discurso e nos julgamentos.

Desta forma, reconhecemos as importantes iniciativas da profissão frente às várias demandas postas por LGBT, ao mesmo tempo que observamos a partir dos dados analisados nesse estudo, um considerável retrocesso conservador enraizado no seio da categoria profissional, impossibilitando-a de avançar para “águas mais profundas”, no que compete à temática. Tais situações refletem diretamente na prática dos profissionais de Serviço Social, uma vez voltada à formação dos profissionais, sendo indiferente ao tema da sexualidade humana e à homofobia, como diante de seu fazer profissional no campo de atuação, sendo insensíveis à viabilização dos direitos desta população ou reforçando preconceitos.

É preciso resistir à postura de submissão diante deste contexto e entender todas as potencialidades do Serviço Social como profissão que deve estar capacitada para trabalhar com o público LGBT. A profissão possui um arsenal de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas capaz de oferecer um atendimento e acompanhamento a esse público, de forma a atuar não apenas com estes sujeitos, mas com sua família, comunidade e sociedade em geral, uma vez que a homofobia é uma das expressões da questão social que perpassa por todos esses órgãos, demandando uma atuação profissional capaz de alcançá-la.

REFERÊNCIAS¹

- ALLPORT, G. W. **The Nature of Prejudice**. Cambridge, Mass: Addison – Wesley Pub. Co., 1954.
- ALMEIDA, G. S. de. Notas Sobre a Possibilidade de Enfrentamento da Homofobia pelos/as Assistentes Sociais. **Revista O social em Questão**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, ano 11, n. 20, 2008.
- ANDRADE, M. C. A vítima e o problema criminal. In: **Separata do volume XXI do Suplemento ao boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Editora da UC, pp. 96-98, 1980.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- ARACAJU. Lei nº 45, de 18 de maio de 2009. **Lei contra a homofobia**. Disponível em: <http://www.elberbatalha.com/ler_noticia.php?id=72&lei-contr-a-homofobia>. Acesso em: 28 dez. 2015.
- ARACAJU. Lei de 05 de abril de 1990. **Lei Orgânica do Município de Aracaju**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/46565109/Lei-Organica-Se-Aracaju>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M. **Psicologia Social**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 2002.
- BAPTISTA, C. L. **Criminalização da homofobia e sua constitucionalidade: um contributo à discussão do PLC nº 122/2006**. São Paulo: Clube dos Autores, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASTOS, A. S. F. **A renovação do Serviço Social e vigência na contemporaneidade**. Lagarto: Faculdade José Augusto Vieira, ano 6, v. 8, p. 365-378, 2013.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BERNARDI, I. **Projeto de Lei 122/ 2006**. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br/plc122-paim/#axzz2hHarDgqK>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BLUMENFELD, W. J. **Conceitos de homofobia e heterossexismo**, 2004. Disponível em <<http://homofobia.com.sapo.pt/definicoes.html>>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- BOBBIO, N. **Autobiografia: A cura di Alberto Papuzzi**. Roma: Editori Laterza, 1997. 274 p.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, Elsevier, 2004. 232 p.

¹ De acordo com as normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BONAVIDES, P. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.

BORRILLO, D. Igualdade, discriminação e ódio nas notícias. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (Org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

_____. **História e Crítica de um Preconceito**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

_____. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

_____. Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia e Educação**. Brasília: Editora UnB, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: SEDH/PR, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe Sobre os Registros Públicos, e dá Outras Providências**. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/leis/L6015-registros-publicos.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03b/LEIS/L7716.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria Mecanismos para Coibir a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.** **Brasília: MS, 2009.** Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/U_PT-MS-GM1820_130809.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010.** Disponível em: <file:///C:/Users/Suporte%20Notebooks/Downloads/AUTORIZACAOUSARNOMESOCIALHOMOSSEXUAIS100519_port_233.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: SEPM, 2006b.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha: O trabalho do Governo Federal para a afirmação e a defesa dos direitos de todas as brasileiras e brasileiros.** Brasília: SEDH/PR, 2013a.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. In: I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. **Anais...** Brasília: SEDH, 2008.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013.** **Brasília: SDH/PR, 2013b.** Disponível em: <<http://portal.datalegis.inf.br/action/ActionDatalegis.php?acao=detalharAtosArvorePortal&tipo=POR&numeroAto=00000766&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=SDH/PR>>. Acesso em: 27 set. 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH-3)** - ver. e atual. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2012.** Brasília: SDH/PR, 2013c. Disponível em: <<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011.** Brasília-DF: SDH/PR, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violenciahomofobica-2011-1>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUSIN, V. M. **Homossexualidade, Religião e Gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'.** London: Routledge, 1993

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA D. **Projeto de Lei n.º 6.655-A, de 2006.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=67136441C9EF>

4EF41BF1FC19044C07E.node1?codteor=429525&filename=Avulso+-PL+6655/2006>
Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. **Projeto de Lei n.º 2.976, de 2008.** Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1B0827DECA4E8B55596C59007B6A1070.node2?codteor=546246&filename=Avulso+-PL+2976/2008>.
Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 111 de 2011.** Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=527704>>.
Acesso em: 18 jan. 2016.

CARVALHO, C. M. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. In: ALMEIDA, M. da G. B. (Org.). **A Violência na Sociedade Contemporânea.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CARRARA, S. **Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo.** 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CARRARA, S; VIANNA, A. R. B. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: CARRARA, S.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A. **Sexualidades e Saberes:** convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARRARA, S; VIANNA, R. B. Homossexualidade, Violência e Justiça: a Violência Letal Contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro. In: **Relatório de Pesquisa.** Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Fundação Ford, 2001.

CASSEMIRO, L. C. Homofobia, lesbofobia, transfobia: toda forma de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e a repercussão nos meios de comunicação. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015a.

_____. Reflexões de Gênero, Sexualidades, Diversidade Sexual: Possibilidades e Limites na Formação dos Profissionais do Serviço Social. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. **Anais...** Salvador: UNEB, 2015b.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual:** explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CELMER, E. G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, M. da G. B. (Org.) **A violência na sociedade contemporânea.** 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CERQUEIRA- SANTOS, E.; SOUZA, E. de. Preconceito e discriminação contra minorias sexuais: o caso da homofobia. In: TECHIO, E. M.; LIMA, E. O. (Org.). **Cultura e produção das diferenças:** estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal. Brasília: Technopolitik, 2001.

CFESS. **CFESS manifesta: assistentes sociais em defesa da diversidade humana**. In: **II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT**, Brasília, CFESS, 2001.

_____. **CFESS manifesta: direitos humanos para refletir e lutar todos os dias**. Brasília: CFESS, 2009a.

_____. **CFESS manifesta: dia internacional do orgulho LGBT. Liberdade de Orientação sexual, não à homofobia!**. Brasília: CFESS, 2010a.

_____. **CFESS manifesta: dia nacional de visibilidade lésbica, o amor exige expressão e referência coletiva**. Brasília: CFESS, 2010b.

_____. **CFESS manifesta: dia mundial de luta contra a homofobia. A nossa luta é todo dia contra a homofobia**. Brasília: CFESS, 2011a.

_____. **CFESS manifesta: em defesa do Estado laico**. Brasília: CFESS, 2016.
Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. **CFESS manifesta: lutar por direitos, romper com a desigualdade**. Brasília: CFESS, 2009b.

_____. **CFESS manifesta: dia mundial do orgulho LGBT. Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferente e totalmente livres**. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **CFESS manifesta: dia internacional dos direitos humanos. Em defesa dos Direitos Humanos**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **CFESS manifesta: dia nacional da visibilidade trans. O direito a identidade trans**. Brasília: CFESS, 2013.

_____. **CFESS manifesta: Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans**. Brasília: CFESS, 2015.

_____. **CFESS manifesta: o amor fala todas as línguas assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2006.

_____. **CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual**. Brasília: CFESS, 2008.

_____. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1947**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1965**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1975**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1986.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos:** contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 10. ed. São Paulo, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, Cortez, 2011b.

_____. **Resolução CFESS 489, de 03 de junho de 2006.** Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4892006.pdf HYPERLINK> Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. **Resolução CFESS nº 557, de 15 de setembro de 2009.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. **Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011.** Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-ASEDUCACAO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2016.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o Discurso em Duas Falas.** São Paulo: Moderna, 2007.

COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero: Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 405-427, jul./dez., 2013.

COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mais diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. (Org.). **Transposições:** lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, M. G. C. da. Direitos humanos: considerações sobre fundamento e validade de um projeto político à luz do desenvolvimento. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G.; NÁDER, A. A. G. (Org.). **Direitos humanos:** capacitação de educadores fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da educação em direitos humanos. João Pessoa: Ed.UFPB, 2008. 1 v.

DAL PIZZOL, A. **Estudo Social ou Perícia Social?: um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense – vislumbrando melhores serviços**. Florianópolis: Insular, 2005.

DHNET. **Assassinato de Homossexuais no Brasil -2000**. 2010. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dht/br/mott_homofob/ii_assassinatohomosexual.htm>. Acesso em: 24 jan. 2010.

DINIS, N. F. **Homofobia e Educação**: quando a omissão também é signo de violência. In: Educar em Revista. n. 39, p. 39-50. Curitiba: EdUFPR, 2011.

DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (Org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

DUARTE, M, J, O. Diversidade Sexual e política nacional de saúde mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, v.9, n.28 p. 83-101, 2011.

_____. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 77-98, 2014.

EUROPE. T. **Mais de 2.000 Pessoas Trans Assassinadas nos Últimos 8 Anos**. 2016. Disponível em: <http://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

FAVERO, E. T. Estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica In: CFESS (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. Brasília. São Paulo: CFESS, Editora Cortez, 2003.

_____. As implicações ético-políticas do processo de construção do estudo social. **Em Foco**: o Serviço Social e o sistema sócio-jurídico, Rio de Janeiro, n. 2, 2004.

FERREIRA, J. W. Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 209-217, 2010.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S, E. **Social Cognition**. Reading: Addison –Wesley, 1984.

FLEURY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 475-486, out./dez., 2007

_____. **Homossexualidade e preconceito**: o que pensam os futuros gestores de pessoas. Curitiba: Juruá, 2010.

FONTES, M. Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (Org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FROEMMING, C.; BACCI, I. As princesas fora de lugar: notícias de violência contra travestis. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (Org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

FURLANI, J. (2009). Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia *queer*: o que essas abordagens têm a dizer à educação sexual?. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

GARDEN, R. C. Stereotypes as Consensual beliefs. In: ZANNA, M. P.; OLSON, J. M. (Org.). **The Psychology of Prejudice**: the ontario symposium, London, Lawrence Erlbaum Associates, v. 7, p. 1-31, 1994.

GENRO, L. K. et al. (Org.). **Direitos LGBT**: Conheça o que foi Conquistado e Lute por Mais Direitos. 2015. Disponível em: <http://issuu.com/lucianagenro5/docs/cartilha_lgbt_do_psol>. Acesso em: 03 dez. 2015.

GIRARDI, V. **Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto**: Possibilidade Jurídica de Adoção por Homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

GOMES, A. M; CASTELLUCCIO, M. de C. Diversidade Sexual e Direitos LGBT. In: MOTTI, A. J. A.; FARIA, T. D. (Org.). **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)**. Campo Grande: UFMS, 2009.

GROSSI, M. P. Identidade, Gênero e Sexualidade. In: **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: PROAS/UFSC, 1995.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil**: Relatório 2013/2014. Salvador: GGB, 2016. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relate3b3rio-homocidios-2013.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. **Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2014. Salvador: GGB, 2015. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relate3b3rio2014s.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

GUIMARÃES, A. O Programa Brasil sem Homofobia. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 20, 2009.

HARDIN, K. N. **Auto-estima para Homossexuais**: Um Guia para o Amor-próprio. São Paulo: Editora GLS, 2000.

HEREK, G. M. Beyond Homophobia: A Social Psychological Perspective on Attitudes Toward Lesbians and Gay Men. **Journal of Homosexuality**, v. 10, n. 1/2, p. 1-21, 1984.

_____. Beyond Homophobia: Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in The Twenty-First Century. **Sexuality Research & Social Policy Journal of NSRC**, v. 1, n. 2, p. 624, 2004.

_____. The Psychology of Sexual prejudice. **Psychological Science**, n. 9, p. 19-22, 2000.

HOMOPHOBIA. **Hate Crime Survey**. 2007. Disponível em: <www.humanrightsfirst.org>. Acesso em: 09 jan. 2016

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INDONÉSIA. **Princípios de Yogyakarta**: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155-178, jul/dez. 2014.

JESUS, J. **Violência e Assassinato de Homossexuais e Transgêneros no Distrito Federal**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

JESUS, J. G. de. **Orientações Sobre Identidade de Gênero**: conceitos e termos. Brasília: Publicação online, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 20 dez. 2016.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. **Espaço do Currículo**, v. 2, n. 2, p. 208-230, 2010.

_____. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

_____. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas** – Estudos Gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 1, 2007a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>>. Acesso em :14 dez. 2015.

_____. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, P. R. C. et al. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

KIRCHOFF, G. **Vitimologia**: um empreendimento supérfluo?. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

KLEAIM, C. L.; FERREIRA, S. R. da S. A experiência farmacopornopolítica: do discurso ao diálogo. IN: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. da S. (Org.). **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EdUFES, 2014.

KOEHLER, S. M. F. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Revista Interações**. n. 26, p. 129-151, 2013, número especial. Disponível em: <<http://www.eses.pt/interaccoes>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. de. Entre a ausência estatística oficial e o assassinato por ódio: o problema da homofobia no Brasil. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu-MG, 2008.

LEITE, V. J. “**Impróprio para menores?**”: Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LEONY, M. de C. **Homofobia, controle social e política pública de atendimento**. Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Senso em Gestão Estratégica em Segurança Pública (Especialização) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília; Londres: Letras Livres; EdUNB; Routledge, 2009.

LOGAN, C. Homophobia? no, homophobia. **Journal of Homosexuality**, v. 31, n. 3, p. 3153, 1996.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MANFRINI, D. B. **A Intervenção Profissional do Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina e as Questões de Gênero**. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARCELINO, S. R. S. Questões contemporâneas: a homossexualidade e os novos sujeitos como desafios para o Serviço Social. In: Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, 9, 2010. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOG_ENEROTEXTOFINAL.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MASIERO, C. M. **A Tutela Penal Diante da Homofobia e o PLC 122/2006 Sobre a Legitimidade da Demanda Político-Criminal do Movimento LGBT**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MASON, G. **The Spectacle of Violence: Homophobia, Gender and Knowledge**. London: Routledge, 2002.

MEDEIROS, M. B. de M. O Estado e os Direitos Humanos: Uma Visão em Perspectiva. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003.

MENEZES, M. S. **Homofobia em Sergipe: Análise da Atuação da SSP/SE Frente aos Casos Oficiais de Homofobia (2010-2013)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Serviço Social) – Faculdade José Augusto Vieira, Lagarto-SE, 2014.

MESQUITA, M; MATOS, M. C. Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre expressão e orientação sexual. In: Conferência e Deliberações do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS. 2009, **Anais...** Brasília: CFESS, 2009.

_____. “O amor fala todas as línguas assistente social na luta contra o preconceito”- Reflexões sobre a campanha conjunto CFESS/CRESS. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 131-146, dez. 2011.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo - qualitativo: Oposição ou Complementariedade. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MIOTO, R. C. T. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: CFESS (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**, Brasília: Editora Cortez, CFESS, 2003.

MODESTO, E. **Mãe Sempre Sabe?:** mito e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, M. P. da. **Ao sair do Armário, Entrei na Velhice:** homossexualidade masculina e o curso da vida. Rio de Janeiro: Mobile, FAPERJ, 2014.

MOTT, L. Homo-afetividade e Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 14, n. 2, 2006.

MOTT, L. **Manual de Coleta de Informações, Sistematização e Mobilização Política Contra Crimes Homofóbicos**. Salvador: GGB, 2000.

MULLER, I. M.; KNAUTH, D. R. Desigualdades do SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado!'. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jun. 2008.

NARDI, H. C. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo:** corpo e prazer. Porto Alegre: NUANCE, 2010.

NATARELLI, T. R. P.; BRAGA, I. F.; SILVA, M. A. I. O Impacto da Homofobia na Saúde de Adolescentes Homossexuais. In: IV SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES. 2015. **Anais...** Salvador, UNEB: 2015. Disponível

em:<<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/enl35.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

NETO, J. P. S. et al. A Produção Acadêmica Sobre Diversidade Sexual. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, v.9, n.28, p. 65-81, 2011.

NIEMANN, Y. F. et al. Use of free responses and cluster analysis to determine stereotypes of eight groups.. **Society for Personality and Social Psychology**, v. 20, n. 4, p. 379-390, 1994.

OAKES, P. J.; HASLAM, S.A.; TURNER, J. C. **Stereotypes and Social Reality**. Oxford: Blackwell, 1994.

OLIVEIRA, J. M. D. **Desejo, Preconceito e Morte: Assassinatos de LGBT em Sergipe - 1980 a 2010**. Paripiranga-BA: Clube de Autores Editora, 2013.

OLIVEIRA, R. M. de. Notícias de Homofobia: Enquadramento como Política. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M de (Org.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

PEQUENO, M. O Fundamento dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L de F. G.; NÁDER, A. A. G. (Org.). **Direitos humanos: Capacitação de Educadores - Fundamentos Históricos e Políticos-Jurídicos da Educação em Direitos Humanos**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008. 1 v.

PEREIRA, A. dos S. L. S. **Representações sociais do homossexualismo e preconceitos Contra Homossexuais**. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2004.

PEREIRA, C. F; COSTA, G. G. da. Políticas de segurança pública e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da reivindicação à implementação. In: VIII ENCONTRO DA ANDHEP - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2014. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2014.

PIMENTEL, S. **Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a mulher**. 1979. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PINTO, J. B. M. Os Direitos Humanos Como um Projeto de Sociedade Emancipador. In: SANTOS, R. A. et al. (Org.). In: I SEMINÁRIO NACIONAL DEMOCRACIA DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO, 2014. **Anais...** Aracaju: Instituto Braços. 2014.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos: Desafios da Ordem Internacional Contemporânea. In: FIORI, M. L. B. S. (Org.). Direito Constitucional. **Caderno de Direito Constitucional**. Brasília: Ed. EMAGIS, 2006.

PIRES, S. B. N; HAIKAWA. N. Y. **O Serviço Social Frente à Violência**. 2015. Disponível em:<[http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario2/downloads/2013/3/1%20\(88\).pdf](http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario2/downloads/2013/3/1%20(88).pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2016.

PITANGUY, J. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

POCAHY, F. A.; NARDI, H. C. Saindo do Armário e Entrando em Cena: Juventudes, Sexualidades e Vulnerabilidade Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2007.

PORTELLA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito Contra Homossexualidades: A Hierarquia da Invisibilidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____. JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

PRATA, M. R. **A Discriminação Contra os Homossexuais e os Movimentos em Defesa dos Seus Direitos**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RECIFE. **Portaria Conjunta SEDSDH/SDS/SAG N° 4818, de 25 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://adeilton9599.blogspot.com.br/2013/11/pernambuco-portaria-conjunta.html>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

REIS, T. **Avanços e Desafios para os Direitos Humanos da Comunidade LGBT no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.tonireis.com.br/wp-content/uploads/2014/06/avancos-e-desafios-LGBT-IBDFAM.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RICH, A. Heterossexualidade Compulsória e a Existência Lésbica. **Revista Bagoas**, n. 5, p. 17-44, 2010.

RIOS, R. R. **Direito da Antidiscriminação: Discriminação Direta, Indireta e Ações Afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. In: POCAHY, F. (Org.). **Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo: Corpo e Prazer**. Porto Alegre: NUANCE, 2010.

_____. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos Sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações Sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos Sobre Preconceito e Discriminação. In: RIOS, R. R.; LOPES, J. R. de L. (Org.). **Em Defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RIOS, R. R.; LOPES, J. R. de L. (Org.). **Em Defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RIZZO, D. Esfera Pública y Políticas Gays desde la Segunda Guerra Mundial. In: **Gays y Lesbianas: Vida y Cultura um Legado Universal**. Espanha, Ed. Nerea, 2006.

ROCHA, Z. **Paixão, Violência e Solidão**: o Drama de Abelardo e Heloísa no Contexto Cultural do Século XII. Recife: UFPE, 1996.10 p.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. **Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RONDON, G; GUMIERI, S. Dizer Violência: Uma Controvérsia Política e Moral. In: DINIZ, D.; OLIVEIRA, R. M. de (Org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

ROSÁRIO, E. V. Formação em Serviço Social e a Práxis Acadêmica – Estudo de Caso dos Estudantes de Serviço Social na Unime Frente à Diversidade Sexual. In: IV SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES NA UNEB, 2015. **Anais...** Salvador/BA, 2015.

ROSSI, J. A. **Avanços e Limites da Política de Combate à Homofobia**: Uma Análise do Processo de Implementação das Ações para a Educação do Programa Brasil Sem Homofobia. 2010. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SALES, D. N. Direito à Visibilidade: Direito Humano da População GLBTT. In: PIOVESAN, F.; IKAWA, D. (Coord.). **Direitos Humanos: Fundamento, Proteção e Implementação** Perspectivas e Desafios Contemporâneos. Curitiba: Juruá, v. 2, p. 927-944, 2007.

SANCHES, P. C. Mudança de Nome e da Identidade de Gênero. In: DIAS, M. B. (Org.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS, A. C. REBOUÇAS, G. M. Iniciativas do Conselho Nacional de Justiça na Implementação de Políticas Públicas de Proteção dos Direitos Humanos. In: SANTOS, R. A. et al. (Org.). I SEMINÁRIO NACIONAL DE DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO, 2014, **Anais...** Aracaju: Instituto Braços, 2014.

SANTOS, E. C.; SANTANA, G. Adoção Homoparental e Preconceito: Crenças de Estudantes de Direito e Serviço Social. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 873-885, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400007>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SANTOS, T. S. L.; MOREIRA, M. A. O Caminho Institucional para a Entrada ou Saída no Armário: Representações Sociais de Homossexuais Sobre os Cuidados Prestados à sua Saúde em Serviços Públicos e/ou Privados nos Municípios de Ilhéus e Itabuna-BA. In: IV Seminário Enlaçando Sexualidades da UNEB, 2015. **Anais eletrônicos...** Salvador/BA, 2015. Disponível em:<[http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralthiagosantos1.pdf](http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3o%20oralthiagosantos1.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SATIRO, G. S; MARQUES, V. T; OLIVEIRA, S. R. M. Conferências de Direitos Humanos e Democracia Participativa: Conexão Necessária. In: SANTOS, R. A; et al. (Org.). I Seminário Nacional Democracia Direitos Humanos e Desenvolvimento **Anais...** Aracaju: Instituto Braços, 2014.

SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, n. 28, p. 1954, Jan/Jun., 2007.

SELL, T. A. **Identidade Homossexual e Normas Sociais**: história de vida. 2. ed. Florianópolis: UFSC. 2010.

SERGIPE. **Constituição do Estado de Sergipe de 05 de Outubro de 1989**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70454/SE-EC-41.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Lei nº 3.963/2010**. Disponível em: <http://200.151.187.98:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/18844_texto_integral>. Acesso em: 28 out. 2013.

_____. Lei nº 6.431, de 26 de Junho de 2008. Institui no estado de Sergipe o Dia de Combate à Homofobia. **Diário Oficial nº 25539**. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/Detalhe_Lei_Imprimir.asp?Numerolei=6960>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Projeto de Lei 50/2011**. Disponível em: <<http://infonet.com.br/politica/ler.asp?id=123813>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

SERGIPE, U. F. **Portaria de nº 2.209, de 18 de junho de 2013**. São Cristóvão: UFS, 2013. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/UF_Sergipe.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

SEXUAL, A. M. S. **Declaração dos Direitos Sexuais**. 2014. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>> Acesso em: 25 dez. 2016.

SHARMA, J. Reflexões Sobre a Linguagem dos Direitos de Uma Perspectiva *Queer*. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (Org.). **Questões de Sexualidade**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

SILVA JUNIOR, E. D. **Assassinatos de Homossexuais e Travestis**: Retratos da Violência Homo(trans)fóbica. Curitiba: Instituto Memória, 2012.

_____. **A Possibilidade Jurídica de Adoção por Casais Homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2005.

SILVA, A. J. et al. Os Serviços de Saúde e as Experiências de Travestis e Transexuais. IV Seminário Enlaçando Sexualidades da UNEB, 2015. **Anais eletrônicos...** Salvador/BA, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/2015/07/08/anais-iv-seminario-enlacandosexualidades-2015/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SILVA, A. P. O.; TEIXEIRA FILHO, F. S. T.; SANTOS, K. Y. P. Caracterização das Vítimas de Homofobia Atendidas na Clínica Escola de Psicologia. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013.

SILVA, J, F, S. Violência e Serviço Social: Notas Críticas. **Revista Katálýsis**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, 2008.

SILVA, L, L. Avaliação da Atuação do Serviço Social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte. I Seminário Internacional & III Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos, 2015. **Anais Eletrônicos...** Recife, 2015. Disponível em: <<http://arcusufpe.com/files/semeap10/semeap1017.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SILVA, M. A. L. da. **Violência Antigay no Brasil: Impactos e Respostas Individuais**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVA, M. V. Diversidade Humana, Relações Sociais de Gênero e Luta de Classes: Emancipação para Além da Cultura. In: **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 51-63, 2011.

SILVA, O. A.; PRADO, M. A. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/19662216/afirmacao-historica-dos-direitoshumanos>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SILVA, R. A. G. (Coord.). **Protocolo de Atendimento às Demandas LGBT Acompanhadas pelo Centro Estadual de Combate à Homofobia 2012-2013**. 2015. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/upload/1455910732_Anexo%20I%20Principais%20Realizacoes%20-%20CORRIGIGO.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do Arco-íris: do Movimento Homossexual ao LGBT**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, E. J. **Diversidade Sexual e Homofobia na Escola: as representações sociais de educadores/as da educação básica**. (Dissertação) Mestrado em Psicologia Social –, São Cristóvão-Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2015, 241p.

SOUZA, E. J. SILVA, J. P. SANTOS, C: Homofobia no espaço escolar: um olhar docente. In: BRUNS, M. A. T, SANTOS, C. LEITE, A.R.V.S. **Violência, gênero e mídia nos horizontes da saúde e educação** (pp. 65-79). Curitiba: CRV, 2015.

SOUZA, F. L; GARCIA, M. H. A Atuação do Serviço Social na Consolidação das Penas e Medidas Alternativas: Uma Reflexão Sobre Uma Prática “Abolicionista”. In: SANTOS, R. A. et al. (Org.). I Seminário Nacional Democracia Direitos Humanos e Desenvolvimento. **Anais...** Aracaju: Instituto Braços, 2014.

SOUZA, M. J. **Bullying**: Uma das Faces do Preconceito Homofóbico Entre Jovens no Contexto Escolar. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

SOUZA, V. C. R. de; PEREIRA, P. C. Homofobia: Manifestações Implícitas e Explícitas de Preconceito e Discriminação. **Revista Fafibe On-Line**, ano 6, n. 6, p. 40-49, nov., 2013. Disponível em:
<<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/11122013185852.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

TECHIO, E. M. Estereótipos Sociais como Preditores das Relações Intergrupais. In: TECHIO, E. M.; LIMA, M. E. O. (Org.). **Cultura e Produção das Diferenças**: Estereótipos e Preconceito no Brasil, Espanha e Portugal. Brasília: Technopolitik, 2011.

TAQUES, S. **Realidade Social Versus Direitos Humanos: Controvérsias e Preocupações**. 2016. Disponível em:
<http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=1616&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 25 dez 2016.

TOLEDO, L. G. “**Será Que Eu Tô Gostando de Mulher?**”: Tecnologias de Normatização e Exclusão da Dissidência Erótica Feminina no Interior Paulista. 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

TOSI, G. A Internacionalização dos Direitos Humanos: O Desafio Para o Século XXI, In: SANTOS, R. A. et al.(Org.). In: I Seminário Nacional Democracia Direitos Humanos e Desenvolvimento. **Anais...** Aracaju: Instituto Braços, 2014.

TOSI, G. Igualdade, Liberdade e Fraternidade na Construção dos Direitos Humanos. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G.; NÁDER, A. A. G. (Org.). **Direitos Humanos**: Capacitação de Educadores Fundamentos Históricos e Políticos-Jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008a. 1 v.

_____. O Significado e as Consequências da Declaração Universal de 1948. In: ZENAIDE, M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G.; NÁDER, A. A. G. (Org.). **Direitos Humanos**: Capacitação de Educadores Fundamentos Históricos e Políticos-Jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Ed UFPB, 2008b.1 v.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SDH/PR, 2007. Disponível em:
<<http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

UNIDAS. O. N. (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948**. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Resolution Adopted by the General Assembly 60/251:** Human Rights Council. 2006. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/A.RES.60.251_En.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Resolution Adopted by the Human Rights Council:** Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity. 2011. Disponível em: <<http://arcinternational.net/wpcontent/uploads/2011/09/HRC-Res-17-19.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). **Resolução 17/1949, 2011.** Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf> Acesso em: 06 abr. 2016.

VECCHIATTI, P. R. I. Minorias Sexuais e Ações Afirmativas. In: VIEIRA, T. R. (Org.). **Minorias sexuais:** direitos e preconceitos. Brasília: Consulex, 2012.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIANA, A, R, B.; LACERDA, P, M. Uniões Homoafetivas e Homofobia. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 20, 2008.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012:** Os Padrões da Violência Homicida no Brasil. 1. ed. São Paulo; Brasília: Instituto Sangari; Ministério da Justiça, 2011.

WARNER, M. **Fear of a Queer Planet:** Queer Politics and Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Gostaríamos de convidá-lo/a para participar da pesquisa intitulada: A Violência Homofóbica em Sergipe e o Serviço Social: Entre o Processo de Revitimização e Viabilização de Direitos Humanos e Sexuais para com a População LGBT, que faz parte do curso de Mestrado em Psicologia Social, realizada pelo mestrando Moisés Santos de Menezes, orientada pelo Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva, da Universidade Federal de Sergipe. Para a realização desta pesquisa solicitamos a sua participação, pois ela é fundamental com a resposta de algumas perguntas. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, possibilitando-lhe a liberdade de recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos que a pesquisa aqui em pauta tem como objetivo geral: Analisar o atendimento de profissionais do Serviço Social em casos de violência contra a população LGBT, visando a compreender o processo de atuação profissional e intervenção estatal diante dessa violência. Aproveitamos para sinalizar que todos os dados coletados aqui serão utilizados somente para os fins desta pesquisa e nós os deteremos com o absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade. Caso você possua alguma dúvida ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contratar através do e-mail: moisesmenezesmm@yahoo.com.br ou cel. (79) 99828-4911, ou ainda procurar o Comitê de Ética em Pesquisa através do site: www.saude.gov.br/sisnep.

Esse termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas destes documentos. Isso deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____,
declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo Profº. Joilson Pereira da Silva (Cel. 88084288).

_____ Data ____/____/____

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Moisés Santos de Menezes, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data ____/____/____

Assinatura

INSTRUMENTO DE PESQUISA:
Roteiro de Entrevista para os Profissionais de Serviço Social

| DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS |
|--|
| Nome: |
| Sexo: () masculino Feminino () |
| Orientação Sexual |
| Identidade de Gênero |
| Idade: |
| Nível de escolaridade: |
| Superior Completo () Curso: _____ |
| Pós-Graduação (Especialização) () Curso: _____ |
| Mestrado () Curso: _____ |
| Doutorado () Curso: _____ |
| Atuação profissional na área: |
| Tempo de atuação profissional _____, Ano de Formação _____ |
| Órgão de atuação profissional _____ |

Roteiro de entrevista semiestruturada

1. O que é orientação sexual? E identidade de gênero? Isso é uma opção, orientação, condição? Porque?

2. O que vem em sua cabeça quando falamos as palavras: Lésbica; Gay; Bissexual; Travestis; Transexual.

3. O que é homofobia para você?

4. Onde a violência homofóbica tem mais se apresentado na vida da população LGBT?

5. Quais tipos de violência são mais comuns com esse público alvo?

6. Entre as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, qual ou quais desses sujeitos estão mais vulneráveis a homofobia na sociedade? Porque?

7. Quem são esses sujeitos autores das situações de violência homofóbica?

8. Quais as principais consequências das mesmas para a vida da população LGBT atendida pelo

Serviço

Social

9. Em sua opinião o que motivou os tipos de violência homofóbicas sofridas pelos LGBT que você atendeu?

10. A subnotificação da violência homofóbica sofridas pela população LGBT é um fato frequente nesses casos? Como você analisa esse fenômeno?

11. Você já presenciou ou teve conhecimento de alguma ação de reabilitação da população LGBT no processo de notificação, atendimento, encaminhamentos ou resolubilidade dos casos de violência homofóbicas vivenciados pela população LGBT? Como isso aconteceu?

12. Em sua opinião os casos de violência homofóbicas notificados e acompanhados pelo poder público, tem tido um acompanhamento adequado? Porque? Existe algum tipo de impunidade desses casos?

13. O que são Direitos Humanos? O que são Direitos Sexuais?

14. Na sua opinião, como os direitos humanos e sexuais se apresentam na vida da população LGBT?

15. Você concorda com a conquista de alguns direitos LGBT como adoção por casais homossexuais? União estável? Utilização do nome social de travestis e transexuais? Por quê?

16. Você tem conhecimento de alguma legislação de âmbito federal, estadual ou municipal que proteja a população LGBT ou vise combater o preconceito a discriminação e a violência contra esses segmentos? Se sim quais?

17. A ausência ou carência de amparos legais que visem proteger a população LGBT se apresenta como um desafio em sua atuação profissional diante os casos de violência homofóbica? Porque?

-
-
18. A homofobia deve ser criminalizada? Se sim, quais mecanismos podem ser utilizados para combater a violência, se não, por quê? Justifique sua resposta.
-
-
19. Durante seu período de formação acadêmica e profissional você teve acesso a disciplinas ou cursos que trabalhavam temáticas como a homossexualidade, homofobia, e direitos LGBT?
-
-
20. Onde você adquiriu informações ou orientações sobre as demandas da população LGBT para conduzir sua prática profissional?
-
-
21. Você pensa que os profissionais de Serviço Social estão preparados para atender e atuar em casos de homofobia com LGBT? Justifique a sua resposta.
-
-
22. Você conhece o posicionamento do conjunto CFESS-CRESS em relação a violência homofóbica no Brasil?
-
-
23. Você conhece as resoluções do Serviço Social que diz respeito a vedação de ações discriminatórias em relação a população LGBT em processo de atendimento com os profissionais e a resolução de nome social do conjunto CFESS-CRESS?
-
-
24. Você teve conhecimento sobre a campanha do conjunto CFESS-CRESS com o tema: O amor fala todas as línguas, assistentes sociais na luta contra o preconceito contra a população LGBT em 2006? O que você avalia sobre essa iniciativa da categoria profissional em debater essa temática?
-
-
25. Quais técnicas você utiliza para identificar um caso de violência homofóbica contra um LGBT? Quando uma pessoa LGBT procura o seu atendimento informando que foi vítima de violência homofóbica qual a primeira demanda que você busca trabalhar?
-
-
26. Quais instrumentos (documentos) profissionais você constrói durante seu momento de atuação profissional com os casos de violência homofóbica?
-
-
27. No processo de atendimento dos casos de violência homofóbica com a população LGBT, houveram encaminhamentos relacionados as vítimas realizados pelo Serviço Social, se sim, quais foram?
-
-

28. Em sua opinião qual o principal desafio nesse processo de enfrentamento a violência homofóbica contra a população LGBT? E para o Serviço Social, qual o principal desafio da categoria profissional nesse contexto?
